



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS

**O Espaço da Mouraria na Cidade de Évora,
Séculos XIV e XV**

Maria Teresa Teles de Sousa Pacheco de Carvalho
Pais Leite

Professora Doutora Maria Filomena Lopes de Barros

Mestrado em História do Mediterrâneo Islâmico e Medieval

Dissertação

Évora, 2014



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS

**O Espaço da Mouraria na Cidade de Évora,
Séculos XIV e XV**

Maria Teresa Teles de Sousa Pacheco de Carvalho
Pais Leite

Professora Doutora Maria Filomena Lopes de Barros

Mestrado em História do Mediterrâneo Islâmico e Medieval

Dissertação

Évora, 2014

Agradecimentos

Com a execução deste trabalho agradeço, ao Sr. Presidente António José Rega Matos Recto, da Câmara Municipal de Redondo, pela possibilidade que tive de gerir as minhas horas de trabalho.

Em particular, agradeço à Professora Doutora Maria Filomena Lopes de Barros, sob cuja orientação decorreu este trabalho de investigação, por ter estado presente em todos os momentos deste percurso, pela cedência documental sobre a mouraria de Évora, sem a qual não poderia ter sido possível a execução deste trabalho, mas igualmente por acreditar e confiar que uma arquiteta pudesse desenvolver um trabalho na área disciplinar da História.

Agradeço aos meus colegas José Pedro e Paulo, no tratamento da informação em Excel, à Dulce e ao Nuno, pela constante disponibilidade e ajuda na execução das peças desenhadas. Igualmente um obrigada aos colegas da Câmara Municipal de Évora que se disponibilizaram na cedência de informação, nomeadamente à técnica Noélia do Arquivo de Obras Municipais, ao Carlos Borralho do Sistema de Informação Geográfica, à Dr^a Ludovina Grilo, do Arquivo Histórico, ao Gustavo Val-Flores, do Departamento do Centro Histórico e aos funcionários do Arquivo Fotográfico.

À Fátima Crujo pela sua amizade na leitura atenta.

À minha família, em especial ao José Frederico e Maria Carolina, agradeço a compreensão pelas ausências.

Dedicatória

A meus pais, Maria Teresa e João Manuel.

Inutilmente, magnânimo Kublai, tentarei descrever-te a cidade de Zaira de altos bastiões. Poderia dizer-te de quantos degraus são as ruas em escadinhas como são as aberturas dos arcos dos pórticos, de quantas lâminas de zinco são cobertos os telhados, mas já sei que seria o mesmo do que não te dizer nada. Não é disso que é feita a cidade, mas sim das relações entre as medidas do seu espaço e os acontecimentos do seu passado: a distância a que está do solo um lampião e os pés a balançar de um usurpador enforcado; o fio estendido do lampião à varanda da frente e os arcos que enfeitam o percurso do cortejo nupcial da rainha; a altura daquela varanda e o salto do adúltero que a galgava de madrugada; a inclinação de uma goteira e o pulo de um gato que entra pela janela; a linha de tiro do navio bombardeiro que apareceu de repente por detrás do cabo e a bomba que destrói a goteira; os puxões das redes dos pescadores e os três velhos sentados no cais a remendar as redes contam uns aos outros pela centésima vez a história do navio bombardeiro do usurpador, de quem se diz que era filho ilegítimo da rainha, abandonado à nascença ali no cais.

É desta onda que reflui das recordações que a cidade se embebe como uma esponja e se dilata. Uma descrição de Zaira tal como é hoje deveria conter todo o passado de Zaira. Mas a cidade não conta o seu passado, contém-no como as linhas da mão, escrito nas esquinas das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos postes das bandeiras, cada segmento marcado por sua vez de arranhões, riscos, cortes e entalhes.

*Ítalo Calvino,
As cidades e a memória 3,
in As Cidades Invisíveis, pp. 14, 15*

O presente será sempre passado



1 - Pormenor de fachada na Rua da Corredoura.
(2010 e 2012)

Resumo

O espaço da Mouraria na Cidade de Évora, no século XIV e XV

Palavras-chave: Évora; Cidade; Mouraria; Casa ou Casas; Mouro;

A presente dissertação de mestrado tem por objeto de estudo a Mouraria na cidade de Évora nos séculos XIV e XV e estrutura-se segundo três abordagens. Um primeiro enquadramento do espaço urbano, da cidade, através do seu percurso no tempo, focando persistências e tomando por referência lugares, espaços, analogias e assimilações entre as várias culturas que ocuparam o território, procurando construir uma identidade da cidade no século XIV e XV e, em particular, da cidade de Évora. A segunda abordagem tem por foco os parâmetros métricos medievais (côvado) e os processos construtivos (taipa/adobe) aplicados no edificado medieval, que, no cruzamento com a documentação medieval na Mouraria de Évora (contratos e/ou transações de que a propriedade pode ser objeto) nos levam a propor a formulação de um módulo quadrangular, unidade base de grande simplicidade em si mesmo, o edifício comum, a casa, o espaço de habitar. Por último, olhamos a gestão e estruturação do território na cidade numa perspetiva morfológica e identitária do espaço medieval, a Mouraria, e da população aí residente, a minoria muçulmana. A sobreposição da matriz urbana proposta no espaço Mouraria resultou numa colagem muito aproximada, o que nos leva a acreditar que o que a cidade é hoje, e igualmente o que não é, está presente no confronto, de paralelismos e continuidades de uma *raiz islâmica* intrinsecamente e intimamente ligada à nossa identidade e à nossa cidade concretamente na Mouraria de Évora.

Abstract

The space in the Moorish quarter of the city of Évora, during the XIV and XV centuries

Keywords: Évora; City; Moorish quarter; House or Houses; Moor;

This dissertation addresses the Moorish quarter of the city of Évora during the XIV and XV centuries, following three different approaches. The first approach is an embodiment of urban space, the city, through its journey in time, focusing on enduring elements and referencing places, spaces, analogies and assimilations between the various cultures that occupied the territory, seeking to build an identity of a city during the XIV and XV centuries, and in particular the city of Évora. The second approach focuses on the medieval metric parameters (cubit) and on the constructive processes (mud / adobe) applied in medieval buildings, that, along with the medieval Moorish quarter documentation of Évora (contracts and / or transactions involving property) leads us to propose the formulation of a square module, base unit of great simplicity in itself, the common building, the house, the space to inhabit. Finally, we look at the management and structuring of the territory in the city from a morphological identity perspective of medieval space, the Moorish quarter, and the resident population, the Muslim minority. The overlap of the proposed urban matrix in the space of the Moorish quarter resulted in a very rough collage which leads us to believe that what the city is today, and also what it is not, is present in this confrontation of parallels and continuities of an Islamic root intrinsically and intimately linked to our identity and to our city, specifically in the Moorish quarter of Évora.

Índice

Introdução	9
Proposta	9
Contexto	11
PARTE I	
A Escala Urbana, Caracterização, Evolução e Identidade	13
1. A região e a plataforma de Évora	13
2. Fatores e Características na Localização, o “ <i>locus</i> ” da cidade portuguesa	16
2.1. Formas primitivas de povoamento urbano	17
2.2. A urbanização do território e as cidades	19
2.3. <i>Ebora Liberalitas Iulia</i> (Évora)	22
2.4. A « <i>alma</i> » das urbes	23
2.4.1. A lei islâmica (“ <i>Al-Fiqh</i> ”)	27
2.5. «Lugares de Poder», o exemplo da Alcáçova	31
2.6. O «poder de planear» e a ideia de regularidade	33
PARTE II	
Parâmetros Métricos e Construtivos na Organização da Matriz Urbana no Espaço da Mouraria	41
3. As medidas - um elemento caracterizador da arquitetura	41
3.1. O sistema de medidas de tradição portuguesa	43
3.2. As medidas hispano-árabes - o côvado	47
3.3. As medidas padrão murais	47
3.4. Os padrões medievais	50
4. Os materiais e as técnicas de construção, sua aplicação direta na arquitetura	52
4.1. O « <i>Tijollo</i> » cru, o «adobe»	52
4.2. A taipa	55
4.3. Outros materiais; a pedra; a madeira	57
5. A casa comum e a matriz urbana na mouraria	58
5.1. A casa urbana comum	59
5.2. As características e as dimensões da casa medieval	67
5.3. A matriz urbana no espaço da mouraria de Évora	69

PARTE III

Parâmetros Morfológicos, a “Mouraria Nova” e a minoria muçulmana	76
6. Os contextos	76
6.1. O concelho	77
6.2. A cerca velha, a nova e os arrabaldes	80
6.3. O regime de propriedade	82
7. A Mouraria Nova	85
7.1. A comuna	87
7.2. Minoria e Identidade	88
8. Morfologias e Topónimos na Mouraria	89
8.1. Alcárcova	93
8.2. Rua das Fontes	93
8.3. Rua de Avis	98
8.4. Rua da Mouraria e Terreiro da Mouraria	98
8.5. Rua de João Sirgo , Rua do Inferno	99
8.6. Rua Cega	100
8.7. Os limites da Mouraria	100
9. Paralelismos entre a cidade islâmica e o bairro - a Mouraria	103
Conclusão	110
Fontes e Bibliografia	112
Abreviaturas, Siglas, Índice de imagens	120
Anexo I –Glossário	127
Anexo II –Ações de âmbito Municipal	133
Anexos III - Base Documental	135
Anexo IV –Processos Camarários de Gestão Urbanística	145

Introdução

Proposta

O tema que nos propomos apresentar recai sobre a cidade de Évora. Embora esta cidade tenha sido objeto de vários trabalhos e estudos¹, partimos do pressuposto que o passado é uma fonte inesgotável de reflexão e de ensinamentos, sendo a História Urbana sempre objeto de grande interesse quer ao nível da urbanística como da arquitetura.

O que caracteriza ainda hoje as cidades Europeias são as suas áreas históricas, espaços sedimentados plenos de contributos de muitas gerações. Mas, ao designá-los por espaços sedimentados, não queremos dizer estáticos, porque foram e continuam a ser áreas de intervenção, de acumulações, de reinterpretações e de reutilizações, são espaços vivos que utilizamos e nos quais vivemos². É nessa dualidade, um espaço do passado que pertence ao presente, que reside um dos interesses do nosso estudo.

No olhar sobre a cidade, constatamos por vezes a tendência de uma visão compartimentada segundo uma disciplina³, que tende a um entendimento da cidade apenas como objeto de análise exterior a si mesma e de grande distanciação. Em oposição a esta análise, pensamos ser necessário um entendimento íntimo da mesma, tomando como ponto de partida o próprio homem, que cria a cidade, quer construindo-a fisicamente, quer destruindo-a ou simplesmente, mas não menos importante, habitando-a.

Podemos dizer que a cidade é resultante da ação humana, que compreende ações racionais do homem que age e pensa, ligadas a comportamentos não homogéneos, mas também aonde interferem condutas afetivas e emocionais, não completamente racionais, num vasto processo económico e social de uma determinada sociedade aonde *“a arquitetura não representa senão um aspeto de uma realidade mais complexa”*⁴.

Nesta reflexão sobre a cidade⁵: memória - sentimento - espaço - imagem - desejo - sonho - poder ... , a multiplicidade no modo de se olhar e analisar, quer um mesmo espaço, quer espaços distintos, é uma constante, mas o que está em causa é entender a vivência de um determinado espaço, a Mouraria na cidade de Évora, num período de tempo, o medieval. Acreditamos que as manifestações humanas espelham a sua própria realidade e esta pode ser transponível até aos nossos dias, como uma marca do passado ou como um dado atual.

¹ M. Ângela Beirante, 1988, Ana M. Borges, 1988, M. Domingas Simplicio, 1997, entre outros.

² José Lamas, 1993, p. 133

³ como a sociologia, a economia, a geografia, a história, etc.

⁴ Aldo Rossi, 1977, p. 35

⁵ Ver texto de Ítalo Calvino, p. 4



2 - Vista aérea da cidade de Évora intramuros.



3 - Vista panorâmica da cidade de Évora, intra e extramuros.

Contexto

A cidade de Évora foi conquistada e integrada na Coroa em 1165, teve foral em 1167 e foi sede da Ordem Militar de São Bento de Calatrava, mais tarde, Ordem de Avis. Era constituída pela cidadela, área interior da muralha, e pela periferia aonde se encontravam as comunidades moura e judaica. Os arrabaldes, fora das muralhas, eram constituídos pelas áreas de jurisdição paroquiais de São Mamede e de Santo Antão e formavam núcleos populacionais significativos, até meados do século XIV. Em 1350, no reinado de D. Afonso IV, surge a construção de uma nova cerca, construção essa que se prolongou por cerca de um século e possibilitou a integração destas áreas na segunda cintura de muralhas da cidade⁶.

A anterior estrutura de traçado ortogonal e escala monumental da cidade romana não é retomada, nela se vai sobrepor o traçado radiocêntrico com pontos de apoio nos eixos que ligavam cidades, estradas, portas. Vemos que o desenho urbano mudou, ao longo das diferentes épocas, e teve conteúdos e objetivos diversos. Observam-se dois processos fundamentais no modo de produção do espaço, ou seja, no seu crescimento que se convencionou chamar de *orgânico* e *racional*, e que foram utilizados em simultâneo nos períodos históricos.⁷ O modo de produção espontâneo ou *orgânico*, “obedecia a uma ideia de cidade que nada teria de caótico, apoiando-se também em regulamentos e regras construtivas, estéticas e urbanísticas.”⁸ E o *racional*, segundo um plano ou ideia previamente traçada, quase sempre em esquemas geométricos. É utilizado fundamentalmente em novos assentamentos e “*pressupõe também uma autoridade que domine as transformações espaciais e faça cumprir o plano*”.⁹ Os vários elementos morfológicos que caracterizam a cidade medieval são utilizados, em qualquer dos dois processos, de modo sensivelmente idêntico. Neles existe uma coerência, uma integração e uma dependência recíproca. A muralha como elemento de defesa e de separação com o mundo rural. A rua como elemento base de circulação, comunicação, acesso, inclusive como extensão do mercado, pois é também na rua que se negocia, compra e vende. Os espaços públicos, como a praça e o mercado, são lugares de trocas e serviços, e de reunião social. O quarteirão, que se compõe pelos espaços edificados, a casa comum, e pelos espaços livres os logradouros e/ou quintais. E os edifícios singulares, elementos dominantes, que correspondem a lugares de poder como a igreja ou catedral, o castelo, os palácios, as torres senhoriais e a câmara municipal.

⁶ M. Domingas Simplício, 1997, pp. 93-95

⁷ Robert E. Dickinson, especialista em geografia urbana, adota, quanto à morfologia da cidade medieval a classificação em três tipos; o irregular, o radiocêntrico e o regular, em quadrícula ou em tabuleiro de xadrez. F. Chueca Goitia, 1982, p. 93

⁸ José Lamas, 1993, p. 134

⁹ *Ibidem*, 1993, p. 134



4 - Vista panorâmica da Mouraria, sendo evidente o traçado da Rua da Mouraria, determinado pela sua retilinearidade.

Parte I

A escala urbana, caracterização, evolução, identidade

... “ É preciso saber escutar e entender a cidade. Olhar à volta e perceber a sua lógica interna. As cidades são como os rios ou florestas. Ou ainda como livros, que necessitam de ser lidos e interpretados.”

Renzo Piano
in Jornal Expresso, 10.Jun.2011, Espaços & Casas, p.10

1. A região e a plataforma de Évora

Évora sede de concelho¹⁰ insere-se numa região territorialmente extensa denominada Alentejo Central, com indícios de desertificação no plano populacional. Identifica-se na rede urbana como pólo de atração, com mais de um quarto da população desta sub-região¹¹, que engloba catorze municípios. O concelho de Évora e os de Alandroal, Borba, Mourão, Sousel, Vendas Novas, Vila Viçosa, confinando com Arraiolos e Estremoz a norte, com Portel a sul, com Redondo e Reguengos de Monsaraz, a nascente, e com Montemor-o-Novo e Viana do Alentejo a poente¹².

No quadro de orientações sobre política regional da União Europeia (E.U.), “Évora assume-se como uma cidade Média, localizada sobre o eixo de integração europeia – Lisboa/Madrid/Barcelona - e na confluência com o eixo interior de nível nacional - Faro/Bragança”¹³.

Évora e Viseu¹⁴ surgem como exceções à concentração urbana ao longo da costa nacional e constituem-se como elementos essenciais no equilíbrio do sistema urbano nacional, com um papel equivalente às designadas “*metrópoles de equilíbrio*”, em França¹⁵.

No contexto das relações internas e externas, a centralidade geográfica entre o litoral e a fronteira, confere-lhe uma inserção natural no território Ibérico e Europeu, no

10 O concelho subdivide-se em três unidades geográficas; Centro Histórico, Cidade Extramuros e Zona de Transição e Área Rural, num total de dezanove freguesias

11 *Região Alentejo* (NUT II) e sub-região *Alentejo Central* (NUT III), em conformidade com as nomenclaturas territoriais definidas pelo Regulamento do Conselho (CE) nº 1059/2000 (Legislação comunitária que estabelece a nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTs) da União Europeia, transposta para a legislação portuguesa pelo Decreto-Lei nº 244/2002 de 5 Novembro que estabeleceu o novo ordenamento do território nacional para fins estatísticos, atribuindo ao Alentejo cinco NUTs de Nível III)

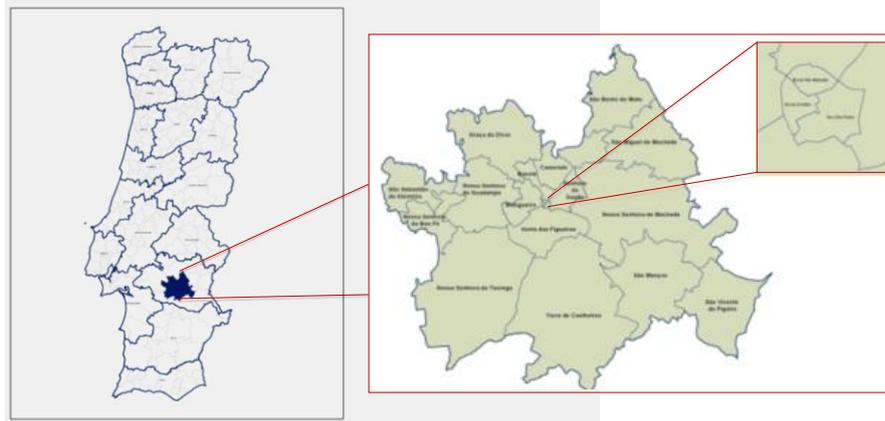
12 Jorge Gaspar, 1993, p. 156

13 Relatório, vol. I, Diagnóstico do Plano Diretor Municipal de Évora (PDME),2007, p. 12, ver ANEXO G

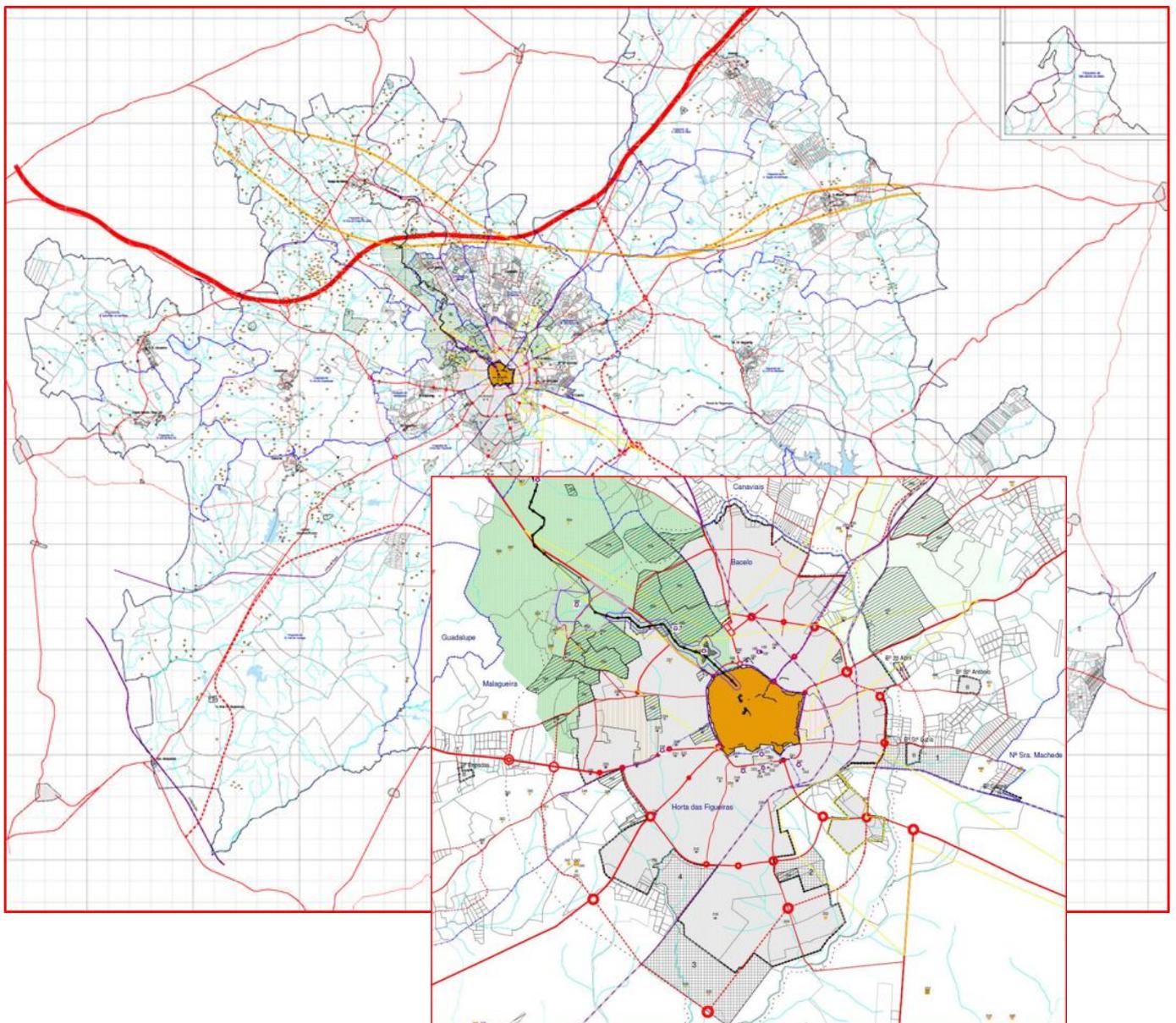
14 Cidades com cerca de 50.000 habitantes ou mais em 2001

“... a generalidade dos centros urbanos com 50.000 ou mais habitantes que se situam fora das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, situam-se, ou na sua envolvente, como Braga e Guimarães, ou na faixa litoral, como Coimbra, Aveiro Leiria e Faro.” Ibidem, 2007, p. 13

15 Ibidem, 2007, p. 13



5 - Enquadramento do concelho e da cidade de Évora. Unidades Geográficas e Freguesias.



6 - A centralidade e atratividade da cidade, intra e extramuros, no concelho.

espaço em que confluem o “Arco Atlântico’ e o ‘Arco Latino’/ Mediterrâneo Ocidental, na denominada região do Sudoeste Europeu, que integra a ‘Diagonal Continental’ e alcança o Oceano Atlântico.”¹⁶

Dominada pelo símbolo urbano de Cidade Património Mundial da Humanidade, classificação dada pela Unesco em 1986, a cidade integra uma vocação patrimonial, turística e cultural com a Universidade, para além de uma área de desenvolvimento em serviços, devido à centralidade administrativa e terciária.

Jorge Gaspar aponta como fragilidade ao desenvolvimento na zona a carência de água e identifica como uma das transformações mais fortes, a quebra de ligação entre o povoamento e a terra.¹⁷

Na análise que este autor fez das regiões portuguesas, em 1993, diz-nos que neste território o povoamento é concentrado¹⁸. Nele são evidenciados dois grupos de construções, o que integra os aglomerados populacionais, do qual é preponderante a habitação, e o da construção isolada, o monte, em que sobressai a função agrícola. A casa como elemento é marcada pela relação preponderante de cheios¹⁹. Na composição podem igualmente identificar-se dois sentidos “um clássico, formal, ritmado, estático, outro liberto de qualquer formalismo, [que] dinamizou a superfície pela distribuição dos vãos.”²⁰

Évora foi sempre um importante aglomerado no território ao longo das sucessivas culturas, e nó de importantes eixos viários desde os romanos. É uma cidade com carácter próprio expresso no contraste do granito com as texturas resultantes da sobreposição da cal nas superfícies, nas soluções de coberturas em arco, abóbadas e abobadilhas.²¹ Apesar de erudita, na sua arquitetura com os seus palácios, conventos e igrejas, com a universidade e como local de residência régia, possui um sabor local, assim se referindo o Inquérito da Arquitetura Popular Portuguesa “Do *hibridismo erudito e espontâneo, a que não falta o sentido do improvisado, resultam erros à luz do conceito de Arquitetura clássica; quando isso se dá ganha porém em frescura e em ingenuidade relevando nunca se ter totalmente libertado das raízes da terra.*”²²

Na atualidade, Évora tem revelado uma capacidade atrativa moderada, resultante do despovoamento contínuo das áreas rurais, de uma urbanização crescente, da população com inserção e concentração na área urbana e de um aumento da necessidade de habitação devido ao desdobramento familiar, traduzindo-se num ritmo

16 Relatório, vol. I, Diagnóstico do PDME, pp. 13,14

17 “O abandono dos campos é também correlativo de transformações na Agricultura que vão da sua modernização, mecanização, recurso a inseticidas, seletividade do solo – até a uma maior extensividade, que hoje é dominante”, Jorge Gaspar, 1993, p. 157

18 Para o autor, esta distribuição tem por fatores de influência a agricultura e a economia da região “Assim indiretamente o solo, o subsolo, o clima, e o manto vegetal espontâneo, ou resultante da ação do homem ou concomitantemente da sua economia, determinam o modo como ele se agrupa.” Ibidem, 1993, pp. 156,157 e p. 160

19 AAVV, 1988, p. 58

20 Ibidem, 1988, p. 91

21 Ver ponto 4, Parte II, Os materiais e as técnicas de construção, sua aplicação direta na arquitetura

22 AAVV, 1988, pp. 91,92

de crescimento periférico da área urbana da cidade. A tendência no centro histórico é inversa, permanece distinto e contido nas muralhas e na circular, elementos que estabelecem a quebra de relação entre as duas condições, o velho e o novo. A política de ações de qualificação dos espaços públicos, infraestruturas e dignificação da envolvente, assente quase exclusivamente nas dimensões da preservação, encontrou inúmeras fragilidades na sustentabilidade da cidade intramuros, no que respeita ao património civil, de base e função residencial. Em 2001, apenas residia no Centro Histórico cerca de um terço da população registada em 1960. “*A cidade de Évora é hoje caracterizada por uma situação de perda de atratividade do seu Centro Histórico e deficiente estruturação do crescimento extramuros.*”²³ O património de Évora, como em outra cidade, poderá sempre vir a ser repensado, revertido, reintegrado em oportunidades, ativando um novo sentido de identidade, pois ele só se manterá vivo no momento em que fizer parte e se integrar no uso e contexto urbano.²⁴

2. Fatores e Características na Localização, o “locus” da cidade

As razões pelas quais obedece a escolha de um determinado lugar para nele se instalar um aglomerado urbano como a cidade de Évora são possivelmente várias. José M. Fernandes aponta como fatores tradicionais ao longo da história as necessidades de defesa, proximidade da água, capacidade dos terrenos, clima, necessidades políticas, administrativas, religiosas, económicas, como as de prestação de serviços, equidistâncias entre centros urbanos e respetivas áreas de influência entre si. No entanto, Jorge Gaspar inclui, para além destas, as razões de natureza mágica, lúdica e incide que “*em qualquer dos casos a escolha tem um conteúdo funcional.*”²⁵

Na fundação das cidades, importa referir a obra escrita do filósofo islâmico Ibn Kaldûn.²⁶ A sua teoria divide o mistério da história humana na tensão entre os cenários da vida no campo e na cidade, na coexistência de dois modos de vida distintos; o nómada, que se identifica com o homem camponês ou do deserto e o sedentário, que se identifica com o cidadão, ambos distintos e opostos, em perpétua luta entre si.

23 Relatório do Plano de Urbanização de Évora (PUE), p. 10 e Relatório da Carta Educativa do Concelho de Évora, pp. 42,43

24 Ver descrição das ações de renovação urbana e preservação do património desde a Carta de Atenas em 1933, cuja evolução de conceitos e procedimentos conduziu a diferentes estratégias. Maria Domingas Simplício, 1997, pp. 182-202

25 Jorge Gaspar, 1975, pp. 107-152 e José Manuel Fernandes, 1987, pp. 80,81

Ver também a escolha dos lugares para as cidades no Tratado de Arquitetura de Vitruvius, Livro I, capítulo IV, M. Justino Maciel, 2006, p. 41

Escrito no séc. I a.C., constituiu um documento de suporte na cultura arquitetónica desde o século XVI na Europa quando foi divulgado. Consciente da sua importância, D. João III ordenou uma versão em português a Pedro Nunes, matemático, mas este tratado só chegou a ser reproduzido nos nossos dias. Paulo Varela Gomes, *Ibidem*, 2006, nota de apresentação

26 Abderrahamân Ibn Khaldûn (1332-1406) foi político, historiador, filósofo e pensador do mundo árabe. A sua obra escrita precursora das ciências sociais modernas, denominada *História Universal*, apresenta uma “*nova ciência*”, identificada hoje com a sociologia moderna e com as relações desta ciência com o conhecimento histórico. Mostra que a sociedade humana se encontra dependente de forças psicológicas e materiais. Na primeira parte, a *Al-Muqaddima*, refere o nascimento, processo vital, a morte das cidades e as condições favoráveis para a sua fundação. Ver cap. IV, *La civilisation sédentaire villes et cités*, al-‘umrân al hadarî, Ibn Khaldûn, 1967,68, pp. 543-601; Aida Y.Hoteit, 1993, pp. 7-10

Na interpretação que Ortega y Gasset faz da tese de Ibn Kaldûn refere que a sociedade começa livre no nomadismo. *“O nómada, valente, esforçado, lutador, modelado para uma vida pobre e dura é o conquistador que faz as cidades suas ou as edifica, mas tende forçosamente para a vida sedentária e já não volta à vida nómada. Quando esta civilização atinge o sedentarismo, dispersa a sua atenção e as suas forças diminuem, na atenção ao progresso da civilização ou urbanidade, nos prazeres e riqueza, na abundância e no luxo, na vida supérflua, e acaba a sua dominação política por se consumir e corromper-se sendo o seu fim até que anos mais tarde “outros nómadas” venham invadir-lhes o lugar fechando-se um ciclo. É uma imagem simples que se identifica com o ciclo natural de todos os seres vivos, “... tal como é natural para a lagarta tecer o seu casulo para morrer dentro dele.”*²⁷ Define e caracteriza a história como um processo constante e repetitivo ainda que não necessariamente cíclico de crescimento e de decadência *“por períodos de invasão e criação de estados, períodos de civilização e novos períodos de invasão”*²⁸ dentro das diversas formas e associações humanas. O filósofo chega a estabelecer um período temporal deste ritmo em três gerações.

Na fundação das cidades, o filósofo diz-nos serem necessárias várias condições: as de localização e assentamento; as sócio-económicas, que podem ser hoje designadas por *“dinâmicas regionais”* e as de planificação urbana. Segundo Ibn Kaldûn, a cidade é uma mescla de gente e cultura, arquitetura e engenharia, governo e administração, finanças e economia.

2.1. Formas primitivas de povoamento urbano

Segundo José M. Fernandes, Orlando Ribeiro procura fundamentar as características do *locus* português numa memória de transmissão castreja ou, na existência de uma cultura protourbana, de possível vínculo celta, nomeando três cidades principais; Lisboa, Porto e Coimbra. As referências de Estrabão enquadram dois grandes grupos; a classificação dos povoados indígenas dos séculos III e II a.C.; os *castros*²⁹ e os grandes aldeamentos povoados, as *civitates*, refere ainda os *oppida*, entre o Tejo e o Mondego e os aglomerados dos Túrdulos, no Algarve e no Baixo Alentejo, os quais se devem situar num contexto de romanização augustana.³⁰ A implantação dos castros é particularmente numerosa a norte do rio Vouga, estando a sua economia baseada na agricultura, na criação de gado e no furto.

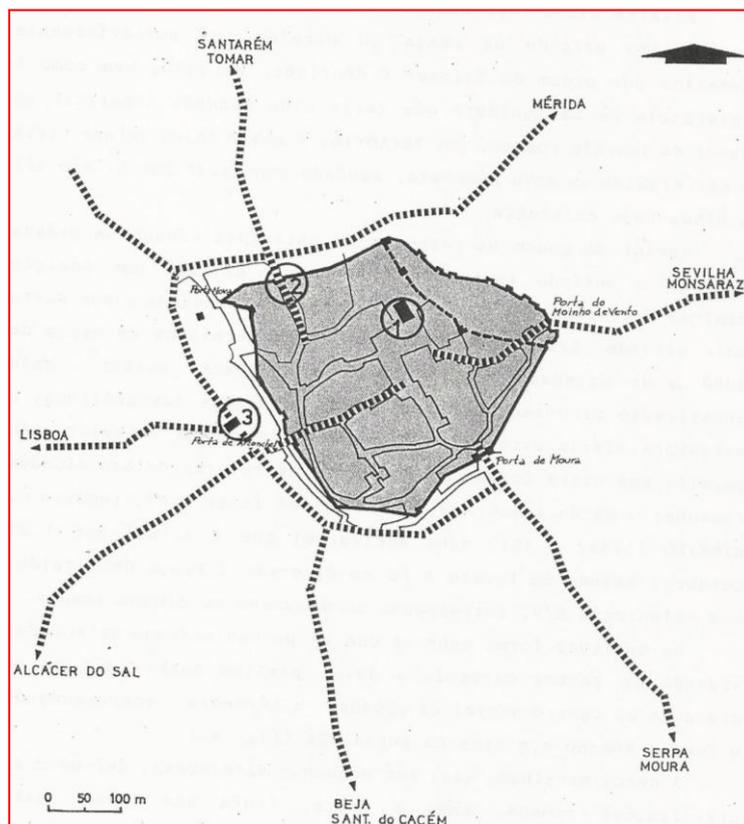
Os *“castros constituem uma forma de habitat ligado à ocupação dos pontos dominantes do relevo, normalmente colinas de altitude média, entre os 200 e os 500 metros, perto da costa atlântica e ao longo das bacias dos rios, quase sempre com*

²⁷ Apud F. Chueca Goitia, 1982, p. 66

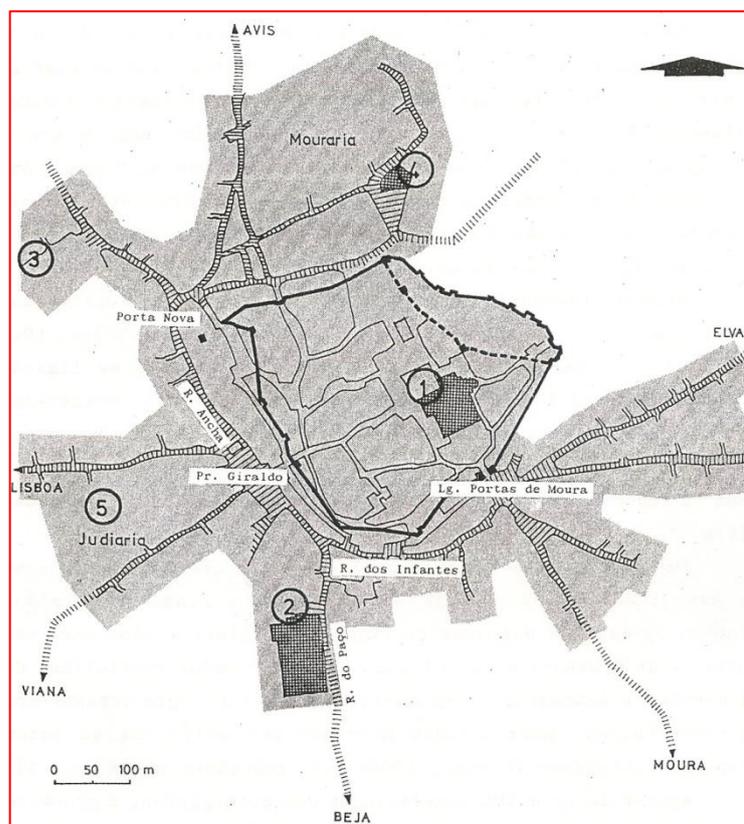
²⁸ Ibidem, 1982, p. 67

²⁹ Armando Coelho situa a cultura Castreja entre os séculos VIII a.C. e a segunda metade do século I, Vasco G. Mantas, 1986, p. 17

³⁰ Ibidem, 1986, p. 16



7 - A cidade Romana adaptado do Plano Diretor Municipal, relatório nº 28 (1978/79).
 1. Templo Romano; 2. Arco de D. Isabel; 3. Arco do triunfo (demolido).



8 – A Mouraria na cidade medieval de Évora, século XIV. Adaptado do PDM Évora, relatório nº28(1978/79).
 — Cerca Velha; 1. Sé; 2. Convento de São Francisco; 3. Convento de São Domingos; 4. São Mamede; 5. Sinagoga Grande.

*difíceis condições de acesso.*³¹ Em cada castro, residia um agrupamento de famílias patriarcais, uma *gentilitas*, ou vários *gentilitates*, nos povoados maiores. O sistema defensivo reside na proteção com uma a quatro muralhas, mais ou menos concêntricas ou segmentadas na zona habitada e nos setores de fácil acesso, sendo a solução de tripla muralha a mais divulgada. Nos povoados mais antigos ou superficialmente romanizados a planta circular é dominante. Estudos de casos mostram a antecedência desta fase à de planta quadrangular ou retangular, de influência mediterrânea ou mesmo romana.³²

Pouco se sabe dos povoados indígenas pré-romanos no nosso território, fora da área de cultura Castreja, diz-nos Vasco Gil Mantas, porque sobre eles foram levantadas povoações romanas e suas características construtivas são de difícil localização. Mas mesmo nesta cultura de povoados fortificados “*a sua cronologia está longe de se encontrar bem definida*”³³

No topo da colina ocupada pela cidade de Évora, a fotografia aérea mostra “*uma área de superfície semelhante à do castelo velho de Veiros, delimitada pela muralha romano-medieval do Largo dos Colegiais e pelas Ruas da Freiria de Baixo e de S. Manços. Trata-se, com toda a probabilidade, dos vestígios da muralha do Oppidum Céltico da Ebora, sobre o qual, pelos finais do século I a.C., se levantou a cidade romana, então cognominada Liberalitas Iulia.*”³⁴

O autor julga poder afirmar que o fenómeno urbano no território atualmente português não se desenvolveu antes do início do domínio romano, sendo apenas ocasional as influências exóticas; fenícias, gregas, tartéssicas e púnicas, por isso, anteriores ao século I a.C..³⁵

2.2. A urbanização do território e as cidades

“A cidade ... foi, com efeito, um dos mais importantes contributos da romanização e, simultaneamente, um dos seus principais fatores.”

Vasco G. Mantas, 1987, p. 15

O modelo de ocupação foi gradual, e a ação de César e de Augusto foram muito importantes na região sul de Portugal. A primeira manifestação foi a fundação de colónias militares por razões de ordem estratégica, das quais pouco se conhece³⁶, usufruindo os seus habitantes nelas dos direitos completos de *c Hispânia, os Romanos criaram pelo menos trinta e cinco colónias, cinco das quais na Lusitânia: Caecilia Metellium (Medellín), Norba Caesarina (Cáceres), Scallabis idadania. “Na (Santarém),*

³¹ Vasco G. Mantas, 1987, p. 17

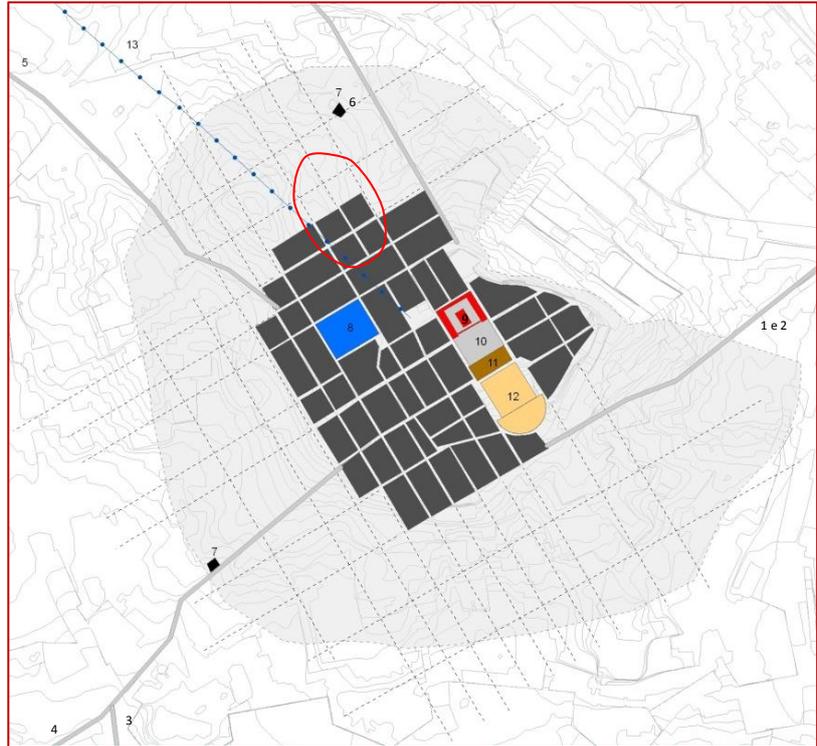
³² Ibidem, 1987, pp. 13-26

³³ Ibidem, 1987, p. 22

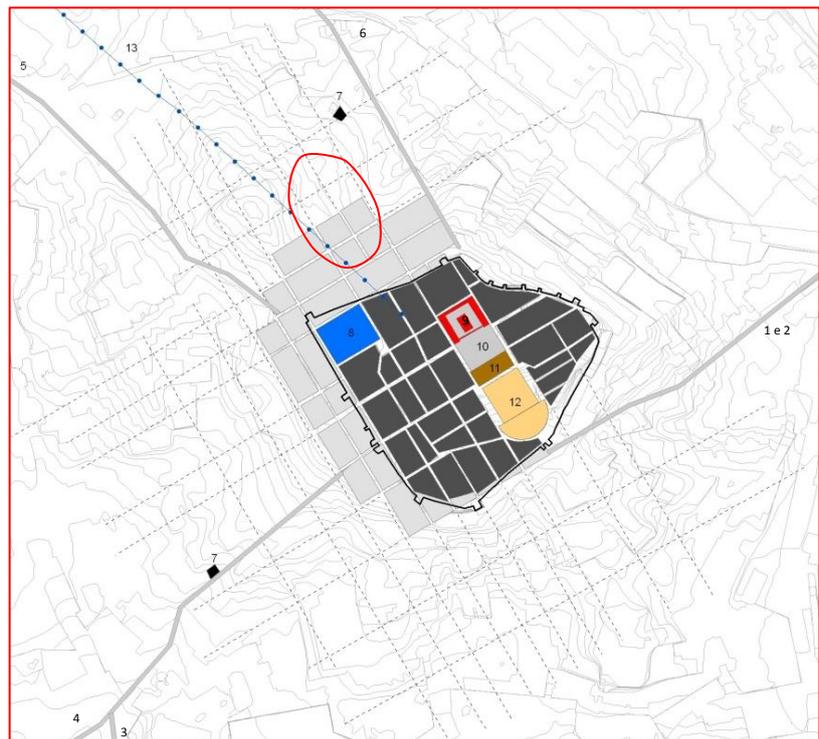
³⁴ Ibidem, 1987, p. 24

³⁵ Ibidem, 1987, p. 25

³⁶ Jorge Alarcão, 1973, pp. 36,37, p. 40, pp. 47,48



9 - A cidade Romana - *Ebora Liberalitas Iulia*, século I



10- A cidade Romana - *Ebora Liberalitas Iulia*, século IV

1. Via para Emérita Augusta por Estremoz; 2. Via por Emérita Augusta por Badajoz; 3. Via para Pax Iulia (continha ligação para Septum); 4. Via para Salácia e Olísipo por Alcáçovas (bifurcava junto da Esparragosa, indo encontrar Valverde); 5. Via para Scallabis; 6. Via para Sellium; 7. Necrópoles(?); 8. Termas; 9. Templo Romano; 10. Praça do Forum; 11. Basílica; 12. Teatro (?); 13. Hipotética linha do aqueduto; ■ Principais zonas habitacionais (insulae e domus); ■ Zonas destruídas a partir do séc. IV d.C.; ▨ Provável limite da área urbana; — Provável linha da muralha romana; ---- Quadrícula ortogonal remanescente da primeira cidade (provável extensão máxima da área urbana); — Localização da Mouraria nos sécs. XIV e XV.

*Pax Julia (Beja) e Emerita Augusta (Mérida). A partir do séc. II, a fundação de colónias tornou-se extremamente rara.*³⁷

Na urbanização do território português, Vasco G. Mantas refere que os Romanos estabeleceram, com a sua capacidade e sentido prático, um processo de urbanização quase espontâneo, independente da hierarquia urbana cautelosamente organizada nas províncias.

Nas cidades de Beja e Santarém³⁸, *as colónias de Pax Julia e Scallabis*, fundadas como centros administrativos pelos Romanos parece ser confirmada a agregação e a finalidade de uma implantação territorial localizada no interior, em áreas com relevo acidentado, as quais assentam numa *“...poderosa organização do espaço, baseada num perfeito sistema de viação terrestre, opõe-se a certo abandono dum litoral extremo batido pelos ventos, em frente de um mar sem ilhas.”*³⁹

Os municípios vinham em segundo lugar, estabelecidos nas cidades indígenas suficientemente desenvolvidas onde apenas eram cidadãos os magistrados, após o desempenho do cargo *“(....) o município de direito romano de Olisipo Felicitas Iulia (Lisboa); o município de direito latino de Ébora Liberalitas Iulia (Évora)*^{40/41}; *a cidade peregrina de Myrtilis Iulia (Mértola).*⁴²

No final do século I, a rede urbana criada pelos Romanos atingia *“a sua forma quase definitiva, representando uma estrutura flexível, eficazmente adaptada às condições locais. A administração romana utilizou a cidade, muitas vezes sucessora de um povoado indígena, de forma muito cautelosa, procurando que ele constituísse um estímulo para que as mudanças necessárias se efetuassem gradualmente, através da introdução de novos conceitos de vida coletiva e da integração, sempre que possível, dos elementos tradicionais. É este impressionante diálogo entre tradição e inovação, entre autoridade e autonomia, que as cidades romanas da Península Ibérica vão permitir através das suas múltiplas funções.”*⁴³ A cidade “centro de poder” criada ou reorganizada inseria-se numa estrutura hierárquica e num novo conceito urbanístico, o de cidade capital,⁴⁴ reunia funções específicas que se refletiam no quadro

³⁷ Vasco G. Mantas, 1986, pp. 25,26

³⁸ São sedes de *conventi* no nosso território: Braga povoação de origem antiga; Santarém e Beja com origem em colónias, superavam os simples portos do Douro, Tejo e Sado, salvo Salácia (Alcácer do Sal). Dicionário de História de Portugal, 1968, vol. II, p. 61

³⁹ José M. Fernandes, 1987, p. 82

⁴⁰ *Ebora*, palavra de origem celta. *Liberalitas Iulia* nome concedido por Júlio César. M. Ângela Beirante, 1998, pp. 10,11

⁴¹ A sua importância reflete-se por *“serem oriundos de Évora a maior parte dos senadores lusitanos conhecidos, a implantação da cidade numa zona relativamente pouco urbanizada, a cuidada construção e manutenção das vias, a presença de um bispo no século III, são fatores que nos levam a atribuir a Évora um estatuto especial, comparável ao de Aquae Flaviae (Chaves)”*, Vasco G. Mantas, 1986, p. 32

⁴² Vasco G. Mantas, 1986, pp. 26, 28

⁴³ *Ibidem*, 1986, p. 31

⁴⁴ Capitais de Convento Jurídico; Braga, Santarém e Beja, Lisboa principal centro portuário da Lusitânia e ainda Chaves, destinada a servir de apoio à integração dos *vici* e *castella* da região.

administração de áreas mais ou menos vastas. A relação entre a cidade e o seu território era reforçada e materializado no terreno por um cadastro oficial, identificado por uma quadrícula, dividindo de formas regular e sistemática, no todo ou em parte, as áreas rurais dependentes. Foram identificados cadastros em torno de Beja, Évora, Santarém e Conímbriga, todos com o módulo normal da centúria quadrada de 710m de lado, equivalente a uma área de cerca de 50 hectares.⁴⁵

Paralelamente, as cidades desempenharam um papel religioso com uma ação para além da ordem moral, que permitia encontrar soluções jurídicas, económicas e sociais para problemas resultantes das diferenças de uma sociedade provinciana, confundindo-se por vezes com as estruturas administrativas, como sucede com o culto imperial. O templo de Évora⁴⁶, como o de Beja, Conímbriga e talvez Faro, todos do século I a.C., foram certamente santuários de culto imperial. Existiam outros cultos, na cidade de Évora, como os amici Nemesiaci (CILII5191), formado por fiéis de Némesis. *“Este tipo de associações desenvolvia fortes laços entre os seus membros, quase sempre de condição modesta, constituindo interessantes exemplos de solidariedade e coesão sociais.”*⁴⁷

2.3. Eborā Liberalitas Iulia (Évora)

*“Como qualquer cidade romana, Évora obedece à organização dos acampamentos militares: portas orientadas segundo os pontos cardeais, duas vias que se cruzam em ângulo reto e, na interceção de ambas, o fórum.”*⁴⁸

A muralha, de finais do século III, apresenta uma forma de pentágono irregular reforçada por 12 torres, que foram sendo reconstruídas até ao século XIV, delimita uma área com cerca de 10ha, mantendo ainda hoje partes do seu traçado. A entrada no recinto fazia-se por portas em arco de volta perfeita. A norte, o arco que ainda hoje se conserva, *“foi reforçado talvez no século XIV com um arco interno mais elevado do que o primitivo”*⁴⁹ a que atualmente se designa por arco de D. Isabel. A sul, a Porta de Moura, cujo nome se mantém desde o século XIII, advém da orientação viária que possui⁵⁰. Estas duas portas marcariam os limites do *cardo* enquanto as Portas da Selaria e do Sol demarcavam o *decumanos*. No cruzamento destes dois eixos principais, localizava-se o *fórum*.⁵¹

Évora é o exemplo mais elucidativo do traçado urbano romano numa cidade portuguesa.⁵² *“A análise da estrutura urbana eborense permite reconhecer o*

⁴⁵ Vasco G. Mantas, 1986, p. 40

⁴⁶ Vulgarmente atribuído a Diana, *“... trata-se de um edifício de ordem coríntia, hexástico e períptero, com 25x15m, combinando harmoniosamente nas colunas o mármore das bases e capiteis com o granito dos fustes.”* Ibidem, 1986, p. 43

⁴⁷ Ibidem, 1986, pp. 35,36

⁴⁸ M. Ângela Beirante, 1998, pp. 10,11

⁴⁹ Ibidem, 1998, p. 41

⁵⁰ Ibidem, 1998, pp. 40-42

⁵¹ Paulo S. Rodrigues, 2008, pp. 5-15, M. Domingas Simplício, 1988, pp. 87-91

⁵² Ver figs. 7, 9 e 10

decumano máximo e o cardo máximo e calcular o módulo das insulae no interior da muralha romano-medieval. O cardo, cujo eixo coincide com o do templo romano, está orientado no sentido noroeste - sudeste, formando com o norte geográfico um ângulo de cerca de 31 graus. Encontra-se particularmente bem conservado no troço do largo das Portas de Moura e Rua da Mesquita, corresponde à saída da estrada para Pax Iulia (Beja). O decumano é mais difícil de identificar, sobretudo devido à importância da patte d'oise que se desenvolveu a partir de uma desaparecida porta situada junto à Praça do Giraldo, entre as duas Alcáçovas. É provável que o arco monumental romano que existiu até 1570, aproximadamente no local aonde hoje se encontra a fonte da Praça do Giraldo, tivesse alguma relação com o traçado do decumano, uma vez que se situava exatamente no prolongamento da Rua Vasco da Gama, cujo eixo conduz ao largo fronteiro ao templo, reduzido representante moderno da esplanada do fórum. Todavia, se o arco tinha uma implantação perpendicular ao eixo da praça, como parece, será preferível considerar como representativas do decumano as Ruas da Selaria e do Raimundo. Cardines e decumani deixaram numerosos traços e permitem verificar que a área da cidade romana sofreu uma redução quando foi construída a muralha, provavelmente no final do século III. Os eixos urbanos conservados, sugerem que as insulae teriam uma superfície de dois actus. A estrutura urbana cobria uma área retangular, orientada segundo o cardo máximo, equivalente à planta geral de duas fundações augustanas do ano 25 a.C., as colónias de Mérida e Aosta.”⁵³

Em Évora, o aqueduto e o templo datam de meados do século II, tendo o aqueduto, tal como o de Coimbra, sido reconstruído no século XVI, segundo traçado romano, segundo refere M. Ângela Beirante.⁵⁴

2.4. A «alma» das urbes

“A cidade é um modelo ampliado da alma do indivíduo”
in Apresentação, “O imaginário da Cidade”, 1989.

Com as invasões Bárbaras, a preferência pela vida no campo desencadeou um movimento contrário ao das cidades. Em contraste com uma predominante tendência rural para a dispersão do povoamento, para cima do Mondego e Serra da Estrela,⁵⁵ surge a civilização muçulmana,⁵⁶ com origem nas regiões semi-áridas do Oriente, cujo tipo de cidade, “sustentada pela regra e enriquecida pelo comércio das caravanas encontrou, em todo o Sul da Península Ibérica, terreno favorável à sua expansão: no meio de hortas, em planuras férteis, ou em lugares acidentados a que se adapta sem dificuldade.”⁵⁷ Na ocupação do território que é hoje Portugal, a sua presença é mais evidente a sul, desde as costas algarvias ao Vale do Tejo.

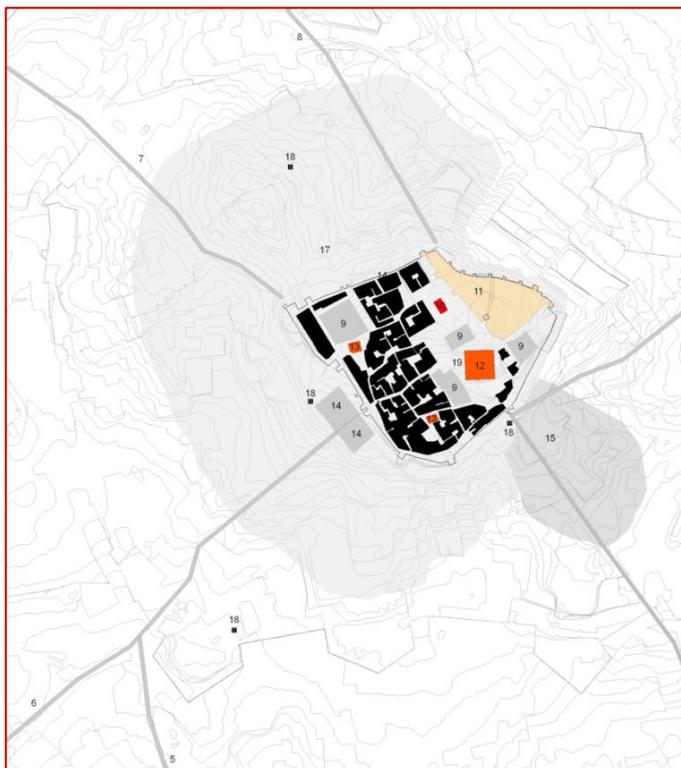
⁵³ Vasco G. Mantas, 1987, pp. 40-42. No entanto, põe-se hoje em dúvida a existência do referido arco romano.

⁵⁴ M. Ângela Beirante, 1998, pp. 10,11, p. 40

⁵⁵ onde bárbaros germânicos como os Suevos se tinham instalado

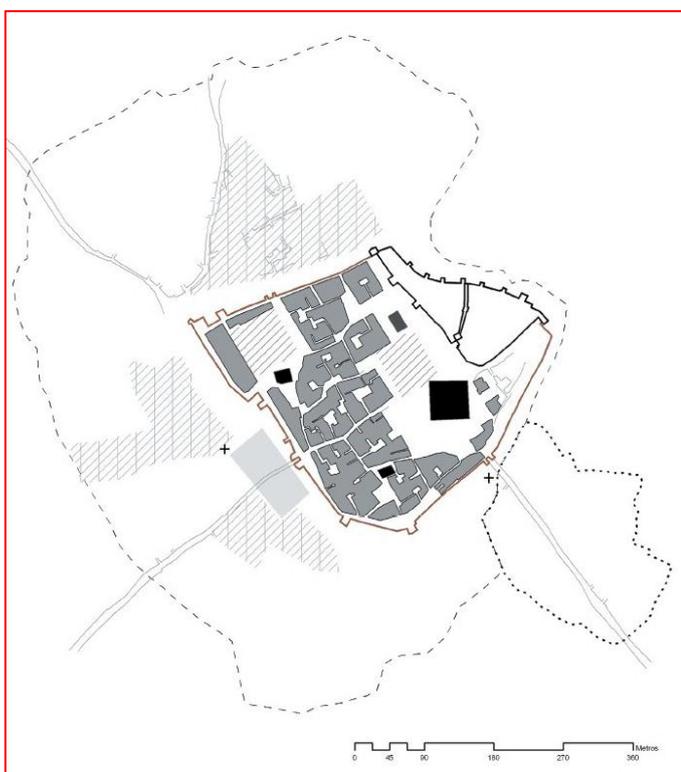
⁵⁶ Ver ANEXO 1 E - A mensagem islâmica, o Corão ou Alcorão

⁵⁷ Orlando Ribeiro, 1981, p. 61



11 – Évora (Yabura), Séc. X

Legenda - 1.Via para Badajoz e Mérida; 2.Via para Badajoz e Mérida; 3.Via para Monsaraz (?); 4.Via para Portel e Moura; 5.Via para Beja; 6.Via para Lisboa e Alcácer do Sal (Bifurcava junto da Esparragosa, indo encontrar Valverde); 7.Via para Santarém; 8.Via para Tomar; 9.Zonas de incerteza urbana; 10.Templo Romano (fortaleza?); 11.Alcáçova; 12. Mesquita al-jama; 13.Mesquita (?); 14.Zona de arrabalde (?) Área máxima de disseminação urbana da moçarabia; ■ Principais zonas habitacionais; — Provável linha da muralha romana-muçulmana.



12 – Medina de Yabura. Proposta de Organização Urbana e Zonas de Crescimento Urbano. Séc. IV d.C. – 1165

■ Hipotéticos quarteirões; ■ Praça do Giraldo (musara); ■ Templo Romano; + Prováveis cemitérios; ■ Principais zonas de crescimento urbano (arrabaldes); ▨ Prováveis Mesquitas; ▨ Zonas urbanas de caráter incerto; Estradas e ruas definidas através de um sistema de continuidades; — Cerca Velha; — Limite máximo da cidade de Yabura (álulica); - - - Provável desenho da Alcáçova; Limite esquemático da moçarabia (sécs. X/XII).

A concentração das comunidades e de uma vida urbana, nos séculos XII a XVI, vai permitir uma disparidade no próprio território.⁵⁸

O geógrafo al-Idrisi⁵⁹ descreve e revela, do seguinte modo, o carácter tanto agrícola como comercial da cidade de Évora no século XII: *“Esta última cidade é grande e bem povoada. Cercada de muros, possui um castelo e uma mesquita catedral. O território que a cerca é de uma fertilidade singular. Produz trigo, gado e toda a espécie de frutos e legumes. É uma região excelente onde o comércio é próspero, quer em objetos de exportação quer em objetos de importação. De Évora a Badajoz, para oriente, 2 jornadas.”*⁶⁰

Para José M. Fernandes, a importância da cidade muçulmana está vinculada à sua anterior, na medida em que lhe dá continuidade, sobretudo na tradição urbana, não altera os aspetos locativos, mas as características gerais do espaço, os conteúdos e os símbolos vão sofrer mutações dada a sua afirmação cultural.⁶¹ A *“... fusão destes valores com os de raiz ocidental entrará a partir de então para a «alma» das urbes ibéricas.”*⁶²

Segundo F. Chueca Goitia, a velocidade de expansão não permitiu a criação de elementos culturais novos nem formas artísticas próprias, apenas a sua assimilação e adaptação porque, como ele nos diz, *“o islão é uma nova conceção de vida”*⁶³, no entanto, Dias Farinha considera, por outro lado, que foram as zonas já habitadas por populações de cultura antiga que vieram a condicionar o modo de vida dos seguidores do novo Credo⁶⁴. E temos ainda a visão de António Orihuela, que nos diz que do contacto com estas culturas resultou uma arte distinta e própria com assimilação, fusão e adaptação; da arquitetura bizantina, *“as casas com pátios quadrados ou retangulares dotados com pórticos em seus quatro lados”*⁶⁵, da arquitectura persa *“pátios preferencialmente retangulares com pórticos só nos lados menores”*⁶⁶ e ainda *que não foram permitidas nem variações nem influências culturais ou políticas ao longo dos séculos num substrato rural ou vernáculo muito adaptado e agregado da zona mediterrânea. No entanto, toda esta vasta expansão territorial teve na língua árabe o “elemento transmissor da sua religião, da sua organização social que serviu para dar unidade.”*⁶⁷

Seguindo o pensamento de Ernest Egli, todos os elementos estruturais que constituem

58 “Assim, apenas o vale do Tejo, o Alentejo, especialmente a parte oriental, e o Algarve parecem ter mantido desde a antiguidade, ininterrupta ou renovada, uma tradição urbana”, Orlando Ribeiro, 1981, p.62

59 Também conhecido como Al Idrissi, Edrisi, Idris ou ainda Dreses (Ceuta 1110 - Secília 1165/66) foi geógrafo, cartógrafo e botânico árabe, famoso pelos seus mapas, tanto no desenho como na precisão. Executa, em 1154, um “mapa-múndi”, desenhado no sentido inverso ao utilizado atualmente, conhecido como a Tábula Rogeriana. Subdivide o mundo em sete faixas paralelas ao equador, designadas por climas ou zonas e cada uma delas em dez secções, de Ocidente para Oriente.

60 A. Borges Coelho, 2008, p. 53 e M. Domingas Simplício, 1997, p. 93

61 Ver ponto 2.4.1, A lei islâmica Al-Fiqh

62 José M. Fernandes, 1987, p. 82

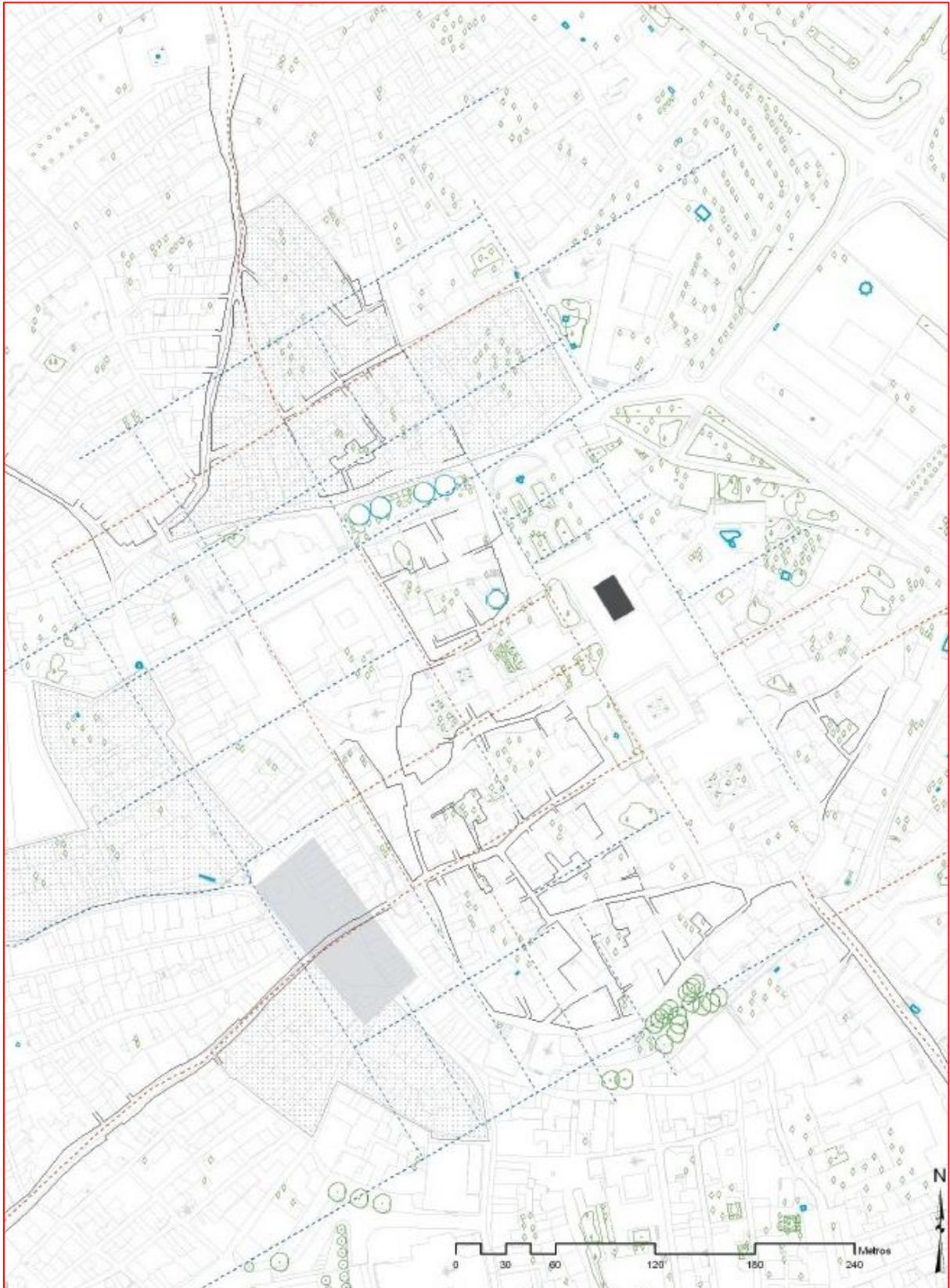
63 F. Chueca Goitia, 1982, pp. 61,62

64 A. Dias Farinha, 1989, pp. 19,20

65 A. Oriuhela Uzal, 2007, p. 301

66 Ibidem, 2007, p. 301

67 Ibidem, 2007, p. 301



13 – Medina de Yabura. Proposta de alteração dos arruamentos com base no ortogonalismo romano.

Templo Romano;
 Praça do Giraldo (musara);
 Principais zonas de crescimento urbano (arrabaldes);
 Representação hipotética a partir da matriz romana;
 Reconstituição com evidências arqueológicas e/ou comparativas;
 Malha hipotética através de um sistema de continuidades

a cidade obedecem a uma conceção unitária resultante das necessidades da comunidade, da envolvente física, do clima e da paisagem. Não se pode ter uma combinação de elementos heterogéneos, *“uma rua muçulmana com casas góticas nem uma catedral junto a uma agora clássica”* e *“a ideia fundamental de uma cidade está implícita na ideia da casa individual dessa cidade.”*⁶⁸

Para F. Chueca Goitia, o que caracteriza todas as cidades muçulmanas, independente da sua localização ser no Atlântico ou no Golfo Persa, de ser uma cidade herdada ou nova é a sua grande semelhança que não é identificada em nenhuma outra cultura⁶⁹. Apresenta-se com um carácter privado, hermético e sagrado, mas, num ponto, assemelha-se à cidade clássica, opõe-se ao campo e o autor chega mesmo a afirmar que esta dicotomia é mais profunda no Islão do que em qualquer outra cultura.⁷⁰

2.4.1. A lei islâmica (“Al-Fiqh”)

O programa da cidade islâmica encontra-se expresso por Idris II⁷¹ quando este se dispunha a fundar Fez e *“disse a um velho ermitão que queria construir uma cidade aonde se adorasse o Deus Supremo, onde se lesse o seu livro, e as suas ordens fossem cumpridas.”*⁷²

Para todo o crente ou submetido, «o poder só vem de Deus e só ele o exerce», conceito que expressa a igualdade social entre todos pelo facto de serem crentes. A privacidade ou intimidade é igualmente um sinal de respeito a seus irmãos, seus iguais, símbolo da igualdade dos crentes perante Deus.⁷³

Georges Spies foi o jurista que chamou a atenção para a correspondência da única lei ‘Al-Fiqh’⁷⁴ na organização urbana, influenciando o processo de mudança e de transformação do meio físico da cidade tradicional. O seu estudo foi desenvolvido por Robert Brunshvig e por Besim Selim Hakim, cuja investigação retratou, no livro “Arabic-Islamic Cities”, o estudo de caso da cidade de Tunes, o qual recorre a manuscritos antigos da planificação das cidades, que se baseiam nas regras da escola Malequita. A comparação entre esta investigação e um outro trabalho baseado na escola Hanafi demonstrou que existe um consenso entre as diferentes interpretações ou escolas no uso da terra e nas normas de conduta do meio físico.

⁶⁸ F. Chueca Goitia, 1982, p. 13

⁶⁹ Ibidem, pp. 62,63

⁷⁰ Ibidem, p. 65

⁷¹ (791-828) Idris II nasceu após a morte de seu pai Idris I, sua mãe era a filha do chefe da tribo berbere Awarba. Astuto aprendiz e com grandes atributos, é lembrado como um dos maiores sábios do Islão. Sua sepultura na Zawiyya Moulay Idris em Fez, é considerado o lugar mais sagrado. Tornou-se oficialmente soberano em 805 com treze anos. Vinte anos após a fundação da cidade de Fez por seu pai, na margem direita, Idris II refunda a cidade agora na margem esquerda do rio. A partir de então começa a unificar Marrocos sob o Islão, estabelecendo uma firme conduta e uma profunda fé. Durante 200 anos foi confirmada e estabelecida a monarquia tradicional de Idris I e II.

⁷² Quer para F. Chueca Goitia, 1982, p.63 como para A. Hoteit

⁷³ Ver ANEXO I-E - A mensagem islâmica, o Corão ou Alcorão e ANEXO I C - A casa islâmica

⁷⁴ Ver ANEXO I-B - Al-Fiqh

As regras religiosas-civis expressam-se em todas as culturas muçulmanas e operam ao nível das unidades elementares; indivíduo, parcela, casa e as suas combinações geram infinitas soluções mediante decisões conscientes ou inconscientes de carácter binário (liberdade expressiva /repressão restritiva) a sua análise permite aferir que estas são invariáveis universais e geradoras da configuração do espaço físico das cidades⁷⁵.

O cumprimento dos deveres religiosos influenciou o desenho e o funcionamento das cidades. Vejamos que a prática e o respeito pelo momento específico de oração deu lugar à construção de minaretes em algumas cidades e observatórios astronómicos.

O estado de pureza ritual obtido nas abluções (maiores ou menores) obrigou aos sanitários (latrinas), tanques, fontes e banhos públicos "*hammams*". A existência de um lugar amplo para acomodar todos na oração comunitária de sexta, a Mesquita⁷⁶, determinou não só a necessidade de um grande edifício, mas como este devia ser construído segundo a orientação para Meca, com uma grande sala de oração, como um pátio para abluções. "*A combinação e a interação destas regras ao nível social, económico e ideológico gera uma enorme diversidade de respostas durante os processos da morfogénese urbana.*"⁷⁷

Na cidade, a lei distingue a rua aberta da rua sem saída. A rua aberta, de passagem ou caminho público "*nāfid*", é um espaço que todos têm o direito de percorrer ou atravessar, é definida por ser um bem comum, de uso e domínio público, de todos os muçulmanos "*al-muslimi*" da comunidade de crentes "*Umma*", cuja largura mínima varia entre os 3,23m a 3,50m. A rua sem saída ou beco é designada por "*gayr nāfid*", "*darb*" ou "*zuqāq*" e é, na sua maioria, considerada pelos juristas como um espaço semiprivado pertencente às propriedades circundantes, que podem ser apropriadas por grupos familiares ou tribais e congregações artesanais que tenham o acesso a partir delas formando uma unidade espacial. Apresentam-se com dimensões entre o 1,84m e os 2,00 m.⁷⁸

A '*fina*' é uma noção da propriedade complementar não edificada pública ou privada, representada por um espaço ao redor do edifício que, na opinião da maioria dos juristas muçulmanos, é considerado como parte da própria propriedade. Também nós nos apropriamos do espaço exterior, vemos na Rua do Inverno, por exemplo, a roupa estendida ou a gaiola do pássaro pendurada na parede.⁷⁹ A tradição do Profeta diz que "*quem se apropria sem direito de um palmo de terra será castigado*"⁸⁰. Nas ruas principais, corresponde ao espaço em redor da porta da casa que se não deve estender

75 J. García-Bellido e G. Diego, 1997, p. 59

76 Ver Parte III – Mesquita p. 115

77 J. García-Bellido e G. Diego, 1997, p. 60

78 "*A pavimentação de um adarve ou rua principal seguia o modelo de terra batida e de perfil ligeiramente côncavo.*", Santiago Macias, 1996, p.61

A intervenção dos legisladores fazia-se sentir no enquadramento de questões e resolução de problemas como por exemplo quando as ruas deviam ser regadas ou, por exemplo, quais os jogos, nomeadamente o de dados, e as brincadeiras que não eram permitidos nesse locais públicos. *Ibidem*, 1996, p. 62

Ver ANEXO I - C - A casa islâmica

79 Ver fotografias Parte III

80 Santiago Macias, 1996, p. 21

para mais da metade da largura da rua e nos becos cobre quase todo o espaço diante da porta, estendendo-se a toda a largura.

As construções salientes, balcões que se projetam sobre as ruas em segundo piso (*“ayyina- plural de yana”*), são comuns e não são impedidas desde que não causem danos e não perturbem a circulação, segundo os juristas Ibn al Rami, Malik e Ibn al Qasin. Mas, segundo o legislador Malik, não existe o direito a reservar o espaço para uso próprio nos espaços de pouca largura, onde a menor coisa impediria a circulação; no entanto quando a largura não impede nem incomoda a circulação, não provoca danos, não vê razão para que os proprietários do bairro não os utilizem para as suas próprias necessidades.

A lei é muito flexível no uso da *‘fina’* e há diferentes opiniões com respeito à invasão de espaços públicos (ruas/espços públicos; becos/espços semi-privados), podendo ocorrer ainda a ausência ocasional de um executor público, *‘el muhtasib’*, ou a falta do seu poder. No entanto, nos becos, os juristas são unânimes *“... no intervienen en las acciones tomadas com respecto a estos callejones mientras que todos os proprietários circundantes e ellos estuvieran de acuerdo en lo concerniente a su uso y no se formulara ninguna queja.”*⁸¹

Podemos considerar que na forma física da cidade, simples ações como a abertura de portas e janelas, a ampliação dos edifícios e o tratamento das açoteias/terraços, as soluções diferem, mas todos têm em conta as mesmas regras e convenções para garantir a privacidade e não causar danos. A escola Maliquita, nesse sentido proíbe que a porta seja colocada em frente à do seu vizinho, mas nas aberturas para entrada de ar e luz os juristas Ibn Wahb e Ashhab parecem compreensivos desde que não permitam a intrusão na intimidade do vizinho.⁸²

Ao observar dentro de cada bairro tradicional, podemos constatar que as alturas dos edifícios são sempre similares, todos com dois, três ou quatro pisos, é muito raro encontrar alturas diferentes, sendo o ponto mais alto da cidade sempre o minarete, de função religiosa.⁸³

O uso de açoteias ou terraços ocorre com maior incidência em zonas urbanas com raros espaços abertos. Aqui, entram em discussão duas questões, o seu acesso e a sua utilização, ambos terão de estar rodeados por muros de proteção para não causar danos aos vizinhos. Para Ibn al-Rami, sete palmos eram suficientes.

Ao nível da segurança no imobiliário como muros/paredes demolidos sem reparação sabemos que, segundo a escola Maliquita, o seu dono terá de reconstruir para não causar dano ao seu vizinho, se tiver suficientes recursos; mas, no caso de não os possuir, então ficará dispensado e o vizinho terá de construir uma parede para se proteger na sua propriedade, diante da parede demolida. No entanto a perspectiva não é unânime, pois, para Sahnun Ibn al-Majishun, o dono deve ser obrigado à sua reconstrução em ambos os casos, porque a proteção é um direito que têm entre si os

⁸¹ Aida Y. Hoteit, 1993, p. 24, p. 32

⁸² Ibidem, 1993, pp. 26,27

⁸³ Ibidem, 1993, p. 29

vizinhos quando construíram a sua casa. Relativamente aos edifícios danificados os juristas obrigam os seus donos a reconstruí-los.⁸⁴

O proprietário pode exercer o seu direito sucessório em um terço (1/3) da sua propriedade, mas sobre o restante tem que aceitar as estritas regras legais e dividir com todos os seus sucessores, exatamente de acordo com sua posição de parentesco na estrutura familiar. Os sub-produtos da propriedade individual são igualmente outro dos fatores de causa e semelhança em todas as cidades islâmicas.

A aplicação das regras não parece ter tido igual rigor no privado e público. No caso do interesse privado dos indivíduos, como a intrusão na intimidade ou através da abertura de vãos de porta para o exterior, as regras cumpriam-se sempre. Mas, em casos relacionados com interesse público, a lei parece ter sido muito flexível. Isto causava um grande efeito na forma das ruas, na invasão e apropriação de algumas partes, ou no fecho completo dos becos.

Sabemos que a cidade islâmica parte de pressupostos totalmente diferentes da realidade ocidental. Assume-se, no seu significado, como uma comunidade de habitantes “... da qual cada muçulmano se reconhece e se sente cidadão, viva só ou em grupo, seja nómada ou sedentário, cidadão ou campesino”⁸⁵. Não é uma simples forma material ou espaço construído e defensivo, mas um recinto sagrado aonde a religião e a política se confundem. No seu conjunto de imagens, arquitetura e forma urbanística revela a sociedade que a moldou e ocupou, e exprime as tensões entre as forças naturais e a ação humana, que aqui surgem condicionadas por regras morfogenéticas, de acordo com padrões de relacionamento e valores enraizados na base da cultura e sociedade gerada na religião muçulmana.

Podem ser identificadas três características determinantes; uma forte separação entre o domínio privado e público, uma organização inversa à cidade ocidental, de fora para dentro (da rua para a casa), mas de dentro para fora (da casa à rua) e uma centralidade e convergência no principal elemento, a grande mesquita.⁸⁶

Cada cidade é então uma forma complexa, múltipla composta por espaços fechados, interiores, e espaços públicos abertos, numa disposição que se nos parece desordenada, remete, no entanto, para a ambiguidade e relatividade dos conceitos ‘*ordem*’ e ‘*desordem*’. Segundo Betrán Abadía, para que se possa concluir que qualquer fenómeno esteja desordenado é imprescindível que este contrarie as regras que proporcionem o modelo de ordem, não se podendo atribuir essa classificação quando nunca se transgrediram regras inexistentes, ou que não se pretendiam alcançar.⁸⁷

84 Aida Y. Hoteit, 1993, p. 29

85 Ibidem, 1993, p. 18

86 Ibidem, 1993, p. 45

87 Garcia - Bellido, 1997, p. 63

2.5. «Lugares de Poder» - o exemplo da Alcáçova

A conquista cristã da cidade, por Geraldo Sem Pavor, implica rupturas, mas também continuidades. Os “lugares de poder” exemplificam essa asserção. A Alcáçova (*qasabah*),⁸⁸ em Évora, encontrava-se situada a oriente, na zona com maior declive. Correspondia a uma área residencial e núcleo original fortificado, o *castelo*, distinta da estrutura urbana da cidade (a Medina) com a qual se articulava. Existem no atual edifício da Biblioteca Pública vestígios da porta de comunicação com a alcáçova.⁸⁹ Desde a Reconquista que os reis cristãos, através da sua presença nas alcáçovas, “afirmaram a continuidade desses «lugares de poder» mas também espaços de ligação privilegiada entre o seu poder e as cidades enquanto nós vitais de uma politização do espaço ibérico.”⁹⁰

O espaço era partilhado entre o rei e os freis de Évora.⁹¹ O Alcácer Velho, na parte que pertencia ao rei, era conhecido, no século XIII, pelo nome de *Alcácer de El-Rei* e no século XIV pelo de *Castelo*, situava-se “junto ao atual pátio de São Miguel ou nas proximidades do Palácio dos Condes de Basto”⁹² Havia no entanto, um segundo, o Alcácer Novo, construído por ordem régia, que ficaria contíguo ao primeiro, no qual o rei tinha o seu paço e onde residiria o alcaide. O Alcácer Novo ocuparia então a atual Pousada, Igreja dos Loios e parte do Palácio das Cinco Quinas.⁹³

“Na verdade, a Évora da pós-Reconquista da segunda metade do século XII e das primeiras décadas de Duzentos era um centro articulado em torno do poder militar, essencial à sua sobrevivência, e do poder religioso, cedo presente na malha urbana e na rede dos poderes com influência na cidade.”⁹⁴

“As menções, cronologicamente próximas, a um alcácer velho e um novo, o caráter lacunar das informações para a Évora muçulmana e para a Évora do pós-Reconquista cristã dificultam o conhecimento da malha urbana, da extensão e mesmo da sua organização interna para as primeiras décadas da segunda metade de Duzentos, sendo grande a tentação de ler o urbanismo de final do século XII e do início de Duzentos como a herança direta das décadas anteriores. No entanto, é de supor que a marca cristã se tenha feito gradualmente sentir no espaço vivido da cidade conquistada, recuperando por um lado, antigas e contínuas funcionalidades, como acontecia com o espaço dos alcáceres velho e novo, entregues à ordem dos freires.”⁹⁵

88 Alcácer, Cidadela ou fortaleza da cidade muçulmana

89 M. Ângela Beirante, 1998, pp.43,45; Rita C. Gomes, 1998, pp. 86,87

90 Rita C. Gomes, 1998, p.87; Jorge Gaspar, 2000, p. 134

91 “em 1176, Afonso Henriques entregava à posse destes freires umas casas situadas em Évora com o seu alcácer velho”. Rui de Azevedo (ed) – Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1958, vol. I. doc. 327, pp. 427-428, Apud M. Hermínia Vilar e Hermenegildo Fernandes, 2007, p. 11

A transferência da ordem de Évora para Avis ocorre na segunda década do século XIII, M. Ângela Beirante, 1998, p. 44

92 M. Hermínia Vilar e Hermenegildo Fernandes, 2007, p. 11

93 M. Ângela Beirante, 1998, p. 44

94 M. Hermínia Vilar e Hermenegildo Fernandes, 2007, p. 11

95 Ibidem, 2007, p. 11

A utilização das alcáçovas de Coimbra, Santarém, Lisboa e Évora como paços régios pelos monarcas cristãos ocorreu até ao final da Idade Média, período assinalado pelo seu lento abandono. Primeiro Santarém e Évora e, mais tarde, Lisboa e Coimbra “talvez devido às características intrínsecas dos lugares e à singularidade da sua evolução urbanística,”⁹⁶ afirma Rita Costa Gomes. Em Santarém como em Évora, que “nunca desempenhou um grande papel enquanto residência régia,”⁹⁷ a deslocação dos monarcas levou-os para os espaços movimentados das praças comerciais ou «rossios». Semelhante localização foi, em Lisboa, o movimento dos paços para a Ribeira próximo dos limites da cidade (muralhas).⁹⁸

Exprime a mesma autora que o abandono da alcáçova eborense “feita pelo rei em proveito dos freires das ordens militares, que se apropriaram desses «lugares de poder» de modo privilegiado, aqui como em quase todas as vilas e cidades do sul do país”⁹⁹, se deve ao facto de os territórios a sul do Tejo não se terem constituído como as áreas escolhidas pelos monarcas portugueses em período anterior ao século XIV. Sabemos, no entanto, que mais tarde, já no século XVI, Évora torna-se cidade eleita de residência dos monarcas, a segunda cidade nos itinerários régios.¹⁰⁰ Como outra possível razão desse movimento, indica o crescimento dos espaços urbanos, que passam a aproximar-se e a envolver as alcáçovas, de tal modo que é necessário atravessar a cidade para dar entrada nas residências reais¹⁰¹ e ainda nos diz que ao contrário dos “paços” no espaço rural, as residências reais nas cidades são dificilmente abandonadas e reorganizadas, em função de novas exigências ou de tentativas de intervenção urbanística que, como se sabe, também existiram nestas épocas mais recuadas.¹⁰² Segundo a autora, a utilização e a valorização dos lugares do poder da tradição régia portuguesa correspondeu a uma vontade clara de construção de D. Manuel, extensiva a D. João III e a outros membros da família real.¹⁰³

2.6. O «poder de planear» e a ideia de regularidade

A posse e defesa do nosso território passaram por uma outra conquista, a de ocupação permanente do espaço com a construção de uma identidade, “que reconhecesse no rei o seu Senhor e no espaço habitado uma parte do reino”¹⁰⁴. Aos núcleos urbanos, coube o papel central de fixação da população em comunidades ordenadas. O instrumento primordial da ação régia, que deixou marcas reconhecíveis no território foi o urbanismo realizado. Segundo Luísa Trindade, “foi este o primeiro grande momento da história do urbanismo português, momento em que a cidade, por

⁹⁶ Rita C. Gomes, 1998, p. 95

⁹⁷ Ibidem, 1998, p. 96

⁹⁸ Ibidem, 1998, pp. 95-98

⁹⁹ Ibidem, 1998, p. 96

¹⁰⁰ Ibidem, 1998, p. 99, Paulo Rodrigues, 2008, pp. 34-38

¹⁰¹ Ibidem, 1998, p. 98

¹⁰² Ibidem, 1998, p. 96

¹⁰³ Ibidem, 1998, p. 100

¹⁰⁴ M. Luísa Trindade, 2009, p. 9

determinação régia, foi protagonista de transformações profundas à escala do território.”¹⁰⁵

Entre os séculos XII e XIV, quer nas cidades existentes, em zonas de expansão planeada,¹⁰⁶ como nas cidades novas, na sua maioria promovida pelo poder real, os traçados urbanos regulares estabelecem-se como forma de consolidar o poder político e económico no território nacional.¹⁰⁷ *“Desde o século XIII que os reis procuraram construir uma fiscalidade mais ativa e cada vez mais complexa, a partir de domínios e conceitos diversos, numa incessante busca de recursos”* explica-nos Rita C. Gomes¹⁰⁸. A *“refundação”* das cidades era acompanhada pela concessão de uma carta de foral aonde se encontravam expressos os privilégios, os direitos e os deveres dos habitantes, que marcavam a diferença entre o recinto da cidade e o termo envolvente¹⁰⁹. Em troca de privilégios e isenções *“o rei exigia a fixação da população por um prazo previamente acordado, estabelecia os tempos para a edificação das casas e para o plantar das vinhas”*.¹¹⁰

As muralhas tinham funções de defesa e de barreira. Era nas portas que se exigia as portagens sobre os produtos que entravam na cidade. As muralhas apresentavam forma arredondada ou alongada por uma razão económica, pois a forma arredondada permite delimitar uma área mais extensa do que qualquer outra. E, em termos defensivos, oferece melhores condições de resistência aos ataques, feitos segundo as técnicas de assalto medieval, do que os ângulos vivos de uma muralha quadrada ou retangular.¹¹¹

José M. Teixeira e M. Vala falam-nos de um processo de auto colonização *“em territórios recentemente conquistados, politicamente instáveis ou pouco povoados que se pretendia colonizar e povoar”* e de uma *“noção de planeamento associada à ideia de poder: o poder de planear e o poder de dispor dos recursos necessários para impor a concretização do modelo planeado. Só através de um poder forte era possível levar a cabo esta tarefa nas suas múltiplas dimensões. Estritamente associada à ideia de planeamento, surge também a ideia de regularidade, expressa muitas vezes - mas não necessariamente – através da ortogonalidade. Mais do que por razões estéticas ou cosmológicas, embora elas também estivessem presentes, a regularidade do traçado tinha a ver com a eficácia de planeamento e de construção que a tais modelos permitiam (...) A adoção de um traçado regular - no limite a adoção de uma quadrícula – era a forma mais rápida e mais equitativa de fundar uma nova cidade...”*.¹¹²

Destacam-se, no final do séc. XIII, Viana do Castelo e Nisa¹¹³. Ambos os núcleos são fundados e compõem-se por quarteirões retangulares de dimensões idênticas com

105 Ibidem, 2009, p. 10

106 Ver ponto 5.3, Parte II, A matriz urbana no espaço da mouraria de Évora

107 José M. Teixeira e M. Vala, 1999, p. 26,27

108 Rita C. Gomes, 1998, p. 86 e p. 88 (V. Magalhães Godinho, Finanças Publicas e estrutura do estado, in Ensaio II- Sobre História de Portugal, Lisboa, Sá da Costa 1968, pp. 25-63)

109 Ver ponto 6.3, Parte III, A cerca velha, a nova e os arrabaldes

110 M. Luísa Trindade, 2009, p. 9

111 Ver Parte III

112 José M. Teixeira e M. Vala, 1999, p. 27

113 Ibidem, 1999, p. 28

estrutura ortogonal, uma hierarquia bem definida, formal e funcional, em que os eixos principais se orientavam para as portas. As dimensões das ruas, dos quarteirões e dos lotes eram constantes dentro de cada cidade. A maior regularidade encontra-se entre os 18 e os 30 palmos, nas ruas principais e entre os 14 e os 18 palmos nas ruas secundárias. As dimensões dos lotes devem ser encaradas como valores médios ou valores padrão. Para Nisa, Viana do Castelo e Miranda do Douro certifica-se os 20 palmos (4,40m) nas dimensões de ruas principais e os 15 palmos (3,30m) nas ruas secundárias¹¹⁴. Ao palmo equivale uma dimensão próxima de 22cm.¹¹⁵ Algumas das áreas de expansão nas cidades existentes evidenciam um traçado geométrico como Lisboa com o arrabalde de Santana, Estremoz com o bairro de Santiago, e Évora com os bairros da Mouraria¹¹⁶ e da Judiaria. No século XIV, o desenvolvimento urbano também é expresso pela construção de Ruas Novas, caracterizadas pela sua linearidade, largura e ordenamento, em várias cidades, nomeadamente Lisboa, Santarém, Porto e Évora.¹¹⁷

A métrica encontrada com uma maior regularidade nas dimensões de frentes do lote são 25 ou 30 palmos, ou seja, entre os 5,50m e os 6,60m. Com 30 palmos exatos encontram-se os casos de Nisa, Estremoz, Monsaraz e Valença. Propomos agora a Mouraria de Évora em que encontramos uma estrutura regular de loteamento (fracionamento, de cada parcela), cujas dimensões e geometria, de todos os lotes, são idênticas.¹¹⁸ *“Estas mesmas dimensões de loteamento vamos encontrá-las a partir daí ao longo dos séculos, em muitas cidades construídas por portugueses, quer em Portugal, quer fora de Portugal. É esta dimensão que está na origem das frentes de casas com três vãos – três portadas ou uma porta e duas janelas - características das casas portuguesas. Encontramos, ainda, estas dimensões de frente de lote no Porto, nas novas urbanizações promovidas pelos Almadás, no final do século XVIII e ainda nas urbanizações privadas do século XIX”*¹¹⁹ e inclusive em Évora, no século XX.¹²⁰

Essa procura de rigor e de regulamentação inclui-se na *“preocupação de medir”* que se introduz durante o século XIII. D. Afonso III (1248-1279) foi o grande impulsionador deste processo de racionalização, em que os primeiros instrumentos e difusores eram os funcionários régios e municipais. Teve como expressões a difusão do notariado e da escrita, onde possivelmente se incluíam também os regimentos dos povoadores, uma nova moeda padrão e a definição das equivalências de vários sistemas de medidas.¹²¹

Segundo este autor, é no contexto desta racionalização da sociedade de maneira particular nos seus atos institucionais, que é possível entender a elaboração de um preciso conjunto de regras de ordenamento e de medidas, rigorosas e abstratas, que vão ser aplicadas na fundação de novas cidades.

114 Ver Parte III, dimensão de ruas, quadro comparativo, p. 105

115 Rui Cunha, 2003, p. 59

116 Ver Parte II e III. Aqui o traçado das ruas principais e estruturantes de Avis e das Fontes, também se orientam para uma porta.

117 José M. Teixeira e M. Vala, 1999, p. 30

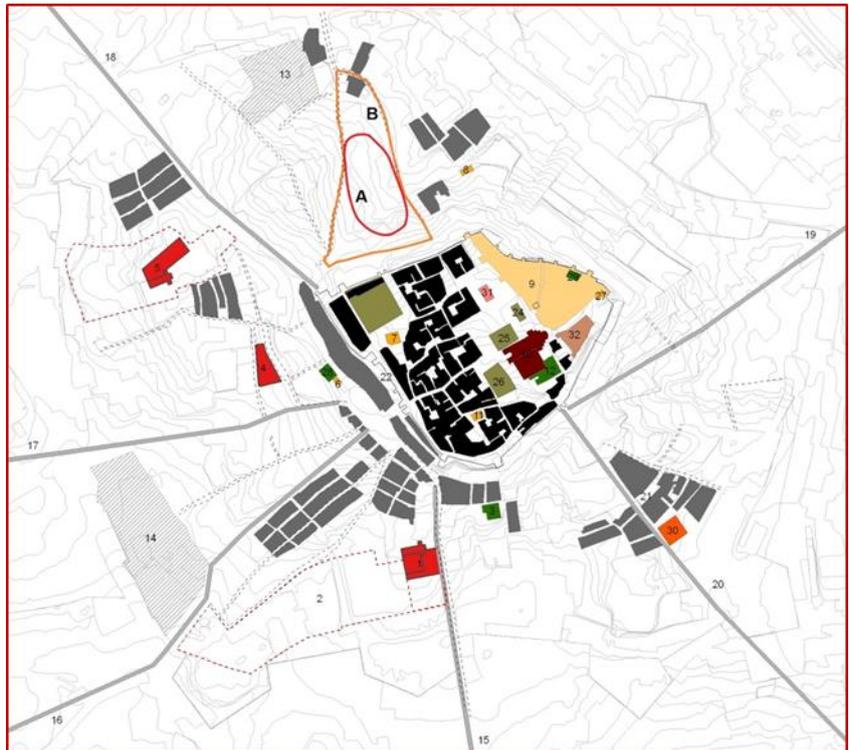
118 Ver ponto 5.3, Parte II, A matriz urbana no espaço da mouraria de Évora

119 José M. Teixeira e M. Vala, 1999, p. 30

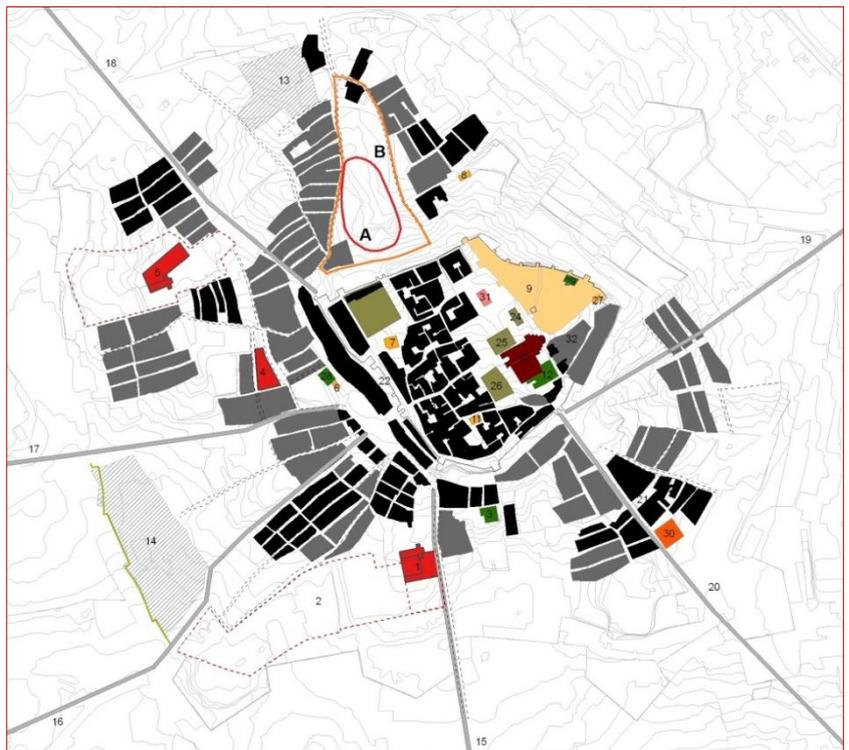
120 AAVV, 2001, p. 70

121 Ver ponto 3, Parte II, As medidas – um elemento caracterizador da arquitetura

16 - Évora, 1165-1295



17 - Évora, 1300 - 1350



1. Convento de São Francisco; 2. Cerca e Horta do Convento de São Francisco; 3. Albergaria de Jerusalém; 4. Convento de Santa Catarina; 5. Conjunto conventual e cerca de São Domingos; 6. Igreja de Santo Antoninho; 7. Igreja de São Tiago; 8. Igreja de São Mamede; 9. Castelo Medieval; 10. Sé Catedral; 11. Pátio do Salema e Igreja de São Pedro; 12. Albergaria do Corpo de Deus; 13. Monturo de Pedro Loução; 14. Zona Agrícola da Palmeira; 15. Caminho para Beja, Serpa e Portel; 16. Caminho para Alcácer do Sal; 17. Caminho para Alcácer do Sal e Lisboa; 18. Caminho para Santarém, Tomar e Avis; 19. Caminho para Elvas e Espanha; 20. Caminho para Moura, Monsaraz e Portel; 21. **Primeira Mouraria**; 22. Zona de permanência de judeus; 23. Praça Grande; 24. Casa da Câmara e Celeiro dos Bispos; 25. Paço Episcopal; 26. Recolhimento dos monges; 27. Igreja de S. Miguel; 28. Corpo de Deus de Santo Antoninho; 29. Albergaria de S. Miguel; 30. **Mesquita (?)**; 31. Açouge (Templo Romano); 32. Paço dos Freires de Évora; ■ Principais zonas habitacionais; A Localização da Mouraria nos sécs. XIV e XV; B Eixos viários estruturais.

A modernização da vida urbana e a mudança das instituições, a partir de meados do século XV, iniciadas por D. Afonso V (1438-1481), prosseguidas por D. João II (1481-1495) e D. Manuel I (1495-1521), que se expressam pela construção das casas de Câmara ou Paços do Concelho, de Misericórdias, da ampliação e construção de novas igrejas e na modificação dos espaços públicos adjacentes associados aos lugares nobres com primazia sobre todos - as praças.¹²²

Na transição para o século XIV, *“com D. Dinis, surge novo impulso na vida urbana. As reformas que este soberano ordena e implementa chegam a abranger cerca de 4/5 do total das fortalezas, muralhas e castelos existentes...”* vai *“projetar extensões planeadas em Lisboa (Rua Nova), fundar novos núcleos (Vila Real e Vila Nova de Cerveira), muitas das praças que renova ou amplia apresentam também esquemas que, embora simplificados, indicam a recuperação de uma tradição de geometria urbana que estava então muito «esquecida», curiosamente agora mais evidente em exemplos situados de novo no Alto Alentejo oriental, onde parece ter perdurado mais intensamente a urbanidade antiga (no fundo, talvez ainda vestígio distante da «área de influência» da capital lusitana, Mérida). Monsaraz, Alegrete, Vila Viçosa ou Redondo sugerem similitudes de traçado que as relacionam com as fundações reais do Norte de Espanha (século XII) ou do Sul de França (séculos XIII-XIV), as «bastides» - mas de novo e sempre delas diferem pela escolha de lugares altos, para além de apresentarem uma estrutura muito mais simples e elementar.”*¹²³

Perdida a função primordial de defesa, o modo tradicional, de implementar as cidades, na colina, transformar-se-á em lugar de memória. A evolução vai fixar os aglomerados em sítios planos (Monsaraz; Reguengos), (Óbidos; Caldas das Rainha), (Ourém; Vila Nova de Ourém).¹²⁴

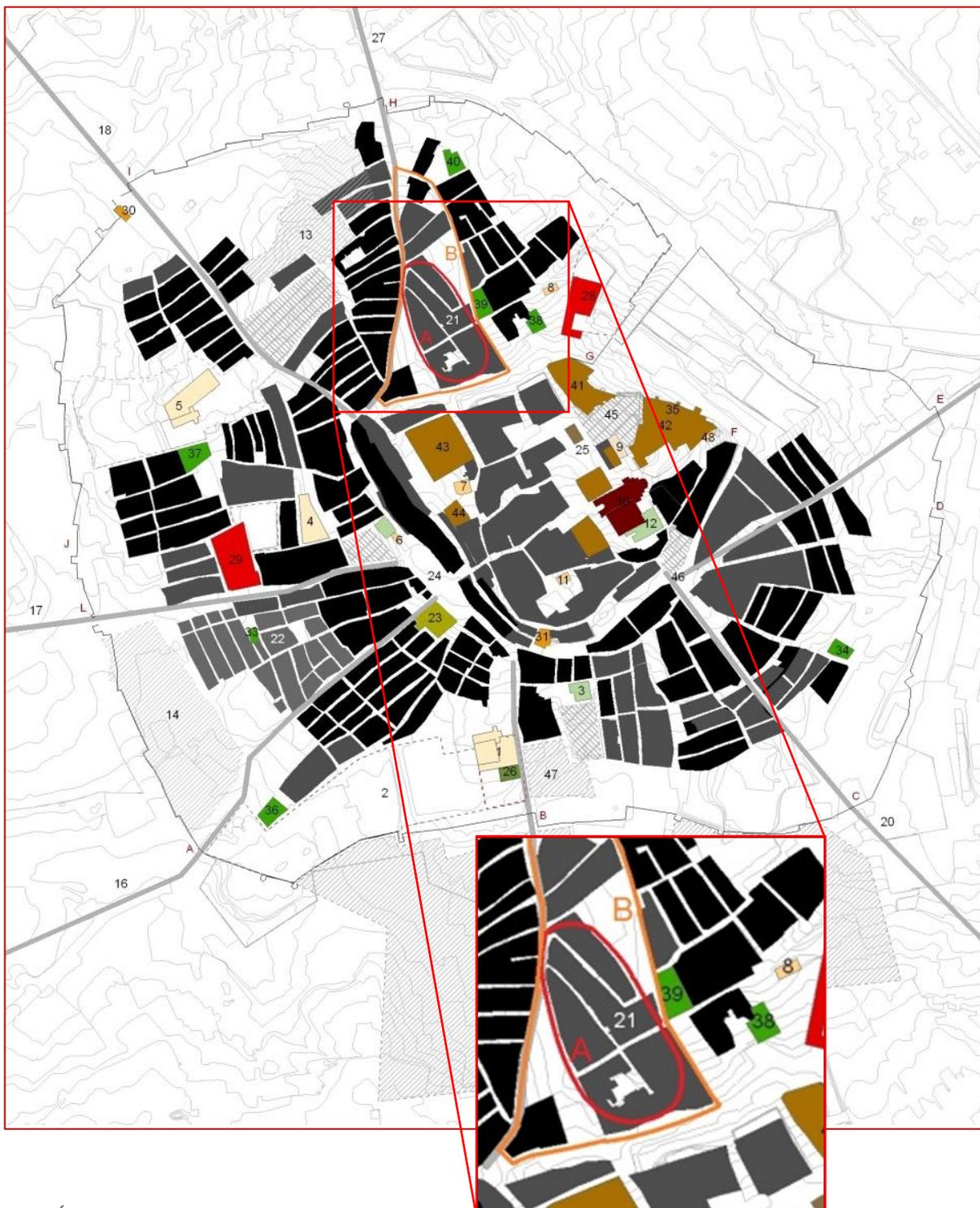
Paralelamente às mencionadas fixações interiores de D. Dinis, vai evidenciar-se nos últimos séculos da Idade Média, segundo José M. Fernandes, uma tendência gradual de «litoralização» dos principais núcleos urbanos de modo comparativo com os núcleos do interior. Considera que a transição se processa em meados do século XIII, com a mudança da capital para Lisboa, com o ressurgir das relações comerciais marítimas internacionais das cidades, desde o século XII, e com a valorização das atividades portuárias. Exprime mesmo, que *“esta tendência já vinha de longe, desde que o território nacional se definia por alastramento da Reconquista, ao longo da faixa ocidental ibérica, onde deveria procurar uma nova centralidade própria, diferente do antigo «centro de gravidade» romano, árabe ou mesmo visigótico”*.¹²⁵ As cidades interiores fluviais (como Silves, Alcácer do Sal, Santarém, Coimbra, Lamego ou Braga) veem os núcleos da costa atlântica crescerem (Portimão, Setúbal, Lisboa, Figueira da Foz, Porto e Viana do Castelo) e começa a criar-se a *“dialética espacial e funcional da*

¹²² M. Teixeira e M. Vala, 1999, p. 27

¹²³ Rui Cunha, 2003, pp. 82,83

¹²⁴ José M. Fernandes, 2003, p. 85

¹²⁵ Ibidem, 2003, p. 85



18 - Évora, 1470-1580

1. Convento de São Francisco; 2. Cerca e Horta do Convento de São Francisco; 3. Albergaria de Jerusalém; 4. Convento de Santa Catarina; 5. Conjunto conventual e cerca de São Domingos; 6. Igreja de Santo Antoninho; 7. Igreja de São Tiago; 8. Igreja de São Mamede; 9. Castelo Medieval; 10. Sé Catedral; 11. Pátio do Salema e Igreja de São Pedro; 12. Albergaria do Corpo de Deus; 13. Monturo de Pedro Loução; 14. Zona Agrícola da Palmeira; 15. Caminho para Beja, Serpa e Portel; 16. Caminho para Alcácer do Sal; 17. Caminho para Alcácer do Sal e Lisboa; 18. Caminho para Santarém, Tomar e Avis; 19. Caminho para Elvas e Espanha; 20. Caminho para Moura, Monsaraz e Portel; 21. **Primeira mouraria**; 22. Zona de permanência de judeus; 23. Praça Grande; 24. Casa da Câmara e Celeiro dos Bispos; 25. Paço Episcopal; 26. Recolhimento dos monges; 27. Igreja de S. Miguel; 28. Corpo de Deus de Santo Antoninho; 29. Albergaria de S. Miguel; 30. Mesquita (?); 31. Açougue (Templo Romano); 32. Paço dos Freires de Évora; ■ Principais zonas habitacionais; Zonas de crescimento urbano

«alta defensiva» e da «baixa comercial».¹²⁶ Évora inclui-se nas quatro cidades que não ficam à beira mar, entre as dez maiores, em que a função do porto é primordial.

Este autor defende três características básicas da cidade portuguesa - a convergência para se fixarem na faixa litoral (à beira mar) com uma relação comercial, a escolha e dedicação à navegação marítima na faixa dos trópicos e a bipolaridade determinada nos aglomerados urbanos dos séculos XIV – XV, “*são adaptativas e vão enriquecer-se sem se perderem, pelos contactos com os novos ambientes, adquirindo se se quiser diferentes qualidades como mutações dentro do seu sentido inicial.*”¹²⁷

Segundo Jorge Gaspar, existem fatores de confluência e confronto, de inovação e adaptação na conceção de ambas as cidades quer muçulmana quer cristã peninsular que teve origem na relação de proximidade entre ambas.¹²⁸ Uma das analogias refere-se à localização dos núcleos de população minoritária de cristãos, em cidades muçulmanas e de muçulmanos, em cidades cristãs. Refere o autor que, “*os conquistadores reservavam para si o núcleo melhor defendido da cidade, enquanto a população submetida era alojada num ou mais bairros, que tanto se podiam situar intramuros, mas na periferia, como extramuros e neste caso, frequentemente envolvidos por uma cerca, muitas vezes de taipa*”¹²⁹. Em Évora como em Lisboa e Moura, as mourarias vão constituir arrabaldes exteriores às muralhas.

Uma outra identidade comum é o modo como se processa o crescimento das cidades, gerado pela dinâmica de núcleos como conventos ou Záuias, ou ainda uma residência senhorial ou um palácio nos arrabaldes. Em Lisboa, por exemplo, vemos os núcleos da Graça e da Encarnação serem englobados pela cerca Fernandina.¹³⁰ Este mesmo autor expressa ser talvez os eixos viários, os caminhos no ocidente, até à revolução industrial e até aos nossos dias, no mundo muçulmano, as principais forças orientadoras dos sentidos em que se expandem as massas urbanas.

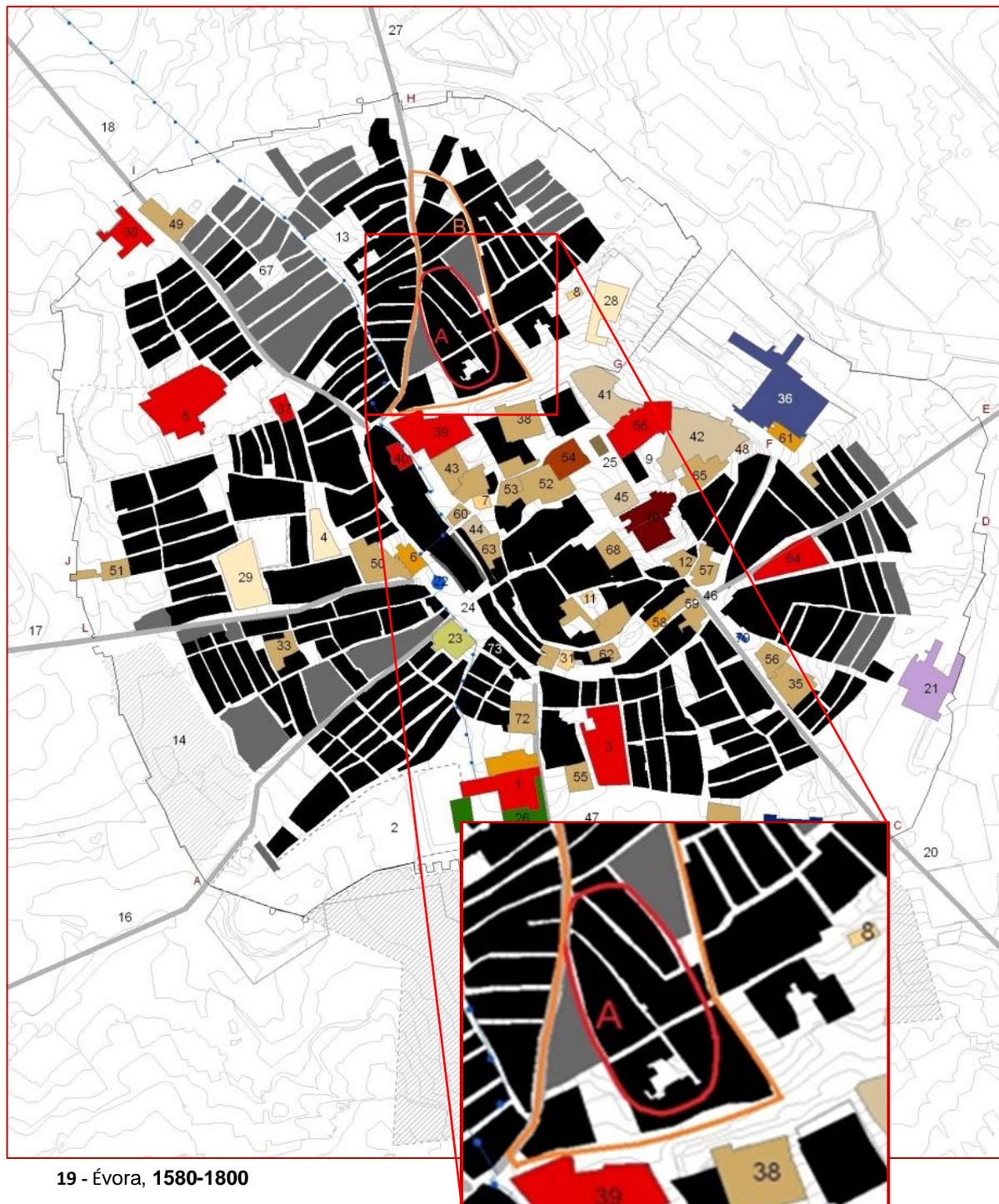
126 José M. Fernandes, 2003, p. 86

127 Ibidem, 2003, p. 87

128 Jorge Gaspar, 1967, p. 19,20

129 Ibidem, 1967, pp. 20,21

130 Ibidem, 1967, p. 20



19 - Évora, 1580-1800

1. Convento de São Francisco; 2. Cerca e Horta do Convento de São Francisco; 3. Albergaria de Jerusalém; 4. Convento de Santa Catarina; 5. Cerca e Convento de São Domingos; 6. Igreja de Santo Antoninho; 7. Igreja de São Tiago; 8. Igreja de São Mamede; 9. Celeiro dos Bispos; 10. Sé Catedral; 11. Igreja de São Pedro; 12. Albergaria do Corpo de Deus; 13. Covas do Bispo; 14. Zona Agrícola da Palmeira; 15. Caminho para Beja, Serpa e Portel; 16. Caminho para Alcácer do Sal; 17. Caminho para Alcácer do Sal e Lisboa; 18. Caminho para Santarém, Tomar e Avis; 19. Caminho para Elvas e Espanha; 20. Caminho para Moura, Monsaraz e Portel; 21. Mouraria Nova; 22. Judiaria; 23. Palácio dos Estaus; 24. Praça Grande; 25. Açougue e Terreiro (Templo Romano); 26. Câmaras reais e jardim de D. João I e D. Afonso V; 27. Caminho para Avis; 28. Convento e Cerca de Santa Mónica; 29. Convento e Cerca de Santa Clara; 30. Ermida de Vera Cruz; 31. Igreja de São Vicente; 32. Rossio; 33. Sinagoga Grande da Judiaria; 34. Albergaria do Santo Espírito; 35. Albergaria de São Miguel; 36. Albergaria de Santa Maria da Orada; 37. Albergaria de São Gião; 38. Albergaria da Trindade; 39. Albergaria de São Salvador; 40. Albergaria de São Bartolomeu; 41. Palácio dos Castros; 42. Palácio dos Melos; 43. Palácio dos Condes de Sortelha; 44. Paço dos Melos de Carvalho (?); 45. Paço Episcopal; 46. Largo da Porta de Moura; 47. Terreiro do Paço; 48. Igreja de São Miguel; A. Porta do Raimundo, B. Porta do Rossio; C. Porta da Mesquita; D. Porta de Mendo Estevens; E. Porta de Machede; F. Porta da Traição; G. Porta do Moinho de Vento; H. Porta de Avis; I. Porta da Lagoa; J. "Buraco" dos Penedos (?); L. Porta de Alconchel.

Parte II

Parâmetros Métricos e Construtivos

na Organização da Matriz Urbana no Espaço da Mouraria

3. As medidas - um elemento caracterizador da arquitetura

O homem vive rodeado de formas de origem natural, tais como os elementos vegetais, os animais e os minerais, mas ele mesmo, no seu ato de comunicar, exprimir, partilhar, fez surgir os elementos artificiais como o desenho, a pintura, a escultura e a arquitetura, que sobressaem pela sua função. O processo de produção arquitetónica, passa obrigatoriamente pela elaboração e desenvolvimento de um projeto ou ideia, onde são necessários, como dados objetivos desse produto, as medidas. A uma medida equivale uma quantidade mensurável fixa, tomada como marca e comparação, que serve para avaliar extensões e que é materializada numa unidade métrica.

A composição arquitetónica surge de relações sintáticas e programáticas, cujos elementos são: a forma, a dimensão, a textura, a cor, a luz e a sombra, sendo os instrumentos de composição a proporção, o ritmo, a repetição, o contraste e a harmonia. A arquitetura pode ser compreendida através das relações existentes entre as formas arquitetónicas e o seu desenvolvimento geométrico base, criado através da Geometria Euclidiana. Segundo esta teoria, cuja proporção¹³¹ se encontra inscrita na natureza, X e Y estão em proporção áurea¹³² se a razão entre o menor deles sobre o maior for igual ao maior sobre a soma dos dois [ou seja $x/y = y/(x+y)$]. As formas arquitetónicas originadas a partir de geometrias apuradas, possuem determinadas propriedades e virtudes que as distinguem e que se tornaram paradigma da beleza clássica, divulgadas pelos gregos, romanos e, mais tarde, retomadas pelo Renascimento.

É na fase do projeto arquitetónico, da arquitetura delineada e planeada, que a utilização de formas geométricas base, em métrica/número está presente, se revela determinante e onde adquire o carácter e dimensão simbólica, cósmica de que se ocupa a aritmologia¹³³. *“A aritmologia pode ser dividida em dimensional e estrutural. A dimensional diz respeito ao valor, das cotas, das medidas das formas da aritmologia estrutural, expressa em números privilegiados e em unidades de medida sagradas, o pé e o côvado.”*¹³⁴ O Homem foi sempre elo e referência no seu relacionamento com os objetos construídos. As suas medidas e proporções serviram de base para os inúmeros sistemas de medição e padronização. O Homem descrito por Vitruvius¹³⁵ apresenta-se como um modelo ideal, cujas proporções são perfeitas e por extensão o universo como um todo.

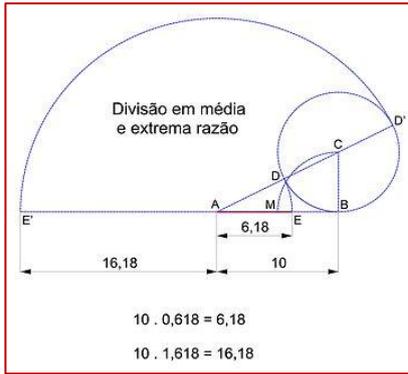
131 A proporcionalidade é um conceito matemático atribuído a Pitágoras (585 -500 a.C.). Definido por Alberti como a relação das partes de uma determinada composição entre si e das partes com o conjunto.

132 Ver figs. 19, 19a, 19b, 19c, 19d, 20, 21

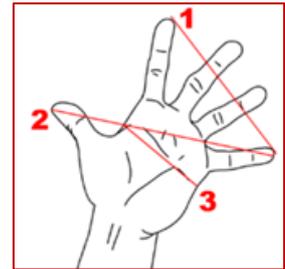
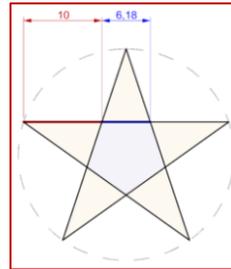
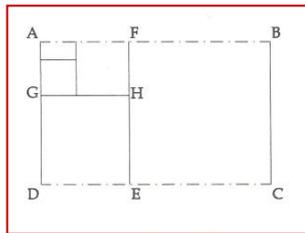
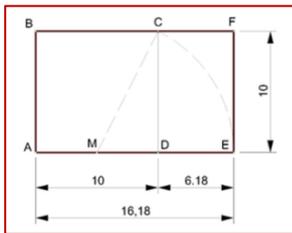
133 Estudo da ciência que se ocupa de símbolos [Simbólica] da geometria e dos números, derivada do conhecimento matemático pitagórico, Rui Cunha, 2003, Introdução

134 Ibidem, 2006, p. 16

135 Ilustrado no desenho por Leonardo Da Vinci, em 1490



20 - O Número de Ouro; Proporção Áurea - Φ , $K=1,618$ - é uma constante real algébrica irracional denotada pela letra grega Φ (PHI) e traduz a proporção geométrica assente no princípio: "seccionar um segmento de reta de tal forma que a parte menor esteja para a maior como esta está para o todo". Pode ser encontrado na proporção dos seres humanos, e entre inúmeros outros exemplos que envolvem a ordem do crescimento. Ganhou um estatuto de "quase mágico", pela sua frequência, mas o seu fascínio está em ser encontrado através do desenvolvimento matemático.



21a - O Retângulo de Ouro surge do processo geométrico de divisão da base do retângulo pela sua altura *em média e extrema razão*, de Euclides, obtendo-se o **número de Ouro** 1,618. Esta é uma figura geométrica visualmente equilibrada e harmoniosa muito presente nas artes e arquitetura, admite-se que a razão de ouro potencializa o valor estético dos monumentos e das esculturas.

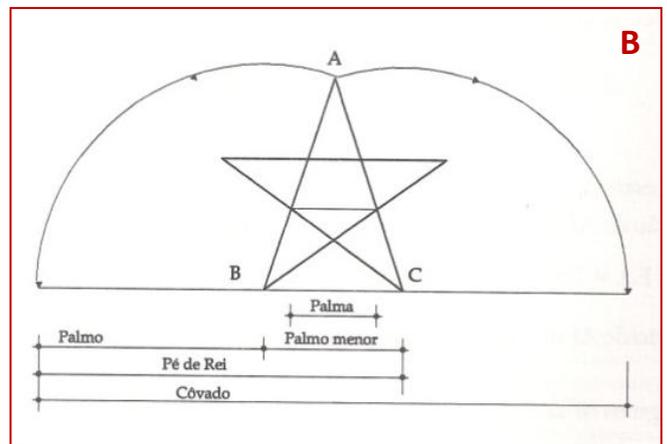
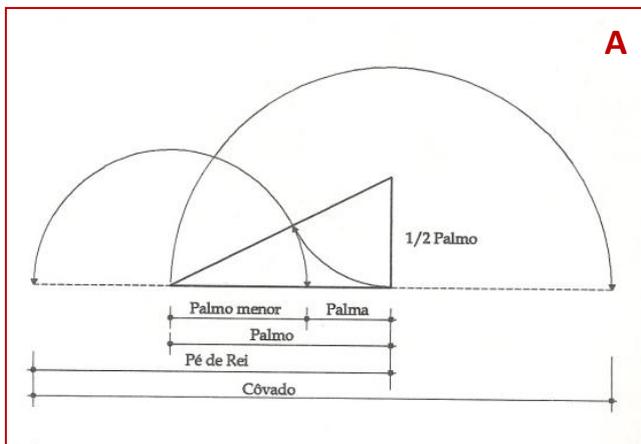
21b - O Retângulo de Ouro pode ser dividido noutros semelhantes. Os lados BCEF e DEHG são quadrados $EC/DE=DG/AG=\Phi$

21c - Pentagrama regular, figura geométrica em que os seus segmentos estão na **Proporção Áurea**.

21d - Proporções Áureas de uma mão.

	palma	palmo menor	palmo	pé	côvado real
	$1/\Phi^2$	$1/\Phi$	1	Φ	Φ^2
	0,382	0,618	1	1,618	2,618
em cm	7,64	12,36	20	32,36	52,36

22 - Quadro com as relações entre o **número de Ouro** e as cinco medidas da Quina dos Mestres de Obra, com a sua transposição em centímetros



23 - A - Traçado do **número de Ouro** para obter as cinco dimensões da Quina, a partir da medida do palmo. **B** - Traçado do pentágono onde as relações das suas partes evidenciam o **número de Ouro** e permitem obter as cinco dimensões da Quina

*A busca medieval permanecia satisfeita com configurações geométricas que organizassem a estrutura do edifício. As proporções na Idade Média constituíam um expediente prático e simbólico. Raramente constituíam um princípio integrador a que se deviam ajustar as partes e o todo, como viria a acontecer a partir da Renascença.*¹³⁶

Os componentes do simbolismo operativo foram determinados segundo Georges Jouven,¹³⁷ em três atitudes; ordenação do plano de construção com base no quadrado ou duplo quadrado, aplicação das unidades de medidas sagradas, definidas pelo comprimento do pé e o côvado, determinadas em números com propriedades extraordinárias.¹³⁸

Foi nosso intuito, para uma melhor compreensão das formas e de suas representações (medidas, escalas, proporções), situá-las na maneira como as compreendemos, apresentando alguns dos pressupostos e bases concetuais. Na atualidade, as formas integram novos conceitos de geometria mais livres e complexos como os fratais, a topologia e a biónica, que vieram revolucionar a matemática. Queremos aqui destacar como as formas arquitetónicas estão dependentes das figuras geométricas.¹³⁹

3.1. O sistema de medidas de tradição portuguesa

Para a definição dos elementos arquitetónicos, é particularmente importante o conhecimento das medidas dos construtores ou mestres de obra medievais. Era então utilizado um sistema modelar de correspondências anatómicas, composto por um conjunto de cinco medidas padrão designado *quina*.¹⁴⁰ Para além de se relacionarem segundo a dimensão áurea, pode também ser observada uma progressão matemática, segundo a série de Fibonacci. Nome do matemático e comerciante que viajou pelo Médio Oriente e que no seu livro "*Liber abaci, expõe os conhecimentos que obteve dos árabes, pois utiliza os seus algarismos e o zero.*"... "*Esta série obtém cada termo como resultado da soma dos dois que o antecedem, formando o seguinte conjunto: 1, 1, 2, 3, 5, 8, 13, 21, 34, 55, 689, 144, 233, etc.*"¹⁴¹ A *quina* poderia ser "*composta por segmentos articulados e que mais não são do que a materialização da dupla progressão aritmética da secção de ouro, onde cada termo é igual à soma dos que o precedem (série aritmética), mas é também igual ao produto do que o precede pelo número de ouro ϕ (série geométrica).*"¹⁴²

A estrutura do sistema craveiro e os seus valores aproximam-se muito das medidas anatómicas a que se referem; *côvado, pé, palmo, palmo menor e palma*. O sistema dimensional correspondente às antigas unidades de medida portuguesa encontra-se ligado a outras metrologias, particularmente às hispano-árabes e as dos reinos cristãos da Península Ibérica, de uso corrente antes da introdução do *pé de rei*, que a tradição

¹³⁶ Rui Cunha, 2003, p. 15

¹³⁷ Georges Jouven, Apud Ibidem, 2003, p. 16

¹³⁸ "Estes números são: a) série principal, decimal e duodecimal. Os números primos 2,3,5 e as potências e múltiplos destes três números; b) a série secundária. Os números primos 7,11,17,19,23 e os produtos destes números entre si e pelos das séries precedentes." in Ibidem, 2003, p. 17

Um número diz-se primo se é divisível por ele próprio e pela unidade. Alguns dos números mais usuais: 2,3,4,5,6,8,9,10,12,15,16,18,20,24,32,36,40,50,60,64,72,100,108,150,200,300,400.

¹³⁹ Como exemplos de formas geométricas nos objetos arquitetónicos contemporâneos enunciamos: o Pavilhão de Mies van der Rohe em Barcelona, a Pirâmide do Louvre, de I.M.Pei, em Paris; a Estação Ferroviária de Santiago Calatrava, em Lion, o Museu Guggenheim, de Frank Ghery em Bilbau, etc.

¹⁴⁰ Ver figs. 22, 23, 24

¹⁴¹ Nota de rodapé nº22 in Rui Cunha, 2003, p. 35

¹⁴² Ibidem, 2003, p. 36

relatada nos diz ser a medida sagrada entre os construtores das catedrais, como cânon arquitetónico dimensional após a reconquista.

Quadro comparativo entre as medidas do sistema dimensional *craveiro* português e do francês do *pé de rei*¹⁴³

Lisboa séc. XVIII - segundo M. Macedo				Medidas do sistema do <i>pé de rei</i> ou de <i>Paris</i>			
	metro	ponto	Dedo		metro	ponto	dedo
ponto	0,0002	1	1/96	ponto	0,0002	1	1/96
linha	0,0023	12	1/8	linha	0,0023	12	1/8
φ grão	0,0046	24	¼				
cevada							
dedo	0,0183	96	1	dedo	0,018	96	1
polegada	0,0275	144	1 ½	polegada	0,0271	144	1 1/2
				palma	0,0722	384	4
palmo	0,22	1152	12	palmo	0,2166	1152	12
pé	0,33	1728	18	pé	0,3248	1728	18
côvado	0,66	3456	36	côvado	0,6497	3456	36
				alma (aúne)	0,8984	4779 1/2	47 7/9
vara	1,10	5760	60				

Quadro com a Quina dos Mestres de Obras, a sua relação com outras medidas medievais correntes e comparação dessas correspondências com alguns dos casos identificados em França¹⁴⁴

	Unidades	Equivalência	Em cm		
			Estalão de Chatelet-Paris	Estalão de Vallouise (n.A.)	Estalão dos iniciados
	linha	φ de um grão de cevada (12 pontos)	0,22558	0,2523	0,2247
	polegada	12 linhas	2,7069	3,027	
	pé	12 polegadas	32,48	36,33	
	toesa	6 pés	194,9	218,00	
A Quina	palma	34 linhas	7,66		7,64
	palmo menor	55 linhas	12,4		12,36
	palmo	89 linhas	20,07	22,45	20,00
	pé	144 linhas	32,48	36,33	32,36
	côvado	233 linhas	52,55		52,36

O *côvado*, “medida sagrada e módulo dimensional privilegiado de várias civilizações, corresponde à distância anatómica do cotovelo à extremidade do dedo médio. A sua dimensão varia conforme o sistema metrológico, sendo mais constantes as medidas próximas dos 0,525m, medida equivalente ao *côvado* da quina de *pé de rei*. Como unidade linear do sistema *craveiro* de tradição portuguesa subdivide-se em 2 pés ou em

¹⁴³ Quadro in Rui Cunha, 2003, p. 34

¹⁴⁴ Quadro in Ibidem, 2003, p. 35

3 palmos craveiros e equivale a cerca de 0,66m".¹⁴⁵ Segundo António Rei, até ao reinado de D. Afonso IV, o côvado manteve o valor de 0,557 andalusi (*dhirâ'*), substituído pelo côvado de 0,66m na reforma de 1499, por D. Manuel. Este autor também nos diz, que "*os trabalhos que em Portugal têm abordado os pesos e medidas e a sua evolução ao longo a história portuguesa, têm usado, de forma geral, para as medidas de origem islâmica, os valores métricos que constam da reforma de D. Manuel, e que são os que aparecem, regra em geral, nos dicionários enciclopédicos e nos dicionários de língua portuguesa.*"¹⁴⁶

O *palmo* foi utilizado em vários sistemas metrológicos e corresponde à dimensão entre as extremidades do polegar e do dedo mínimo. A sua variante como unidade linear situa-se entre os 20 e 23cm durante a Idade Média e, no sistema craveiro português, corresponde a 0,22m¹⁴⁷. A unidade base no comércio de tecidos era o *palmo* com 22cm, o *côvado* ou *alna* e a *vara* eram seus múltiplos perfeitos, respetivamente 3 e 5 palmos. A braça no comércio de fitas e linhas afastava-se da unidade com cerca de 184cm¹⁴⁸, contudo, segundo António Rei, a *braça* equivale exatamente à *ba'árabe* a 2,20m, ou seja, a 4 côvados (0,55m) ou a 2 varas.¹⁴⁹ Segundo Oliveira Marques, na maior parte dos estudos históricos, encontramos a equivalência do côvado aos 70cm e do palmo aos 20cm¹⁵⁰. O *palmo menor* é definido pela extensão entre as extremidades do dedo indicador com o dedo mínimo, a *palma* pela extensão que compreende os quatro dedos unidos.

"O estudo do sistema craveiro português, revelou que a sua provável origem estará na metrologia hispano-árabe, em particular no côvado egípcio, *hasimi*, padrão das enchentes do Nilo, que foi trazido para a Península Ibérica onde era conhecido por *rassasi*."¹⁵¹ O côvado *hasimi* ou *rassasi* podia ter 30 ou 32 dedos, tomando as dimensões de 52,5cm e 55,2cm. Segundo Ibn al-Yayyab, veio para Espanha através do medidor Muhammad Ibn al-Fray, conhecido por al-Rassas, que fixou numa coluna da mesquita de Córdoba uma medida como padrão, de um nilómetro, baseada no côvado *hasimi* de 32 dedos.¹⁵²

O padrão patente no muro da Porta da Vila de Monsaraz é o côvado de 32 dedos, media: 3x18,4cm=55,2cm, dimensão que se aproxima ao milímetro da meia vara craveira do sistema português. Esta coincidência leva o autor Rui Cunha a pôr a hipótese do padrão de referência do nosso sistema metrológico ser, pela sua proveniência remota, antiguidade e dimensão sagrada, o côvado egípcio *hasimi*. Os trabalhos de investigação revelam que o sistema utilizado em território português, *de origem é hispano-árabe, "manteve a sua estrutura original, desde os primórdios da nacionalidade, até à adoção do sistema métrico atual, em meados do século XIX."*¹⁵³

145 Rui Cunha, 2003, glossário

146 António Rei, 1998, p. 5

147 Rui Cunha, 2003, p. 33

148 Mário Barroca, 1992, pp. 54,55

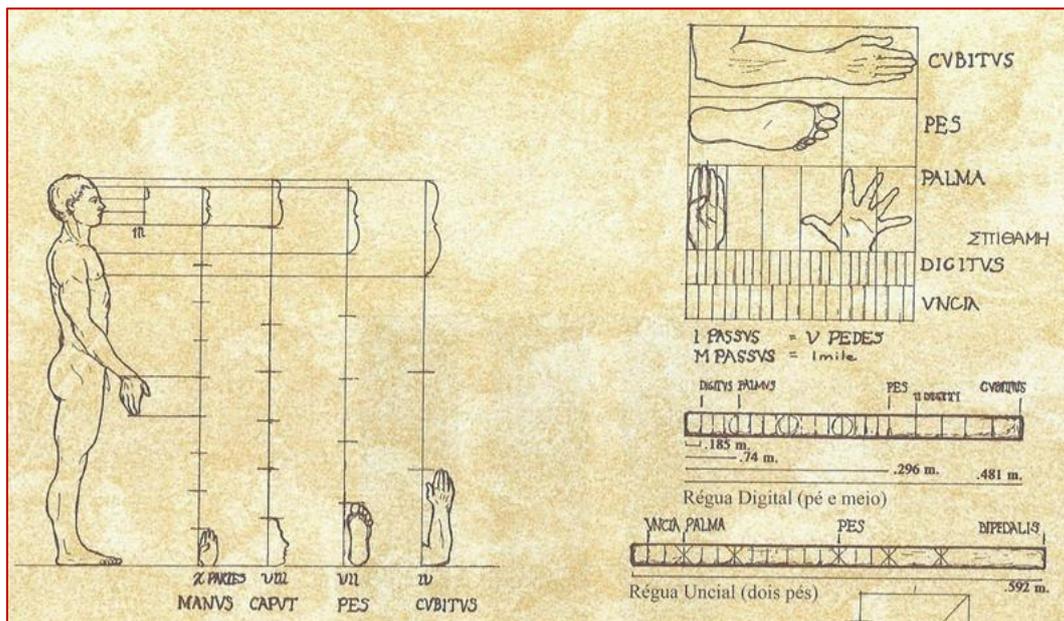
149 António Rei, 1998, p. 15

150 Oliveira Marques, 1981, p. 68

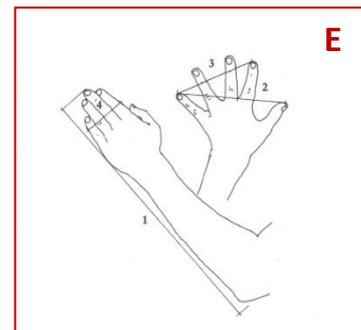
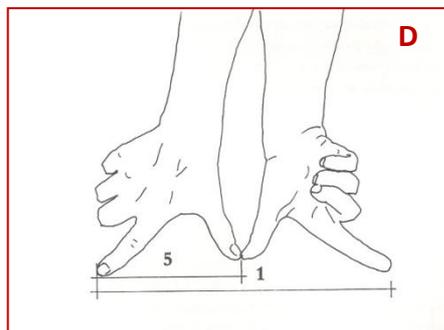
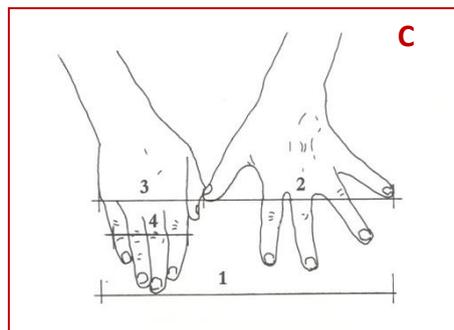
151 Rui Cunha, 2003, conclusão

152 Ibidem, 2003, pp. 44,45

153 Ibidem, 2003, p. 70

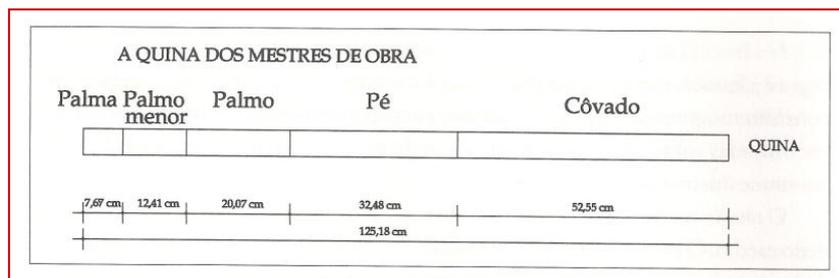


24 – As Unidades Comuns de Medidas no Tratado de Arquitetura de Vitruvius, livro III



25 - C, D - Correspondência anatómica das medidas do sistema craveiro português
1- Pé; 2- Palmo; 3- Mão Travessa (1/2 Palmo); 4- Palma (4 Dedos); 5- Furco (1/2Pé).

E - Correspondência anatómica de quatro das cinco dimensões da Quina, o Pé é a soma do Palmo e do Palmo menor.



26 - A Quina de Pé de Rei utilizada pelos mestres de obra em Monsaraz. Cotas em centímetros

3.2. As medidas hispano-árabes - o côvado

O sistema de medidas muçulmanas baseia-se no *côvado*. Em Espanha são identificados quatro côvados distintos: o côvado *geométrico*; o côvado *maior*, o côvado *mediano* e o côvado *real*.

O côvado *geométrico*, *antigo ou comum*, foi utilizado para indicar as dimensões da *Kacba* e outros santuários do próximo Oriente, corresponde ao côvado manual (mão aberta aplicada duas vezes) *dira^c* al-yad ou dois palmos *sibr*, equivale a 4/5 do côvado *rassasi* 30 dedos¹⁵⁴. O côvado *maior* é uma medida linear muçulmana, possuía 32 polegadas e correspondia a 0,743m, era composto por 3,5 palmos. O côvado *mediano*, *de ribera* ou *rassasi*, equivale a 32 dedos com 0,572m. Existia ainda um outro côvado com o mesmo nome, mas com 30 dedos, que media 0,52244m. Este era o côvado oficial da Espanha Muçulmana, foi com base na sua medida que se fixou a milha e a légua. Autores espanhóis e portugueses identificavam a légua com o *farsaj* ou *parasanga*, nos séculos XV e XVI¹⁵⁵. O côvado *real* “... é a medida oficial de Espanha Cristã, foi imposta no ano de 1590 pelo rei Filipe II de Espanha, era composto por 33 dedos castelhanos, equivale a 57,4cm. Dele derivam a braça e a cana. Esta cana real tem 4 côvados reais (2,2987m).”¹⁵⁶

Segundo os estudos de Joaquím Vallvé Bermejo, a diversidade de côvados e varas que se constata na Espanha cristã derivam do facto de, na língua árabe, serem designados pelo mesmo vocábulo dedos e polegadas com valores distintos. No sistema de pesos e medidas, as lineares foram as que permaneceram no tempo sem alterações. No conhecimento da metrologia hispano-árabe, entre outros estudos, o autor aponta como documento fundamental o Manuscrito escorialense nº 929 do Catálogo de Dérenbourg, também conhecido por “*Kitab al-TaTaqrīb wa-l-Taysir li-lfadat al-Mub-tadī’bi-Sai^cat Misahat al – Sutuh* (Livro que aproxima e facilita o proveito do aprendiz na arte de medir superfícies), escrito por Abu-l-Tahir Muhammad b. ^cAbd al-^cAziz b. Yusuf al Maradi, conhecido por Ibn al-Yayyab, e segundo ele, na década de 680 da H. (1281-1291). A cópia de que se dispõe está datada de 2 de rabi^c do ano de 767 da H. (17 de Novembro de 1365).”¹⁵⁷

Alguns da terminologia utilizada; a *qala* (7 côvados); o *lawh*, altura dos taipais da cofragem da taipa, equivalia a um côvado; a *cana* ou *qasaba*, que correspondia a 4 côvados.

3.3. As medidas padrão murais

Os pesos e medidas deviam ser marcados, em todos os concelhos, de acordo com um padrão oficial próprio ou de alguma localidade próxima¹⁵⁸. A medida padrão o

¹⁵⁴ Rui Cunha, 2003, p. 43

¹⁵⁵ Ibidem, 2003, p. 43

¹⁵⁶ Ibidem, 2003, p. 44

¹⁵⁷ Ibidem, 2003, pp. 41,42

¹⁵⁸ Oliveira Marques, 1981, pp. 67-72

*alquiez*¹⁵⁹ do árabe *al-qiâs*, regra a ser cumprida, traduzia-se em marcas gravadas nas paredes.¹⁶⁰ Para Mário Barroca, o *alquiez* não seria uma marca, mas antes uma medida padrão não linear utilizada no comércio de solas de couro, sem exemplos na atualidade e, segundo a sua leitura, seria semelhante aos símbolos de sepulturas onde se gravaram moldes para identificar a profissão do morto.¹⁶¹

Quadro dos vários padrões dimensionais medievais, conhecidos ou noticiados, de Norte para sul de Portugal¹⁶²

Localidades	Vara	1/2Braça (?)	Côvado	1/2 Vara	Pé =1/2 Côvado	Palmo
Braga	1,10(?)					
Guimarães				0,55		
Porto		0,92		0,55		
Telões (destruída ?)						
Vila Real (destruída)						
Lavandeira (destruída)						
Ansiães (destruída)						
Resende	1,09(?)					
S. Martinho de Mouros	1,075		0,66			
Penedono					0,33	
Marialva	1,10		0,66			0,26(?)
Castelo Rodrigo (incompleta) (32cm)						
Pinhel			0,66			
Moreira de Rei			0,66			0,22 - 0,23
Algodres	1,095		0,66			
Sortelha	1,09		0,67			
Sabugal			0,663			
Monsanto			0,665			
Soure	1,05					
Montalvão						
Castelo de Vide (desconhecida)						
Monforte		0,915		0,55		
Alandroal	1,10					
Redondo	1,10			0,56		
Monsaraz	1,083			0,55		
Moura	1,10		0,662			
Castro Marim			0,665			

¹⁵⁹ Pedro de Azevedo (1911), pp. 418,419, Apud Mário Barroca, 1992, p. 80

¹⁶⁰ Frederico Corriente (1986), e José Pedro Machado (1987), Apud António Rei, 1998, p. 7

¹⁶¹ Segundo Mário Barroca, Alexandre Herculano registara a existência do *Alquiez* junto das medidas padrão de Marialva e de Moreira de Rei, hoje desaparecidas Pedro de Azevedo (1911), pp. 418,419, Apud Mário Barroca, 1992, p. 80

¹⁶² Transposição do quadro das medidas utilizadas no comércio de tecidos, Anexo 1 de Mário Barroca, 1992, p.83, Apud Rui Cunha, 2003, p. 50

No território português, estão identificadas três localizações com marcas: os castelos (Braga, Penedono, Alandroal, Castro Marim, Castelo de Vide, Almeida e em Ouguela); as portas de muralhas (Vila Real, Marialva, Sortelha, Redondo e Monsaraz); e as igrejas (Guimarães; Porto; Telões, S. João Lavandeira, Resende, S. Martinho de Mouros; Sta Marinha/Moreira de Rei, Sabugal, S. Miguel/Monsanto, Sta Maria de Finisterra/Soure, Madalena/Monforte e Algodres)¹⁶³. No seu estudo de inventariação de 1993, Mário Barroca refere que este testemunho arqueológico tinha por destino o comércio de tecidos, podendo também vir a ser utilizado em terrenos.¹⁶⁴

Quadro com as medidas mais utilizadas no comércio de tecidos em Portugal.¹⁶⁵

Braça	184cm	---
Vara	110cm	5 Palmos
Meia Braça	92cm	---
Côvado ou Alna	66cm	3 Palmos
Meia Vara	55cm	2,5 Palmos
Meio Côvado	33cm	1,5 Palmos
Palmo	22cm	Unidade - Base

Em Monsaraz, encontram-se duas medidas padrão no lado interior da porta da vila. A tradição local e os trabalhos publicados referem-nas por *vara* e *côvado*, mas o autor aponta para a existência, não de um, mas de dois diferentes sistemas métricos lineares medievais. A medida menor corresponde à meia vara craveira, e encontra-se muito bem definida pelos vincos nos topos, é muito próxima dos 55cm e composta por dois palmos craveiros e meio, sistema que vigorará até à adoção do sistema métrico. A medida da vara é de cerca de 108,3cm, sendo esta por sua vez distinta da vara padrão de 110cm. Após questionar a lógica, a validade e a razão de talhar em paralelo dois padrões cuja dimensão de um seria a dupla do outro, concluiu que o estalão da vara se refere ao sistema medieval de *pé de rei*, que vemos aplicado no subsistema dos mestres de obra¹⁶⁶. No padrão de Soure, “a medida que se aproxima é a do côvado maior hispano-árabe, com 74,3cm que, a confirmar-se, implicaria uma persistência cultural, durante os primeiros tempos após a reconquista”. No padrão de Redondo, encontra-se a vara e a meia vara craveira. No padrão do Alandroal, a vara craveira e no de Moura, a vara e o côvado craveiro composto por 3 palmos ou 2 pés.

Oliveira Marques refere que na Idade Média, quer em Portugal como na Europa, não estava implantado um padrão único para aferir, muito embora tenham sido várias as tentativas feitas nesse sentido e Gama Barros aponta para as dificuldades resultantes na implementação de um único padrão, nas rotinas estabelecidas e nos vários interesses que dificultariam essa mesma uniformização. D. Pedro, entre 1357 e 1361, quis uniformizar os pesos e as medidas do Reino, decretando como base de aferimento para os pesos os de Santarém e, para as medidas, as de Lisboa. Mas a tentativa não resultou. Segundo nos diz Mário Barroca, a uniformidade das medidas lineares terá

¹⁶³ Mário Barroca, 1992, pp. 62,63; António Rei, 1998, p. 7

¹⁶⁴ Veja-se Henrique da Gama Barros, História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV, ed de Torcato de Sousa Soares, Lisboa, s/d, pp. 36,37, Apud Mário Barroca, 1992, pp. 53-55

¹⁶⁵ Quadro de Mário Barroca, 1992, p. 55 e, Rui Cunha, 2003, p. 50

¹⁶⁶ Rui Cunha, 2003, p. 56-60, p. 62

ocorrido a partir do século XIII, sendo já uniformes em todo o reino no século XV, interpretação esta, por Costa Lobo, resultante do silêncio face às medidas de extensão no decorrer das tentativas de normalização iniciadas pelos monarcas portugueses ao longo dos séculos XIV e XV.¹⁶⁷ Mais tarde, seria D. Manuel quem havia de fazer aferir pesos e medidas pelos de Lisboa, ainda que sem sucesso. Embora nos princípios do século XIX, se houvesse atingido uma relativa uniformidade em todo o País, foi necessária a introdução do sistema métrico decimal abstracto, criado a partir da Revolução Francesa de 1789.¹⁶⁸

Pesos e Medidas das 19 cidades identificadas no Atlas das Cidades Medievais

Cidade	Padrão
Abrantes	Abrantes
Aveiro	Coimbra (1431); Aveiro p/o sal (1512)
Cascais	Lisboa
Chaves	n. designado
Évora	Santarém
Guarda	Santarém
Guimarães	Guimarães
Leiria	Leiria
Lisboa	Lisboa
Óbidos	Santarém
Ponte de Lima	
Porto	Porto (?)
Santarém	Santarém (*)
Sintra	Lisboa
Tomar	Santarém
Torres Vedras	n. designado
Silves	Santarém
Funchal	Lisboa

(*)válidas p/os Bispados de Lisboa (exceto Lisboa e o seu termo), de Viseu, de Lamego, Guarda e toda a região entre Tejo e Guadiana (1455)

3.4. Os padrões medievais

Os sistemas métricos baseavam-se na dimensão do homem como módulo. É sem dúvida o instrumento de medição mais universal e disponível para efetuar medições. Os diversos elementos anatómicos que o homem naturalmente possui como o passo, o braço, o antebraço e a mão, que permite várias maneiras de ser usada, com os dedos, colocada de travessa ou aberta.¹⁶⁹ Esta estrutura métrica mostra e alcança a constatação de uma *Ordem* na natureza em geral expressa entre as partes do próprio corpo humano, com a ambição e o desejo que as dimensões utilizadas no ato de construir estejam integradas na mesma *Ordem*¹⁷⁰ que gerou o universo, adquirindo como tal um carácter divino.¹⁷¹ A ambivalência deste sistema metrológico constitui a razão para a sua perenidade e universalidade. Como se constatou, coexistiram e foram utilizados na época medieval na vida corrente, como se provou em Monsaraz, dois sistemas dimensionais, o *craveiro* da tradição portuguesa e o *pé de rei* ou de *Paris*.

¹⁶⁷ António de Sousa Silva Costa Lobo, Apud Mário Barroca, 1992, p. 54

¹⁶⁸ Oliveira Marques, 1985, pp. 67-72

¹⁶⁹ Ver M. Justino Maciel, 2006, p. 109

¹⁷⁰ No presente trabalho apenas nos referimos a medidas de comprimento lineares

¹⁷¹ Rui Cunha, 2003, p. 33

O *pé de rei* refere-se à medida padrão de tradição muito antiga e identifica-se com o *pé de Paris*, medida implementada na unificação da metrologia pelo imperador Carlos Magno, que julgava ser esta a medida do Céu e da Terra. Esta medida foi então aceite e incorporada pelo clero e mestres de obra construtores das igrejas e abadias que “se organizavam em lojas onde possuíam o cânon secretamente gravado, com a medida do comprimento do pé do Grande Arquiteto”¹⁷². Corresponde ao pé com 32,484cm, que desde meados do séc. XI se generalizou e difundiu sendo utilizada para a modulação das edificações sagradas medievais. “A sua introdução, em território português, foi feita pelo contacto de artistas estrangeiros que cá trabalharam, ou através das relações estabelecidas dentro das campanhas dos cruzados, pois as ordens militares possuíam certamente indivíduos portadores deste conhecimento. Este pé de rei deverá ser encontrado nos edifícios cristãos da reconquista por estas vias.”¹⁷³ “Dimensão sagrada cristã, por se referenciar ao pé de Cristo, foi o módulo privilegiado no dimensionamento das catedrais medievais. Cada pé divide-se em 12 polegadas, e cada destas polegadas em 12 linhas e cada linha em 12 pontos. O seu múltiplo principal é a toesa que é composta por seis pés.”¹⁷⁴ No sistema baseado no *pé de rei*, o padrão de comprimento era a *toesa*, que possuía seis pés de rei, cada pé 12 polegadas e cada polegada 12 linhas. A base do sistema é a linha que corresponde ao diâmetro de um grão de cevada que se pode ainda subdividir em 12 pontos.

No modo de comunicação e transmissão, vemos também associada ao sistema dimensional a inclusão da imagem (desenho e/ou símbolo) procurando uma maior eficácia de expressão na comunicação. No padrão mural da igreja da Misericórdia, em Sabugal, vemos a dimensão do estalão associada à inscrição de símbolos religiosos¹⁷⁵ e nas plantas do *Livro das Fortalezas* de Duarte D’Armas, os números encontram-se por sua vez associados a siglas, que possivelmente remetem para um tipo código de identificação da medida¹⁷⁶. Podemos de algum modo considerar que o estudo do sistema dimensional nos disponibiliza as ferramentas básicas, a uma linguagem com uma gramática, ortografia e caligrafia próprias, cuja leitura não nos é ainda linear.

A transposição das medidas portuguesas para o metro, se por um lado procurou ser um elemento unificador de medidas, no que respeita “à arquitetura ele foi um elemento que facilitou o corte com as raízes de toda uma tradição ancestral”¹⁷⁷. A primeira reforma do sistema de pesos e medidas surge a 20 dez. de 1814, no reinado de D. João VI, mas a adoção do sistema métrico decimal, com a publicação em decreto só a 13 dezembro de 1852 e diz-nos sem deixar dúvidas que “(...) é adoptado o metro legal de França como base do systema legal de pesos e medidas no continente do reino e ilhas adjacentes(...)” este mesmo diploma prevê um período de dez anos para a sua implementação, a começar então a partir de 1 de janeiro de 1860. Foi seguido igualmente o exemplo francês como padrão para o peso (o quilo), para a capacidade (o litro) e como medida linear (o metro).¹⁷⁸

172 Rui Cunha, 2003, p. 24

173 Ibidem, 2003, p. 26,27

174 Rui Cunha, 2003, glossário, p. 33

175 Mário Barroca, 1992, p. 75

176 Ibidem, 2003, p. 60

177 Rui Cunha, 2003, p. 70

178 Ibidem, 2003, pp. 75-79

4. Os materiais e as técnicas de construção, sua aplicação direta na arquitetura

Como elementos dominantes que sobressaem em Évora encontramos na construção o tijolo cru e cozido e a taipa e, na constituição das argamassas e revestimento dos paramentos, a cal.¹⁷⁹ Outro material de construção de uso corrente e generalizado, ao lado da taipa e do tijolo, foi a telha.¹⁸⁰ A produção era executada por profissionais em fornos de cozer a telha ou a louça, quer em Lisboa, Tomar ou Évora, dentro e fora da cidade.¹⁸¹

4.1. O “tijollo” cru, o “adobe”

Adobe é uma palavra árabe ou berbere, *thobe*, que designa tijolos em terra ‘crua’ não cozida. É um dos produtos mais antigos na arte de construir e é ainda hoje utilizado na construção em revestimentos, paredes, abóbadas e cúpulas.

O sistema de fabrico é primitivo, caracterizado por uma desigualdade no aspeto da sua textura, porosidade e cor, com uma variação do rosa pálido aos laranjas terrosos e terras negras¹⁸². Mas é uma técnica que tem evoluído ao longo do tempo, quer na introdução de aditivos e estabilizantes, quer nos métodos não manuais de mistura e compactação, ou mesmo nos métodos de extrusão. A sua composição diverge da taipa, é bastante argilosa,¹⁸³ mais 10% que na taipa, o que equivale a cerca de um total de 30% de areia, à qual se junta 15 a 30% de água até à obtenção de uma pasta para amassar e moldar. Aqui não são utilizadas com frequência a cal ou fibras vegetais, como a palha cortada. No processo manual, o barro é trabalhado à enxada, depois amassado a pé e então moldado com o preenchimento dos moldes em madeira um a um. Por fim, é desenformado e a secagem é processada ao sol, durante quatro semanas, aumentando a sua resistência com o tempo. O sistema de arrumação terá de permitir a boa circulação de ar. A terra que se destina a ser cozida em forno é, ao contrário da taipa e do adobe, muito argilosa, pois a coesão é apenas temporária, na presença de água liquefaz-se e a estabilidade só se estabelece com a temperatura elevada do fogo.¹⁸⁴

Nas “«(...) Posturas sobre os Carpenteiros pedreiros E aprendizes e braçeiros./ E call telha tijolo e tojo. /E madeira e pregadura/(...)»; «o tijollo daluenaria sera de palmo e quarto de craveira E sua anchura per meada/E o tijolo mazarill de palmo e meo./E a sua anchura per meada./E o tijollo de portal de pallmo E quatro dedos de longo. /E huu

¹⁷⁹ AAVV, 1988, p. 33

¹⁸⁰ Veja-se a iluminura do foral de 1501, fig.41

¹⁸¹ M. Sílvia A. Conde, 1999, 287

¹⁸² Ibidem, 1988, p. 38

¹⁸³ “Deverão, em contrapartida, ser confeccionadas a partir de terra esbranquiçada abundante em argila, de terra vermelha ou ainda de vigoroso saibro. Com efeito, estas variedades apresentam consistência devido à sua textura leve, não são pesadas na obra e argamassam-se facilmente.” Maciel, 2006, pp.75 e segs.

¹⁸⁴ Ver fig.28

*palmo dancho./estes palmos ssam de craveira./E a grossura destes tijolos segundo a craveira que estaa prantada na dita camara». Este tijolo de alvenaria tinha como medidas 27,5cm (1 e 1/4 x 22cm) por 13,75cm. O mazaril media 33cm (1 e 1/2 palmo é o mesmo que um pé) por 16,5cm e o portal 29,333... cm (como o palmo tem 12 dedos, dizer 1 palmo e quatro dedos ou, um palmo e 1/3, é o mesmo) por 22cm. A sua espessura terá que ser comprovada por medições a realizar a estes tijolos.”*¹⁸⁵ Foram identificados tijolos com a largura e comprimento coincidentes, nas estruturas de muros e tijoleiras de pavimento, expostos pelos trabalhos arqueológicos de Monsaraz, no espaço anexo à ermida de S. João Batista. Quanto às alturas, ressaltando o facto da sua variabilidade, visto que o molde pode ser mais ou menos enchido, foram identificadas alturas de 3cm nas tijoleiras de pavimento e de 4,5cm nas utilizadas nos muros.¹⁸⁶ Como se pode constatar, as dimensões e designações do material cerâmico variam de local para local. As peças usadas na construção na região de Évora apresentam dimensões entre 0,30x0,15x0,006m e 0,26x0,13x0,007m e tomam frequentemente o nome de *lambaz*.¹⁸⁷

Distingue-se a «abobadilha»¹⁸⁸ da «abóbada», pela espessura conseguida de acordo a colocação ao baixo ou segundo a sua dimensão média. A técnica de construção das «abobadilhas» apresenta uma flecha muito pequena e cobre vãos que chegam a atingir um máximo de 5 a 7m. A morfologia é variada, mas a mais comum é a de *berço* ou de *engra*. É talvez aonde se pode aferir a qualificação do *alvaneo*¹⁸⁹. A sua origem é “*difícil de estabelecer, admitimos [que] possa imputar-se à técnica árabe*”¹⁹⁰. As dimensões dominantes são 0,22x0,10x0,35m. As argamassas são ricas, um traço de cal e um de areia. O gesso pode ser utilizado, mas é evitado, pelas infiltrações de humidade da própria terra que serve de enchimento à abóbada.

Quando na construção é executado um segundo piso, como ocorre em Évora, este pode vir a ser formado, para além do processo de abóbada ou abobadilhas, por um processo composto por tijoleiras assentes e apoiadas em barrotes de madeira redondos. Tanto os cunhais como as ombreiras e vergas dos vãos são executados com alvenaria de tijolo, incluindo as paredes divisórias no interior.

As peças de barro cozido ao sol, que servem geralmente para pavimentos, são designados por *ladrilhos*, podem ser assentes diretamente na terra batida, com uma argamassa pobre de terra ou de cal e areia. A sua fraca resistência à abrasão origina o seu desgaste nas zonas de passagem e a sua grande permeabilidade permite a rega refrescando o ambiente por evaporação no verão. O *ladrilho* de forma quadrada é empregue nas construções mais modestas, enquanto o retangular permite variações e um maior número de composições. É ainda utilizado nos revestimentos de terraços, no forro da cobertura. Na zona de Évora, é frequentemente designado por *baldoza* e as

185 Livro das Posturas Antigas, Apud Rui Cunha, 2003, p. 103

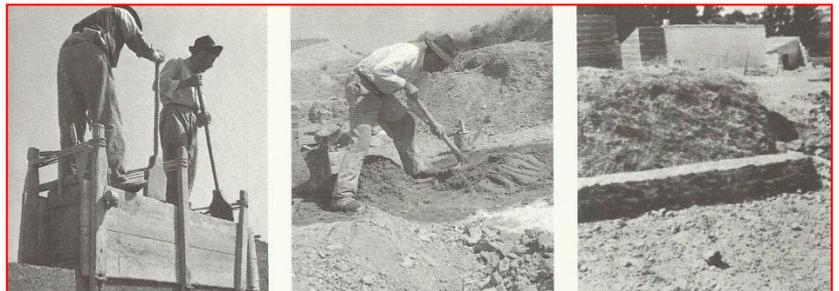
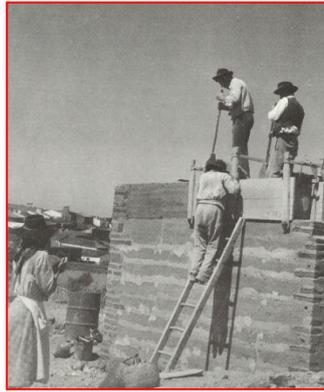
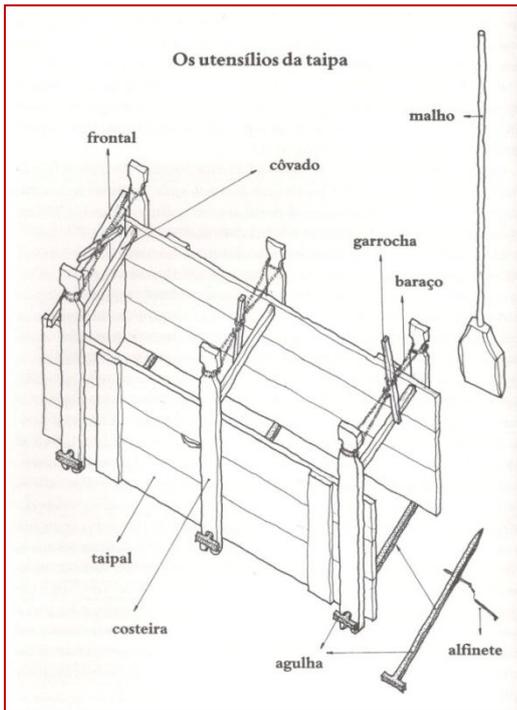
186 Ibidem, 2003, pp. 103,104. Ver fig. 28

187 AAVV, 1988, p. 38 e p. 40

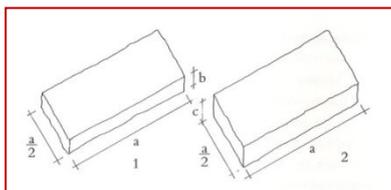
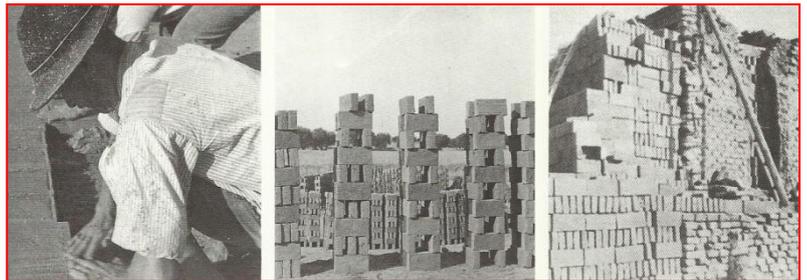
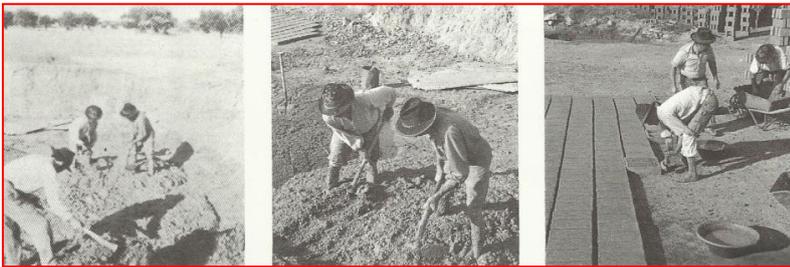
188 Na «Abobadilha» os tijolos são assentes com argamassa e a flecha é muito pequena, pode cobrir até 7m de vão. É provavelmente uma herança muçulmana, utilizada hoje ainda na construção.

189 Alvenel, alvener, alvenéu e alveneiro – pedreiro de alvenaria

190 AAVV, 1988, p. 40



27 - Utensílios da execução da taipa.
 28 - Construção de paramento em Taipa.
 29 - Apiloamento; preparação da massa, fundações.



30 - Construção em Adobe: Extração; Preparação; Moldagem; Aperfeiçoamento; Secagem; Forno; Tijolo de alvenaria e tijoleira de pavimento dimensionados em palmos craveiros segundo vestígios arqueológicos de Monsaraz, séc. XVI-XVII; o tijolo e a tijoleira; exemplos de aplicação em piso térreo e em piso elevado.

4.2. A Taipa

Esta técnica de construção em terra, denominada por *taipa*, foi largamente utilizada, e divulgada com a presença muçulmana nas suas construções como no Alhambra, em Granada,¹⁹¹ ou em fortificações e castelos como em Alcácer do Sal, Badajoz, Mértola, Juromenha e nas reconstruções de Moura, Salir, Paderne e Silves, sobretudo no período almóada, entre os finais do século XI até à segunda metade do século XIII, período da Reconquista. Corresponde também a um processo construtivo de habitação e a um modelo divulgado por todo o Mediterrâneo, segundo C. Torres, no entanto, T. Balbás acrescenta e diz-nos que “*este sistema de construir os muros com pilastras de silharia e entrepanos de alvenaria, adobes e taipa, é uma sobrevivência romana*”¹⁹². As paredes exteriores, estruturais ou mestras, das casas era comum serem partilhadas e estava “*estipulada em dois palmos e meio de largura (cerca de 0,50m) por Ibn Abdu*”¹⁹³, medidas que vemos corresponder em Mértola, Almería e Málaga. As paredes apresentavam então um embasamento em alvenaria com blocos de pedra e argamassa de barro até 0,50m de altura, sendo a sua continuação executada em taipa, rebocada e caiada interior e exteriormente e serem ainda objeto de decoração policroma como nestas três localidades. No interior, as paredes divisórias podiam ser substituídas por alvenarias de tijolo *adobes* com 0,20m de espessura, cujos moldes feitos em madeira estavam em poder do *almotacé* ou pregados na mesquita-mor¹⁹⁴. Nos cunhais, guarnecimento de vãos e jambas, recorria-se a um material mais resistente como o barro cozido, tijoleiras ou silhares¹⁹⁵.

Para além das técnicas próprias de cada época, “*este processo construtivo muito divulgado com a presença muçulmana em Portugal, consiste em compactar, dentro de moldes, terra convenientemente humedecida, constituindo blocos moldados in situ*”.¹⁹⁶ A composição da taipa diverge consoante os materiais disponíveis no local e a boa execução da massa é determinada empiricamente pela experiência de aplicação do material, mas nem em todos os terrenos o *alvaneo* encontra condições, tendo então de compor com areia, brita ou argila, em maior ou menor percentagem. Em Paderne, apresenta uma composição com gravilha do rio fina, em Salir, com pedras, seixos e fragmentos cerâmicos (telha, ladrilho) mais grosseira, em Silves, com brita, incluindo também material cerâmico e materiais orgânicos como ossos, sendo o traço das argamassas muito semelhante ao preconizado por Vitruvius.

A *taipa* é uma técnica de construção tradicional, que utiliza a terra crua como recurso. Esta é escolhida em função da sua natureza e deve ser muito arenosa. A sua composição resulta de elementos soltos sem coesão, areias, brita, cascalho que se junta a 10 a 20% de argila. Quando a terra apresenta excesso de argila, a taipa torna-se fissurável (zona de Castelo Branco) e aí utiliza-se a palha como aditivo. Trata-se de um

¹⁹¹ por construtores do norte de África, Santiago Macias, 1996, p. 95

¹⁹² Leopoldo Torres Balbás, 1982, pp. 75,76

¹⁹³ Santiago Macias, 1996, p. 75

¹⁹⁴ Cláudio Torres, 1993, p. 78

¹⁹⁵ Santiago Macias, 1996, p. 75

¹⁹⁶ Rui Cunha, 2003, p. 105

material natural, ignífugo, isotérmico, de fraca resistência aos impulsos horizontais como o peso dos telhados, de arcos ou abobadilhas, exigindo por vezes pesadas massas de alvenaria, os gigantes. Após extração, a terra é arejada e introduzida com a humidade natural, entre os taipais (moldes em madeira). Neste sistema de construção entram quatro homens; um transporta o material ao local, outro amassa e os outros dois apiloam¹⁹⁷. Diz-nos o ditado popular que esta *“deve ser transportada por um coxo e batida por um louco”*¹⁹⁸. A compressão obtida pelo batimento ritmado de um pilão manual tende a reduzir a porosidade e a alcançar uma estabilidade irreversível, resultando então num *“betão de terra magro”*, que endurece ao secar. Deve ser protegido da humidade, pois a argila, na presença de água, torna-se instável e com variações de volume. Daí que, em regra, os rebocos de cal ou a caiação direta sejam aplicados um ano após a conclusão da construção que a protege da acção da água. As questões que se colocam à manutenção e conservação da taipa incidem em problemas de humidade por infiltração de água. Nos paramentos e empenas, o problema não se põe com a caiação regular, mas é grave quando esta infiltração vem do solo, pois estamos perante uma incapacidade de resolução definitiva, que provoca a deposição de sais na sua evaporação, muito embora se saiba que a argila saturada inibe o fenómeno de capilaridade.

*“As fundações são executadas em alvenaria de pedra de xisto, argamassa de cal e areia, barro e até pedra seca, a fim da humidade ascendente não atuar nas paredes de taipa.”*¹⁹⁹ O arranque das paredes em alvenaria de pedra até cerca de 0,50m de altura, no exemplo do bairro da alcáçova de Mértola, é já em si mesmo uma resposta construtiva aos problemas das humidades, que ascendem entre 0,30 a 0,40m acima do solo por capilaridade.

*Na sua execução, são necessários os ‘taipais’ ou ‘enxameis’, que são moldes compostos por “espessas pranchas desmontáveis” com medidas usuais de 2,00 a 1,70x0,50 e pelo frontal ou comporta. A massa é compactada através das batidas dos ‘malhos’, por vezes, designado por pisão ou pilão. Os taipais são desmontados para constituírem novo troço em fiadas horizontais. As juntas horizontais são executadas em pedra argamassada ou por intermédio de fiadas de tijoleira. A compactação do material é feita por camadas, com cerca de 0,10m a 0,20m, intercaladas de um material como a cal, gravilha ou xisto para travamento. Utiliza-se também a cal como aditivo para dar maior resistência à construção, semelhante à das *pozzolanas* ou do betão industrial de baixa porosidade, designando-se nesses casos ‘taipa militar’. A taipa militar é descrita no tratado de Vitruvius e guia na edificação do Império Romano (Dez livros de Arquitetura no século I a.C.).*

“A montagem do molde é conseguida através das costeiras ou costeiros, que são fixos inferiormente com umas peças metálicas, designadas por agulhas, onde os costeiros encaixam. O aperto superior é processado por um barço rodado em torniquete através de uma garrocha, ou noutras situações, através de uma canga que encaixa nos topos dos costeiros, sendo apertada com umas cunhas. Para manter a distância dos

197 AAVV, 1988 p. 34

198 Nuno Pinheiro, 1991, p. 6

199 AAVV, 1988, p. 34

taipais, são colocadas, superiormente, acompanhando as 3 agulhas situadas na base do molde, umas ripas de madeira que têm a dimensão da espessura da alvenaria que se está a executar, o seu nome é côvado. É nos negativos deixados por estas peças que se enfiam as agulhas para a constituição do bloco superior. Como o nome indica, na sua origem, esta bitola dimensional da espessura da parede era um côvado medieval. Verifica-se que as dimensões mais usuais das alvenarias de taipa rondam os 50cm de dimensão, que não está longe da meia craveira ou dos hispano-árabes côvados «rassasi» de 30 dedos ou 32 dedos já por nós abordados.²⁰⁰ Estas espessuras atribuídas são também variáveis, podendo oscilar entre 0,45 a 0,70m.²⁰¹

A sua tecnologia não sofreu melhoramentos no tempo e podemos dizer que a produção de construções em taipa atualmente no território nacional é apenas residual, atribuindo-se-lhe como motivos a elevada mão-de-obra, a fraca resistência mecânica aos sismos e à água e a impossibilidade de construção em altura. No entanto, ainda hoje mais de um terço da população do nosso planeta vive em habitações de terra com uma maior concentração no extremo oriente como na China e Índia, prevalecendo a sedimentação cultural e a adaptação ao meio. Na Europa, os métodos de construção em terra foram apenas uma constante, até à concorrência dos processos tecnológicos e de industrialização dos séculos XIX e XX. Embora sendo hoje apenas uma realidade pontual e residual, foram várias as tentativas de recuperar estes processos de construção no período do pós 2ª Guerra Mundial perante as fases de crise económica, com nomes como Le Corbusier, Frank Lloyd Wright, Alvar Aalto, Mies Van der Rohe, Gaudi²⁰² e novamente na crise energética dos anos 70/80.²⁰³

4.3. Outros materiais; a pedra; a madeira

O granito é a pedra dominante na zona de Évora, embora o xisto seja a pedra mais frequente no Alentejo. A sua aplicação na arquitetura é nobre e distinta. É utilizada sem talhe em fundações das alvenarias de taipa ou de tijolo e com talhe em peças de guarnecimento de vãos ou isoladas, não sendo utilizada normalmente em paredes de *perpianho* nem em revestimentos de fachadas. É, no entanto, um material aplicado nos revestimentos de pavimentos interiores e em calçadas de ruas.²⁰⁴

As madeiras em abundância na região, são o sobro e o azinho que não se adaptam à construção. Pontualmente é aplicada a madeira de castanho e de carvalho, contemporaneamente porém o mais utilizado é o pinho importado das regiões do seu habitat.²⁰⁵

200 Rui Cunha, 2003, p.105

201 AAVV, 1988, p.34

202 Casas com pátio no século XX: Le Corbusier, casa Dr. Currutchet, la plata 1949; Alvar Aalto, 1953 - Casa em Muuratsalo; Mies Van der Rohe, 1935 casa Hube, Pavilhão em Barcelona

203 Trindade Chagas,1993, pp.193-196, Jean Detheier, 1993, pp. 34-36 e Santiago Macias, 1996, pp. 34-36

204 pedra para construção, da largura da parede (perpianho) em que esta se encontra talhada de modo a que as peças se ajustem umas com as outras (aparelhada) em ambas as faces.

205 AAVV, 1988, p. 51

5. A casa comum e a matriz urbana na mouraria

Procuramos saber a *matriz* (do latim matrix, -icis), o *molde*, o primeiro elemento gerador, estruturador e formador do espaço urbano na mouraria da cidade que consideramos ter sido constituído pela “casa”, espaço de estar, habitar, abrigo, a célula mais reduzida.

A fonte de informação deste trabalho é a que consta da documentação recolhida maioritariamente dos contratos de empraçamento²⁰⁶ e nos tombos de propriedade. Na documentação, identificamos um espaço - a casa; um lugar - a rua; um homem - o locatário. Os contratos ou transações, na propriedade, podem ser de diferentes tipos: aforamento, compra, doação, encampação e, possuírem uma das duas modalidades, serem em *perpétuo* ou *hereditário* que, neste caso, vai limitar o contrato a um número variável de vidas, uma a quatro vidas. “Com efeito, a enfiteuse representa, não apenas uma subordinação aos parâmetros económicos maioritários, como também contribui para uma interiorização dos valores da sociedade dominante.”²⁰⁷ No contrato, encontramos designado o nome individual ou duplo (marido e mulher), podendo também os filhos ser referidos. Em alguns casos vem citado a especificação da categoria social referida à pessoa contraente, seguida do nome no caso de este agir na qualidade de procurador ou testamenteiro. Ver no anexo 2 - Base Documental e Quadro C, tomemos por exemplo: Jufez Cigarro, mouro forro e sua mulher Aazom (ref.nº14); Azmede filho de Adella de “ceirta” sapateiro mouro forro (ref.nº12) Aixa moura forra mulher que foi de Catoto (ref.nº19) Na localização do bem, são também por vezes identificadas as suas confrontações, os encargos e obrigações do seu foreiro, as autorizações, mas “nunca é revelada a sua altura, desconhece-se muitas vezes se é térrea ou sobradada, raramente se faz menção do número de portas e janelas, dos materiais de construção ou dos tipos de cobertura e pavimento a que se recorreu, omitem-se as particularidades da casa, exceto aquelas que o redator do testemunho considera mais singulares.”²⁰⁸

Como nos disse Menéndez Pidal, a reconstrução da vida quotidiana nas sociedades medievais oferece-nos uma série de dificuldades pelo carácter das fontes documentais escritas, sobretudo em âmbito urbano, que visam a interesses e temas de grupos sociais abastados, com poder, tornando-se imprescindível os testemunhos arqueológicos.²⁰⁹ Para além de que todos os autores são unânimes em referir que “os traços da vivência quotidiana relevados pelas fontes são escassos”²¹⁰, que os exemplos são incompletos e, por isso se torna necessária a observação e o confronto resultante da multidisciplinaridade (geografia, etnologia, arquitetura, história da arte,

206 “Dá-se o contrato de empraçamento, aforamento ou enfiteuse, quando o proprietário de qualquer prédio transfere o seu domínio útil para outra pessoa, obrigando-se esta a pagar -lhe anualmente certa pensão determinada a que se chama foro ou cânon”, artigo 1653º do Código Civil.

207 M. Filomena Barros, 2007, p. 463

208 M. Sílvio A. Conde, 1997, p. 107

209 Menéndez Pidal, 1997, p. 385

210 M. Sílvio A. Conde, 1997, p. 259; Ibidem, 2012, p. 55; M. Hermínia Vilar, 1988, p. 27; B. Vasconcelos e Sousa, Falta 1990, p. 66; Rita C. Gomes, 1987, p. 70, entre outros

arqueologia) para o conhecimento da casa corrente.²¹¹ A descrição do espaço da casa é pouco frequente, razão que pode ser atribuída, segundo Hermínia Vilar, à semelhança de configuração e *“organização do espaço, conjugada com a exiguidade de dimensão e de porte, tornando-se supérflua a especificação das características das habitações. A descrição apenas se impunha, quando se impunha, nos casos dos edifícios que se salientavam dessa mole de construções que constituíam as bases do núcleo urbano. Daí que as construções correntes, paralelamente habitação, tenda ou oficina de artefacto, fossem designadas por noções generalizantes, como casa ou casas, indicando esta uma diferente compartimentação do espaço em relação à primeira”*.²¹² Os prédios urbanos são fundamentalmente de dois tipos; casas que se destinam ao uso habitacional e tendas em número mais restrito, entendendo-se esta designação por oficina-loja, e também morada, do mesteiral, onde este exercia a atividade artesanal ou comercial.²¹³ Na mouraria de Évora, a tenda aparece referenciada em 1390, no Talho do Mouro, e depois em 1494, 1496 e 1497 na Porta da Mouraria como casa tenda e tenda de duas portas.²¹⁴

*Casa “pode ser empregue num sentido genérico, englobando todo o espaço da habitação e até algumas dependências, mas também pode designar apenas uma divisão ou o conjunto de divisões que constituem a construção principal.”*²¹⁵

5.1. A casa urbana comum

No prefácio do inquérito à Arquitetura Popular Portuguesa Nuno Teotónio Pereira refere a ausência de traços de ligação entre as marcas deixadas pelas várias culturas (coeva, romana, visigótica, muçulmana, e da reconquista) o que levou os autores a questionarem se *“a habitação resiste ao tempo e às influências, ou será antes de sustentar que essa persistência é apenas a ilusão, proveniente de destruição, e que a escassês de traços do passado que não deixa ver corretamente os ascendentes dos exemplares atuais? “para de seguida concluir que a habitação no Alentejo é o resultado de uma longa evolução que os séculos foram modelando, cheia de contradições e anacronismos, talvez mais condicionada pelas circunstâncias da exploração da terra, da transação, do mercado, dos rendimentos e da forma como se repartiam, do que por influências de carácter erudito ou técnicas particulares de construir”*.²¹⁶

Como característica comum à casa medieval é identificada a simplicidade formal e o modo estrutural semelhante, como já foi referido. Os edifícios mantinham uma lógica elementar com ligeiras variantes ou conjugavam dois dos tipos básicos. A classificação

211 M. Sílvia A. Conde, 2010, p. 57

212 M. Hermínia Vilar, 1988, p. 27

213 Oliveira Marques, 1981, p. 44

214 Ver ANEXO III - Base Documental

215 M. Sílvia A. Conde, 1997, p. 260

216 AAVV, 1988, p. 22

Quadro A
Distribuição Cronológica dos Contratos por Zonas

1. Mouraria; 2. Mouraria (Porta); 3. Rua Direita; 4. Rua do Inferno; 5. Rua Cega;
6. Rua das Fontes; 7. Talho do(s) Mouro(s); 8. Rua das Pedreiras;
9. Outras Localizações.
(nd – não designado)

Quadro I - MOURARIA					
Doc	Data	Tipologia Doc.	Propriedade	Local	Bem
70	0000-00-00	nd	nd	<i>Terreiro da Mouraria</i>	casas e quintal
83	0000-00-00	nd	nd	<i>Mouraria</i>	nd
9	1363-07-08	Foro	nd	<i>Mouraria Nova</i>	chão
11	1366-02-07	Emprazamento	M.S.Domingos	<i>Mouraria Nova</i>	casa
54	1379-01-04	Emprazamento	I. Santiago	<i>Mouraria (da cidade)</i>	casas
13	1400-07-04	Aforamento	M.S.Domingos	<i>Mouraria (da cidade)</i>	nd
41	1403-11-05	Sentença	nd	<i>Mouraria (da cidade)</i>	casa
50	1409-11-18	Emprazamento	I. Santiago	<i>Mouraria (da cidade)</i>	casas
38	1411-09-22	Emprazamento	I. Santiago	<i>Talho Mouras p R. Avis</i>	casa
51	1429-06-25	Emprazamento	I. Santiago	<i>Mouraria (da cidade)</i>	casas
18	1449-08-29	nd	nd	<i>R. Avis p R. Mouraria</i>	nd
52	1464-02-22	Emprazamento	I. Santiago	<i>Mouraria (da cidade)</i>	casas
24	1464-05-23	Emprazamento	I. Santiago	<i>Talho p Porta Mouraria</i>	casa(3 1/4x3,5)V.
8	1475-09-28	Doação	D. Afonso V	<i>Mouraria</i>	nd
39	1497-02-07	Compra/Venda	I. Santiago	<i>Mouraria (da cidade)</i>	casa
30	1497-04-24	Venda	nd	<i>Mouraria (Mesquita)</i>	2 casas térreas

Quadro II - MOURARIA (PORTA)					
61	0000-00-00	nd	nd	<i>Mouraria (Porta)</i>	casa
67	0000-00-00	nd	nd	<i>(Porta da R. Fontes)</i>	casa
78	0000-00-00	nd	nd	<i>Mouraria (Porta)</i>	nd
74	0000-00-00	nd	nd	<i>Mouraria (Porta)</i>	pardieiros
12	1379-01-04	Emprazamento	I. Santiago	<i>Mouraria (Porta)</i>	casas
44	1397-08-09	Emprazamento	I. Santiago	<i>Mouraria (Porta)</i>	casa
53	1464-05-23	Emprazamento	I. Santiago	<i>Mouraria (Porta)</i>	casa
46	1494-05-30	Compra/Venda	I. Santiago	<i>Mouraria (Porta)</i>	1 tenda
25	1496-04-16	Encamp./Emprazamento	I. Santiago	<i>Mouraria (Porta)</i>	casa tenda
26B	1497-05-30	Compra/Venda	I. Santiago	<i>Mouraria (Porta)</i>	tenda (2 portas)
27	1499-04-18	Venda	I. Santiago	<i>Mouraria (Porta)</i>	casa (2 portas)
58	1506-07-08	Escambo	I. Santiago	<i>Mouraria (Porta)</i>	casa

Quadro III - RUA DIREITA					
60	0000-00-00	nd	nd	<i>Rua Direita</i>	casas
68	0000-00-00	nd	nd	<i>Rua Direita</i>	casas
2	1436-12-29	Aforamento	D. Duarte	<i>Rua onde vendem a</i>	2 casas tendas
3	1436-12-30	Conf./Aforamento	D. Duarte	<i>Rua Direita</i>	casa (10x6)c.
4	1436-12-30	Confirmação	D. Duarte	<i>Rua onde vendem a</i>	casa (12x6)c.
5	1436-12-30	Confirmação	D. Duarte	<i>Rua Direita</i>	casa (10x10)c.
6	1436-12-31	Conf./Aforamento	D. Duarte	<i>Rua onde vendem a</i>	casa (10x6)c.
55	1445-04-08	Emprazamento	I. Santiago	<i>Rua Direita</i>	casas e celeiros
77	1455-00-00	nd	nd	<i>Rua Direita</i>	casas
7	1473-05-23	Conf./Aforamento	D. Afonso V	<i>Rua onde vendem a</i>	2 pares casas
48	1476-04-28	Emprazamento	I. Santiago	<i>Rua Direita</i>	casas
29A	1497-04-13	Venda/Emprazamento	I. Santiago	<i>Rua Direita</i>	casa

Quadro IV - RUA DO INFERNO					
21	1453-06-18	Encamp./Emprazamento	nd	Rua do Inferno	casa (12x6)c.
22	1455-07-03	Emprazamento	nd	Rua do Inferno	casa (diant.cel.)
23	1462-09-09	Encamp./Aforamento	nd	Rua do Inferno	1 casa s/celeiro
20	1497-02-07	Venda/Emprazamento	nd	Rua do Inferno	casa com
31	1497-05-26	Emprazamento	nd	Rua do Inferno	casas
32	1497-12-13	Venda/Emprazamento	nd	Rua do Inferno	casas

Quadro V - RUA CEGA					
59	0000-00-00	nd	nd	Rua Cega	casas
64	0000-00-00	nd	nd	Beco da Mouraria	casas
62	0000-00-01	nd	nd	Beco da Mouraria	2 casas térreas
10	1366-00-00	Testamento	I. Santiago	Rua Cega (trav. da dita)	forno
65	1395-00-00	nd	nd	Rua Cega	casa
16	1445-00-00	Aforamento	H.Jerusalém	Rua Cega	casa e celeiro
17	1445-00-00	Aforamento	nd	Rua Cega	casa e celeiro
42	1464-02-22	Emprazamento	nd	Rua Cega	casas
33	1497-07-10	Venda/Emprazamento	nd	Rua Cega	casa

Quadro VI - RUA DAS FONTES					
80	0000-00-00	nd	Alb.S.Salvador	Rua das Fontes	nd
81	0000-00-00	nd	nd	Rua das Fontes	nd
15	1425-07-03	Emprazamento	M.S.Domingos	Rua das Fontes	casa
57	1485-06-06	Obrigação	M.S.Domingos	Rua das Fontes	casas
28	1485-06-22	Aforamento	M.S.Domingos	Rua das Fontes	casa e celeiro
34	1542-00-00	nd	M.S.Domingos	Rua das Fontes	casas c/ forno

Quadro VII - TALHO DO(S) MOURO(S)					
66	0000-00-00	nd	nd	Talho do Mouro	casas
76	0000-00-00	nd	nd	Talho do Mouro	nd
71	0000-00-00	nd	nd	Terreiro do Talho do	tenda
35	1333-08-08	Emprazamento	I. Santiago	Talho dos Mouros	chão
36	1390-00-00	Documento	nd	Talho dos Mouros	tenda
47	1395-08-08	Emprazamento	I. Santiago	Talho dos Mouros	chão
14	1411-09-22	Emprazamento	I. Santiago	Talho dos Mouros	casa
80	1418-00-00	nd	nd	Talho do Mouro	nd
37	1433-02-12	Doação	nd	Talho do Mouro	casa
56	1442-12-05	Emprazamento	I. Santiago	Talho dos Mouros	casas

Quadro VIII - RUA DOS(AS) PEDREIROS(AS)					
49	1388-05-06	Aforamento	I. Santiago	Rua dos Pedreiros	quintal
43	1411-11-14	Compra/Venda	I. Santiago	Rua dos Pedreiros	1/2 chão
19	1449-11-14	Venda/Outorgamento	I. Santiago	Rua das Pedreiras	chão;1/2ch.cas

Quadro IX - OUTRAS LOCALIZAÇÕES FORA DA MOURARIA					
69	0000-00-00	nd	nd	Rua da Mesquita	casas
72	0000-00-00	nd	nd	Outeiro da Vila Nova	casas
73	0000-00-00	nd	nd	nd	nd
75	0000-00-00	nd	nd	nd	nd
82	0000-00-00	nd	nd	nd	nd
71	1426-00-00	nd	nd	Porta Nova	nd
1	1436-12-28	Conf./Aforamento	D. Duarte	Cerca da Porta Nova	casa (10x6)c.
45	1527-03-08	Doação (foro)		Alcáçova dos Mouros	casas

Quadro B
Distribuição Cronológica por Tipologias de Bens transacionados (Chão, Casa, Casas, Tenda, Quintal, Forno, Pardieiros e nd (não designado)).

Quadro Geral por Tipologias					
Doc.	Data	Tipologia Doc.	Propriedade	Local	Bem
35	1333-08-08	Emprazamento	I. Santiago	Talho dos Mouros	chão
9	1363-07-08	Foro	nd	Mouraria Nova	chão
47	1395-08-08	Emprazamento	I. Santiago	Talho dos Mouros	chão
43	1411-11-14	Compra/Venda	I. Santiago	Rua dos Pedreiros	1/2 chão
19	1449-11-14	Venda/Outorgamento	I. Santiago	Rua das Pedreiras	chão (1/2 chão c/ casa)

61	0000-00-00	nd	nd	Mouraria (Porta)	casa
67	0000-00-00	nd	nd	Mouraria (Porta R. das Fontes)	casa
11	1366-02-07	Emprazamento	M.S.Domingos	Mouraria Nova	casa
65	1395-00-00	nd	nd	Rua Cega	casa
44	1397-08-09	Emprazamento	I. Santiago	Mouraria (Porta)	casa
41	1403-11-05	Sentença	nd	Mouraria (da cidade)	casa
14	1411-09-22	Emprazamento	I. Santiago	Talho dos Mouros	casa
38	1411-09-22	Emprazamento	I. Santiago	Talho das Mouras p a R. Avis	casa
15	1425-07-03	Emprazamento	M.S.Domingos	Rua das Fontes	casa
37	1433-02-12	Doação	nd	Talho do Mouro	casa
1	1436-12-28	Conf./Aforamento	D. Duarte	Cerca da Porta Nova	casa (10x6)c.
3	1436-12-30	Conf./Aforamento	D. Duarte	Rua Direita	casa (10x6)c.
4	1436-12-30	Confirmação	D. Duarte	Rua onde vendem a louça	casa (12x6)c.
5	1436-12-30	Confirmação	D. Duarte	Rua Direita	casa (10x10)c.
6	1436-12-31	Conf./Aforamento	D. Duarte	Rua onde vendem a louça	casa (10x6)c.
16	1445-00-00	Aforamento	H.Jerusalém	Rua Cega	casa e celeiro
17	1445-00-00	Aforamento	nd	Rua Cega	casa e celeiro
21	1453-06-18	Encamp./Emprazamento	nd	Rua do Inferno	casa (12x6)c.
22	1455-07-03	Emprazamento	nd	Rua do Inferno	casa (dianteira e celeiro)
23	1462-09-09	Encamp./Aforamento	nd	Rua do Inferno	1 casa s/celeiro (5x3)v.
24	1464-05-23	Emprazamento	I. Santiago	Mouraria (Talho p P.Mouraria)	casa (3 e 1/4 x 3,5)v.
53	1464-05-23	Emprazamento	I. Santiago	Mouraria (Porta)	casa
28	1485-06-22	Aforamento	M.S.Domingos	Rua das Fontes	casa e celeiro
25	1496-04-16	Encamp./Emprazamento	I. Santiago	Mouraria (Porta)	casa tenda
20	1497-02-07	Venda/Emprazamento	nd	Rua do Inferno	casa com chaminé
39	1497-02-07	Compra/Venda	I. Santiago	Mouraria (da cidade)	casa
29A	1497-04-13	Venda/Emprazamento	I. Santiago	Rua Direita	casa
33	1497-07-10	Venda/Emprazamento	nd	Rua Cega	casa
27	1499-04-18	Venda	I. Santiago	Mouraria (Porta)	casa (2 portas)
58	1506-07-08	Escambo	I. Santiago	Mouraria (Porta)	casa

72	0000-00-00	nd	nd	Terreiro do Talho do Mouro	tenda
36	1390-00-00	Documento	nd	Talho dos Mouros	tenda
2	1436-12-29	Aforamento	D. Duarte	Rua onde vendem a louça	2 casas tendas (10x8)c.
46	1494-05-30	Compra/Venda	I. Santiago	Mouraria (Porta)	1 tenda (2 portas)
25	1496-04-16	Encamp./Emprazamento	I. Santiago	Mouraria (Porta)	casa tenda
26B	1497-05-30	Compra/Venda	I. Santiago	Mouraria (Porta)	tenda (2 portas)
10	1366-00-00	Testamento	I. Santiago	Rua Cega (trav. da dita)	forno

59	0000-00-00	nd	nd	Rua Cega	casas
60	0000-00-00	nd	nd	Rua Direita	casas
64	0000-00-00	nd	nd	Beco da Mouraria	casas
66	0000-00-00	nd	nd	Talho do Mouro	casas
68	0000-00-00	nd	nd	Rua Direita	casas
69	0000-00-00	nd	nd	Rua da Mesquita	casas
70	0000-00-00	nd	nd	Terreiro da Mouraria	casas e quintal
72	0000-00-00	nd	nd	Outeiro da Vila Nova	casas
76	0000-00-00	nd	nd	Talho do Mouro	casas
78	0000-00-00	nd	nd	Mouraria (Porta)	casas
80	0000-00-00	nd	Alberg.S.Salvador	Rua das Fontes	casas
81	0000-00-00	nd	nd	Rua das Fontes	casas
83	0000-00-00	nd	nd	Mouraria	casas
62	0000-00-01	nd	nd	Beco da Mouraria	2 casas térreas
12	1379-01-04	Emprazamento	I. Santiago	Mouraria (Porta)	casas
54	1379-01-04	Emprazamento	I. Santiago	Mouraria (da cidade)	casas
13	1400-07-04	Aforamento	M.S.Domingos	Mouraria (da cidade)	casas
50	1409-11-18	Emprazamento	I. Santiago	Mouraria (da cidade)	casas
63	1421-00-00	nd	nd	Rua de Mata Mouros	casas
51	1429-06-25	Emprazamento	I. Santiago	Mouraria (da cidade)	casas
56	1442-12-05	Emprazamento	I. Santiago	Talho dos Mouros	casas
55	1445-04-08	Emprazamento	I. Santiago	Rua Direita	casas e celeiros
77	1455-00-00	nd	nd	Rua Direita	casas
42	1464-02-22	Emprazamento	nd	Rua Cega	casas
52	1464-02-22	Emprazamento	I. Santiago	Mouraria (da cidade)	casas
7	1473-05-23	Conf./Aforamento	D. Afonso V	Rua onde vendem a louça	2 pares casas
48	1476-04-28	Emprazamento	I. Santiago	Rua Direita	casas
57	1485-06-06	Obrigação	M.S.Domingos	Rua das Fontes	casas
30	1497-04-24	Venda	nd	Mouraria (Mesquita)	2 casas térreas
31	1497-05-26	Emprazamento	nd	Rua do Inferno	casas
32	1497-12-13	Venda/Emprazamento	nd	Rua do Inferno	casas
45	1527-03-08	Doação (foro)	nd	Alcáçova dos Mouros	casas
34	1542-00-00	nd	M.S.Domingos	Rua das Fontes	casas c/ forno

49	1388-05-06	Aforamento	I. Santiago	Rua dos Pedreiros	quintal
40	1403-11-05	Sentença	nd	Trav. do Inferno	quintal

76	0000-00-00	nd	nd	nd	nd
83	0000-00-00	nd	nd	nd	nd
80	1418-00-00	nd	nd	Talho do Mouro	nd
72	1426-00-00	nd	nd	Porta Nova	nd
18	1449-08-29	nd	nd	Mouraria (R.Avis p R.Mouraria)	nd
8	1475-09-28	Doação	D. Afonso V	Mouraria	nd

Quadro C

Distribuição Cronológica dos Locatários (1º Outorga) designados e/ou intervenientes nas transações

Doc	Data	Tipologia Doc	Propriedade	Local	Bem	1º Outorga	
						Nome	Ofício
69	0000-00-00	nd	nd	Rua da Mesquita	casas	D. Alvaro dacosta	nd
73	0000-00-00	nd	nd	Outeiro da Vila Nova	casas	Admede Cadim	nd
83	0000-00-00	nd	nd	nd	nd	Juffiz Cigarro	mouro forro
35	1333-08-08	Emprazamento	I. Santiago	Talho dos Mouros	chão	Bento Martins	nd
9	1363-07-08	Foro	nd	Mouraria Nova	chão	Mestre "Azmede"	ferreiro, mouro forro
10	1366-00-00	Testamento	I. Santiago	Rua Cega (trav. da dita)	forno	Margarida Gonçalves	nd
11	1366-02-07	Emprazamento	M.S.Domingos	Mouraria Nova	casa	Azmede Tortoxe	sapateiro, mouro forro
54	1379-01-04	Emprazamento	I. Santiago	Mouraria (da cidade)	casas	Lourenço Eanes	nd
12	1379-01-04	Emprazamento	I. Santiago	Mouraria (Porta)	casas	Azmede filho de adella	sapateiro, mouro forro
49	1388-05-06	Aforamento	I. Santiago	Rua dos Pedreiros	quintal	Catoto	nd
36	1390-00-00	Documento	nd	Talho dos Mouros	tenda	Joham Afonso	nd
65	1395-00-00	nd	nd	Rua Cega	casa	Mafamede	nd
47	1395-08-08	Emprazamento	I. Santiago	Talho dos Mouros	chão	Bartolomeu Martins	nd
44	1397-08-09	Emprazamento	I. Santiago	Mouraria (Porta)	casa	Azmede	nd
13	1400-07-04	Aforamento	C.S.Domingos	Mouraria (da cidade)	nd	Fecem	mouro forro, oleiro, filho de
40	1403-11-05	Sentença	nd	Trav. do Inferno	quintal	Luis Gonçalves	nd
41	1403-11-05	Sentença	nd	Mouraria (da cidade)	casa	I. Santiago	nd
50	1409-11-18	Emprazamento	I. Santiago	Mouraria (da cidade)	casas	Mafamede Albedebe	mouro forro, sapateiro
38	1411-09-22	Emprazamento	I. Santiago	Mouraria (q vai do Talho	casa	Jufez Cigarro e s.m.	mouro forro
14	1411-09-22	Emprazamento	I. Santiago	Talho dos Mouros	casa	Jufez Cigarro	mouro forro e sua mulher
43	1411-11-14	Compra/Venda	I. Santiago	Rua dos Pedreiros	1/2 chão	Aixa	nd
51	1429-06-25	Emprazamento	I. Santiago	Mouraria (da cidade)	casas	Adela de Ceuta	mouro forro
37	1433-02-12	Doação	nd	Talho do Mouro	casa	Aires Gomes da Silva	nd
1	1436-12-28	Conf./Aforame	D. Duarte	Cerca da Porta Nova	casa (10x6) cõv.	Mafamede Patana	nd
2	1436-12-29	Aforamento	D. Duarte	Rua onde vendem a	2 casas tendas (10x8)	Jufez "abem calez"	nd
3	1436-12-30	Conf./Aforame	D. Duarte	Rua Direita	casa (10x6) cõv.	Ale Focem	oleiro, mouro forro
4	1436-12-30	Confirmação	D. Duarte	Rua onde vendem a	casa (12x6) cõv.	Filipe	mouro forro
5	1436-12-30	Confirmação	D. Duarte	Rua Direita	casa (10x10) cõv.	Vasco Fernandes	nd
6	1436-12-31	Conf./Aforame	D. Duarte	Rua onde vendem a	casa (10x6) cõv.	Mafamede do Dedo	nd
56	1442-12-05	Emprazamento	I. Santiago	Talho Mouros	casas	I. Sant	nd
16A	1445-00-00	Aforamento	H.Jerusalém	Rua Cega	casa e celeleiro	Azmede Sandim	nd
17A	1445-00-00	Aforamento	nd	Rua Cega	casa e celeleiro	Moreima	nd
55	1445-04-08	Emprazamento	I. Santiago	Rua Direita	casas e celeiros	Alle	nd
19	1449-11-14	Venda/Outorga	I. Santiago	Rua das Pedreiras	chão (1/2 chão fora feita	Aixa	moura forra mulher que foi
21	1453-06-18	Encamp./Empr	nd	Rua do Inferno	casa (12x6) cõv.	Vasco Gil	escudeiro, juiz das sisas
22	1455-07-03	Emprazamento	nd	Rua do Inferno	casa (dianteira e celeiro)	Ale Focem	nd
23	1462-09-09	Encamp./Afora	nd	Rua do Inferno	1 casa s/celeiro (5x3)	Jufez Pintainho	mouro da mouraria
42	1464-02-22	Emprazamento	nd	Rua Cega	casas	Axa Madroa,	nd
52	1464-02-22	Emprazamento	I. Santiago	Mouraria (da cidade)	casas	Axa	moura forra viúva (mulher
53	1464-05-23	Emprazamento	I. Santiago	Mouraria (Porta)	casa	Galebo Cardeal,	nd
24	1464-05-23	Emprazamento	I. Santiago	Mouraria (do talho p a	casa (3 e 1/4 x 3,5	Galebo Cardeal e s.m.	mouro forro
7	1473-05-23	Conf./Aforame	D. Afonso V	Rua onde vendem a	2 pares casas	Rodrigo Anes	oleiro
8	1475-09-28	Doação	D. Afonso V	Mouraria	nd	Afonso Valente	cavaleiro e comendador
48	1476-04-28	Emprazamento	I. Santiago	Rua Direita	casas	Azmede de Ceuta	nd
57	1485-06-06	Obrigação	C.S.Domingos	Rua das Fontes	casas	Leonor Gonçalves	nd
28	1485-06-22	Aforamento	C.S.Domingos	Rua das Fontes	casa e celeiro	Fernão de Valadares	nd
46	1494-05-30	Compra/Venda	I. Santiago	Mouraria (Porta)	1 tenda (2portas)	Azmede	nd
25	1496-04-16	Encamp./Empr	I. Santiago	Mouraria (Porta)	casa tenda	Fátima	moura forra, viúva de
20	1497-02-07	Venda/Empraz	nd	Rua do Inferno	casa com chaminé	Azamede Caeiro	mouro forro e sua mulher
39	1497-02-07	Compra/Venda	I. Santiago	Mouraria (da cidade)	casa	Azmede e s.m.	mouro forro
29A	1497-04-13	Venda/Empraz	I. Santiago	Rua Direita	casa	Azmede de Ceyta e	mouro forro
30	1497-04-24	Venda	nd	Mouraria (Mesquita)	2 casas térreas	Mafamed d Ceuta	nd
31	1497-05-26	Emprazamento	nd	Rua do Inferno	casas	Nuno Afonso	nd
26B	1497-05-30	Compra/Venda	I. Santiago	Mouraria (Porta)	tenda (2 portas)	Azmede	mouro forro
33	1497-07-10	Venda/Empraz	nd	Rua Cega	casa	Adella Filipe	nd
32	1497-12-13	Venda/Empraz	nd	Rua do Inferno	casas	Nuno Afonso	nd
27	1499-04-18	Venda	I. Santiago ??	Mouraria (Porta)	casa (2 portas)	Leonor Rodrigues	nd
58	1506-07-08	Escambo	I. Santiago	Mouraria (Porta)	casa	Luis Machado e s.m.	cavaleiro da casa do
45	1527-03-08	Doação (foro)		Alcáçova Mouros	casas	João Velho	nd

Quadro D

Períodos de pagamento e Proprietários

1363-07-08	Foro	nd	Mouraria Nova	chão	15 soldos	perpétuo	Natal
1379-01-04	Emprazamento	I. Santiago	Mouraria (da cidade)	casas	3 libras	3 vidas	Natal
1379-01-04	Emprazamento	I. Santiago	Mouraria (Porta)	casas	3 libras	3 vidas	Natal
1395-08-08	Emprazamento	I. Santiago	Talho dos Mouros	chão	30 soldos e 2	nd	Natal
1397-08-09	Emprazamento	I. Santiago	Mouraria (Porta)	casa	6 libras antigas	3 vidas	Natal
1442-12-05	Emprazamento	I. Santiago	Talho dos Mouros	casas	60 rs e 4 galinhas	nd	Natal
1494-05-30	Compra/Venda	I. Santiago	Mouraria (Porta)	1 tenda	140 rs e 2 galinhas	3 vidas	Natal
1494-05-30	Encamp./Empraz	nd	Mouraria	tenda	140 rs e 2 galinhas	3 pessoas	Natal
1497-05-30	Compra/Venda	I. Santiago	Mouraria (Porta)	tenda (2 portas)	140 rs e 2 galinhas	3 vidas	Natal
1497-07-10	Venda/Empraza	nd	Rua Cega	casa	54v rs	perpétuo	Natal
1366-02-07	Emprazamento	M.S.Domingos	Mouraria Nova	casa	4 libras	2 vidas	S.João
1400-07-04	Aforamento	M.S.Domingos	Mouraria (da cidade)	nd	10 libras	nd	S.J.Batista
1455-07-03	Emprazamento	nd	Rua do Inferno	casa (dianteira)	120 rs. brancos	3 vidas	S.J.Batista
1485-06-22	Aforamento	M.S.Domingos	Rua das Fontes	casa e celeiro	80 rs br e 1 frango	3 pessoas	S.J.Batista
1497-05-26	Emprazamento	nd	Rua do Inferno	casas	200 rs e 1 galinha	3 vidas	S.J.Batista
1497-12-13	Venda/Empraza	nd	Rua do Inferno	casas	200 rs e 1 galinha	3 vidas	S.J.Batista
1388-05-06	Aforamento	I. Santiago	Rua dos Pedreiros	quintal	40 soldos	nd	Sta M. Ago
1411-11-14	Compra/Venda	I. Santiago	Rua dos Pedreiros	1/2 chão	20 soldos antigos	nd	Sta M. Ago
1449-11-14	Venda/Outorgam	I. Santiago	Rua das Pedreiras	chão (1/2 chão)	40 soldos m. a.	nd	Stª M. Ago
1409-11-18	Emprazamento	I. Santiago	Mouraria (da cidade)	casas	25 libras e 2	3 vidas	Páscoa e
1411-09-22	Emprazamento	I. Santiago	Mouraria (q vai do	casa	4 libras e 2	nd	Páscoa
1411-09-22	Emprazamento	I. Santiago	Talho dos Mouros	casa	4 libras antigas	suas vidas	Páscoa
1429-06-25	Emprazamento	I. Santiago	Mouraria (da cidade)	casas	12 libras antigas	3 vidas	Páscoa
1445-04-08	Emprazamento	I. Santiago	Rua Direita	casas e	7 libras antigas	3 vidas	Páscoa
1453-06-18	Encamp./Empraz	nd	Rua do Inferno	casa (12x6)	20 soldos m. a.	sempre	Páscoa
1462-09-09	Encamp./Aforam	nd	Rua do Inferno	1 casa	20 soldos m. a.	perpétuo	Páscoa
1476-04-28	Emprazamento	I. Santiago	Rua Direita	casas	220 rs brancos	3 vidas	Páscoa
1497-02-07	Venda/Empraza	nd	Rua do Inferno	casa com	30rs foro e pensão	perpétuo	Páscoa
1497-02-07	Compra/Venda	I. Santiago	Mouraria (da cidade)	casa	30rs brancos	nd	Páscoa
1497-04-13	Venda/Empraza	I. Santiago	Rua Direita	casa	200 rs e 2 galinhas	3 vidas	Páscoa
1390-00-00	Documento	nd	Talho dos Mouros	tenda	50 libras	nd	nd
1436-12-28	Conf./Aforamento	D. Duarte	Cerca da Porta	casa (10x6)	40 soldos m. a.	perpétuo	nd
1436-12-29	Aforamento	D. Duarte	Rua onde vendem a	2 casas tendas	5 libras m. a.	perpétuo	nd
1436-12-30	Conf./Aforamento	D. Duarte	Rua Direita	casa (10x6)	40 soldos m. a.	perpétuo	nd
1436-12-30	Confirmação	D. Duarte	Rua onde vendem a	casa (12x6)	3 libras m. a.	perpétuo	nd
1436-12-30	Confirmação	D. Duarte	Rua Direita	casa (10x10)	40 soldos m. a.	perpétuo	nd
1436-12-31	Conf./Aforamento	D. Duarte	Rua onde vendem a	casa (10x6)	40 soldos e 5	perpétuo	nd
1499-04-18	Venda	I. Santiago	Mouraria (Porta)	casa (2 portas)	700 rs brancos	nd	nd
1445-00-00	Aforamento	H.Jerusalém	Rua Cega	casa e celeiro	40 soldos m. a.	perpétuo	S.Martinho
1445-00-00	Aforamento	nd	Rua Cega	casa e celeiro	40 soldos m. a.	perpétuo	S.Martinho
1464-02-22	Emprazamento	nd	Rua Cega	casas	30 soldos antigos,	4 vidas	S.Martinho
1464-02-22	Emprazamento	I. Santiago	Mouraria (da cidade)	casas	30 soldos antigos	4 vidas	S.Martinho
1464-05-23	Emprazamento	I. Santiago	Mouraria (Porta)	casa	7 libras e 2	2 vidas	S.Martinho
1464-05-23	Emprazamento	I. Santiago	Mouraria (do talho p	casa (3 e 1/4 x	7 libras	3 vidas	S.Martinho
1496-04-16	Encamp./Empraz	I. Santiago	Mouraria (Porta)	casa tenda	140 rs e 2 galinhas	3 vidas	S.Martinho

por Manuel S. Alves Conde recai em duas tipologias, a casa de um piso e divisão única, a *casa* ou *casa térrea*. Um segundo tipo resultante deste primeiro, a casa de piso único de duas divisões: a *dianteira* e a *casa de dentro*, também designada *casa de trás* ou *câmara de dentro*²¹⁷, cujo centro se localiza na lareira²¹⁸ e uma terceira tipologia a casa de dois pisos e de duas divisões: a casa térrea ou loja e um sobrado. Como nos apercebemos, quer o segundo tipo quer o terceiro são resultantes de evoluções do primeiro, em que o piso inferior, térreo, era frequentemente ocupado por uma loja ou tenda, num total de três tipos básicos ou comuns, acrescidos de três variantes que passamos a descrever. A casa de dois (ou mais) pisos, com duas (ou mais) divisões por piso; a casa sobrada de arcos, designada por M. Ângela Beirante, em Évora, de “*tipo habitacional (...) burguês de importação*” e a casa térrea aberta para um pátio dianteiro, murado, contactando com o exterior por um portal, filiado porventura na casa muçulmana de pátio interior. Encontramos este tipo de habitação em Lisboa e Setúbal, mas não em Évora. Aqui na mouraria o espaço livre ou aberto teria lugar a tardoz – o quintal, desconhecemos se murado ou não.

“*Eram pouco comuns as casas de mais de quatro divisões. Por vezes, contudo, obtinha-se um espaço mais dilatado juntando várias pequenas moradias*”.²¹⁹ Encontram-se casas com quatro divisões em Santarém, com três, em vilas mais pequenas como Óbidos e Alenquer²²⁰, sendo a mais comum a de duas divisões, podendo ainda ser apenas de um único compartimento. Na Idade Média, predominavam as construções térreas, seguindo-se as de dois pisos e as de três pisos eram excecionais.²²¹

“Note-se que o binómio casa dianteira – celeiro que durante a Idade Média, define a habitação comum eborense não é muito habitual nesta zona, preferindo-se a designação de casa dianteira – casa de dentro em desfavor do celeiro que ocorre num número reduzido de casos. Quando a casa é sobradada, as divisões do piso térreo são, em regra, chamadas lojas. As câmaras que registamos em 10% dos casos e que se situam principalmente no primeiro andar, denotam já uma certa especialização habitacional. A presença de cozinhas, em regra nas traseiras da casa e algumas com chaminé.”²²² “É afinal a fusão da vida rural e da vida urbana, típica do mundo mediterrâneo e comprovada pelos geógrafos.”²²³

O inventário organizado, em 1509, sobre os bens da Ordem de Cristo em Évora²²⁴ confirmou a repetição da forma quadrada da casa encontrada para Tomar, que neste trabalho é interpretado não como um padrão regional idêntico, mas antes como uma “*matriz de inspiração comum, posta em prática, em ambos os casos, pelos construtores Templários*”²²⁵, ponderação esta que deverá ficar em aberto com este trabalho sobre a mouraria de Évora, uma vez que esta matriz extravasa uma utilização única pelos Templários.

217 M. Sílvio A. Conde, 1997, In nota, p. 262

218 Oliveira Marques, 1964, p. 75

219 AAVV, p.379, p. 433, p. 443; Mário Moutinho,1985, pp. 89,90

220 M. Sílvio A. Conde, 1999, p. 271

221 Ibidem, 1999, p. 109, nota 135, p. 112

222 M. Ângela Beirante e João J. Alves Dias, 1995, p.69

223 Ibidem, 1995, p.69

224 “*O Tombo então organizado é um minucioso inventário dos bens da Ordem em Évora e constitui uma fonte única para o conhecimento da história da construção doméstica e da estrutura urbana da cidade no dealbar do século XVI (...).com um poder descritivo, que não é vulgar nesta época.*”, M. Ângela Beirante e João J. Alves Dias, 1995, p.61

225 Ibidem, 1995, p. 68

Áreas de implantação das moradias urbanas²²⁶

Cidades	Valores Médios	Categoria Prevalente
Lisboa	40m ²	11-30m ² : 46%
Guimarães	40m ²	
Alcácer do Sal		31-50m ² : 27%
Alenquer	44m ²	
Óbidos	44m ²	
Coimbra	45m ²	31-50m ² : 33%
Porto	47m ²	31-50m ² : 64%
Almada	47m ²	51-70m ² : 42%
Barcelos	49m ²	31-50m ² : 80%
Santarém	51m ²	11-30m ² : 39%
Torres Vedras		11-30m ² : 39%
Torres Novas	52m ²	11-30m ² : 49%
Évora	65m²	31-50m²: 39%
Tomar	60m ²	31-50m ² : 33%
Castro Marím	66m ²	51-70m ² : 35%
Portalegre	69m ²	51-70m ² : 39%
Elvas	95m ²	91-110m ² : 38%

Assinalamos também a curiosa referência feita neste trabalho sobre o inventário ao facto de as portas abrirem diretamente para a rua assumindo uma atitude oposta à porta islâmica para de imediato referir que a exteriorização é apenas casual pois algumas portas possuem portais tapados e têm poucas aberturas.²²⁷

Confirma-se também que a habitação mais vulgar ...” é a de duas divisões, embora a casa única possa também servir de morada a gente de fracas posses e de baixo estatuto social.”²²⁸

Reconhecemos uma semelhança entre o carácter da casa medieval e da islâmica dado que em ambas o espaço é intocável. “A casa é como se sabe, o espaço privado por excelência. Forais e costumes são unânimes em protegê-la, proclamando assim a inviolabilidade do domicílio. Sendo o derrube ou simples destelhamento da casa era uma das penas mais graves previstas pelo direito medieval”²²⁹. Por seu turno como nos enuncia C. Goitia, o carácter profundamente religioso da cidade muçulmana parte da própria casa como um lugar sagrado, para o muçulmano. Maomé disse “O interior de tua casa é um santuário: os que o violam quando estás nele, faltam ao respeito que devem ao intérprete do céu. Devem esperar que saias dali, a decência o exige.”²³⁰

5.2. As características e as dimensões da casa medieval

A área média do espaço interior da habitação em Évora era os 35,8m², embora variasse entre os 11 e os 30m², “assemelhando-se a uma casa rural instalada na

²²⁶ M. Sílvio A. Conde, 2010, p. 68

²²⁷ M. Ângela Beirante e João J. Alves Dias, 1995, p. 68

²²⁸ Ibidem, 1995, p. 69

²²⁹ Marcelo Caetano, Apud M. Ângela Beirante, 1998, p. 54.

²³⁰ Versículos 4 e 5 do XLIX do Corão, chamado o Santuário, Ver ANEXOII - 1 C - A casa islâmica

*cidade...*²³¹ Entre 40,2m², em Lisboa, 43,6m², em Óbidos, 44,1m², em Alenquer e não ultrapassando 60m², em Tomar.

Nas medidas de *comprido* ou de *longo* verifica-se que em Lisboa são mais compridas (cinco e sete varas), comparativamente com Tomar (quatro e seis varas) e com as de Évora (três e seis varas). Em largura, sobressai Tomar (três a cinco varas) e só depois Lisboa e Évora (três e quatro varas). Em resumo, as de Tomar aproximam-se mais do quadrado, em Évora, encontra valores médios e as de Alcácer e Lisboa, mais alongadas, como é frequente em outros dois centros urbanos a norte, em Guimarães e Ponte de Lima. Não foi no entanto estudado se esta configuração corresponde a variações regionais significativas.²³²

As chaminés seriam elementos muito raros, mas aqui na mouraria de Évora vamos identificar uma casa com chaminé em 1497 na Rua do Inferno²³³. Já anteriormente em 1366, é referenciado um forno na Travessa da Rua do Inferno²³⁴ e casas com forno na Rua das Fontes, em 1542.²³⁵ Segundo Vítor P. dos Santos, predominavam na época, no sul de Portugal as chaminés de pedra ou tijolo, de secção retangular, ressaltadas das paredes, projetadas para o exterior a partir de uma pequena abóbada que dominava a lareira. Todavia, também existiam chaminés cilíndricas e mesmo cónicas.”²³⁶

Medidas Prevalentes nas Moradias urbanas

(em varas = v ou em côvados = c)²³⁷

CIDADES	COMPRIMENTO	LARGURA	RÁTI0 C/L
Porto	11 e 12v	3 e 4v	>3,1
Coimbra	8 e 10v	4 e 3v	>3,1
Alcácer o Sal	11 e 5v	4 e 3v	2,1-3
Lisboa	7 e 5v	4 e 3v	1,1-1,5
Évora	5 e 4v	3 e 4v	1,1-1,5
Elvas	12 e 8c	6 e 8c	1,1-1,5
Castro Marim	12 e 11c	6 e 8c	1,1-1,5
Tomar	4 e 5c	4 e 3v	1,1-1,5

REGIÕES	COMPRIMENTO	LARGURA	RATIOC/L
Trás-os-Montes	5 e 8v	5 e 4v	1,6-2
Beira interior			1,1-1,5
Alentejo (Elvas)	4 e 5c	3 e 4c	1,1-1,5
Alentejo (Évora)	5 e 4v	4 e 3v	1,1-1,5
Médio Tejo	5 e 4v	4 e 3v	1,1-1,5

²³¹ M. Sílvio A. Conde, 1997, p. 282

²³² Ibidem, 1997, p. 275 e p. 279

²³³ Ver ANEXO III - Base Documental, doc. 20

²³⁴ Ibidem, doc. 10

²³⁵ Ibidem, doc. 34

²³⁶ M. Sílvio A. Conde, 1997, p. 294

²³⁷ Ibidem, 2010, pp. 69,70

Aqui na mouraria não nos aparecem referências a casas sobradas.²³⁸ As coberturas também não aparecem referidas pela documentação, seriam de quatro tipos: planas, de uma água, de duas águas e de três ou quatro águas. Perante a imagem iconográfica do foral de Évora,²³⁹ somos de admitir que estas seriam as mais comuns, de duas águas, com origem romana e. Manuel S. A. Conde fala-nos ainda no alpendre, na varanda, na sacada ou balcão como elementos que vão introduzir na casa um maior conforto, largueza e arejamento.²⁴⁰ Mas estes também não são evidenciados aqui na mouraria de Évora, talvez porque não integravam o modelo de habitação comum, mas sim na mais erudita. Os vãos de janelas na casa urbana do centro e sul eram reduzidos, mas mais comuns nas casas sobradas, quer por questões climáticas e de comportamento térmico interior, de inverno ou de verão, quer por razões defensivas ou de influência muçulmana, característica da casa hispano-medieval. Um dos elementos que podemos enunciar é o quintal mencionado por mais do que uma vez nestes documentos da mouraria. Foram identificados quintais na mouraria, em 1388, na Rua dos Pedreiros (ref.75) e em 1403 na Travessa do Inferno (ref.40) e também no Terreiro da Mouraria, sem data (ref.70). Estes confirmam a existência de espaços livres, de ocupação não condicionada, a um uso provavelmente complementar para horta. A altura média da casa com apenas 1 piso é de 3m e de 8m com dois pisos.

5.3. A matriz urbana no espaço da mouraria de Évora

Na mouraria de Évora, a parcela reconhece-se como um património, causa de um rendimento, pois pertence a um proprietário maioritariamente eclesiástico (Igreja de Santiago, Mosteiro de São Domingos e Hospital de Jerusalém), e também régio (D. Duarte e D. Afonso V), não tendo sido identificado a propriedade alodial.

Na documentação analisada foram identificadas medidas em nove edificações: duas casas tendas e quatro casas na Rua Direita, designada também por “*Rua onde vendem a louça*”; duas casas na Rua do Inferno e, uma casa do Talho para a Porta da Mouraria. Deparámo-nos com medidas *de comprimento* que consideramos ser o comprimento e de *longo* que fizemos corresponder à largura. Nestes contratos de locação, elementos primordiais no nosso trabalho, foi identificada a particularidade que se traduzia na utilização de métricas muito próximas, mostrando uma incidência evidente na

extensão de dez (10) côvados, tal facto alertou-nos para a hipótese de se tratar de um espaço ordenado, já mencionado por vários autores para a mouraria de Évora.²⁴¹

A base formal da proposta de matriz ou módulo para a mouraria está na conjugação e interação de três realidades; a informação identificada e descrita nos contratos de locação; as características formais base que compõem uma casa comum medieval, identificadas por um ou dois compartimentos, conjuntamente com as características

²³⁸ em que o acesso ao segundo piso se faria por escada móvel ou fixa, no interior em pedra, tijolo ou madeira e no exterior em pedra

²³⁹ Ver iluminura do foral da cidade de Évora

²⁴⁰ M. Sílvia A. Conde, 1999, p. 290

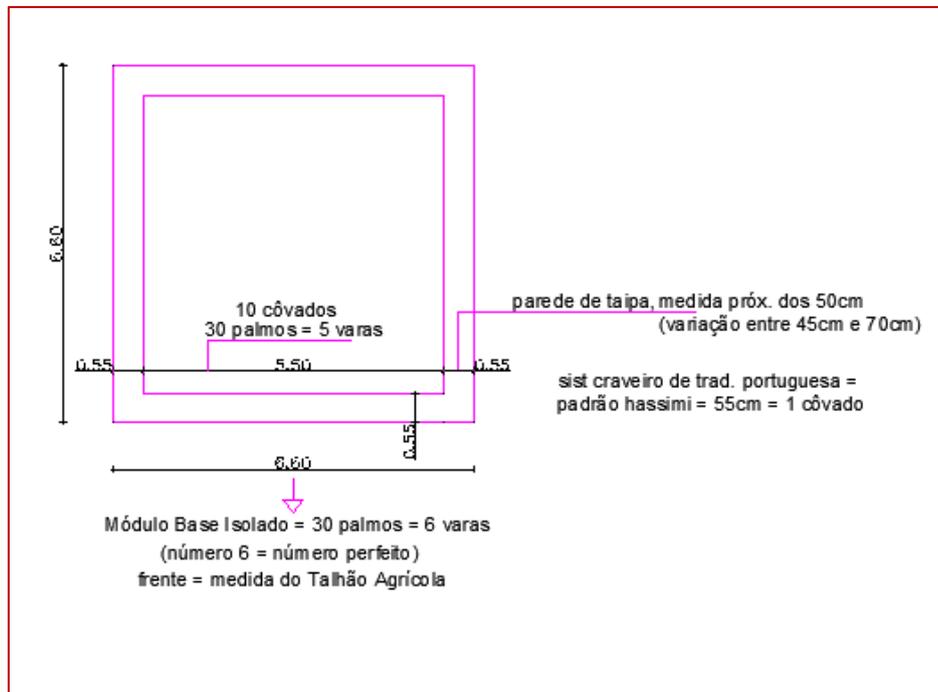
²⁴¹ Ver ponto 2.6, Parte I - O «poder de planejar» e a ideia de regularidade



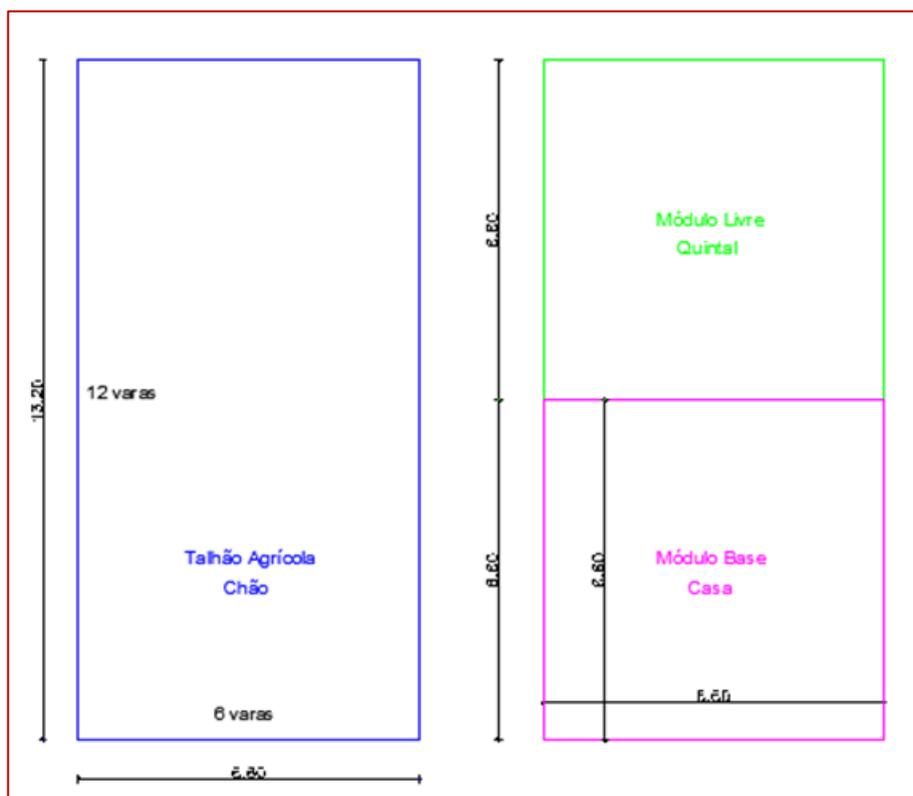
31 - Levantamento dos processos consultados na C.M.Évora, (ver lista em anexos vários) referentes às atuais ruas; Corredoura, Inverno, Mouraria (parte), Beco do Meirinho.



32 - Levantamento dos imóveis conforme constam dos processos supra identificados.



33 – Módulo Base de edificação para a “casa” na mouraria em Évora



34 – Módulo de fracionamento das parcelas “Chão” correspondente ao lote urbano, composto de área edificável e área livre.



35 - Base cartográfica da cidade de Évora com levantamento do edificado e sobreposição da quadrícula – Módulo Base – (6mx6m)



36 – Sobreposição da quadrícula – Módulo Base – 6mx6m

dos processos de construção em taipa. Consideramos ainda que a sua transposição métrica deveria ser consentânea com o período medieval da cidade de Évora.

A unidade métrica foi o côvado, módulo linear anatómico, cuja dimensão, por nós já referido nesta na Parte II, corresponde à extensão entre a ponta do dedo médio até o cotovelo, utilizado por várias civilizações, e que no nosso território foi objeto de variadas atribuições métricas, conforme o sistema utilizado. Esta dimensão foi igualmente identificada no processo de construção da taipa islâmica como na medieval tomando medidas próximas dos 50cm, podendo oscilar entre os 45cm e 70cm.²⁴² Constatámos igualmente que a métrica do sistema craveiro de tradição portuguesa tinha origem no padrão *hassimi de 30 dedos*, onde o côvado corresponde a 55,2cm.²⁴³ Equivalendo um côvado a 0,55m, teremos então uma medida linear da casa de dez côvados, cerca de 5,50m de comprimento.

Admitimos que esta medida de comprimento corresponderia apenas ao espaço livre útil ao qual seriam então acrescidas as paredes-mestras laterais de taipa com cerca de 0,55m, para cada lado, na qual resultaria uma frente de lote com 6,60m²⁴⁴, 30 palmos para o caso de considerarmos uma parede individualizada para cada fração /lote ou cerca de 6m no caso de paredes meeiras, quando eram construídas construções adjacentes, correspondendo meia espessura de parede a cada habitação, resultando a frente do lote agora só com cerca de 27palmos.

Esta metragem é então composta pelo número seis (6) que, no Tratado de Vitruvius, corresponde ao número primeiro, número perfeito, visto que os seus divisores próprios (1, 2 e 3) somam 6. Esta proposta de 6,6m (30 palmos) e/ou de 6,0m (27 palmos) tem enquadramento na métrica da frente de lote identificada nas propostas para outras cidades entre os 25 e os 30 palmos, mencionado na Parte I, e cumpre com as medidas de comprimento prevaletentes nas moradias urbanas da cidade de Évora quer em termos da região Alentejo (Évora) com 5 e 4 varas (1,10m). Para concluirmos e fecharmos o nosso módulo, retomámos o mesmo procedimento para a largura da edificação na parcela. As medidas referentes à largura foram identificadas com uma incidência entre os 6 e os 10 côvados. Admitimos por base um valor médio de 8 côvados, o que rondaria os 4,95m de área útil (utilizável) acrescido de uma parede de alvenaria em taipa com cerca de 50cm de espessura na frente e uma outra, a tardoz. A profundidade, no seu total, alcançaria então um dos 6m de profundidade. Confirmamos assim, uma vez mais, que a configuração seria então muito próxima da forma quadrada, constituindo-se assim o nosso módulo base quadrangular de 6mx6m, indo ao encontro do preconizado para a casa medieval, em Évora. Dado que, nas descrições dos documentos se evidencia uma preponderância na designação de “casas”, é então nosso entendimento, que a casa comum na mouraria estaria maioritariamente constituída por dois compartimentos, podendo, ainda, ser acrescido com o celeiro. valor de 5,95m, muito aproximado.

242 Ver ponto 4.2, Parte II - A taipa

243 Ver ponto 3.1, Parte II – O sistema de medidas de tradição portuguesa

244 Ver módulo base

Conforme poderemos observar em planta anexa, fizemos corresponder este módulo de 6x6m, através da sua sobreposição, na estrutura de propriedade atual do espaço da mouraria de Évora. Este imediato reconhecimento, leva-nos a acreditar que este foi de facto um espaço programado e delineado segundo uma intenção e um propósito.

Importa ainda referir que foi assim reconhecida a “*antiga medida portuguesa de área destinada à divisão de terreno agrícola, mas que se adapta bem à do talhão urbano*”,²⁴⁵ o *chão*, enunciada logo em 1333 e 1395 no Talho dos Mouros e em 1363, na Mouraria Nova, datas estas prováveis da fase inicial do fracionamento em parcela ou lotes da zona da mouraria. Nesta mesma documentação recolhida, identificamos também o meio chão em 1411, na Rua da Pedreiras, o que nos poderá talvez querer dizer e indicar que a divisão do chão já se encontrava constituída.

Este talhão de terreno “*tem a proporção de duplo quadrado tendo o lado menor 6 varas [30palmos] e a maior 12 varas, que se pode traduzir em cerca de 6,60m por 13,20m*”,²⁴⁶ exatamente a métrica do nosso módulo e frente da fachada/do edifício que constitui a frente de rua. Através desta análise, somos então levados a propor tratar-se a mouraria de uma zona fracionada com o talhão urbano (lote) composto por um duplo módulo para o lote, sendo o menor lado do lote a frente de construção da casa constituída no primeiro módulo quadrangular, que por seu lado seria também ela um módulo duplo, subdividido em dois compartimentos.²⁴⁷

“... as formas arquitetónicas resultam das condições impostas ao material pela função que é obrigado a desempenhar e ainda de um espírito próprio daquele que age sobre o mesmo material. Daí que em toda a boa Arquitetura exista uma lógica dominante, uma profunda razão em todas as suas partes, uma íntima e constante força que unifica e prende entre si todas as formas, fazendo de cada edifício um corpo vivo, um organismo com alma e linguagens próprias.”

*Fernando Távora, in cadernos de arquitetura
o Problema da casa portuguesa, Lisboa, 1947, p.8*

245 Rui Cunha, 2003, glossário

246 Ibidem, 2003, glossário

247 Ver ponto 5.2, Quadro das medidas prevaletentes nas moradias urbanas, Apud M. Sílvio A. Conde, 2010, p. 69

Parte III

Parâmetros Morfológicos

a “Mouraria Nova” e a minoria muçulmana

6. Os contextos

A submissão do território a um novo poder, originado pela alteração da soberania e estrutura político-jurídica islâmica pela cristã, veio encontrar uma sociedade de caráter heterogêneo resultante da diversificada composição étnico-religiosa e cultural dos diferentes grupos, nomeadamente as minorias judaicas e cristãs. É assim de admitir que parte da população fosse bilingue e que, dos processos de arabização como de islamização, despontasse um fenómeno identitário próprio, partilhado pela população, definido por um conjunto de características únicas que diferenciavam este território de outros. Os reinos ibéricos, irão replicar a incorporação das minorias, neste caso concreto dos judeus e muçulmanos.

O estatuto da comunidade muçulmana, no seio da sociedade portuguesa cristã, era definido pelo foral que lhes garantia uma administração própria, autonomia de costumes, liberdade de religião²⁴⁸ e a conservação das suas propriedades mediante o pagamento de impostos e do cumprimento de certas obrigações²⁴⁹. Parâmetros económicos esses decorrentes e controlados pela sociedade maioritária sendo que *“a interação com esta minoria se revela significativamente menos estruturante do que a que se verifica, em muitos aspetos (nomeadamente o financeiro) com a minoria judaica”*²⁵⁰.

A legislação concedida aos mouros é uma adaptação da norma vigente aplicada às minorias do Al-Andaluz pela comunidade muçulmana, atestando assim uma continuidade e relação intrínsecas com o modelo e os princípios praticados na época árabe em território agora português.²⁵¹ Entretanto, é igualmente necessário reconhecer que *“(…), desde que se fala de cidades, é necessário imediatamente apresentar datas, distinguir épocas, períodos ou conjeturas. O que se diz de umas não é válido para outras. De década para década, as situações variam, as condições de vida transformam-se, a população cresce ou diminui, as funções alteram-se. A cidade, é pois, o lugar do tempo curto e do progresso ou da decadência, por oposição à estabilidade do campo, onde também pode haver alterações, mas lentas e progressivas.”*²⁵²

A abordagem deste capítulo tem por âmbito o espaço físico, no interior da própria

248 Eva M. von Kemnitz, 1996, pp. 157-174, p.2; sobre a análise deste direito ver Maria Filomena Barros, 2007, p. 56 e ss. Diz-nos esta autora que “o discurso dos forais veicula, logo numa leitura prévia, uma simbiose entre as duas culturas, que se plasma na introdução de alguns vocábulos árabes”

249 Jorge Gaspar, 2000, p. 137

250 M. Filomena Barros, 2007, p. 455

251 Eva M. von Kemnitz, 1996, pp. 157-174, p. 8

252 José Mattoso, 1991, pp. 312,313

cidade de Évora, que se designou por “*Mouraria*” ou “*Mouraria Nova*”. Como nos diz M. Filomena Barros “*a rarefação de referências documentais ao urbanismo e espaços internos das mourarias reflete uma vivência autónoma da identidade muçulmana, numa inviolabilidade apenas pontualmente ultrapassada pela penetração de interesses económicos dos elementos da maioria. Estas ocorrências contemplam pois, a descrição das propriedades dos respetivos possidentes cristãos, em função de uma perspetiva cristianocêntrica, naturalmente dominante na sociedade coeva, assim como nos períodos posteriores, que determinam uma preservação seletiva dos acervos documentais.*”²⁵³ No caso concreto de Évora realçam duas instituições religiosas com propriedades nesta mouraria a Igreja de Santiago e o Mosteiro de São Domingos que permitem perceber alguns elementos de organização espacial e de construção corrente.²⁵⁴ Integrámos também na Mouraria os dados referentes à propriedade régia.

Pretendemos compreender a mouraria no modo como se estrutura, nas características formais, conteúdos, apontando sinteticamente linhas e relações fundamentais existentes no local, tentando extrair daí algumas consequências chave de análise e conclusão. Para Jorge Gaspar, a estrutura da cidade portuguesa no final da Idade Medieval não é só o legado das inovações urbanísticas, romana e muçulmana com confluências e analogias com as cidades ibéricas contemporâneas como também é palco de “*algumas inovações no domínio do planeamento urbanístico sem correspondência no resto da Península Ibérica*”²⁵⁵.

6.1. O concelho

O *foral*, ou *carta de foral*, foi o diploma que instituiu um concelho e as normas jurídicas dos seus habitantes. O regime variava de concelho para concelho. As assembleias consultivas, chamadas *cortes*, reuniam-se com representantes do clero e da nobreza, e também dos concelhos, a partir, pelo menos, de 1254. “*As normas e regras assentavam numa estrutura municipal de abastecimento público, política de pesos e medidas*”²⁵⁶, *fixação de preços*”²⁵⁷. O concelho dividia-se em freguesias (paróquias) de contexto eclesiástico, que dependiam de uma igreja, mas “*a sua existência devia-se mais a motivos de ordem fiscal do que propriamente religiosos*”²⁵⁸. Em Évora, surgem três freguesias; Sé Santa Maria, Santiago, São Pedro, no interior da primeira cerca, e duas, S. Mamede e Sto Antão nos arrabaldes, todas constituídas em datas desconhecidas. Da lista sobre o rendimento eclesiástico do reino, organizado nos anos 1320-1321, a freguesia de S. Mamede atinge um valor de 474 libras que, conforme M. Ângela Beirante afirma, manifesta “*uma maior importância relativa da paróquia de S. Mamede, que parece refletir uma maior antiguidade. Ela teve por núcleo inicial o*

²⁵³ M. Filomena Barros, 2009, p. 222

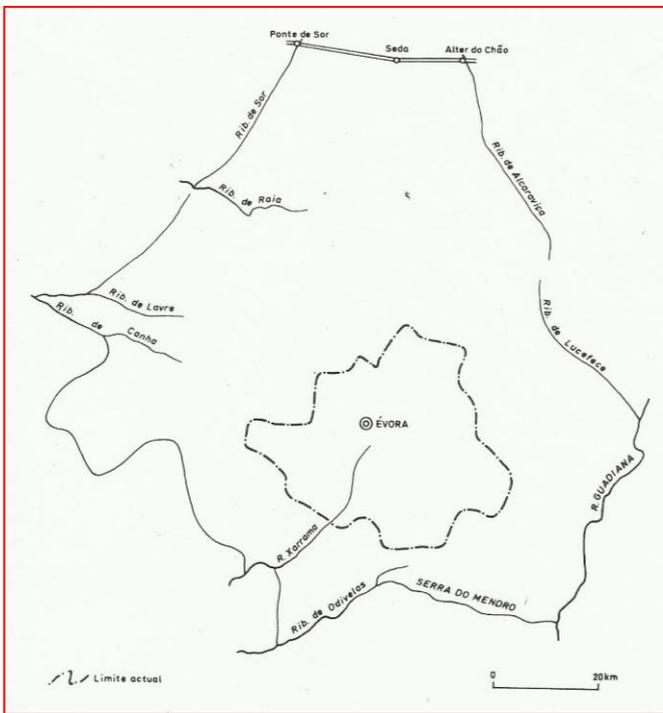
²⁵⁴ Ibidem, 2009, p. 223

²⁵⁵ Jorge Gaspar, 2000, p. 133

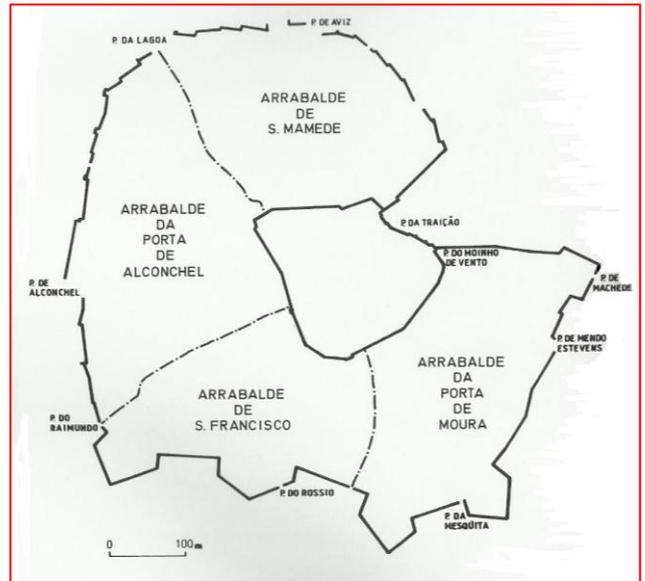
²⁵⁶ Ver Parte II, ponto 3, as medidas – um elemento caracterizador da arquitetura

²⁵⁷ António Sérgio, 1998, p. 10

²⁵⁸ M. Santos Silva, 1995, p. 268



37 – Limites do termo de Évora no século XII.



38– Crescimento urbano século XIII/XIV



39 - Iluminura do Foral de Évora de 1501



40 – Perfil da Cidade na atualidade

*bairro de S. Mamede, à volta da igreja do mesmo nome; abrangeu, depois, a Mouraria, estendendo-se até à Rua da Lagoa.”*²⁵⁹

O foral, dado em 1166 à cidade de Évora, omite os seus limites. Para M. Ângela Beirante, a razão principal é o fato de se conhecerem por uso, pertencendo estes aos limites da cidade muçulmana²⁶⁰, “... com limites a leste e a sul bem definidos. A sua fronteira oriental era dada pelo Guadiana e prolongada a nordeste pela ribeira de Uidalvivez ou Lucefece. A fronteira meridional era traçada pelo rio Odivelas, pela serra da Fazquia ou de Mendro e continuava pela via que do mosteiro do Marmelar conduzia em direção ao Guadiana”²⁶¹. Este território urbano de gestão própria “garantia mantimentos, materiais de construção, mão-de-obra para manutenções, melhoramentos defensivos, contribuições tributárias das populações aí residente, e as taxas que recaíam sobre os produtos externos ao próprio termo”²⁶². A sua importância “no abastecimento das cidades era tal que, os monarcas, os alargavam ou encurtavam consoante desejavam agraciar os habitantes dos centros urbanos ou agradar aos aldeões.”²⁶³

A distinção de municípios ou burgos²⁶⁴ é feita em dois grupos; os rurais e os urbanos. Aos urbanos, corresponde numa gestão estruturada, o poder local, limitado pelo poder régio e podemos atribuir-lhes a designação de cidades. Correspondem aos forais, na terminologia de Alexandre Herculano, de «concelhos perfeitos». O outro grupo conjuga os forais «imperfeitos» ou «rudimentares» e povoados de características exclusivamente rurais a um sistema social de características igualitárias e de fraca organização municipal, os municípios rurais²⁶⁵.

*“Enquanto que em fontes como forais, anais, crónicas a designação de vila se aplica a qualquer núcleo populacional, vemos o termo castelo para denominar povoados com projeção, podendo ainda ocorrer outras designações como; alcáçova, de influência islâmica, castrum e oppidum. Esta leitura não parece ser consensual, uma vez que vemos atribuir a designação de vila apenas para povoações de relevo com exceção neste caso das que funcionam como bispado - Braga, Coimbra, Évora, Guarda, Lamego, de urbanidade que distinguia a cidade da vila no Portugal medievo. Podemos por isso incluir sob o termo de cidade muitas das vilas, desde que elas possuíssem sintomas de uma determinada urbanidade.”*²⁶⁶

259 M. Ângela Beirante, 1998, 56, p. 58

260 Ibidem, 1998, p. 29. Ver imagens do limite do termo da cidade de Évora no século XII

261 M. Ângela Beirante, 1998, p. 30

262 Manuela S. Silva, 1995, p. 262

263 Ibidem, 1995, p.262; M. Hermínia Vilar, 1988, p. 91

264 “o burgo é bem difícil de definir, porque a palavra é empregada em diferentes sentidos conforme variam as regiões e as línguas (...)duas significações principais. Uma é a de fortificação, o castelo, o burgo germânico. A outra, da qual deriva mais ou menos o nosso faubourg (parte de uma cidade situada fora de seus limites administrativos), descreve um espaço geográfico, um lugar onde regras particulares permitem o desenvolvimento de certo comércio. Este sentido da palavra burgo está, num primeiro momento, muito próximo da noção de cidade, tal qual existiam nos séculos XI e XII, muitas vezes governadas por um conde ou um bispo”, J. Le Goff, 2004, entrevista

265 Atribuição de Torquato de Sousa Soares, Apud Manuela S. Silva, 1995, pp. 258,259

266 Ibidem, 1995, p. 254

Até ao século XIV, a designação de *civitas* ou cidade alterna com a de *villa* ou *vila*, mas a “...importância progressiva do bispado, o crescimento urbano acompanhado de obras de fortificação que se impõem, a presença crescente da corte de Évora, a partir do início da dinastia de Avis, fazem com que o termo cidade suplante o de vila e se generalize em todas as aceções durante o século de quatrocentos.”²⁶⁷

Em Portugal, a tradição municipalista concede às autoridades municipais uma boa parte das obrigações, que diziam respeito à regulamentação da construção e do urbanismo. Ao concelho, pertencia a gestão do património, a assistência a viajantes e a mendigos. Na sua múltipla ação estava incluída a manutenção ou reconstrução dos muros do castelo. O órgão base era a assembleia municipal constituída por todos os homens bons da vila, na ação legislativa e gestão do património concelhio encontravam-se os juizes e o procurador, na gestão administrativa corrente, os vereadores, em número de dois ou três por localidade. Destaca-se ainda o ‘*almotacé*’, que segundo o disposto nas Ordenações Afonsinas, “*superintendiam à fixação de preços e soldadas, zelavam pela correta utilização das medidas concelhias*”²⁶⁸ e *regulavam o comércio interno de modo a assegurar um correto abastecimento*”²⁶⁹. Outros cargos que completavam a estrutura administrativa local no século XIV era o procurador, o porteiro e o pregoeiro²⁷⁰.

Igualmente de função municipalista, surge o fornecimento, a manutenção e a edificação de uma ou mais bicas (chafarizes) por onde era feito o abastecimento de água de utilidade pública²⁷¹. A água como bem essencial de vida era também fornecida, em Évora, por poços nos quintais das casas particulares²⁷².

M. Hermínia Vilar, no seu estudo sobre Abrantes, realça o papel decisivo da localização do polo urbano como fator de organização e desenvolvimento no território com a função que essa distribuição permitiu desempenhar no conjunto da rede urbana deste período. Identifica Évora e Santarém como centros ordenadores em redor dos quais se organizava uma rede urbana, no entanto essa ordenação e hierarquização conduzia, frequentemente, a conflitos sobre privilégios²⁷³.

6.2. A cerca velha, a nova e os arrabaldes

A expansão urbana do século XIII levou à construção de novas muralhas. D. Dinis (1279-1325) estrutura a rede urbana muralhando os novos centros, ou os que não dispunham de cerca. As muralhas de Évora foram conservadas nos primeiros séculos de domínio cristão, pelos reis que, como proprietários, impunham a obrigação da sua

²⁶⁷ M. Ângela Beirante, 1998, pp. 38,39

²⁶⁸ Ver parte II, ponto 3, As medidas - um elemento caracterizador da arquitetura

²⁶⁹ M. Hermínia Vilar, 1988, pp. 91-93

²⁷⁰ Ver Anexo II, Exemplos da ação municipalista e extratos de posturas referentes ao espaço exterior

²⁷¹ Lewis Mumford, 1982, p. 321

²⁷² A. H. Oliveira Marques, 1990, p. 84

²⁷³ M. Hermínia Vilar, 1988, p. 14, p. 16 e José Matoso, 1991, p. 303

conservação aos moradores²⁷⁴. A razão que levou os reis a erigir, em Évora, a nova cerca foi a proteção da população da cidade que vivia nos arrabaldes, mas M. Ângela Beirante refere também a vulnerabilidade da cerca velha, quando surgem referências ao «muro quebrado», já anteriores a 1340, embora esta ainda fosse considerada funcional, como prova, a designação de «Porta Nova», com beneficiações por D. Afonso IV ou mesmo por D. Dinis²⁷⁵. O espaço exterior da cidade de Évora foi considerado arrabalde até meados do século XIV, a quando da construção entre 1353 - 1366²⁷⁶ de uma outra muralha. A partir de então é feita a sua integração na cidade, tornando-se Évora uma cidade sem arrabaldes²⁷⁷. D. Fernando (1367-1382) reconhece, mais tarde, o interesse das cidades na proteção do país e da debilidade destas quando não se encontram protegidas pelas muralhas²⁷⁸.

No trabalho sobre a cidade de Évora M. Ângela Beirante define, como solo urbano a área delimitada pela Cerca Nova, aonde inclui além do casario, as hortas e os ferragiais. *“Com efeito a cidade medieval não constituía um todo urbanizado. Pelo contrário, e no dizer de J le Goff a cidade «reste mêllée à la champagne», consentindo no seu interior espaços vazios cultivados pelos vizinhos.”*²⁷⁹

Na leitura e análise da lista de testemunhas, constituída pelos representantes da cidade de Évora, quando da carta de confirmação concedida ao concelho, a 6 de Fevereiro de 1286, foi atestado que muitas dessas testemunhas surgem ligadas a zonas habitacionais extramuros definindo talvez os núcleos mais importantes e com maior representatividade económica. *“O primeiro critério subjacente aponta pois no sentido da existência de uma clivagem entre os que habitavam dentro e fora de portas”*²⁸⁰ Sabemos que no uso do termo *“cidade”* vamos encontrar diferentes definições mas a que procede do rei Afonso X de Castela diz-nos ser apenas: *“todo o lugar encerrado entre muros, com os arrabaldes e os edifícios adscritos a ele.”*²⁸¹ Esta descrição comporta duas realidades: um espaço e uma linha limite, a muralha que estabelece a fronteira quer ao nível físico quer simbólico e psicológico numa relação de forças e de encontro entre dois mundos, o interior e o exterior, o rural e o urbano que, não sendo de algum modo idêntica, é solidária. A cidade não existe sem o espaço envolvente.

Em 1286, são identificados quatro arrabaldes na cidade: Alconchel, Porta de Moura, S. Francisco e S. Mamede. Em Alconchel e Porta de Moura, são ambas as portas que *“definiam a identidade do arrabalde, ou seja, era a visão do interior que dominava sobre o exterior”*²⁸² enquanto em São Francisco e São Mamede *“se definiam em função de duas instituições eclesiásticas”*²⁸³. A *Porta de Alconchel* apresenta como elementos estruturantes a porta, a praça e a rua do mesmo nome. São Francisco tem como

274 M. Ângela Beirante, 1998, p. 44

275 Ibidem, 1998, p. 46

276 1353 é a data da primeira referência à cerca nova e 1366 a primeira data referindo a cerca romano-goda como “cerca velha”.

277 M. Ângela Beirante, 1998, p. 46, pp. 51,52

278 Jorge Gaspar, 2000, p. 146

279 M. Hermínia Vilar, 1988, p. 26

280 M. Hermínia Vilar e H. Fernandes, 2007, p. 11

281 M. Santos Silva, 1995, p. 249 e F. Chueca Goitia, 1982, p. 8

282 M. Hermínia Vilar e H. Fernandes, 2007, p. 14

283 Ibidem, 2007, p. 14

núcleo central e dinamizador do povoamento periurbano o mosteiro dos Frades Menores que, mais tarde, com a dinâmica de crescimento da cidade é englobado, criando descontinuidades físicas no tecido urbano²⁸⁴. A Porta de Moura é estruturada pela porta e por duas ruas, Mendo Estevens e Machede e o arrabalde de São Mamede. Este localizado a norte, centra-se na igreja paroquial²⁸⁵ com o bairro do mesmo nome, localizado a leste da Rua das Fontes, surge referido em documentos dos séculos XIV-XVI²⁸⁶. Devido à antiguidade das portas a oeste e sul, a autora admite a maior importância dos arrabaldes de Alconchel e Moura sobre os de São Mamede e São Francisco, que se estruturam a partir de elementos isolados, uma igreja e um mosteiro.²⁸⁷

Como já referimos é no fim da Reconquista, período correspondente a meados do século XIII, que nas cidades portuguesas ocorre, dependendo da importância do aglomerado urbano, com diferentes características físico, funcional, social e racial²⁸⁸ o *“extravasamento da cidade primitiva, a partir das suas portas”*, os arrabaldes²⁸⁹. Segundo M. Filomena Barros o discurso dos procuradores nas Cortes de Coimbra, em 1390, citando *“os arrabaldes dos mouros e as judiarias”* reflete de algum modo a situação geográfica diferenciada, claramente periférica dos bairros muçulmanos em relação às judiarias inseridas dentro dos núcleos urbanos. Estes bairros muçulmanos vão permitir delinear, nos núcleos populacionais, uma tipologia de implantação mas não interpretar períodos temporais dessa mesma implantação. São identificados os *“Arrabaldes”* em Lisboa, Santarém, Évora, Moura, Leiria, Silves, Alenquer, Tavira, Faro e Loulé; os *“Bairros Intramuros”* em Setúbal e Avis e os *“Bairros Mistos”* em Elvas. Santarém e Évora mostram-se como casos excecionais pois ambos indiciam uma área habitacional anterior. Setúbal e Avis assumem um posicionamento geográfico intramuros e Elvas dando origem a dois centros de vivências distintos delinea, segundo a autora, *“o que deveria ter constituído, em alguns casos, o modelo seguido pelo conquistador cristão, ao permitir a permanência dos vencidos dentro da almedina, por um período determinado de tempo, postulando a sua posterior transferência para uma área extramuros.”*²⁹⁰ Como nos diz esta autora *“quer a documentação, quer a pesquisa cartográfica contemplam apenas uma realidade tardia, já cristalizada na paisagem, ignorando a dialética de processos, indubitavelmente dispare, que perspetivaram a primitiva fixação destes grupos humanos nas cidades”*²⁹¹

6.3. O regime de propriedade

Através das doações e dos forais, o rei estabelece e estrutura o território, porém, o poder régio surge limitado *“pelo clero e pela nobreza, pelas assembleias chamadas*

²⁸⁴ Jorge Gaspar, 2000, p. 141.

²⁸⁵ M. Ângela Beirante, 1998, p. 52

²⁸⁶ Tombo da Cidade de Évora, fl. 176-183

²⁸⁷ Ver imagem 38, o crescimento urbano séc. XIII/XIV

²⁸⁸ Mourarias e judiarias

²⁸⁹ Jorge Gaspar, 2000, pp.135, 136, 137

²⁹⁰ Ibidem, 2009, p.218

²⁹¹ Ibidem, 2009, p. 203, p. 218 (203-222)

*cortes, pelo povo (desde que teve representantes nelas), pelos estatutos dos concelhos e pelos costumes herdados da monarquia leonesa*²⁹². Foi sobre a terra que a economia, a sociedade, o estado e o direito se estruturou e se estabeleceu através dos vínculos de dependência, condição jurídica e social²⁹³.

A cidade medieval implanta-se “*como uma área de liberdade no meio do mundo rural que a circunda*”²⁹⁴, diz um provérbio alemão que “*o ar das cidades é livre e torna os homens livres: Die Stadluft macht frei*”²⁹⁵. Aos habitantes das cidades é facultado um estatuto jurídico, em que são proporcionados privilégios e autonomia, que lhes permite desfrutar de maior prosperidade, e que os diferencia da restante população. Chueca Goitia alerta para a importância da criação de novos centros urbanos e/ou bairros em cidades já existentes, na estruturação do território e, na aplicação, em alguns casos, de benefícios e foros especiais como estímulo na colonização das terras conquistadas²⁹⁶.

Segundo M. Ângela Beirante, os documentos particulares vão permitir, em Évora, conhecer aproximadamente a distribuição da propriedade pelas classes de poder; rei, igrejas, concelho, confrarias e qual o destino urbanístico, deixando expresso que nesta cidade a urbanização “*não é fruto duma intervenção espontânea, antes nos parece como resultante de ações dirigidas, ainda que parcelares, pelos próprios detentores do território em que se ergueu a cidade*”²⁹⁷. Consta que a origem dessas propriedades²⁹⁸ é fundamentalmente eclesiástica²⁹⁹, formada ao longo dos séculos XIII e XIV, por bens deixados por elementos da aristocracia local e que, no século XV, abrangem o domínio útil: emprazamentos, encampações e vendas, como poderemos atestar na documentação para a mouraria³⁰⁰, em que observamos estar a propriedade estruturada maioritariamente por áreas; Porta da Mouraria e Talho do Mouro à Igreja de Santiago, Rua das Fontes ao Mosteiro de São Domingos e Rua da Mouraria ou Rua Direita ao rei.

O rei é proprietário urbano e está atento. Para além do interesse financeiro e da importância da autoridade régia em possuir propriedades nos agregados urbanos, nomeadamente numa época de sensível crescimento, a sua intenção enquadra-se numa política que se reporta à reforma fiscal e à organização administrativa, como já o mencionámos³⁰¹. Encontramos em Évora, já em 1287, “*um vassalo do rei e um tabelião aludidos como encarregados de aforar as tendas régias nessa cidade.*”³⁰² O número de transações é notável em Évora, Santarém, Elvas, Guimarães, Guarda, Faro, Coimbra e Leiria, como é relevante a ação do rei quer nos novos centros urbanos de traçado

292 A. Sérgio, 1998, p. 16

293 A. Pinto Ravara, introdução, p. 5

294 F. Chueca Goitia, 1982, p. 86

295 Ibidem, 1982, pp. 24,25

296 Ibidem, 1982, p.86

297 M. Ângela Beirante, 1998, p. 59

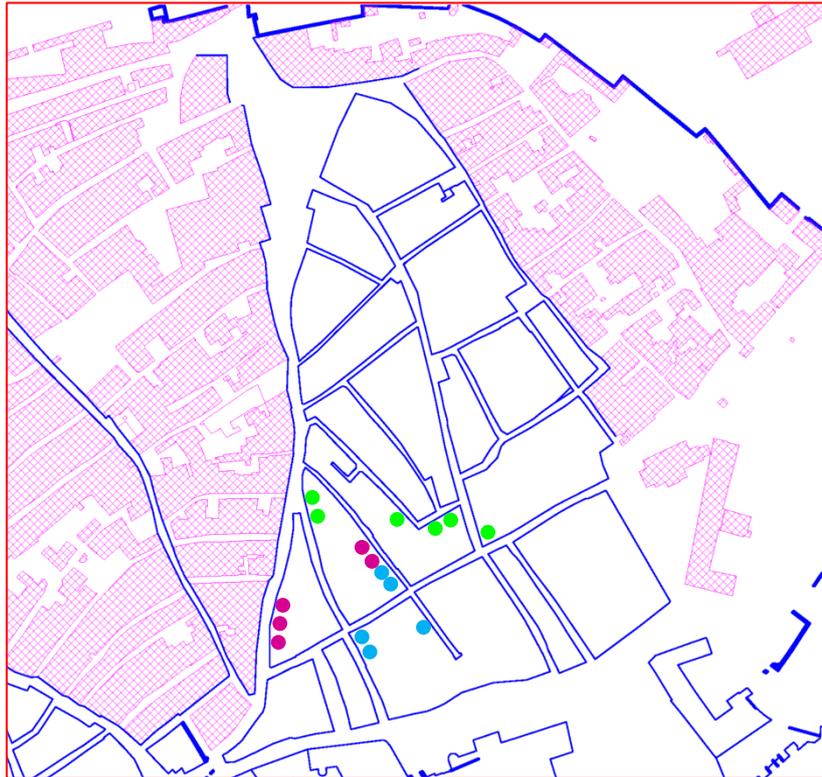
298 Entende-se por propriedade algo que pertence a um indivíduo e do qual ele pode dispor livremente.

299 O “Livro dos Herdamentos do Cabido”, de 1321, é o primeiro inventário de bens da propriedade capitular e episcopal. M. Ângela Beirante, 1998, p. 59

300 Ver ANEXO III - Base Documental; quadro “A” – Distribuição dos Contratos por Zonas e imagem nº41

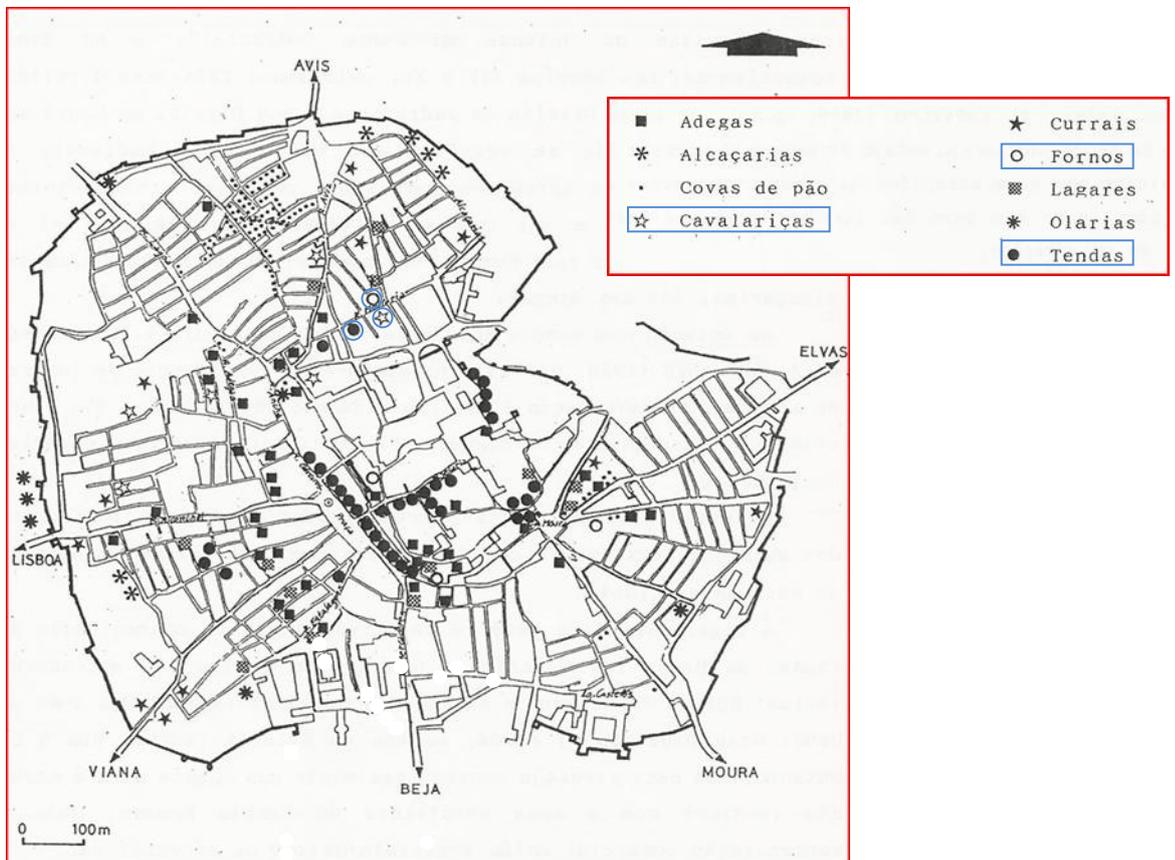
301 Ver ponto 2.6. Parte I, O «poder de planear» e a ideia de regularidade

302 A.N.T.T., Chanc. D. Dinis, liv.1, fl.197, Apud A. Pinto Ravara, pp. 6,14,15



41 – Propriedades dos Conventos, Igrejas e Albergarias, na Mouraria em Évora no século XIV e XV.

● Propriedades do Conventos (8), in M. Ângela Beirante, 1998, p.92; ● Propriedade das Igrejas (5), in M. Ângela Beirante, 1998, p.99; ● Propriedades das Albergarias (5), in M. Ângela Beirante, 1998, p.101;



42 - Ocupação funcional nos séculos XIV e XV: comércio, armazenagem e transformação.

geométrico, quer no mercado imobiliário das cidades atribuindo-lhe a iniciativa, a inovação, a coordenação e até a especulação imobiliária e fundiária.

“Na maior parte das cidades portuguesas, as expansões a partir do núcleo primitivo não obedecem a qualquer intenção de planeamento, desenvolvendo-se em função de antigos caminhos rurais de acesso à urbe, apresentando, por isso, muitas cidades de então uma estrutura radial a partir das entradas primitivas. No entanto, nalguns casos, particularmente em Évora e em Lisboa, cidades mais dinâmicas no período romano-muçulmana do sul do país, também explica a maior preocupação no tratamento das aglomerações urbanas”³⁰³. O próprio autor reforça a ideia mencionando ser “em Évora, cidade em expansão desde a Reconquista, que encontramos o melhor paralelo com Lisboa, no que respeita o crescimento urbano planificado. Podemos mesmo dizer que neste capítulo a capital do Alentejo constitui um modelo registando ações planeadas que vão desde o fim do século XII ao início do século XIII até ao século XVI, altura em que se observa a sua decadência. Assim, ao contrário de Lisboa, a própria mouraria de Évora obedece, como vimos, a um traçado geométrico, o mesmo se passando com a judiaria. Junto a esta e igualmente articulado como o novo centro cívico-social (a atual Praça do Giraldo) desenvolve-se a Vila Nova, obedecendo aos mesmos princípios urbanísticos”³⁰⁴.

7. A “Mouraria Nova”

“O relevo condiciona, naturalmente, a própria implantação e evolução urbanística, não sendo por si só determinante de uma geografia social, a humanização do espaço, comporta contudo, uma forte componente hierarquizadora em que, e pelo menos até ao período medieval, os centros de poder materializam a sua proeminência na paisagem, aproveitando as elevações naturais, num discurso urbanístico que decorre desde a Antiguidade. As zonas altas serão, pois, por excelência, as zonas nobres, conceito apenas ultrapassado, em função do crescimento dos centros urbanos e das correspondentes alterações económicas que se registam a partir do século XIV”³⁰⁵. (...) Neste sentido, o estabelecimento dos bairros muçulmanos em zonas topograficamente inferiores às dos cristãos, insere-se tanto no campo do simbólico, quanto no da concretização de uma praxis normalmente experimentada pelo homem medieval na vivência de um espaço comum. Praxis que, naturalmente, implica uma tomada de posição política que parece excluir (na grande maioria dos casos) qualquer movimento espontâneo, apontando antes, para uma deliberada e intencional planificação urbanística.”³⁰⁶

É no arrabalde de São Mamede localizado na encosta norte, junto à cerca velha, em oposição aos novos arrabaldes “burgueses” da judiaria e da Vila Nova³⁰⁷ que se

³⁰³ J. Gaspar, 2000, p. 141

³⁰⁴ Ibidem, 2000, p. 146

³⁰⁵ M. Filomena Barros 2007, p. 220, ver Parte I, ponto 2 – Fatores e Características na Localização, o “locus” da cidade

³⁰⁶ M. Filomena Barros, 2007, p. 244-245

³⁰⁷ Ibidem, 2000, p. 135-137.

implantar, o bairro muçulmano, na cidade de Évora sob a designação de *Mouraria Nova*, com registo confirmado em documentação de 1363 e de 1366³⁰⁸. Esta designação atesta por um lado uma ocupação nova e por outro remete para uma área habitacional anterior, cuja cronologia diverge, em função dos diferentes autores. Para M. Ângela Beirante a transferência terá ocorrido possivelmente no reinado de D. Dinis, da zona chamada “da Mesquita”, na encosta sul da cidade, conhecida pelo menos a partir de 1319, por “Outeiro de Vila Nova”³⁰⁹. Esta hipótese é contestada por António Rei, baseando-se na indicação de Gabriel Pereira, de que este topónimo só se regista em 1362, data concordante com a obrigatoriedade dos bairros separados, originada por D. Pedro um ano antes. M. Filomena Barros concorda e diz-nos que a “*hipótese parece de facto, a mais provável e coerente com a própria cronologia referente à ocupação da mouraria nova (cuja primeira menção parece datar de 1363), numa sincronia consentânea com a que se verifica para Santarém.*”³¹⁰ À noção de um espaço circunscrito das mourarias perfila-se uma outra realidade, diz-nos esta autora que, a sujeição de habitar em lugar separado por muçulmanos não se adita firme pois verificam-se registos de casas ocupadas na Alcáçova Velha, respetivamente Mafamede (Muhammad) Nateiro e sua mulher, e Ali (°Alī) de Avis (1388-VIII-I) e ainda que, existem espaço de produção artesanal, partilhados indiferentemente por cristãos e por muçulmanos³¹¹: “*a partilha de espaços mistos não é percecionada como uma norma transgressora, denotando antes um comportamento socialmente aceite mesmo por parte das autoridades municipais, num reconhecimento da complementaridade económica de todos os parceiros envolvidos*”³¹².

A mouraria como bairro próprio e espaço circunscrito, que espelha a “*materialização de um etnocentrismo cristão*”, foi uma medida defendida a partir das Cortes de 1361 e que acolheu o consentimento de D. Pedro, determinando a separação de judeus ou mouros nas vilas e outros lugares até onde houvesse um número de dez (cabeças de família). Embora esta ordenação mostre as preocupações da exigente separação dos três credos do IV Concílio de Latrão, esta obrigatoriedade de morarem em bairros próprios ocorreu através dos representantes populares, sem qualquer sujeição da Igreja (pelo menos em função da documentação que nos chegou), como também o foi a interdição da chamada à oração pelos muçulmanos, nos capítulos Gerais das Cortes de Coimbra de 1390³¹³.

M. Filomena Barros fala-nos de uma marginalização intencional da comunidade islâmica da cidade, como o seu afastamento para uma zona periférica, intervenção que se estrutura em dois níveis distintos; um global de afirmação da maioria cristã nas restrições da sua identidade religioso-cultural enquanto perturbadoras e estranhas aos valores da sociedade cristã e, ao nível local, na ampliação nas competências concelhias em detrimento das comunas através da transferência gradual de jurisdições para os

308 BPE, Casa Forte/Pergaminhos Avulsos («contém 40 folhas»), fl29; Convento de S. Domingos, maço 1, doc.16, Apud M. Filomena Barros, 2007, nota 359, p. 213

309 M. Ângela Beirante, 1998, p. 47

310 M. Filomena Barros, 2007 p. 213

311 Ibidem, 2007, p. 239 -241

312 Ibidem, 2007, p. 239

313 Ibidem, 2007, p. 198

oficiais municipais, refira-se aqui os processos judiciais que passam a ser julgados pelos juizes municipais pese embora a resistência da minoria³¹⁴. Uma carta de agravo, de 1309, indica que a jurisdição do alcaide dos mouros incluía os *feitos crime* entre os mouros, mas que, em questões de *almoçaria*, as comunidades se encontravam sujeitas aos almotacés cristãos³¹⁵. As competências parecem ter sido objeto de limitações³¹⁶ uma vez que as reclamações entre mouros passam a ser apresentadas aos juizes do concelho³¹⁷, honrando estes as suas leis e costumes.

7.1. A Comuna

Por *Mouraria* entende-se ser o espaço físico de habitação e vivências dos muçulmano que, por vezes, se utiliza e confunde com o conceito de *Comuna*. Na verdade, a divisão administrativa da *comuna*, tanto para judeus como para mouros, resulta no “*conjunto de todos os órgãos religiosos, administrativos e legais que permitem por mercê régia, (...) uma identidade própria dentro da sociedade cristã, embora sujeita à lei geral do reino. A perceção desta dupla entidade reflete-se, aliás, na documentação do séc. XV, em que os soberanos se dirigem à “comuna dos mouros da mouraria”*”³¹⁸.

As *Comunas* foram instituídas por cartas de foral e segundo M. Filomena Barros são o aspeto mais visível da permanência mudéjar no nosso país³¹⁹. A primeira comuna foi outorgada aos mouros forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer, em 1170, por D. Afonso Henriques e confirmada por D. Afonso II, em 1217. Não se conhecem documentos anteriores à data do foral de Lisboa. As restantes comunas recebem o mesmo modelo como o foral do Algarve, concedido em 1269 aos mouros forros de Silves, Tavira, Loulé e Faro, por D. Afonso III, seguindo-se em 1273 o foral de Évora e, mais tarde, Moura em 1296, outorgado por D. Dinis.³²⁰ A carta concedida aos mouros livres de Évora “*é o documento mais antigo que atesta a autonomia legal da comuna eborense.*”³²¹

Em todos os forais é determinado a carga tributária, impostos e serviços. Os impostos eram identificados por *capitação*, pagamento de um morabitino por indivíduo; *alfitra* sobre o trabalho, *azeque* ou quarentena sobre o capital, a *décima* sobre a produção agrícola, e os serviços, com o cultivo das vinhas do rei, a venda dos seus figos e azeite. Os mouros forros ficavam, assim, sujeitos pela força de lei e sob a proteção régia, contrapondo-se a uma certa autonomia jurídica que impedia cristãos e judeus de ter qualquer poder sobre os mouros, permitindo-lhes o direito a eleger um alcaide³²².

314 M. Filomena Barros, 2007, p. 213

315 Gabriel. Pereira I, pp. 50,51, Apud M. Ângela Beirante

316 A avaliar pela de uma lei nas Ordenações de Afonso IV (Livro II, título 101) - M. Ângela Beirante, 1998, p. 736

317 Jurisdição responsável pela eleição de um juiz dos judeus e mouros

318 M. Filomena Barros, 1990, p. 87

319 Ibidem, 1990, p. 100

320 Ibidem, 1990, p. 87

321 M. Ângela Beirante, 1998, p. 736

322 Ibidem, 1998, pp. 736,737

Sobre a comuna de Évora é quase impossível determinar de que modo se processou a integração dessa população nas estruturas de domínio cristãs perante o silêncio que impera sobre a população islâmica no período entre a conquista da cidade (1165) e a concessão do foral, carta régia de 1273.

A comunidade moura repartia entre si várias “*despesas de utilidade comum: soldada do capelão, aquisição de esteiras para a mesquita, reparação das paredes da mouraria, foro e 400 reais pelo Talho da carne. Repartiam igualmente outras obrigações comunitárias, como a de fechar por giros as portas da Mouraria*”³²³. Em relação à cidade, os mouros de Évora tinham o encargo de contribuir com um touro para a festa do Corpo de Deus, referindo M. Ângela Beirante uma queixa apresentada ao rei pela comunidade moura face à tentativa de dois mouros privilegiados de se eximirem destes serviços. Refere-nos ainda um apelo dos mouros ao rei em que estes declaram que “*o seu alcaide andava em perpétuo, não sabia ler nem escrever e cometia várias injustiças. O rei manda que respeitem o direito antigo e que o corregedor da comarca fiscalize de futuro a ação do alcaide dos mouros. Todavia, em 1456, é a própria comuna que pede ao rei para que o seu alcaide seja trienal.*”³²⁴

Em 1357, foram confirmados todos os foros e liberdades na *Mouraria* de Évora, ficando isenta, em 1362, de aposentadorias. É na época de D. Pedro que se estabelecem as fases do secessionismo de direito em relação aos cristãos, como foi referido. Numa das cartas enviadas pelo rei, D. João I recomenda que “*os mouros e judeus moram dentro na mouraria e judiaria e nom fora, e outrossim que os mouros não façam invocação de Mafamede na sua mesquita*”³²⁵.

Os direitos da Mouraria acompanhados da respetiva proteção, em Évora, cujo valor era de 1000 reais brancos, em 1450, foram doados à família Melo, titular da alcaidaria-mor. No entanto, em 1434, a pedido da própria comuna moura, foram entregues a Nuno Martins da Silveira, escrivão do rei, que era natural, vizinho e fidalgo da cidade, mas uma apropriação indevida fez com que a jurisdição da mouraria voltasse, em 1475, à família Melo (Fernão de Melo).³²⁶

7.2. Minoria e Identidade

Na identidade de um grupo minoritário é definida por princípios de vivência e de comportamento que o diferenciam dos restantes. E esta, enquanto objeto de análise, implica a noção de fronteira dinâmica, de interação que “*pressupõe uma relação dialógica e consequentemente, redefinições constantes dos limites identitários (...) a consciência do ego e do alter é construída, consciente e/ou inconsciente e, sobretudo,*

323 Ibidem, 1998, p. 737

324 M. Ângela Beirante, 1998, p. 736

325 Ibidem, 1998, p. 738

326 Ibidem, 1998, p. 737

*mutável em função dos contextos políticos, sociológicos e históricos considerados (...) O conceito de minoria não existe sem o de maioria e a análise dos grupos minoritários apenas se pode entender num contexto globalizante que confronte as duas realidades, necessariamente comunicantes (mesmo que essa comunicação se expresse conflituamente). A interação é ela própria determinante da identidade em maior ou menor grau, consoante as realidades sociológicas consideradas, nas fronteiras que se estabelecem (ou que se permitem estabelecer), entre os diversos grupos. O interno apenas existe em função do externo, a identidade em função da diferenciação”.*³²⁷

A sua identidade individual e comunitária, passa pela anuência ao Islão³²⁸, mas revela-se nos seus parâmetros vivenciais muito condicionada pelo poder exercido pela maioria, na sua diversidade cultural e em função dos contextos e períodos considerados. “Na sincronia, os muçulmanos do reino português diferenciam-se, por exemplo, dos valencianos e dos navarros, mas também na diacronia, o mouro do séc. XV, pela sua psicologia social e mesmo, pela sua expressão linguística distancia-se do mouro dos séc. XII ou XIII (...) A evolução do Muçulmano conflui, pois, na portugalidade possível no período medievo, na adscrição a um monarca, a um espaço e a uma expressão linguística.”³²⁹ Com as cartas de foral estabelece-se o vínculo entre o monarca e os grupos muçulmanos “num contexto escrito que remete para a pessoa jurídica (*homo legens*) tanto do outorgante como da comunidade contemplada”³³⁰.

8. Morfologias e Topónimos na mouraria

A “*cidade tradicional*” revela duas ideias ou diretrizes na morfogénese da cidade envolvimento e atração³³¹. O perímetro das cidades costumava ser, nestes casos, sensivelmente circular³³² ou elítico, porque era o mais económico e de mais fácil defesa.

O termo morfologia urbana compreende o estudo da configuração e estrutura exterior ou externa de um objeto, aqui do meio urbano, e as suas relações recíprocas, toda a análise se caracteriza pelo seu objetivo de definir e explicar simultaneamente a paisagem urbana e a sua estrutura³³³. Como elementos morfológicos temos: a rua, o quarteirão, a praça e os recintos; os edifícios e logradouros e, dentro destes, devemos distinguir os de construção corrente e os singulares, as fortificações e outros elementos do espaço não edificado; hortas, jardins, ferragiais, árvores e inclusive o mobiliário urbano como os pelourinhos.

327 M. Filomena Barros, 2009, pp. 92-93

328 Ver ANEXO 1 E – A mensagem islâmica, o Corão ou Alcorão

329 M. Filomena Barros, 2009, p. 94

330 Ibidem, 2009, p. 94

331 M. Hermínia Vilar, 1988, pp. 89,90

332 Ver fotografias aéreas de Évora fig.nº2,3 e 15

333 José Lamas, 1993, p. 227; José Lamas, 1986, 2ª sessão/apontamentos/3.2.86



43 – Eixos viários na Mouraria e envolvente próxima. **1. Alarcova** (1321); Rua do Talho do Mouro (1538); Alcárcova dos Mouros (1600); Alcárcova da Mouraria (1696); Terreiro do Menino Jesus (1659) pequeno largo; Rua do Menino Jesus; **2. Rua das Fontes** (1391); Orta das Fontes (1296); **3. Rua de Avis**; Ferragial (1275); **4. Rua da Mouraria** (1541); Rua defronte da Mouraria (1628); Rua Direita da Mesquita; **5. Terreiro da Mouraria** (1567); Talho do Mouro; **6. Rua da Corredoura**; **7. Rua do Inferno** (séc. XV); Rua de João Sirgo (séc. XV), Rua do Inverno (1724) ou séc. XIX; **8. Rua Cega** vás na volta (1391); Rua Cega (1393); Beco da Rua a Mouraria (1519); Beco da rua do Inferno (1542); Beco defronte da Rua do Inferno (1567); Beco da Parreira (1600); Beco do Meirinho; **9. Travessa do Megué**;



44 - Os vazios na cidade. Largura das ruas por escalões e demarcação das praças e largos.

A *parcela fundiária* ou *lote* implica uma identificação e uma delimitação que pode corresponder diretamente ao espaço edificado (o edifício) ou ser identificada como sendo a superfície de solo, chão, quintal, ocupada e/ou livre. O *edifício* é então o elemento construído que constitui uma unidade em si mesmo. Grande ou pequeno, alto ou baixo, direito ou torto é o elemento morfológico mínimo identificável na formação da cidade. A relação do edifício com o espaço urbano estabelece-se na fachada ou plano marginal, como limite do espaço privado e que definem igualmente o espaço urbano. É através da agregação destas unidades e no modo como se inter-relacionam entre si, que se constitui o espaço urbano e se organizam os diferentes espaços identificáveis por tipos como; a rua, a praça, o beco, o quarteirão, o bairro ou parte da cidade. O *quarteirão* é entendido como o agrupamento de unidades/lotes estabelecendo à partida uma regra, o de estarem dispostas lado a lado, adjacentes a uma outra unidade, limitado por ruas, vias, espaços públicos. “*Para Poète, Lavedan, Tricart e Rossi, o traçado assume, ao longo da evolução e transformação da cidade um carácter de elemento permanente, não totalmente modificável, com atributos de perenidade e de permanência que lhe permitem resistir às transformações urbanas*”³³⁴.

O *centro* do aglomerado foi sempre ocupado pelo(s) edifício(s) mais significativo(s), presença do poder temporal ou espiritual, elemento de valor simbólico na ordenação do espaço assinalado por *monumento*³³⁵. Este “*é um dos elementos que fundamentam o princípio das permanências, um dos factos urbanos, conjuntamente com o traçado, que melhor persistem no tecido e resistem a transformações*”³³⁶. O *traçado* ou *desenho* urbano, o espaço vazio, é por seu turno, sem dúvida, um dos elementos morfológicos mais facilmente identificáveis na forma da cidade, “*assenta num suporte geográfico, e assume a regulação da disposição dos edifícios e quarteirões, na ligação dos vários espaços e partes da cidade.*”³³⁷ A *praça* é “o espaço lógico resultante de interseções de traçados”³³⁸, onde se realizavam frequentemente as necessidades do comércio, distingue-se não por características específicas ou por uma arquitetura singular, como ocorria na Renascença e no Barroco, mas pelas suas funções cultural, social, económica e política no aglomerado³³⁹. As *ruas*, como a *praça*, definiam-se essencialmente pela sua função. Eram eixos estruturantes da organização do espaço que ligavam pontos de referência importantes como o exterior ao interior ou pontos do próprio interior da cidade. Eram quase sempre denominadas por um topónimo de evocação religiosa, ou por uma característica dessa rua (Talho do Mouro). Era também usual estarem ligadas à atividade aí desenvolvida, muitas designavam ofícios, sobretudo no séc. XIV, quando começou espontaneamente por ser norma a sua aglutinação e agregação na segunda metade do século³⁴⁰.

334 Ibidem, 1986, 4ª sessão/apontamentos/24-2-86; Ibidem, 1986, 2ª sessão 3.2.86

335 Por monumento, entende-se a construção ou obra de arquitetura ou escultura destinada a transmitir à posteridade a recordação de um grande homem ou feito; ou obra de arquitetura considerável pela sua dimensão ou magnificência, José Lamas, 1996, 2ª sessão/apontamentos/3.2.86

336 José Lamas, 1993, p.227

337 Nas teorias de Poète, Ibidem, 1996, 2ª sessão 3.2.86.

338 Ibidem, 1996, 2ª sessão 3.2.86

339 Como refere Jurgen Pahl, *apud* M. Hermínia Vilar, 1988, p. 24

340 M. Hermínia Vilar, 1988, p.53

Dimensão das Ruas		
localidades	metros	palmos
Lisboa - Rua Nova de El -Rei	6m	30 palmos
Lisboa - Ruas nobres e anchas	1.6 a 2m	8 ou 10 palmos
Ponte de Lima - Rua Principal	4m	
Guimarães	3 a 4m	
Guarda	2 e 4m	
Abrantes, Rua Nova (antiga Judiaria)	2,5 e 3m	
Miranda do Douro		20 palmos
Viana do Castelo		20 palmos
Nisa		20 palmos
Évora	4 e 5m	

Padrão Europeu, rua comum	2 e 5m	
Padrão Europeu, grandes artérias	5 a 12m	
Padrão Europeu, vielas	1 e 2m	

Padrão Islâmico, rua principais	3,96m a 6,6m	18 a 30 palmos
Padrão Islâmico, rua secundária	3,04m a 3,96m	14 a 18 palmos
Padrão Islâmico, becos	xx	xx

Mouraria de Évora	média (+/-) (*)	média total (**)	
Rua das Fontes	5,33m	4,67m	
Travessa da Baldaya	2,6m	2,54m	
Travessa das Morenas	2,27m	2,08m	
Rua do Fragoso	2,62m	2,68m	
Travessa Ana Vaz	2,52m	2,72m	
Travessa do Megre	3,12m	3,20m	
Rua do Inverno	2,65m	2,66m	
Beco do Meirinho	2,89m	2,92m	
Rua da Corredoura (1ºtroço)	4,18m	4,19m	19 palmos
Rua da Corredoura (2ºtroço)	4,8m	4,58m	20 palmos
Rua da Mouraria ou R. Direita	4,68m	4,42m	20 palmos
Rua de Avis	6,58	6,31m	28/29 palmos
Rua do Menino Jesus	8,46m	7,89m	36 palmos
Largo 13 Outubro	8,21m	8,91m	

notas: 1 palmo = 22cm

1ºtroço - Entre a Rua do Menino Jesus e a Rua da Mouraria

2ºtroço - Entre a Rua da Mouraria e a Rua de Avis

(*) Valor médio entre o ponto mais largo e o ponto mais estreito

(**) Valor médio ao longo do troço de toda a rua

As mais importantes como a Rua de Avis (6,31m/ 29palmos) e a Rua das Fontes, (4,67m/ 21palmos)³⁴¹, partiam do centro e dirigiam-se para as portas do recinto fortificado, eram geralmente as únicas em que havia tráfego. As ruas eram cruzadas e interrompidas pelas vias secundárias como a Rua da Mouraria (4,42m/ 20palmos), ligavam as primeiras entre si radialmente ou seja em círculo. Eram utilizadas unicamente por peões, compondo o chamado padrão radiocêntrico da cidade medieval. As denominadas por azinhagas, becos (Beco do Inferno) ou caminhos, assumiam topónimos que tomavam o nome ou a referência de importância para a vida quotidiana da vila. Enquanto se designavam por ruas as vias de circulação no interior do núcleo urbano, a designação de estrada era reservada para as que unem o núcleo urbano ao exterior, referenciadas em função da localidade a que davam acesso, por exemplo a Rua de Avis-“*est in arrualdi in via que dicitur Avis*”³⁴².

8.1. Alcárcova (1321)

A Alcárcova era também designada por Rua do Talho do Mouro (1538), Alcárcova dos Mouros (1600), ou Alcárcova da Mouraria (1696) e Terreiro do Menino Jesus (1659), pequeno largo na Rua com o mesmo nome³⁴³. Os autores localizam-na em parte da atual Rua do Menino Jesus³⁴⁴. Este topónimo, de 1571, provem do milagre realizado pela imagem do Convento de Santa Mónica³⁴⁵. Ana Borges refere o topónimo Talho do Mouro, como sinal do açougue da própria mouraria³⁴⁶. O topónimo Alcárcova significa vala, fosso defensivo, que envolvia a muralha romana e correspondia ao arruamento entre a muralha e os antigos fossos: “*era mui forte de torres e muro e cerco de cava*”³⁴⁷. Talvez remontasse aos muçulmanos, pois “*nos castelos dos cristãos não havia cavas que separassem os habitantes das povoações dos corpos militares estantes nos castelos*”³⁴⁸. Acreditamos ser esta uma zona envolvente a um dos limites da Mouraria, admitindo que esta constituiria uma nucleação distinta.

8.2. Rua das Fontes

A Rua das Fontes tem início na Alcárcova dos Mouros, atual Rua do Menino Jesus, e termina no Terreiro da Porta de Avis. Em 1470, referem-se umas casas “*que estaam a entrada da Rua das Fontes a mão esquerda quando vão da alcarcova dos mouros para*

³⁴¹ Ver quadro - Dimensões das Ruas e a sua correspondência com outras localizações e com os padrões medievais europeu e islâmico.

³⁴² M. Hermínia Vilar, 1988, p.24 e p. 89; Afonso de Carvalho, 2004, pp.131-132.

³⁴³ António Rei, 2009, p. 20

³⁴⁴ Gil do Monte, 1981-82, pp. 9,10

³⁴⁵ Foi o 1º Convento de freiras religiosas de Santo Agostinho em Portugal. Obtiveram os votos em 1421, tendo-se desligado da referida Ordem, em 1541, e ficado sob a proteção da Mitra. Em 1567, foi instituído um beatério de donzelas, as quais eram designadas por Beatas Pobres. O edifício em si foi secularizado em 1881, e mais tarde ocupado pela Escola do Magistério Primário - Gil do Monte, 1981-1982, pp. 19,20. A alteração de Carreira do Menino Jesus para Rua ocorreu em 1869 - Ibidem, 1981-1982, p. 133

³⁴⁶ António Rei, 2009, p. 112

³⁴⁷ Fernão Lopes, Crónica del Rei dom João I da Boa Memória, cap. XLIV, apud A. Carvalho, 2004, pp. 129,130

³⁴⁸ Ibidem, 2004,p.129

***Alcárcova; Rua do Talho do Mouro
e Rua das Fontes***



48 – Fachadas da Rua do Menino Jesus

49 – Vista global da Rua do Menino Jesus, torre e muralha

50 – Rua das Fontes, zona de inclinação acentuada, ao longe, a planície



51 – Pormenor na fachada na Rua das Fontes, designado por “mouro”

52 – Ampliação da imagem anterior

Rua de Avis



53 – Rua de Avis, no sentido ascendente, entre a Trav. do Megué e a Rua do Inverno.

54 – Sentido inverso da Rua de Avis, entre a Rua do Inverno e a Trav. do Megué.

55 – Vista parcial da Rua de Avis.

Observar o contraste de fachadas entre os arruamentos, Rua de Avis e Rua do Inverno

Rua da Corredoura



56 - Trajeto entre a Rua da Mouraria e a Rua do Menino Jesus



57 – Rua da Corredoura. Arruamento na continuação do Arco de D. Isabel, porta da antiga muralha romana, sendo notório o movimento curvilíneo da rua.

58 – Sentido inverso da Rua da Corredoura, no topo interseção a Rua de Avis.



59 – Zona de interseção da Rua da Corredoura com a Rua de Avis.

60 – Rua da Corredoura. Observa-se que o edifício acompanha o movimento curvilíneo do arruamento

Rua do Inverno



61 – Interseção da Rua do Inverno com a Rua da Mouraria. Observa-se o movimento curvo no beirado dos telhados.

62 – Rua do Inverno na interceção com a Rua de Avis. É visível a curva que o arruamento assinala.



63 – Topo da Rua do Inverno com a Rua da Mouraria. O carro permite estabelecer visualmente a escala do arruamento.

64 – Pormenor - Pedra saliente em fachada na Rua de Inverno. Admitimos ter sido o local de fecho da rua.



65 – Topo da Rua do Inverno com a Rua de Avis. Observar modulação e tipologia de simples fachadas.

66 e 67 – Fotos de aproximação ao topo da rua com a Rua de Avis.(sentido inverso).

Travessa do Megué



68 – Placa toponímica de Rua. Travessa do Megué, arruamento “fechado” em ambos os topos.

69 – Topo da Trav. junto à Rua de Avis.

70 – Topo da Trav. junto à Rua das Fontes.



71 – Vários trechos ao longo da Travessa do Megué. Observa-se a simplicidade de fachadas e a métrica modular.



72 – Fachada/Empena e porta, pormenor de utilização do espaço público pelo particular.

73.- Rua do Inverno. A roupa a secar é outro exemplo idêntico de apropriação e utilização, pelo particular, do espaço público.



74 - Interseção da Travessa do Megué com a Rua das Fontes;

75- Pormenor de cumbral em pedra do edifício de topo. Possível zona e localização de fecho da Rua;

76 - Interseção da Travessa do Megué com a Rua de Avis;

77 - Sentido inverso da Rua de Avis para a Travessa

a porta dauys”³⁴⁹. É um eixo viário de penetração na cidade e de ligação ao exterior, Porta de Avis. Como arruamento, surge em 1391, mas aparecem referências anteriores, em 1296, como “*orta das fontes*”, lugar de exploração agrícola. Neste arruamento, junto ao Terreiro da Porta de Avis, ao “fundo da rua das Fontes ficava a Rua da Putaria Velha, assim designada num documento de 1321”³⁵⁰. Terão sido aí localizadas duas das estruturas de acolhimento, o Hospital de S. Bartolomeu e no extremo oposto, no topo da Rua, o Hospital de S. Salvador, cujas traseiras dariam para a Rua Cega, atual Beco do Meirinho e, ainda, no adro de S. Mamede, a Albergaria da Trindade.

Em 1436, citam-se uma “*casas (...) na Rua das fontes que foram Dalbergarja de sam salvador (...) que parte com curral que tem ncolau Vte. E com Jº gonçalves batel e per rua Cega*”. Em 1445, “*Aí moravam os mouros Castelão, Azimede, Çadim (este junto à albergaria citada e Mafamede Patana)*”³⁵¹.

8.3. Rua de Avis

A primeira referência é de 1275 e refere-se a um ferragial - “*est in arraualdi in via que dicitur Avis*”.³⁵² Até ao século XV, seria um eixo viário de ligação para Avis, não se encontrando qualquer outro ponto atrativo. Mantém atualmente a mesma designação. A fixação por parte da população teria ocorrido junto à Cerca Velha, alargando-se progressivamente ao Monturo de Pero Loução³⁵³. Este monturo foi referido em 1321 com uma abrangência do Alto da Rua de Avis até ao Chão das Covas. Em direção à Porta de Avis, seria zona de hortas e alcaçarias. Só nos séculos XVI e XVII, o Terreiro da Porta de Avis se urbanizará por completo³⁵⁴. Outros topónimos identificados são o Arrabalde de Avis (séc. XIII) e Terreiro da Porta de Avis (século XV).

8.4. Rua da Mouraria (1541) e Terreiro da Mouraria

Também designada por Rua defronte da Porta da Mouraria (1628), que, no século XV também se designará por Rua Direita da Mesquita³⁵⁵.

Este topónimo é considerado a prova dessa estadia. Para M. Ângela Beirante e Afonso Carvalho, este seria o arruamento principal. Sabemos também que “*outros arrabaldes ou bairros tinham uma organização própria com as suas igrejas, os seus largos e também um eixo principal, frequentemente chamado Rua Direita, designativo a que se chamava o nome do bairro ou arrabalde*”³⁵⁶. Esta rua manteve, desde o século XIV, sempre a sua designação. O seu traçado é uma permanência de um dos eixos viários romanos, como já vimos anteriormente³⁵⁷, e a sua retilinearidade é muito extensa e evidente em planta. Define-se como o troço que tem início junto da Igreja de São

349 Afonso de Carvalho, 2004, pp. 178,179

350 M. Ângela Beirante, 1998, p. 58

351 ADE, Arquivo Misericórdia de Évora Cod 62 fls30-30v. 106. 107- 107v, cod 1795 fl.36.

352 Afonso de Carvalho, 2004

353 Ver localização em planta

354 Afonso de Carvalho 2004, pp. 131,132

355 Ibidem.

356 Jorge. Gaspar, 2000, pp. 138-139

357 Ver plantas da cidade de Évora, século I e IV, imagens 9,10 e 12

Mamede e termina entrecruzando com a Rua de Avis, eixo viário radial de inserção e ligação à Vila³⁵⁸. Apresenta topograficamente uma inclinação de sentido descendente da Rua de Avis para a Igreja de S. Mamede. Identificamos um conjunto edificado envolvente, de características residenciais com uma leitura homogénea, onde predominam os dois pisos, sendo o primeiro piso maioritariamente com janelas de sacada. Poderemos ainda distinguir dois edifícios de porte e escala distintos, ambos na confluência quer do beco da Rua do Inferno quer com a Rua das Fontes³⁵⁹. Ao Terreiro da Mouraria (1567) também lhe é atribuída a designação de Talho do Mouro, corresponde ao atual Largo 13 de Outubro. Conforme poderemos observar nas plantas de evolução da cidade ao terreiro corresponderia, como o nome indica, uma área desafogada e ampla.

8.5. Rua de João Sirgo, Rua do Inferno (1542)

Designada por Rua do Inverno, desde 1724, ou eventualmente a partir do século XIX. A origem este topónimo “Inferno” é desconhecida³⁶⁰. M. Ângela Beirante admite a hipótese desta designação Rua de João Sirgo corresponder à Rua do Inferno, topónimo este que só aparece do século XV: “*huma casa que o dicto moesteiro há em na dicta Cjdade (de Évora) em na mouraria noua na Rua de Joham srigo*”³⁶¹. Sendo que Sirgo é sinónimo de bicho-da-seda ou de todo o que trabalha com fios de seda ou lã, deveria ter sido uma alcunha. Este é um arruamento com características muito distintas dos três anteriores.

Orientados para norte, temos a nascente a Rua das Fontes e a poente, a Rua de Avis. Ambos os arruamentos se apresentam, como já o dissemos, com eixos de penetração e ligação ao interior da cidade, que confluem num mesmo ponto, o Terreiro da Porta de Avis. Desenham, com a Rua da Mouraria que os liga, uma área de configuração triangular.

Topograficamente, todos estes três arruamentos apresentam declive com sentido descendente, tomando como ponto de nível inferior a Porta de Avis ou o Terreiro da Porta de Avis, que só mais tarde, nos séculos XVI e XVII, se urbanizará integralmente³⁶². Enquanto o arruamento da Rua das Fontes ocorre a uma cota mais baixa, apresentando um percurso mais homogéneo e suave, no trajeto entre a Porta de Avis e a Rua da Mouraria, e mais acentuado entre este e a atual Rua do Menino Jesus, a Alcárcova. O trajeto que compõe a Rua de Avis acontece a uma cota superior e, ao longo do seu percurso, descreve uma inclinação mais homogénea e mais constante. Queremos, assim, nesta descrição, assinalar que a área de forma triangular compreendida entre os três arruamentos apresenta uma dupla inclinação, quer no sentido para norte, quer para nascente, o que resulta num terreno de difícil implantação. Talvez por essa razão não tenha sido logo de imediato ocupada com construção, como vemos ao longo da evolução e expansão da cidade de Évora.

358 Ver planta dos eixos viários na mouraria, imagem 43

359 Ver planta assinalando os processos consultados na C.M. Évora

360 Gil do Monte, 1981-82, p. 166

361 BPE, C.S. Domingos, Perg. maço I, perg.16, in M. Ângela Beirante, 1998, p. 123 e p. 176

362 Afonso de Carvalho, 2004, pp. 131,132

O topónimo Regueira a S. Mamede, que se relaciona com as escorrências das águas pluviais, aparece em 1533, relacionado com a Rua das Fontes e a Igreja de S. Mamede, zona envolvente, a nascente, à configuração triangular apresentada para a localização da Mouraria; cita-se então “na trauesa que chmão de Reg.ra no bairro de sam Mamede com todo os eu asento e alaguar como partem com casas de huum laurador e com quintal do acinh.ro (...) Em 1541, como a ‘Regueira que vai da rua das fontes para as alcaçarjas”³⁶³.

Como eixo central dessa área triangular, reconhecemos e identificamos a Rua do Inferno. Será o seu topónimo resultado desta realidade topográfica, desnivelada em dois sentidos, não sabemos. Contudo, confirmamos ser um espaço todo ele divergente dos restantes. Surge como charneira, pois divide formalmente este triângulo em duas áreas estabelecendo uma cota de percurso intermédia. As características do edificado também elas são distintas, apresentam um cariz ainda hoje ruralizante na sua simplicidade formal de um piso, pontualmente dois, podendo ser equiparado a qualquer pequena povoação ou aglomerado na região do Alentejo. É nitidamente um arruamento secundário inclusive nas suas dimensões.

Entre o arruamento da rua do Inverno com a rua das Fontes, a nascente, e entre este e a rua de Avis, a poente, surgem outros dois arruamentos a rua da Corredoura e a travessa do Megué com uma configuração curvilínea que consideramos possa corresponder ao muro envolvente e limite da mouraria.

8.6. Rua Cega

Rua Cega, ou cerrada, tem por significado rua sem saída, até ao século XV. Atualmente, é designada por Beco do Meirinho, devido ao facto de “*ali ter residido um meirinho, correspondente ao oficial de diligências.*”³⁶⁴ Em 1869, a sua designação era de rua e não beco³⁶⁵. Mas este autor, Gil do Monte, diz-nos também que os topónimos; “Rua Cega Vás na volta”, em 1391, ou “Rua Cega”, em 1393, se localizavam no bairro da Mouraria onde estava a Albergaria da Comuna dos mouros, ignorando, por sua vez, a localização desta³⁶⁶. As designações anteriores foram: Beco da Rua da Mouraria, em 1519; Beco da Rua do Inferno, em 1542; Beco defronte da Rua do Inferno, em 1567; Beco da Parreira, em 1600³⁶⁷. São tantas as designações topográficas, que se nos levanta a questão se corresponderiam todas ao mesmo local ou se não existiriam outros becos.

8.7. Os limites da Mouraria

Todos os autores são unânimes em considerar a Rua da Mouraria como espaço da mouraria, no entanto, as propostas quanto aos seus contornos e à sua área de abrangência são divergentes.

³⁶³ Afonso Carvalho, 2004, p. 205

³⁶⁴ Gil do Monte, 1981-82, p.16

³⁶⁵ Ibidem, 1981-82, p.16

³⁶⁶ Ibidem, 1981-82, p.66.

³⁶⁷ Ibidem, 1981-82, p.16 e p.166

Veremos então que a definição dos limites da Mouraria pelo primeiro instrumento de gestão e ordenamento, o Plano Diretor Municipal (PDM), de 1987, engloba um amplo espaço compreendido entre a Rua de Avis e a Rua das Alcaçarias, próximo do limite da cerca nova. Segundo Orlando Ribeiro, a mouraria *"raras vezes era fechada, não sendo os contactos entre cristãos e os mouros vigiados com rigor"*³⁶⁸. A esta visão, contrapõe-se a de Ana Borges, que considera ser a mouraria um espaço fechado com uma implantação localizada entre a Rua da Mouraria e a Rua do Menino Jesus³⁶⁹. Na proposta apresentada por M. Ângela Beirante³⁷⁰, é formalmente visível um espaço fechado em si mesmo com uma configuração curvilínea próxima da forma oval, pois é mais alongada e extensa, no sentido norte-sul, tendo como centro o eixo viário da Rua do Inferno, atual Rua do Inverno. No sentido oposto nascente-poente, ou seja, transversal, estrutura-se a rua, do seu próprio nome, da Mouraria, que por sua vez se implanta no primitivo arruamento romano. A mouraria englobava apenas parte desta rua, respetivamente entre os troços da Rua da Corredoura, a poente e, da Rua das Fontes, a nascente. Esta proposta é composta e estruturada segundo dois eixos viários, que se cruzam. A área determinada para a mouraria por esta autora foi deduzida a partir da relação percentual entre o total da população da cidade e o valor estimado para a população muçulmana³⁷¹.

A configuração apresentada por Afonso de Carvalho é, até ao momento, para António Rei, a imagem mais completa e exata da mouraria de Évora. Em termos globais, amplia a área de abrangência da proposta anterior de M. Ângela Beirante, aproximando-se desta formalmente a norte, no contorno curvilíneo mas, a sul, a proposta é totalmente díspar, com contornos retos e recortados. A mouraria é descrita do seguinte modo: *"Começava no Talho do Mouro e Terreiro da Mouraria, prolongando-se até à Rua das Fontes. As transversais compreendidas entre estes dois arruamentos pertenciam à mouraria."*³⁷²

No entanto, António Rei formula ele próprio uma outra configuração para a Mouraria. Data o seu início a partir de 1363, e descreve-a como *"um espaço com cerca de 1,5ha, que ficava grosso modo delimitado, pelas atuais Rua das Fontes, a este, Rua do Menino Jesus, a sul, e de forma mais imprecisa, pela Rua de Avis, a oeste e também um pouco a norte, e pela Travessa do Meguè, a norte"*³⁷³, englobando cinco arruamentos: Rua da Mouraria, Rua do Inverno, Rua da Corredoura, o Largo 13 de Outubro e o Beco do Meirinho. Na união com a Rua de Avis, Rua da Corredoura e Rua do Inverno, os seus limites seriam murados, enquanto a sul crê que os quarteirões poderiam ser delimitados por um fosso, em paralelo com os casos identificados em Espanha³⁷⁴, e em conformidade com os topónimos no local, de Alcárcova dos Mouros, Alcárcova da Mouraria e Alcárcova do Talho do Mouro, atual Rua do Menino Jesus. O fosso seria circunscrito entre o Largo 13 de Outubro, à esquina da Rua das Fontes.

368 Orlando Ribeiro, citado por António Rei, 2009, p. 121

369 Ver planta (imagem nº 47) das várias propostas para o limite da mouraria de Évora

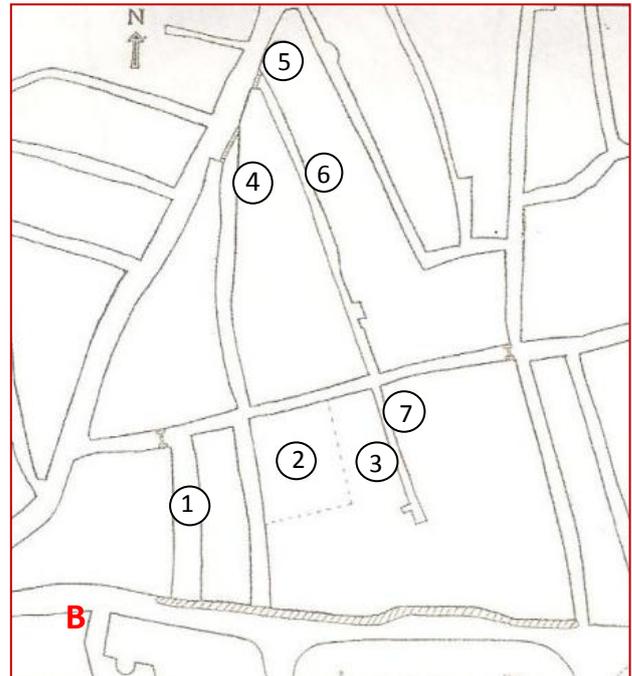
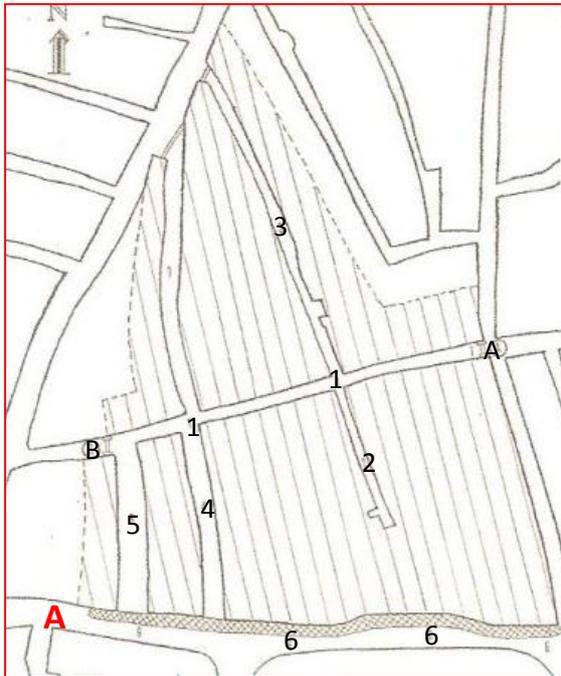
370 M. Ângela Beirante, 1998, p. 577

371 Ibidem, 1998, pp. 183,184, p. 576,,apud António Rei, 2009, p. 122

372 Afonso de Carvalho, 2004, p. 223 e vol. I p. 218

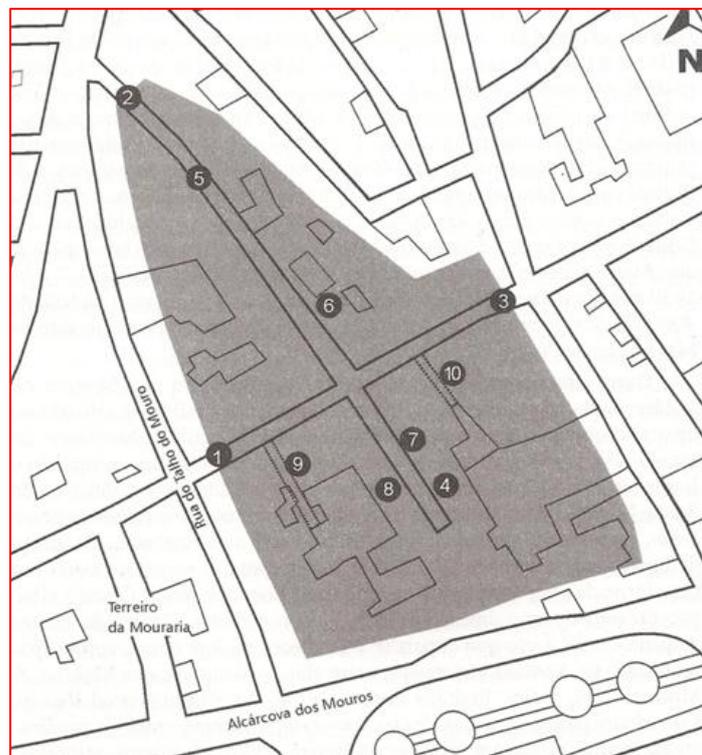
373 António Rei, 2009, p. 122

374 Basílio Pavón, 1992, p. 112



78 (a e b)- A Mouraria

- A.** A. Porta da Rua das Fontes; B. Porta do Terreiro da Mouraria; 1. Rua da Mouraria/Rua Direita a Mesquita; 2. Rua Cega da Mouraria/Rua Cega vai na volta; 3. Rua do Inferno; 4. Travessa da Mesquita; 5. Terreiro a Mouraria;
- B.** 1. Terreiro da Mouraria - espaço comercial; 2. Mesquita - local e possíveis limites (c/600m2); 3. Albergaria da Comuna dos Mouros - espaço de assistência; 4. Curral dos Mouros - matadouro; 5. Monturo da Mouraria – lixeira, 6. Forno; 7. Poço;



79 – A Mouraria

- 1; Porta de Cima ou Porta do Talho do Mourao; 2. Porta a Rua do Inferno; 3. Porta da Rua das Fontes; 4. Rua Cega (atual Beco do Meirinho); 5. Rua do Inverno (antiga Rua de João Sirgo, depois Rua do Inferno); 6. Curral dos Mouros (?); 7. Poço Comunitário (?); 8. Albergaria dos Mouros (?); 9. Rua das Pedreiras (?); 10. Travessa da Mesquita dos Mouros (?).

A nossa proposta para limite da mouraria segue a norte a configuração exibida pela autora M. Ângela Beirante, acompanhando, a poente, a atual Rua da Corredoura, a qual pode ter correspondido à possível zona delimitada por um muro. Ampliamos contudo ligeiramente a proposta desta autora a nascente ou seja tomamos a Travessa do Megué como a outra face, estabelecendo-se a Rua do Inferno, como eixo central

9. Paralelismos entre o urbanismo islâmico e o bairro – a Mouraria

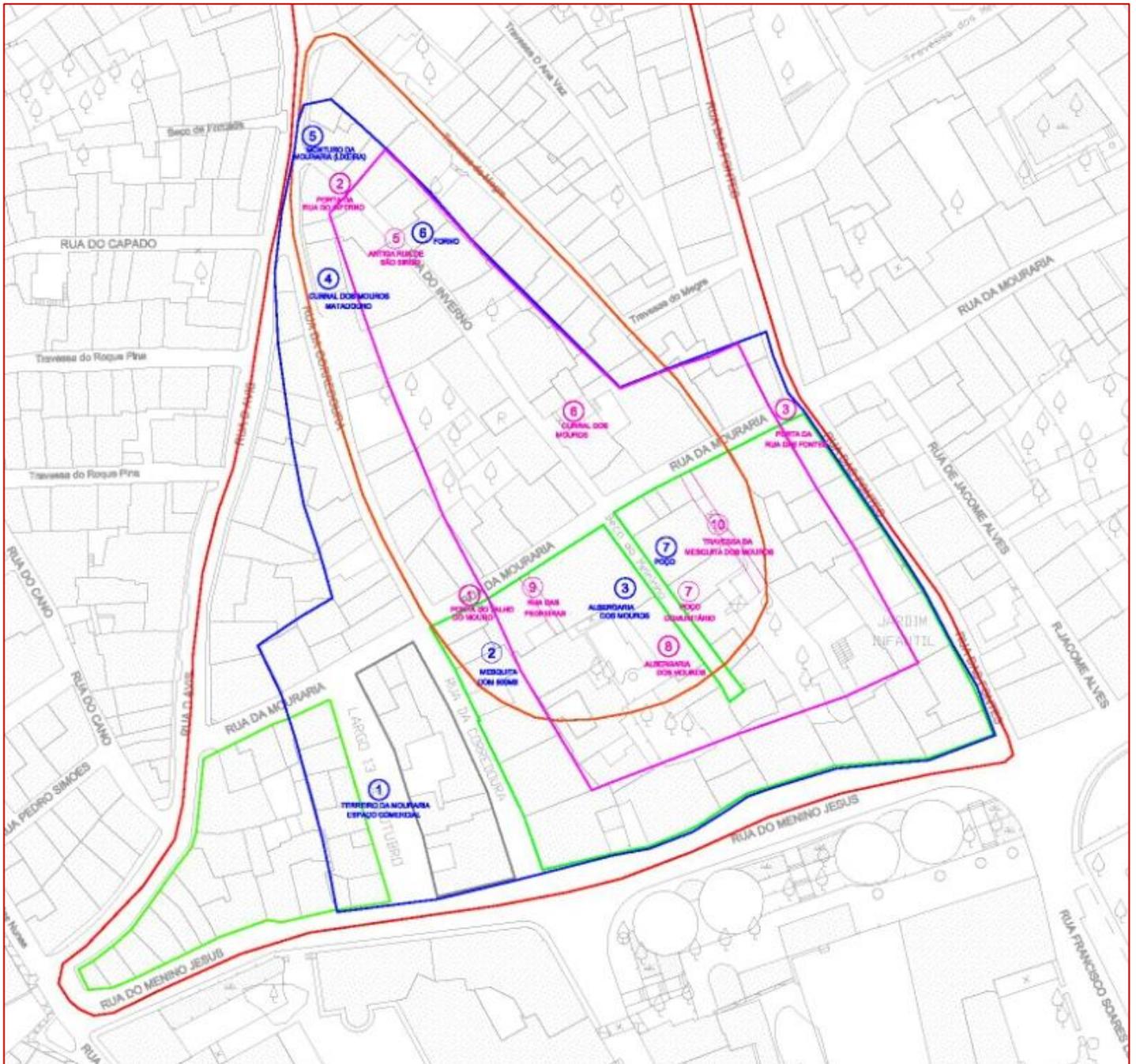
“a cidade islâmica aparece como uma unidade coerente, completa, delimitada e protegida.”

“O urbanismo constitui-se como um dos vetores susceptível de materializar a expressão identitária dos mudéjares portugueses, através de uma aplicação das normas canónicas islâmicas na apreensão, organização e reprodução espaciais. De fato, a cidade muçulmana longe de se constituir como um corpus aleatoriamente estruturado, transmite regras morfogenéticas próprias, expressivas do seu poliformismo, ‘em que os inúmeros centros decisórios que são configurados pelo conjunto de todos os indivíduos/famílias (propriedades e construções, quer dizer coranemas) atuam reciprocamente, mediante certos princípios sócio-religiosos genéricos (baseados na expressão morfológica da sunna)’ (...) Normas que se estruturam, portanto, em dois níveis distintos, o dos princípios orientadores e o das lógicas locais concretas, constituindo-se as primeiras como normas de ordem social e política supra local, condicionadoras de uma intervenção global sobre o espaço, e incidindo as últimas sobre uma realidade local, expressa nos coranemas, que permitem a definição do conjunto urbano pelos múltiplos agentes de cada unidade individual – familiar.” Para além destas normas e dos seus diferente níveis de atuação, a autora assinala *“o fator incontornável do domínio espacial por parte da maioria cristã que, logicamente, subordinará a expressão morfológica da sunna, às suas próprias diretivas e orientações”*. Evidenciando claramente este aspeto, revelam-se os casos das mourarias novas, cuja inscrição espacial se processa num quadro de urbanização planeada, ressaltando, tanto no caso de Évora, como no de Elvas, uma intencionalidade subjacente a um loteamento prévio que segue o padrão retilinear, associado ao radial mais geral³⁷⁵.

A cidade islâmica à semelhança da cristã, era cercada por muralhas³⁷⁶. A forma urbana era do tipo de cidade muçulmana hamita. As muralhas encontram-se interligadas por torres e seguiam uma linha contínua, normalmente de forma triangular ou trapezoidal, diferenciando-se o castelo – *a alcáçova* – que se encontrava independente do núcleo principal e central – *Madina* ou *Almedina* aonde se encontrava a mesquita maior, rodeada da zona comercial. *“No Norte de África estas ruas eram geralmente tapadas mas na Península Ibérica somente estreitas e, por isso, muito escuras. A zona poderia também incluir um edifício, o alcácer, destinado à venda dos produtos mais*

³⁷⁵ M. Filomena Barros, 2009, pp. 223-224

³⁷⁶ Chueca Goitia, 1982, p. 77



80 - Base cartográfica da cidade de Évora com proposta dos limites para a mouraria dos vários autores

Legenda dos Contornos /Propostas dos vários autores

- Laranja– M. Ângela Beirante (1980)
- Verde – Ana Maria Borges (1988)
- Vermelho – Bernardo V e Sousa (1990);
- Magenta – Afonso de Carvalho (2004)
- Azul – António Rei (2009)

*luxuosos*³⁷⁷. Para além desta estrutura, que partia da mesquita, organizavam-se outras diferentes atividades coletivas, por setores de comércio, os mercados ‘*zocos*’ ou ‘*funduqs*’, até às portas da cidade, onde se encontravam as áreas de produção, em setores periféricos de abastecimento e das indústrias com maior degradação, ruído e cheiro.

Os bairros residenciais agrupavam os habitantes em função dos ofícios e modos de vida (barbeiros, falcoeiros, oleiros, bordadores ou tecelões e funcionários da corte)³⁷⁸, num tecido habitacional nuclear, denso, ramificado por uma rede viária mais ou menos irregular. Os espaços residenciais estavam agrupados segundo o fator religiosos ou étnico em bairros designados pelos nomes das tribos ou famílias, que “*não deixaram de permanecer fiéis aos valores da vida do deserto como às memórias transmitidas pela poesia popular e pelos contos, aos costumes e tradições antigas, sob a tenda e prontos a fazer respeitar a honra da família*”³⁷⁹ e, por último, os arrabaldes “*por diversas vezes possuindo muralhas individuais, separando os cidadãos por raças e por religiões.*”³⁸⁰ Os cristãos e os judeus costumavam viver em bairros distintos e não com muçulmanos “*à saída de uma das portas, um terreiro para se efetuarem as vendas dos produtos provindos do espaço rural que as envolvia.*”³⁸¹

Na cidade observamos então a convergência e a centralidade num elemento primordial, a mesquita ‘*al-masjid aljâmi*’, um espaço sagrado, ponto de encontro e reunião de âmbito espiritual e sede da consagração do poder político. Na área de influência da mesquita³⁸² encontram-se, em dependências ou em edifícios próprios, a administração da justiça³⁸³, o ensino, nas escolas, ‘*madrasas*’, que serviam também de residência aos estudantes, e ainda de alojamento a visitantes, em cumprimento dos deveres religiosos ou outros. A cargo dos serviços da mesquita, estavam geralmente os banhos públicos ‘*hammâm*’, ligados à salubridade da cidade e à purificação dos seus habitantes, pois permitem libertar as impurezas mais graves, sendo também local de convívio e socialização.

Procurando as afinidades entre a realidade do urbanismo islâmico com a mouraria de Évora, somos de propor que a Mesquita se localizaria no centro do bairro, junto à interseção de dois dos eixos viários, a Rua da Mouraria e a Rua do Inferno, no troço a sudoeste correspondente ao Beco da Rua do Inferno ou Rua Cega com a Rua da Mouraria, como vimos, designada também na documentação por Rua Direita da Mesquita. No cadastro atual, este espaço corresponde a uma construção de grandes dimensões comparativamente com as suas congéneres

377 Ibidem, p. 78

378 Torre Balbás, 1953, p. 149 e p. 177

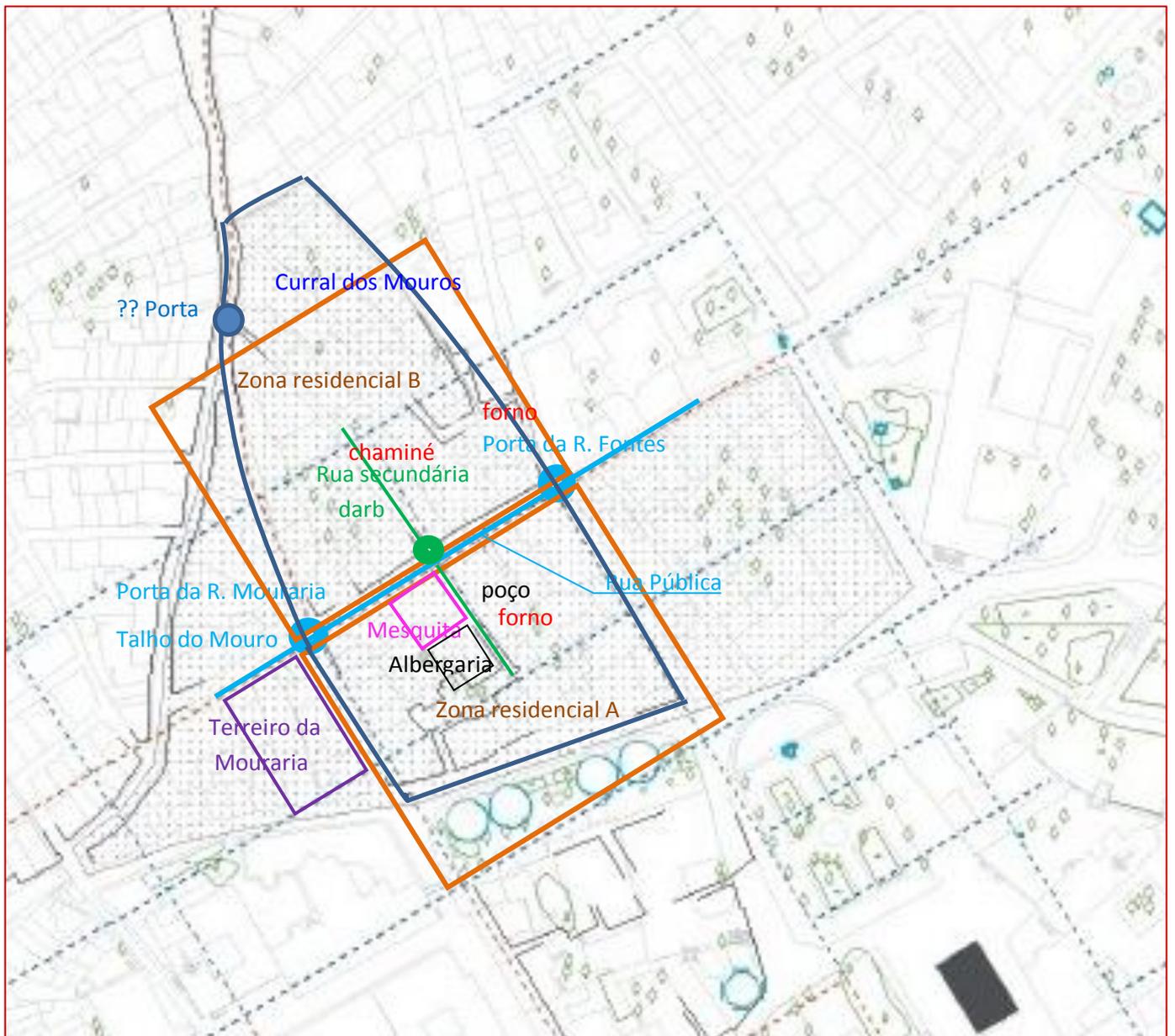
379 A. Dias Farinha, 1989.

380 Manuela S. Silva, 1995, p. 266

381 Ibidem, 1995, p. 251

382 Ver ANEXO Mesquita

383 A administração da justiça ligada ao estudo do Alcorão e da Lei ‘*Sharî’a*’ era gerida pelos juizes ‘*qâdis*’ e ajudantes. “*A vida financeira da cidade gravitava muitas vezes em torno da mesquita, através da localização do tesouro que ficava à sua guarda e da gestão de várias categorias de bens como os de mão morta ‘waqfs ou habice’, dos destinados à manutenção dos órfãos e das viúvas e, ainda, dos pertencentes aos organismos da vida urbana.*” - Chueca Goitia, 1982,, p. 383.



81 – Proposta de organização estrutural e funcional para a Mouraria de Évora.

a das Fontes, ambas nos topos, a poente e a nascente, da Rua da Mouraria, rua de circulação principal interna, que conduzia à mesquita e que fazia a ligação ao mercado, digamos aqui à área comercial do Terreiro da Mouraria, já fora das portas por onde se estabelecia, neste caso, não o contacto entre a cidade e o campo, mas entre o espaço islâmico com o espaço cristão³⁸⁴.

Estes dois eixos viários que se intersejam espelham, ainda que sujeitos à norma do bem comum, o princípio da hierarquia funcional das vias. A Rua da Mouraria ou Rua Direita da Mesquita, como «*rua aberta*» de uso e domínio público, com portas³⁸⁵ nos seus dois extremos, diferencia-se da «*rua fechada*» que se estrutura a partir dessas vias abertas. A Rua do Inferno e o Beco da Rua do Inferno ou Rua Cega pertencem em nosso entender às ruas fechadas sujeitas “*a uma pseudo-privatização e em que se impõem predominantemente os interesses privados, embora sujeitos à apreciação subjetiva dos respetivos vizinhos*”³⁸⁶. Este esquema hierárquico foi igualmente identificado na mouraria em Lisboa.³⁸⁷

Uma outra correspondência entre Évora e Lisboa, estabelece-se nas áreas de envolvência imediata da mouraria pois, em ambas, estas áreas serão objeto de uma ocupação posterior³⁸⁸. M. Filomena Barros fala-nos dos princípios orientadores do “*fiqh*” subjacentes à implantação da mouraria de Lisboa como o “*haram*” ou “*marfaq*”, norma de predomínio dos bens comuns, espaço protetor em torno de outro espaço, constituída como por uma faixa de terreno indefinida, que envolve os poços, mesquita ou povoado e diz-nos que “*embora não existam quaisquer elementos que o comprovem, é provável que a inserção da comunidade neste espaço tivesse presente a conceptualização do ‘haram’ em volta do bairro, tanto mais quanto lhe proporcionaria uma área neutral de delimitação com a zona cristã, salvaguardando-a de uma contaminação material*”³⁸⁹.

E, tomando uma vez mais por paralelo o urbanismo islâmico, consideramos que na envolvência da mesquita, no troço a sul da Rua da Mouraria, encontraríamos o tecido habitacional nuclear de um grupo ou família(s) com as melhores condições de localização e numa distribuição mais elevada. Observa-se aqui, na documentação, uma preponderância da habitação de mais de um compartimento (“casas”)³⁹⁰, identificadas em seis dos documentos, num total de nove. Identificamos também, no núcleo, um forno e, como nos diz Cláudio Torres “*cada casa parte de um conjunto solidário, com alguns serviços comuns, como o forno, esgotos e fossas*”³⁹¹. Por seu turno, consideramos que a norte da Rua da Mouraria se estruturava então um outro grupo

384 Chueca Goitia, 1982, pp.72-73. Ver Anexo 1C -A casa islâmica

385 A “porta” é na generalidade entendida como um elementos de vedação que demarca e separa dois espaços, estando-lhe inculido um sentido de passagem.

386 M. Filomena Barros, 2009, p.224

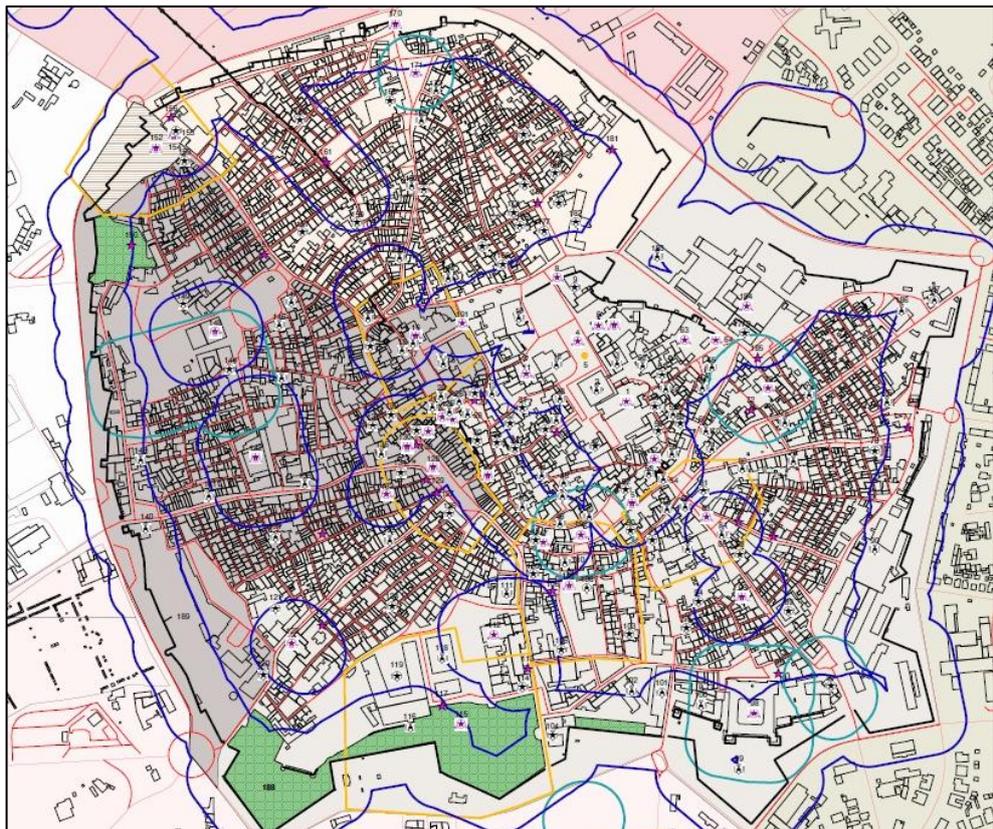
387 Em Lisboa à rua aberta correspondem a rua Grande Direita ou a Rua Pública que permitia o acesso à Mesquita, a Rua de Dentro da Mouraria e a Rua da Carniçaria, que se estruturam a partir dessas vias abertas.

388 Ver Planta da cidade de Évora 1470-1580, imagem nº18

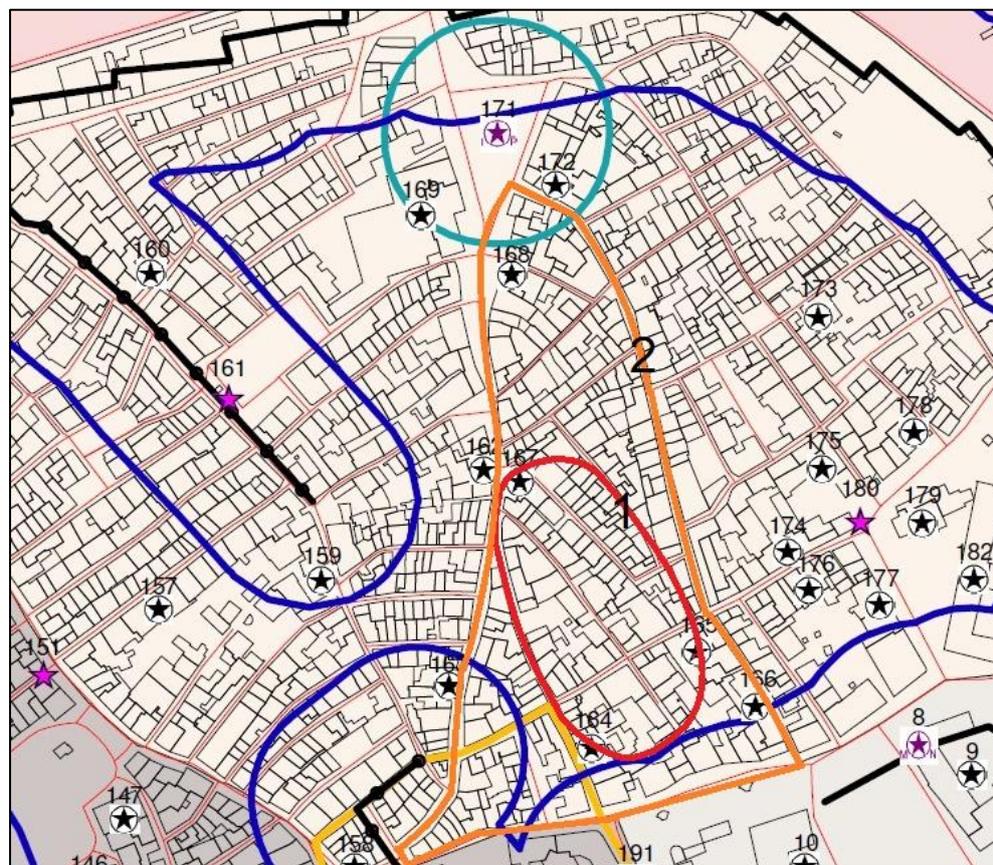
389 M. Filomena Barros, 2009, p.224

390 Ver quadro “A”

391 Cláudio Torres, 1993, p. 378



82 – Centro Histórico da cidade de Évora; Conjuntos e Elementos de Valor Patrimonial.



83 Freguesia de São Mamede; **1** Mouraria, século XIV e XV; **2** Eixos viários estruturais; **3** Zona de Proteção de Imóveis Classificados; **4** Zona Especial de Proteção; **5** em Vias de Classificação; **6** Edificações de Valor Patrimonial.

ou família (s)³⁹², tendo aqui também sido identificado um forno. Propomos então um tecido habitacional, servido e estruturado em torno de dois grupos, ambos apoiados em ruas sem saída, nem continuação, o adarve, ‘*darb*’, os quais, no bairro da mouraria de Évora, consideramos ter sido a Rua do Inferno e o Beco do Inferno para onde comunicavam as habitações que, teoricamente, pertenciam ao mesmo grupo ou conjunto privado de casas, não servindo um interesse público. Identificado por M. Pidal, como uma das características da cidade andaluza, o adarve, era então uma área semi-privada e semi-pública, onde poderia vir a ser instalada uma porta chamada ‘*bab-al-darb*’, com o acordo e cotização dos habitantes, fechando, isolando e protegendo a pequena comunidade de vizinhos de perigos e roubos. “*Ibn al-Rami propunha que fossem os habitantes ricos da rua a pagar este tipo de construções*”³⁹³. Ainda hoje testemunhamos, numa área relativamente próxima ao início desta Rua do Inferno, um maciço em pedra que surge numa fachada, aparentemente sem qualquer razão, o que consideramos possa ter sido parte de uma estrutura onde se fixava a porta - mas não o podemos comprovar, na falta de uma abordagem arqueológica³⁹⁴.

Os tratados de *Hisba* traduziam-se numa regulamentação ou conjunto de medidas e procedimentos, que procuravam não só evitar os abusos, como as apropriações indevida, como também evitar possíveis causas de conflito. Representavam a situação ideal, um modelo de conduta e de orientação em áreas tão diversas como a conservação dos alimentos³⁹⁵, a gestão dos espaços públicos³⁹⁶ e a prevenção da intimidade. No século XII (período do bairro de Mértola), o legislador hispano-muçulmano, Ibn Abdun, já refere o facto de não ser permitido atirar lixo para a rua, da necessidade de manter limpa a frente da casa e da obrigatoriedade de esvaziar periodicamente as fossas, que serviam as próprias habitações, para fora da cidade. A organização dos sistemas de saneamento era da responsabilidade dos membros dessa mesma comunidade em cada zona da cidade e eram vigiados pelo *almotacé*. Outro legislador, Abd al-Rauf, mencionava, por outro lado, que quem executasse essa infraestrutura teria que proceder à reposição das condições de limpeza, nivelando a rua, sem a perturbar. Em relação à prevenção da intimidade, com o chamado ‘*al-tankib*’, o legislador, Ibn Sahun, propunha o desencontro das portas de entrada das casas, para impedir o acesso visual do vizinho,. Até a largura da rua atingir 3,85m (sete côvados) estava estipulado um afastamento máximo entre portas de 1,10m (dois côvados), não sendo exigido no caso em, que a largura da rua fosse inferior a cinco palmos. Mas, “*a diferença entre a teorização dos problemas, a sua regulamentação escrita e aquilo que se passava na prática era, certamente, significativa*”³⁹⁷. Em Mértola, por exemplo, não terá sido levada em consideração, visto que as portas estavam em frente às dos vizinhos. Na mouraria desconhecemos a localização exata das portas das habitações.

392 Chueca Goitia, 1982, pp. 72,73

393 Santiago Macias, 1996, pp. 62-64

394 Chamamos a atenção para a imagens 61 e 62,

395 Santiago Macias, 1996, p.101 e p. 106

396 Como por exemplo as alturas em que as ruas deviam ser regadas ou, nomeadamente os jogos, e as brincadeiras que não eram permitidos nesse locais públicos.

397 Santigo Macias, 1996, p. 74

Conclusão

As cidades foram, no período Medieval e no contexto do território nacional, objeto de interesse estratégico político, económico, sendo simultaneamente protetoras e agressoras. Encontramos consenso entre autores, quanto aos três modelos de cidades medievais definidos como urbanos: herdadas, conquistadas e fundadas³⁹⁸, em separado ou em conjunto. Évora foi o caso de uma cidade herdada e conquistada³⁹⁹ assente sobre estruturas urbanas anteriores, como *“quase todas as cidades portuguesas (tomando neste sentido lato também as vilas de fisionomia urbana) ascendem a um passado remoto e conservam, na escolha do sítio, na estrutura ou no aspeto, qualquer marca das várias civilizações que presenciaram a sua longa vida”*,⁴⁰⁰ originavam uma variedade infindável de formas. *“Todas as cidades medievais cresceram a partir de uma situação singular, apresentaram uma constelação singular de forças e produziram, em sua planta, uma solução singular. Este consenso é tão completo em relação às finalidades da vida urbana que as variações de detalhe apenas confirmam o modelo (...).”* *“Apesar de toda a sua variedade, compõem um padrão universal.”*⁴⁰¹ A abordagem desencadeada em meados da década de 1980, sobre a morfologia urbana, procurou na evolução dos fenómenos ou factos à leitura da cidade atual.⁴⁰²

A área do nosso foco, a Mouraria, é visivelmente uma área de expansão da cidade auxiliada no eixo de linear da Rua da Mouraria. A mouraria de Évora é, sem dúvida, um espaço subordinado e adaptado às condições do local, em que os eixos viários pré-existentes, como a Rua de Avis, a Rua das Fontes e a Rua da Mouraria, condicionaram e são a prova da maleabilidade imposta ao tecido urbano ou informalidade do fracionamento, mostrando evidente o domínio que os portugueses detinham, já na Idade Média, em questões de planeamento urbanístico com um forte carácter pragmático em que vemos apoiado por princípios reguladores mais do que modelos pré-estabelecidos.⁴⁰³

Poderemos referir que as cidades portuguesas da Idade Média apresentam como particularidade, uma estrutura elementar simples, uma escolha por lugares mais elevados, inicialmente nas colinas, que perdida a função defensiva remetem para sítios planos (a cidade alta e a cidade baixa) em paralelo com uma tendência para a fixação localização junto ao litoral.

Esta solução que viemos encontrar na mouraria de Évora confirma, uma vez mais, que as escolhas e soluções portuguesas apresentam uma estrutura muito simples e linear, simplicidade quer na habitação em si quer na solução urbanística adotada.

398 São as cidades planificadas, regulares, de traçado rectilíneo da Idade Média e que têm como seu expoente máximo as bastidas, em França As cidades novas cujos nomes *“declaram expressivamente a sua origem. Villeneuve, pela sua novidade; Villefranche, pela sua isenção de direitos; Sauterre pela sua segurança; Beaumont ou Montjoie, pelo seu aspecto de lugar.”* C. Goitia, 1982, p.95, p.97

399 António Sérgio, 1998, p.8

400 Orlando Ribeiro, 1985, pp. 60-66

401 Lewis Mumford, 1961, pp. 328,329

402 M. Luísa Trindade, 2009, p. 22

403 Paulo Ormindó de Azevedo, 1999, p. 112

Ao longo deste percurso, foi nosso intuito perspetivar a forma de olhar para a cidade de Évora, e para a Mouraria (o bairro) em particular, numa atitude dinâmica, cruzando duas realidades, a cristã e a islâmica, na ponderação e análise desta minoria muçulmana na sociedade medieval cristã em que a pluralidade foi, sem dúvida, um dos fatores que a identificou e marcou. Para compreender, conhecer e integrar o espaço da mouraria de Évora, recorreremos, como fio condutor, ao fracionamento cadastral no território, considerando que os hábitos e os direitos de propriedade, uma vez estabelecidos na forma de lotes, fronteiras, direitos permanentes de passagem, são muito difíceis de apagar⁴⁰⁴ e porque a casa é, sem dúvida, o espaço identitário de cada um de nós, muçulmanos ou cristãos, não esquecendo que na própria evolução do ser humano se estabelece a continuidade, mais evidente e perceptível na urbe, mais lenta e mais estática no espaço rural.

Verificámos também que as análises efetuadas são apenas pressupostos que ocorrem a níveis distintos e diferenciados, quer nos conteúdos quer nas representações gráficas, deixando o tema Mouraria em aberto ao estudo e sínteses constantes.

Vivemos e convivemos com a arquitetura, da casa à cidade, da cidade à paisagem e do habitar individual ao coletivo. A arquitetura é afinal o registo físico mais evidente da nossa identidade, histórica e cultural. Mas estamos convictos que a estrutura da cidade ou parte da cidade terá sempre a necessidade de novos conteúdos e que o conceito de proteção do património se saiba adaptar e aliar ao binómio indissociável conservar = renovar. Neste estudo vimos que, em Évora, a regeneração urbana é indispensável, a uma qualidade e sustentabilidade do ambiente construído, sendo esta determinada pela aptidão, compreensão e vivência crítica de todos nós utilizadores, decisores e intervenientes de hoje e amanhã. A capacidade de questionar, participar e decidir depende, então, da nossa formação nas diferentes componentes da cultura, da nossa identidade, expressão nacional que somos, num mundo cada vez mais globalizante onde as raízes, aqui no contributo reconhecido da cultura islâmica, são a preservação da nossa memória coletiva.

Fontes e Bibliografia

Fontes Digitais

FUNDIS – Fundos Documentais de Instituições do Sul (CIDEHUS- Centro Interdisciplinar de História Culturas e Sociedades da Universidade de Évora e FCT- Fundação para a Ciência e a Tecnologia)

<http://www.fundis.cidehus.uevora.pt>

Plano Diretor Municipal de Évora - PDME

<http://websig.cm-evora.pt/conteudos/LinkClick.aspx?fileticket=4RWE-ItWdKI%3d&tabid=101&mid=570>

Carta Educativa do Concelho de Évora

<http://WWW2.cm-evora.pt/cartaeducativa/pdfs/relatório.pdf>

Plano de Urbanização de Évora (PUE) Alteração, Relatório. 2011

Fontes Impressas

COELHO, António Borges (2008), *Portugal na Espanha Árabe*, Lisboa, Editorial Caminho, 3ªed.

IBN KHALDÛN (2007), *Discours sur L'Histoire Universelle, AL-Muqaddima*, trad. e ed. de Vicent Monteil, Arles, Actes Sud., 3º ed.

PEREIRA, Gabriel (1998), *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, (reedição facsimilada de 1885)

VITRÚVIO (2006), *Tratado de Arquitetura*, tradução de M. Justino Maciel, Instituto Superior Técnico, Lisboa, IST PRESS

Fontes Manuscritas*

* Agradeço à minha orientadora a delimitação e transcrição das fontes manuscritas, que me permitiram desenvolver este trabalho.

Arquivo do Cabido da Sé de Évora (ACSE)

CEC 3 - VI

Arquivo Distrital de Évora (65, 67) – (ADE)

1º Livro Pergaminhos.

Pergaminhos Soltos, doc. 16

Tombo das Demarcações do Termo desta Cidade de Évora

Arquivo da Misericórdia de Évora - (AME)

Nº62 – Pergaminhos do Hospital de Jerusalém

Nº 63 - Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião

Nº 1769 – Livro do Acenheiro

Biblioteca Pública de Évora – (BPE)

Cabido da Sé CEC 3 - VI

Pergaminhos Avulsos, Pastas 11, 13,16,17,18, 19, 21,22, 23, 26; pasta não numerada[Vários 77],

Igreja de Santiago: Pasta não numerada; maço 21

Mosteiro de S. Domingos: Maços 1 ,2, 16; Livro 2

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Chancelaria de Afonso V: Livro 30, fl. 24 v.; Livro 33, fl. 123 v.
Ordem de Avis, maço 10, doc. 841

Fontes Impressas

Chancelarias Portuguesas. D. Duarte, ed. preparada por João José Alves Dias, 3 vols em 4 tomos, Lisboa, 1998 – 2002.

António Rei, 2009, “As Mourarias de Évora (1165-1496)” *A Cidade de Évora* 8, Câmara Municipal de Évora, pp. 111-162.

Gabriel Pereira, 1998, *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, Lisboa, Imprensa Nacional, [reedição facsimilada de 1885] – (GP., DHCE)

Obras de Referência

AAVV (1988), *Arquitetura Popular em Portugal*, Lisboa, Associação dos Arquitetos Portugueses, 3ªed.

ARIÉ, Rachel (1987), *España Musulmana, siglos VIII – XV*, in *História de España*, vol.III, dir. Manuel Tuñón de Lara, Barcelona, Labor, 4ªed.

GEPB – Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Editorial Enciclopédia Lda, Lisboa – Rio de Janeiro, vol XIV, p. 57-58 e vol. XVI, p. 192-196

MARQUES, A. H. de Oliveira (1993), *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV* (= *Nova História de Portugal*, vol. 4, dir. Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques), Lisboa, Ed. Presença, pp.181-219

MATTOSO, José (1993), *A Monarquia Feudal 1096-1480* (= *História de Portugal*, vol. II, dir. José Matoso), Lisboa, Estampa, pp. 311-339

IDEM (dir.) (2010), *História da Vida Privada em Portugal, A Idade Média*, coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa, Temas e Debates

MUNFORD, Lewis (1982), *A Cidade na História: suas Origens, Desenvolvimento e Perspectivas*, (trad. Neil R da Silva), São Paulo, Martins Fontes, 2ed.

PEREIRA, Paulo (2011) *Arte Portuguesa, História Essencial*, Lisboa, Círculo de Leitores e Tema e Debates

ROSSI, Aldo (1977) *A Architectura da Cidade*, Lisboa, Ed. Cosmos

Estudos

AAVV (1989), *O Imaginário da Cidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/ACARTE

AAVV (1990), *Atlas de Cidade Medievais Portuguesas (séculos XII-XV)*, Lisboa, Centro de Estudos da Universidade Nova de Lisboa

AAVV (2001), *Riscos de Um Século, memórias de evolução urbana de Évora*, Évora, Câmara Municipal de Évora

AAVV (2002), *Monumentos, nº26* Revista Semestral de Edifícios e Monumentos, DGEMN

ALARCÃO, Jorge (1973) *Portugal Romano*, Lisboa, Verbo

ANDRADE, Amélia Aguiar (1985), *Ponte de Lima: o espaço e as gentes (séculos XIV e XV)*, Ponte de Lima

IDEM (2003), *Horizontes Urbanos Medievais*, Lisboa, Livros Horizonte

AZEVEDO, Paulo Ormino de (1999), "A **Arquitetura Vernacular como Elemento Essencial à Construção e Configuração do Espaço Urbano**", in *Universo Urbanístico Português – 1415-1822*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp.110-112

AZEVEDO, Pedro de (1911), "Apontamentos de viagem de Herculano pelo país em 1853 e 1854", *Arquivo Histórico Português*, vol. X, Lisboa, pp. 418,419

BARROCA, Mário Jorge (1992), "Medidas-padrão medievais portuguesas", *Separata da Revista da Faculdade de Letras*, História, Porto, pp.53-83.
<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2182.pdf>

BARROS, Henrique da Gama (1936-1937), "Comunas de judeus e Comunas de Mouros" in *Revista Lusitana*, Lisboa vol. XXXIV, pp.168-265, vol. XXXV, pp. 161-238

IDEM (1945-1954), "História de Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV" ed. Trocado Brochado de Sousa Soares, Lisboa, Livraria Sá da Costa, tomo I, pp. 87-105

BARROS, Maria Filomena Lopes de (1990), "As Comunas Muçulmanas em Portugal, subsídios para o seu estudo" in *Revista da Faculdade de Letras VII*, 2ª Série, pp.85-100.

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/22226.pdf>

IDEM (1994), "Mouraria (século XII-XIV)" in *Dicionário da História de Lisboa*, ed. Carlos Quintas e Associados

IDEM (1998), *A Comuna Muçulmana de Lisboa, séculos XIV e XV*, Lisboa, Hugin

IDEM (1999), "Poder e poderes nas comunas muçulmanas" in *Arqueologia Medieval VI*, Porto, Ed. Afrontamento, pp. 73-78

IDEM (2001), "A Comuna Muçulmana de Lisboa: paradigma institucional", in *Arqueologia Medieval VII*, Porto, Ed. Afrontamento, pp. 243-247

IDEM (2007), *Tempos e Espaços de Mouros. A minoria muçulmana no reino português (séculos XII a XV)*, Fundação Calouste Gulbenkian/FCT, Lisboa

BAZZANA, André (1992), *Maison d'al-Andalus, Habitat- Médiéval et Structures du Peuplement dans l'Espagne Orientale*, Madrid, Casa de Velasquez, pp. 65-88

IDEM (1993), "La construction en terre dans Al-Andalus: le tabiya", in *7ª Conferência Internacional sobre o Estudo e Conservação da Arquitectura de Terra*, Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, Silves. pp. 193-196

BEIRANTE, Maria Ângela Rocha (1980), *Santarém Medieval*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

IDEM (1986) "O Alentejo na 2ª Metade do Século XIV – Évora na crise de 1383-1885", in *Estudos Medievais nº7*, Porto, pp. 119-154

IDEM e João J. Alves Dias (1995) "O Património Urbano da Ordem de Cristo em Évora no Início do Século XVI" in *Estudos de Arte e História, Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Lisboa, Veja, pp. 61-79

IDEM (1998), *Évora na Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

IDEM (2008), *O ar da Cidade*, Ensaios de História Medieval e Moderna, Lisboa, Ed. Colibri

BORGES, Ana M. de Mira (1988), *Évora da Reconquista ao Século XVI, Alguns Aspectos de desenvolvimento urbano e Arquitectura*, Provas de Aptidão Pedagógica, Departamento de História e Arqueologia, Universidade de Évora

CABRITA, António Reis; **AGUIAR**, José; e **APPLETON**, João (1992), *Manual de Apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto*, Câmara Municipal de Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa

CAETANO, Marcelo (1969), *Os Forais de Évora*, Separata do Boletim Cultural da Junta Distrital de Évora, nº8

IDEM (1985), *História do Direito Português (1140-1495)* Lisboa, Livros Horizonte, 2ª ed.

CARITA, Hélder (1990), *Bairro Alto, Tipologias e Modos Arquitectónicos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa

CARVALHO, Afonso de (2004), *Da Toponímia de Évora, Dos meados de século XII a Finais de Século XIV*, vol. I, Lisboa, Ed. Colibri

IDEM (2007), *Da Toponímia de Évora, Século XV*, vol. II, Lisboa, Ed. Colibri

CARVALHO, Sérgio L. (1989), *Cidades medievais portuguesas*, Lisboa, Livros Horizonte

CHAGAS, José Trindade (1993), “*Fortificações de Taipa em Portugal - Aspectos Construtivos*”, in *7ª Conferência Internacional sobre o Estudo e Conservação da Arquitectura de Terra*, Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, Silves, pp. 193–196

CHOAY, Françoise (2008), *Alegoria do Património*, Edições 70

CONDE, Manuel Sílvio Alves (1996), *Tomar medieval. O espaço e os homens (séculos XIV e XV)*, Cascais, Patrimonia

IDEM (1997), “*Sobre a casa urbana do centro e sul de Portugal nos fins da Idade Média*”, in *Horizontes do Portugal Medieval*, Estudos Históricos, Cascais, Patrimonia Histórica, pp. 257-297

IDEM (2010) “*A casa – espaços e lugares*”, in *História da Vida Privada em Portugal, A Idade Média*, Lisboa, Temas e Debates, pp. 54-77

CUNHA, Rui Maneira (2003), *As Medidas na Arquitectura. Séculos XIII-XVIII - o estudo de Monsaraz*, Lisboa, Caleidoscópio, Coleção Pensar Arquitectura

DIAS, Carlos Carvalho (1998), “*Arquitectura Popular – da realidade ao mito*”, in *Congresso Internacional de Arquitectura Popular*, Porto, Universidade Lusíada

ELISEEF, Nikita (1982), *El trazado físico in la ciudad islâmica*, ed por SERJEANET, RB S:L. Cerral Unesco, pp. 113-129

FARINHA, António Dias (1989), “*O Imaginário da Cidade Muçulmana*” in *O Imaginário da Cidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, ACARTE

FERNANDES, José Manuel (1987), “*O lugar da cidade Portuguesa*”, in *A cidade em Portugal: onde se vive nº 2*, Universidade Católica Portuguesa, pp. 79-112

IDEM (2000), *Arquitectura Portuguesa, uma síntese*, Coleção arte e artistas, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda

FREIRE, Fernanda Castro (1995) *50 dos Melhores Móveis Portugueses*, Lisboa, Chaves Ferreira, Publicações, S.A.

GARCÍA - BELLIDO, Javier, **GARCÍA** de Diego (1997), “*Principios y Reglas Morfogenéticas de la Ciudad Islâmica*”, in *Qurtuba*, Córdoba, Facultad de Filosofía y Letras, pp. 59-85

GARCIA-BELLIDO, A. **TORRES BALBÁS**, Leopoldo, **CERVERA**, L., **CHUECA**, F. **BIDAGOR** (1968), *Resumen Histórico del Urbanismo en España*, Instituto de Estudios de Administracion Local, Madrid, 2ª ed., pp. 67-170

GASPAR, Jorge (1968), “*A Propósito da Originalidade da Cidade Muçulmana*” in *Finisterra*, vol. III, nº5, Lisboa; Centro de Estudos Geográficos, pp. 19-31

IDEM (1969), “*A Morfologia urbana de padrão geométrico na idade média*” in *Finisterra*, ol. IV, nº8, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, pp. 198-215

IDEM (1993), *As regiões Portuguesas*, Lisboa, Ministério do Planeamento e da Administração do Território Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, (Alentejo Central) pp. 156-160

IDEM (2000), “**A cidade portuguesa na Idade Média. Aspectos da estrutura física e desenvolvimento funcional**” (traduzido por Hiroshi Shiina) in *Seiyoshigaku Ronshu or The Studies in Western History*, vol. XXXVIII, Fukuoka (Japao), The Kyushu Society of Western History
<http://revistas.ucm.es/ghi/02143038/articulos/elem8585120133A>

GOMES, Rita Costa (1987), *A Guarda Medieval, posição morfologia e sociedade (1200-1500)*, Lisboa, Sá da Costa

IDEM (1995), *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel

GOITIA, Fernando Chueca (1982), *Breve História do Urbanismo*, Vila da Feira, Ed. Presença

GUERREIRO, Manuel Viegas (1968), “**Mouros**”, in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, Lisboa, Livraria Figueirinhas, vol. III, pp. 116-118

HOTEIT, Aida Youssef (1993), *Cultura, Espacio y Organización Urbana en la Ciudad Islámica*, Madrid, Instituto Juan de Herrera

<http://www.aq.upm.es/Departamentos/Urbanismo/public/ciu/pdf/ciu5/ciu5.pdf>

KEMNITZ, Eva Maria von (1996), *A construção de uma nova sociedade: o caso específico da minoria moura*, Revista de Guimarães, nº 106, p. 159-174

http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG106_08.pdf

LAMAS, José M. Ressano Garcia (1992), *Aulas diversas em curso: apontamentos/resumos* [texto policopiado], Lisboa, Faculdade de Arquitetura da UTL

IDEM (1993), *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica

LE CORBUSIER (1992), *Urbanismo*, São Paulo, Martins Fontes

LE GOFF, Jacques (2004), “**As cidades medievais estão na Génese do Estado Moderno**”, entrevista, publicada originalmente na revista *Le Point*, nº duplo 1684/1685 de 23 a 30 de Dezembro de, <http://www.vivercidades.org.br>, consultado em 30.12.2008

LEVI-PROVENÇAL, Emile (1990), “*España Musulmana Hasta la Caída del Califado de Córdoba (711-1031 DE J.C.)*” *Instituciones Y Vida Social e Intelectual*, Madrid, Espasa Calpe, 6ª ed.

LYNCH, Kevin (1999), *A imagem da cidade*, Lisboa, Edições 70

LOBO, A. de Sousa Costa (1984), “*História da Sociedade em Portugal no Século XV*”, 2ª ed, Lisboa, p.256

MACIAS, Santiago (1996), *Mértola Islâmica. Estudo Histórico, Arqueológico do bairro da Alcáçova (séc. XII-XIII)*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola

IDEM (1993), “**Moura na Baixa Idade Média: Elementos para um estudo Histórico e Arqueológico**” in *Arqueologia Medieval 2*, Porto, Ed. Afrontamento

MANTAS, Vasco Gil (1986), “**Arqueologia urbana e fotografia aérea. Contributo para o estudo do urbanismo antigo de Santarém, Évora e Faro**”, in *Trabalho de arqueologia 3*, Lisboa, pp. 13-26

IDEM (1987), “**As primitivas formas de povoamento em Portugal**”, in *A Cidade em Portugal: Onde se Vive nº2*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, pp. 13-55

- MARQUES, A. H. Oliveira** (1964), *A sociedade Medieval Portuguesa, aspectos de vida quotidiana*, Lisboa, Livraria Sá da Costa
- IDEM** (1980), *Ensaio de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Veja, 2ªed.
- IDEM** (1981), “*Introdução à Cidade Medieval Portuguesa*” in *Bracara Augusta*, vol. XXXV, Braga, Câmara Municipal de Braga, pp. 367-387
- IDEM** (1981), “*Pesos e medidas*” in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, vol. V., pp. 67-72
- IDEM** (1981), “*Mesteirais*” in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, vol. IV., pp. 280,282
- MATOS, A.** (1955), *Breve História da Arquitetura*, Porto, Ed. SEN
- MATTOSO, José** (1991), *Identificação De Um País – Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, vol. I – *Oposição*, Lisboa, Ed. Estampa, 4ªed.
- MONTE, Gil do** (1981-82), *Dicionário de Toponímia Eborensis*, 2vols, Évora [Gáfica Eborensis]
- MOUTINHO, Mário C.** (1985), *A Arquitetura Popular Portuguesa*, Ed. Estampa, 2ªed.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, e GALHANO, Fernando,** (1992) *Arquitetura Tradicional Portuguesa*, Lisboa, Publicações D. Quixote
- ORIHUELA UZAL, António** (2002), “*La casa Morisca Granadina, Último Refugio de La Cultura Andalusí*” in *Actas VIII Simposio Internacional de Mudéjarismo*, Teruel, Centro de Estudios Mudéjares, pp. 753-763
- IDEM** (2007), “*La casa andalusí: un recorrido a través de su evolución*”, in *Casas de los moriscos de Granada: Investigación y Restauración*, Granada, Escuela de Estudios Árabes (EEA, CSIC)
- OLIVEIRA, Luís Filipe; VIANA Mário** (1993), “*A Mouraria de Lisboa no século XV*” in *Arqueologia Medieval 2*, Porto, Ed. Afrontamento, pp. 191-209
- PAVÓN, Basílio** (1992), *Ciudades Hispano- Musulmanas*, Madrid, Editorial Mapfre
- PINHEIRO, Nuno S.** (1991), *Uma reflexão sobre Arquitetura em Terra Crua*, Lisboa, ed. Autor
- PINTO, Maria Helena Mendes** (1985-1987), *Os Móveis e o seu Tempo, Mobiliário Português do Museu Nacional de Arte Antiga, Séculos XV-XIX*, Lisboa, I.P.P.C./M.N.A.A.
- GONÇALVES, Iria Vicente** (1980), “*Aspectos Económico-Sociais de Lisboa do Século XV, estudados a partir da propriedade Régia*” in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*. 1, Lisboa, pp. 153-204
- IDEM** (1988), *Imagens do Mundo Medieval*, Lisboa, Livros Horizonte
- LIMA, Miguel Pedroso de** (1996), *O recinto amuralhado de Évora*, Évora, Estar.
- IDEM** (2004), *Muralhas e Fortificações de Évora*, Lisboa, Argumentum
- RAVARA, António Pinto** (1967), *A Propriedade Urbana Régia (D. Afonso III e D. Dinis)*, Dissertação para a Licenciatura em Ciências Histórico Filológicas, Faculdade de Letras de Lisboa (texto policopiado).
- REI, António** (2009), “*Mourarias de Évora (1165-1497)*”, in *A Cidade de Évora* nº8, II Série, Évora, Boletim de Cultura da Câmara Municipal, pp. 111-162
- IDEM** (1998), *Pesos e Medidas de origem Islâmica em Portugal, Notas para o seu estudo*, Évora, Câmara Municipal de Évora, Chão de Letras
- RIBEIRO, Orlando** (1981), “*Cidade*” in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, pp. 60-66

IDEM (1989-1995), “**As cidades de Portugal**” in *Opúsculos Geográficos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, vol. V, pp. 141-154

IDEM (1986), “**Évora. Sítio, origem, evolução e funções de uma cidade**”, in *Estudos de Homenagem a Mariano Feio*, coord. de Raquel Soeiro de Brito, Lisboa

RYBCZYNSKI, Witold (1997), *La casa, Historia de uma ideia*, Madrid, NEREA

ROSSI, Aldo (1977), *A Arquitectura da Cidade*, Ed. Cosmos, Lisboa

RODRIGUES, Paulo Simões (2008), *A Apologia da Cidade Antiga, A formação da identidade de Évora (sécs. XVI.XIX)*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, apresentada à Universidade de Évora. Departamento de História

SANTOS, Vítor Pavão dos (1964), *A casa do sul de Portugal na transição do século XV para o século XVI*, dissertação de Licenciamento apresentada à Faculdade de Letras, Lisboa

SÉRGIO, António (1998), *Breve Interpretação da História de Portugal*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 14ªed.

SILVA, Manuela Santos (1987), *Óbidos Medieval*, Cascais, Patrimonia

IDEM (1995), “**As cidades (séculos XII – XV)**” e “**Judiarías**” in *História de Portugal, dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, dir. de João Medina, vol. III, Amadora, pp.249-312 e pp. 337-339

SILVEIRA, Ângelo Costa (1999), *A casa pátio de Goa*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

SIMPLÍCIO, Maria Domingas (1991) *O Espaço Urbano de Évora, Contributo para melhor conhecimento do sector intramuros*, Évora, Universidade de Évora, Série Geociências, nº3

IDEM (1997) *Evolução e Morfologia do Espaço Urbano de Évora*, Dissertação de doutoramento em Geografia Humana à Faculdade de Geografia, Universidade de Évora

SOUSA, Bernardo Vasconcelos (1990) - *A propriedade das Albergarias de Évora nos finais da Idade Média*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica e Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa

TORRES BALBÁS, Leopoldo (1954), “**La Edad Media**” in *Resumen Historico del Urbanismo en España*, Madrid

IDEM, La estructura de las ciudades hispanomusulmanas: La Medina, los arrabaldes y los barrios, Al Andalus, XVII, 1953, pp. 149, 177

IDEM (1971), *Ciudades Hispanomusulmanas*, Vol. I e II, Madrid, Ministerio de Asuntos Exteriores, Dirección General de Relaciones Culturales, Instituto Hispano-Arabe de Cultura

IDEM (1981), “**Plantas de casas árabes en la Alhambra**”, in *Obra dispersa I*, Al –Andalus, Crónica de la España Musulmana 1, s.l, Instituto de España, pp. 39-48

IDEM (1982), “**El barrio da casas de la Alcazaba Malagueña**”, in *Obra dispersa I*, Al –Andalus, Crónica de la España Musulmana 3, s.l, Instituto de España, p. 67-84

TÁVORA, Fernando (1947), *Cadernos de Arquitectura – o Problema da Casa Portuguesa*, Lisboa.

TEIXEIRA, Manuel C., (1993), *A história Urbana em Portugal, Desenvolvimentos recentes*, in *Análise Social*, vol XXVIII, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2ªed, pp. 371-390

IDEM, **VALLA**, Margarida (1999) *O urbanismo português. Séculos XIII e XVIII, Portugal Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte

TORRES BALBÁS, Leopoldo (1981), “**Plantas de casas árabes en la Alhambra**”, in *Obra dispersa I*, Madrid, Instituto de España, pp.39-48

IDEM (1982), “**El barrio da casas de la Alcazaba Malagueña**”, in *Obra dispersa III*, Madrid, Instituto de España, pp. 67-84

IDEM (s/d), ***Ciudades Hispano-Musulmanas***, Madrid, Instituto Hispano-Árabe de Cultura, Vol. I e II

TORRES, Cláudio (1993), “**O Garb-al-Andaluz, Formas de Habitar**”, in *Historia de Portugal*, dir José Mattoso, 1^ovol, *Antes de Portugal*, Lisboa; Ed. Estampa, pp.360-437

IDEM (2001), “**Lisboa Muçulmana: um espaço urbano e o seu território**” in *Arqueologia Medieval VII*, Porto, Ed. Afrontamento, pp. 73-77

IDEM, MACIAS, Santiago (1998), ***O grande legado islâmico em Portugal***, Lisboa, Círculo de Leitores

TRINDADE, Maria Luísa (2002), ***A Casa corrente em Coimbra. Dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna***, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra

IDEM (2009), ***Urbanismo na composição de Portugal***, Coimbra, Dissertação de Doutoramento na Área de História da Faculdade de Letras da Universidade Coimbra

VAL-FLORES, Gustavo Silva (2004), ***A Evolução Urbana do Centro Histórico de Évora, Contributos para o seu conhecimento (séc. I a.C.-XII d.C. 1166)***, Parte I, Câmara Municipal de Évora

IDEM (2009) “**A(s) Judiaria(s) de Évora: contributos para um outro conhecimento**”, in *A Cidade de Évora* 8, II série, Boletim de Cultura da Câmara Municipal, pp. 164-213

IDEM, SANTOS, João (2009), ***Carta de Sensibilidade Arqueológica***, Centro Histórico de Évora, Departamento do Centro Histórico, Património e Cultura

IDEM (2012), ***A Evolução Urbana do Centro Histórico de Évora, Elabora a Yabura, Cidade e Sociedade (séc. IV d.C. – 1165)*** Vol. II, Câmara Municipal de Évora, Departamento do Centro Histórico, Património e Cultura

VILAR, Maria Hermínia Vasconcelos (1988), ***Abrantes Medieval (1300-1500)***, Abrantes, Câmara Municipal de Abrantes

IDEM, FERNANDES, Hermenegildo (2007), “**O Urbanismo de Évora no período medieval**”, in *Monumentos Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, DGEMN

ZEVI, Bruno (1977), ***Saber Ver a Arquitectura***, Lisboa

Abreviaturas

ADE - Arquivo Distrital de Évora
AME - Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Évora
ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo
ASE - Arquivo do Cabido da Sé de Évora
BPE - Biblioteca Pública de Évora
CH - Centro Histórico
GEPB – Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira
GP - D.H.C.E. – Gabriel Pereira, Documentos Históricos da Cidade de Évora
NUT - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, da Comunidade Europeia
PDME - Plano Diretor Municipal de Évora
PUE - Plano de Urbanização de Évora
Perg. Alb ou HCDS - Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, de Santo Espírito, São Bartolomeu e São Gião
TDTCE, NA - Tombo das Demarcações Do Termo da Cidade de Évora, Núcleo Antigo

Siglas

cx. – caixa
cap. – capítulo
Chanc. – Chancelaria
Coord. – coordenação
Doc. - documento
ed. – edição, editado por/em
p., pp. – página (s)
perg. - pergaminhos
nº, n – número(s)
nd – não designado
fl., fls - folha(s)
m. – maço
L – Livro
gav. – gaveta

Índice de Imagens

- p. 4** **Imagem 1** - Pormenor de fachada na Rua da Corredoura. 2010 e 2012
Fonte: Fotografias da própria.

Introdução

- p. 10** **Imagem 2** - Vista aérea da cidade de Évora intramuros.
Fonte: http://imgs.sapo.pt/meoautarquias/content/img/foto_3_evr.jpg
Imagem 3 - Vista panorâmica da cidade de Évora, intra e extramuros
Fonte: Imagem 44 de 49, Daniel Giebels, 2007
http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3822

Contexto

- p. 12** **Imagem 4** - Vista panorâmica da Mouraria, sendo evidente o traçado da Rua da Mouraria, determinado pela sua retilinearidade.
Fonte: Arquivo fotográfico da C.M.Évora

Parte I

- p. 14** **Imagem 5** - Enquadramento do concelho e da cidade de Évora. Unidades Geográficas e Freguesias
Fonte: Carta Educativa do Concelho de Évora, 2006, p. 31 e p. 33
<http://www2.cm-evora.pt/cartaeducativa/pdfs/Relatorio.pdf>
Imagem 6 - A centralidade e atratividade da cidade de Évora intra e extramuros no concelho.
Para maior detalhe da cidade atual ver Plano de Urbanização de Évora (PUE)
Fonte: Plano Diretor Municipal de Évora; Planta Complementar do Ordenamento, Património Arquitetónico e Arqueológico; Des. 3-B, Dez. 2007, escala 1/50.000
http://www2.cm-evora.pt/pdmevora/DWF/50000/anexoiv_patrimonio_conc.jpg
- p. 18** **Imagem 7** - A cidade Romana adaptado do Plano Diretor Municipal, relatório nº 28 (1978/79)
Fonte: Maria Domingas Simplício, 1997, p. 90
Imagem 8 - A Mouraria na cidade medieval de Évora, século XIV. Adaptado do Plano Diretor de Évora, relatório nº28 (1978/79).
Fonte: Maria Domingas Simplício, 1997, p. 95
- p. 20** **Imagem 9** - Eborā Liberalitas Iulia sec. I
Fonte:<http://www.cm-evora.pt/NR/rdonlyres/D0AC4003-9E1B-4C63-B15C-418F1D193D5E/24575/EborāLiberalitasIuliassecI.jpg>
Imagem 10 - Eborā Liberalitas Iulia sec. IV
Fonte:<http://www.cm-evora.pt/NR/rdonlyres/D0AC4003-9E1B-4C63-B15C-418F1D193D5E/24576/EborāLiberalitasIuliassecIV.jpg>
- p. 24** **Imagem 11** - Yabura, Séc. X
Fonte: Departamento Centro Histórico da C. M. Évora
Imagem 12 - Medina de Yabura. Proposta de Organização Urbana e Zonas de Crescimento Urbano. Séc. IV d.C. – 1165
Fonte: Gustavo Val-Flores, in A Evolução Urbana do CH de Évora, vol II, Elbora a Yabura – Cidade e Sociedade, séc. IV d.C. -1165, 2004, p. 207

- p. 26** **Imagem 13** - Medina de Yabura. Proposta de alteração dos arruamentos com base no ortogonalismo romano.
Fonte: A Evolução Urbana do CH de Évora, vol II, Elabora a Yabora – Cidade e Sociedade, séc IV d.C. -1165, 2004, p. 206
- p. 32** **Imagem 14** - Évora no séc. XIII
Fonte: Afonso de Carvalho, 2000, p. 108
Imagem 15 - A Mouraria na cidade, século XII-XV
Fonte: Bernardo Vasconcelos e Sousa, in “Atlas de Cidade Medievais Portuguesas (séculos XII – XV), 1990, p.85
- p. 36** **Imagem 16** - Évora, 1166-1295
Fonte Departamento Centro Histórico da C. M. Évora
Imagem 17 - Évora, 1300-1350
Fonte: Departamento Centro Histórico da C. M. Évora
- p. 38** **Imagem 18** - Évora, 1470-1580
Fonte: Departamento Centro Histórico da C. M. Évora
- p. 40** **Imagem 19** - Évora, 1580-1800
Fonte: Departamento Centro Histórico da C. M. Évora

Parte II

- p. 42** **Imagem 20** - O Número de Ouro
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Propor%C3%A7%C3%A3o_%C3%A1urea
Imagem 21a - O retângulo de ouro (...)
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ret%C3%A2ngulo_de_ouro
Imagem 21b - O rectângulo de ouro pode ser dividido noutros semelhantes. Os lados BCEF e DEHG são quadrados $EC/DE=DG/AG=\Phi$
Fonte: Rui Maneira Cunha, 2003, p.37
Imagem 21c - Pentagrama regular, figura geométrica em que os seus segmentos estão na proporção áurea.
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Proporcaoaurea>
Imagem 21d - Proporções áureas de uma mão.
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Proporcaoaurea>
Imagem 22 - Quadro com as relações entre o número de ouro e as cinco medidas da Quina dos Mestres de Obra, com a sua transposição em centímetros.
Fonte: Rui Maneira Cunha, 2003, p. 37
Imagem 23 - A - Traçado do Número de Ouro para obter as cinco dimensões da Quina, a partir da medida do palmo. B - Traçado do pentágono onde as relações das suas partes evidenciam o número de ouro e permitem obter as cinco dimensões da Quina.
Fonte: Rui Maneira Cunha, 2003, Figs.12 e 13, p. 40
- p. 46** **Imagem 24** - Unidades Comuns de Medidas no Tratado de Arquitetura de Vitruvius, livro III Schemata
Fonte: Vitruvius, *Tratado de Arquitetura*, 2006, p. 126
Imagem 25 - C, D - Correspondência anatómica das medidas do sistema craveiro português e E - Correspondência anatómica de quatro das cinco dimensões da Quina, o Pé é a soma do Palmo e do Palmo menor.
Fonte: Rui Maneira Cunha, 2003, p.37

- Imagem 26** - A quina de «Pé de Rei» utilizada pelos mestres de obra em Monsaraz.
Cotas em centímetros
Fonte: Rui Maneira Cunha, 2003, Fig. 5, p.36
- p. 54** **Imagem 27** - Utensílios da execução da taipa.
Fonte: Rui Maneira Cunha, 2003, Fig. 34, p.106
Imagem 28 - Construção de paramento em Taipa
Fonte: Arquitetura Popular em Portugal, 1988, p. 34,35
Imagem 29 - Apiloamento; preparação da massa, fundações
Fonte: Arquitetura Popular em Portugal, 1988, p.35
Imagem 30 - Construção em Adobe: Extração; Preparação; Moldagem;
Aperfeiçoamento; Secagem; Forno;
Fonte: Arquitetura Popular em Portugal, 1988, p. 38,39 e p. 40
Tijolo de alvenaria e tijoleira de pavimento dimensionados em palmos craveiros segundo vestígios arqueológicos de Monsaraz, séc. XVI-XVII; o tijolo e a tijoleira; exemplos de aplicação em piso térreo e em piso elevado.
Fonte: Rui Maneira Cunha, 2003, Fig. 33, p.104
- p. 70** **Imagem 31** - Levantamento dos processos consultados na C.M.Évora, (ver lista em anexos vários) referentes às atuais ruas; Corredoura, Inverno, Mouraria (parte), Beco do Meirinho.
Fonte: execução da autora
Imagem 32 - Levantamento dos imóveis conforme constam dos processos supra identificados.
Fonte: execução da autora
- p. 71** **Imagem 33** – Módulo Base de edificação para a “casa” na mouraria em Évora
Fonte: execução da autora
Imagem 34 – Módulo de fracionamento das parcelas “Chão” correspondente ao lote urbano, composto de área edificável e área livre
Fonte: execução da autora
- p. 72** **Imagem 35** – Base cartográfica da cidade de Évora com levantamento do edificado e sobreposição da quadrícula – Módulo Base – (6mx6m)
Fonte: execução da autora
- p. 73** **Imagem 36** - Sobreposição da quadrícula – Módulo Base – 6mx6m
Fonte: execução da autora
- p. 78** **Imagem 37** - Limites do termo de Évora no século XII.
Fonte: M. Ângela Beirante, 1998, p. 31
Imagem 38 -. Crescimento urbano século XIII/XIV.
Fonte: M. Ângela Beirante, 1998, p. 53
Imagem 39 - Iluminura do Foral de Évora de 1501
Fonte: Arquivo Fotográfico da C.M.Évora
Imagem 40 - Perfil da Cidade na atualidade
Fonte: Fotografias de Évora www.fotoviajar.com
- p. 84** **Imagem 41** - Propriedades dos Conventos, Igrejas e Albergarias, na Mouraria em Évora no século XIV e XV.
Fonte: M. Ângela Beirante, 1998, p. 92, p. 99 e p. 101

Imagem 42 - Ocupação funcional nos séculos XIV e XV: comércio, armazenagem e transformação Propriedades dos Conventos, Igrejas e Albergarias, na Mouraria em Évora no século XIV e XV.

Fonte: M. Ângela Beirante, 1998, p. 593

p. 90 **Imagem 43** - Eixos viários na Mouraria e envolvente próxima (...).

Fonte: execução da autora

Imagem 44 - Os vazios na cidade. Largura das ruas por escalões e demarcação das praças e largos.

Fonte: M. Domingas Simplício, 1991,p.107

p. 94 **Imagem 48** – Fachadas da Rua do Menino Jesus

Fonte: Fotografia da autora, 2012

Imagem 49 – Vista global da Rua do Menino Jesus, torre e muralha

Fonte: Fotografia da autora, 2012

Imagem 50 – Rua das Fontes, zona de inclinação acentuada, ao longe, a planície

Fonte: Fotografia da autora, 2012

Imagem 51 – Pormenor na fachada na Rua das Fontes, designado por “mouro”(informação prestada no arquivo fotográfico da C.M.Évora)

Fonte: Fotografia da autora, 2012

Imagem 52 – Ampliação da imagem anterior

Fonte: Fotografia da autora, 2012

Imagem 53 – Rua de Avis, no sentido ascendente, entre a Trav. do Megué e a Rua do Inverno

Fonte: Fotografia da autora, 2012

Imagem 54 - Sentido inverso da Rua de Avis, entre a Rua do Inverno e a Trav. do Megué

Fonte: Fotografia da autora, 2012

Imagem 55 - Vista parcial da Rua de Avis

Observar o contraste de fachadas entre os arruamentos, Rua de Avis e Rua do Inverno

Fonte: Fotografia da autora, 2012

p. 95 **Imagem 56** - Trajeto entre a Rua da Mouraria e a Rua do Menino Jesus

Fonte: Fotografia da autora, 2012

Imagem 57 - Rua da Corredoura. Arruamento na continuação do Arco de D. Isabel, porta da antiga muralha romana, sendo notório o movimento curvilíneo da rua

Fonte: Fotografia da autora, 2012

Imagem 58 - Sentido inverso da Rua da Corredoura, no topo interseta a Rua de Avis

Fonte: Fotografia da autora, 2012

Imagem 59 - Zona de interseção da Rua da Corredoura com a Rua de Avis

Fonte: Fotografia da autora, 2012

Imagem 60 - Rua da Corredoura. Observa-se que o edifício acompanha o movimento curvilíneo do arruamento

Fonte: Fotografia da autora, 2012

p. 96 **Imagem 61**- Interseção da Rua do Inverno com a Rua da Mouraria. Observa-se o movimento curvo no beirado dos telhados.

Fonte: Fotografia da autora, 2012

Imagem 62 - Rua do Inverno na interceção com a Rua de Avis. É visível a curva que o arruamento assinala.

Fonte: Fotografia da autora, 2012

- Imagem 63** - Topo da Rua do Inverno com a Rua da Mouraria. O carro permite estabelecer visualmente a escala do arruamento.
Fonte: Fotografia da própria, 2012
- Imagem 64** - Pormenor - Pedra saliente em fachada na Rua de Inverno. Admitimos ter sido o local de fecho da rua.
Fonte: Fotografia da autora, 2012
- Imagem 65** - Topo da Rua do Inverno com a Rua de Avis. Observar modulação e tipologia de simples fachadas.
Fonte: Fotografia da própria, 2012
- Imagem 66 e 67** - Fotos de aproximação ao topo da rua com a Rua de Avis.(sentido inverso).
Fonte: Fotografia da própria, 2012
- p. 97** **Imagem 68** - Placa toponímica de Rua. Travessa do Megué, arruamento “fechado” em ambos os topos.
Fonte: Fotografia da autora, 2012
- Imagem 69** - Topo da Trav. junto à Rua de Avis.
Fonte: Fotografia da autora, 2012
- Imagem 70** – Topo da Trav. junto à Rua das Fontes
Fonte: Fotografia da autora, 2012
- Imagem 71** – Vários trechos ao longo da Travessa do Megué. Observa-se a simplicidade de fachadas e a métrica modular.
Fonte: Fotografia da autora, 2012
- Imagem 72** - Fachada/Empena e porta, pormenor de utilização do espaço público pelo particular.
Fonte: Fotografia da autora, 2012
- Imagem 73** - Rua do Inverno. A roupa a secar é outro exemplo idêntico de apropriação e utilização, pelo particular, do espaço público.
Fonte: Fotografia da autora, 2012
- Imagem 74** - Interseção da Travessa do Megué com a Rua das Fontes;
Fonte: Fotografia da autora, 2012
- Imagem 75** - Pormenor de cunhal em pedra do edifício de topo. Possível zona e localização de fecho da Rua; 01 – Interseção da Travessa do Megué com a Rua de Avis;
Fonte: Fotografia da autora, 2012
- Imagem 76** - Interseção da Travessa do Megué com a Rua de Avis;
Fonte: Fotografia da autora, 2012
- Imagem 77** - Sentido inverso da Rua de Avis para a Travessa
Fonte: Fotografia da autora, 2012
- p. 102** **Imagem 78(a e b)** - A Mouraria
Fonte: Anexo 10 e 11, in António Rei, 2009, p. 160
- Imagem 79** - A Mouraria
Fonte: Afonso de Carvalho, 2004, p. 227
- p. 102** **Imagem 80** - Base cartográfica da cidade de Évora com proposta dos limites para a mouraria dos vários autores
Fonte: execução da autora
- p. 106** **Imagem 81**- Proposta de organização estrutural e funcional para a Mouraria de Évora.
Fonte: execução da autora

p. 108 Imagem 82 - Centro Histórico da cidade de Évora; Conjuntos e Elementos de Valor Patrimonial.

Fonte: Plano Diretor Municipal de Évora; Planta Complementar do Ordenamento Património Arquitetónico e Arqueológico, Des. 3-D, Dez. 2007, escala 1/5.000

Imagem 83 – Freguesia de São Mamede

Fonte: Ibidem imagem antecedente - Aproximação do Des. 3-D, Dez. 2007, escala 1/5.000

Nesta imagem poderemos observar uma numeração agregada a um símbolo (☆) a que correspondem as Edificações de Valor Patrimonial do Inventário do Património Arquitetónico e Arqueológico do Concelho, in **Aviso nº 12113/2011 – Alteração ao Plano de Urbanização de Évora (PUE) Diário da República, 2ª série – nº107 – 2Junho de 2011**

164 - Edifício com dois portados góticos no r/chão.

Rua da Corredoura, 10 São Mamede

E3 XV Não classificado.

165 - Casa antiga popular com dupla chaminé emparelhada.

Rua da Mouraria, 44 São Mamede

Fachada com interesse.

E2 XVIII Não classificado.

166 - Casa antiga apalaçada, no estilo barroco, com pátio espaçoso.

Rua das Fontes, 3 São Mamede

E2 XVII Não classificado.

167 - Edifício da Região de Turismo de Évora, com esgrafitos na fachada.

Rua de Avis, 90. São Mamede

E2 XIX Não classificado.

168 - Fachada com balcões em ferro forjado. Pinturas interiores em fresco.

Rua de Avis, 130. São Mamede.

E2 XVIII Não classificado

Anexo I - Glossário

A - Al-Andaluz

Foi o nome dado à Península Ibérica, pelos seus conquistadores islâmicos do século VIII, para se referirem à península autónoma, integrada na província norte-africana do império Omíada. A península foi um emirado (756 - 929), depois um califado independente do poder abássida (929 - 1031) e aquando da dissolução em 1031, resultaram os vários reinos "Taifa". Com a reconquista dos territórios pelos cristãos, o nome Al-Andaluz foi-se restringindo à metade sul da península território, então sob ocupação árabe-muçulmana. A região ocidental da península, denominada "Gharb" Ocidente, incluía o atual território português⁴⁰⁵ e ainda as cidades de Badajoz e Mérida. "*O vocábulo Garbe ou Algarbe (Algarve) – efeitos da Reconquista que ía encurtando progressivamente o território do Garbe muçulmano – designa ainda hoje a província de extremo sul de Portugal*"⁴⁰⁶

B - Al-Fiqh

É a jurisprudência "*fiqh*" ou os ensinamentos escritos para resolver as questões não tratadas explicitamente pelas grandes fontes tradicionais Corão e Sunna (tradição do profeta que foi reunida no terceiro século da hégira em grandes coleções de hadits e que contem diretrizes espirituais aplicáveis às mais diversas circunstâncias da vida individual e social). Durante esse mesmo século III, nos começos do califado Abássida, apareceram, para codificar a jurisprudência "*fiqh*", quatro escolas ou métodos dos Sunnitas (Hanifi - Malaki - Shafíí - Hanbali) e a escola Jaaafí dos Chiitas. As diferenças são metodológicas e baseiam-se no método utilizado por cada fundador.⁴⁰⁷

C - A Casa Islâmica

A casa islâmica apresenta como característica comum a interioridade e um modo de vida privado e íntimo, recluso, sem aparência exterior, que se reporta quer às casas com ou sem pátio. Segundo Basílio Pavón, o modelo "*ideal*" de casa tem, no pátio, elemento adotado de outras culturas, a essência de uma identidade. É o elemento central de organização do espaço pois agrega em si fatores sócio-religiosos como a intimidade, a espiritualidade, a tranquilidade e um outro, o fator climatológico. A referência a este modelo tipológico de habitação com diferentes apropriações e utilizações, vem desde as grandes civilizações pré-clássicas, egípcia, mesopotâmica, hindustânica, depois com as clássicas, grega, romana e islâmica. "*Durante vários milénios foi utilizado o arquétipo de residência desenvolvida à volta de um ou mais pátios nas aglomerações urbanas das principais civilizações do rio Indo (Mohenjo-Daro, 3000 – 2000 a.C.), a área Mesopotâmica (Suméria, Ur 2175 – 2000 a.C.) e Mediterrânea (Micenas, 1550 1100 a.C.). Este arquétipo era idóneo para regiões de clima quente e seco, como foram a maior parte das cidades conquistadas no primeiro século de expansão islâmica, que alcançou desde a Península Ibérica até ao Paquistão.*"⁴⁰⁸ Este é um modelo persistente que atravessa várias civilizações, se difunde por uma faixa geográfica e climática vasta, que abrange principalmente as áreas meridionais e subtropicais da China às Américas e que apresenta uma matriz que corresponde, sobretudo, a culturas sobrepovoadas e hierarquizadas.⁴⁰⁹ Preservar a intimidade e a invisibilidade do espaço privado da casa foi sempre um procedimento comum desde o antigo Oriente, em residências palatinas islâmicas, de Raqada (Tunes), Madinat al-Zahra e em Alhambra (Granada), incluindo o Atlas de Marrocos e a Mauritânia.⁴¹⁰ "*O pátio da casa*

⁴⁰⁵ <http://pt.wikipedia.org>

⁴⁰⁶ António B. Coelho, 2008, notas, p. 39

⁴⁰⁷ <http://pt.wikipedia.org> e Aida Y. Hoteit, 1993, p. 20

⁴⁰⁸ António Orihuela Uzal, 2007, p. 300

⁴⁰⁹ Ângelo C. Silveira, 1999, p. 59

⁴¹⁰ "*Perto de Ourique ... as únicas ruínas de uma construção com pátio central que o arqueólogo Manuel Maia, com o seu talento, conseguiu datar como sendo do período tartéssio, ou seja, pertencente à segunda Idade do Ferro, 500 A.C.*", Nuno Pinheiro, 1991, p. 4

⁴¹⁰ Ibidem, 1992, p. 122

*representa o verdadeiro espaço real da cultura do Islão*⁴¹¹, em árabe, denominado ‘wast al – dar’ (centro da casa)⁴¹². Quando identificamos um pátio, falamos de uma estrutura de caráter tridimensional delimitada, ou seja, fechada, que para além da interioridade e da privacidade aos seus ocupantes serve ao mesmo tempo para introduzir a natureza no edifício, espaço aberto, livre, que proporciona uma dimensão cósmica, do infinito e uma visão transcendente ao divino. É um espaço duplo, por um lado fechado e por outro aberto, esta dualidade ou oposição entre o elemento vazio (pátio) e o cheio (edificado) constitui uma unidade indissociável, um todo, em que o pátio não é um elemento sobranste da construção. A morfologia do edifício apenas adquire a sua essência na sua presença. Grande ou pequeno é um espaço íntimo, surge como elemento unificador. Preservar a intimidade e a invisibilidade do espaço privado da casa foi sempre um procedimento comum ordenador do espaço, não sendo possível dissociar-se e vice-versa. É uma tipologia que possui características próprias; como a centralidade, conceito que, não sendo estático, está para os climas meridionais, como o fogo (lareira) nos setentrionais. Atua como elemento termorregulador, como nos diz A. Orihuela, *“criando um microclima, refrescando o ambiente através da evaporação que se produzia nos tanques ou nas zonas ajardinadas e que durante o Inverno protegia do vento e frio.”*⁴¹³ A habitação muçulmana restringe as aberturas para o exterior e abre os seus aposentos para o seu interior, permite assim uma rentabilização do espaço urbano ao partilhar os seus limites com outras habitações⁴¹⁴ e, como fenómeno cultural, responde a interesses e motivações para além do clima. Segundo Rapoport, é clara a influência da religião.⁴¹⁵ É também um espaço que se repete em outros edifícios, como na mesquita, no “suq”, no “funduq”. A porta correspondia ao elemento de interrupção nos muros, transição entre o espaço comum do privado. Este elemento, porta, atraiu sempre sobre si uma atenção particular quer nos materiais, como nos acabamentos empregues. Era na entrada que se colocavam os símbolos de proteção, mãos de Fátima e ferraduras para afugentar os medos e as superstições que marcavam fortemente o quotidiano da casa, dos seus habitantes e dos alimentos conservados. A fossa era considerada a infra-estrutura mais comum nos centros urbanos muçulmanos e localizava-se no exterior, junto à casa.

Mas, de algum modo, poderemos concluir que este modelo não foi de forma alguma o modelo único, no caso da casa mais modesta e, como tal, mais ruralizada, não existia o pátio⁴¹⁶ que, em nosso entender, se terá assemelhado com a casa medieval cristã, sem a diferenciação de áreas e numa multifuncionalidade dos espaços, podendo talvez identificar-se com a casa com quintal, com terreno livre junto à casa, que se encerra por muros e foi utilizado como horta ou jardim.

Na sua globalidade, poderemos dizer que vemos a casa islâmica com um grau de qualidade muito elevada, expressa quer na especificidade e individualidade nos seus espaços (pátio, sala, alcova, cozinha, zonas de armazenagem e latrina), na relação muito próxima com o meio ambiente e com a natureza através do espaço livre e jardim, na relação de identidade e reflexo de nós mesmos espelhado no cuidado de execução, na decoração, mas igualmente na necessidade de intimidade e de abrigo, que é a essência de toda a casa. Constatamos a presença de um bem primordial, que é a água, e simultaneamente uma preocupação com o seu suporte de infra-estruturação para escoamento individual ou comum.

D - A Casa Medieval (o espaço e a função)

O espaço para habitar “era um bem precioso, não pela sua grandeza nem pelo seu conforto, mas pela segurança real ou psicológica que proporcionava ao seu ocupante.”⁴¹⁷ Um espaço eleito, uno, funcionalmente indiferenciado no abrigo, vivência e convivência, trabalho, aprendizagem - a casa - que na sua maior simplicidade se reduzia a um único compartimento. As diferentes funções realizavam-se mediante a mudança de lugar dos objetos materiais

⁴¹¹ Aida Y. Hoteit, 1993, p. 41

⁴¹² António Orihuela Uzal, 2007, p. 301

⁴¹³ Idem, 2007, p. 301

⁴¹⁴ Ângelo C. Silveira, 1999, p. 59

⁴¹⁵ Idem, 1999, p. 57

⁴¹⁶ Basílio Pavón, 1992, p. 122

⁴¹⁷ M. Ângela Beirante, 2008, p. 54

utilitários - móveis⁴¹⁸ - que não estão fixos, que se podem mover. A sua mobilidade ocorreu até ao século XVI, e deve-se ao facto de os monarcas e nobres viajarem muito e possuírem muitas residências.⁴¹⁹ “Em regra os reis alojavam-se nos mosteiros.”⁴²⁰ “Os inventários medievais mostram que, em qualquer casa, o mobiliário era sempre escasso e pouco variado. As peças fundamentais eram a cama,⁴²¹ a arca e os bancos.”⁴²² Ao passo que a cadeira de braços (estadela) era destinada à mais alta hierarquia, símbolo de autoridade e de importância, mas não de conforto.⁴²³ “Nas mais ricas, era indispensável o cofre, enquanto a mesa tinha importância secundária, sendo em regra desmontável.”⁴²⁴ Na habitação mais desfavorecida, revela-se como um objeto de grande valor, pois era utilizada para preparar a comida, comer, contar o dinheiro e se necessário, para dormir⁴²⁵. “O maior ou menor grau de conforto media-se em tapetes e almofadas, que serviam de assento, em “godemecis” e panos de armar, com que se revestiam as paredes. O conforto e o luxo traduziam-se ainda na qualidade e abundância das roupas de cama, bem como na variedade e valor das peças de loiça.”⁴²⁶ “A casa medieval era um lugar público e não privado.”⁴²⁷ O conceito de família expressa-se por uma vivência em comum, apenas podiam ficar a sós “a gente excecional - eremitas ou estudiosos (como São Jerónimo).”⁴²⁸ Para além do núcleo familiar direto, inclui-se um outro mais alargado, de aprendizes, trabalhadores, domésticos, amigos e protegidos, onde não vemos haver qualquer segregação no grupo, pois os seus “membros comiam juntos à mesma mesa, trabalhavam nas mesmas salas, dormiam no mesmo salão comum, convertido à noite em dormitório, juntavam-se às orações de família, participavam das diversões comuns.”⁴²⁹ Porém, podemos também olhar para esta polivalência do espaço como fator de promiscuidade e de falta de privacidade.⁴³⁰ A casa “não era um lugar de separação de sexos: as mulheres tinham uma parte íntima em todos os negócios e interesses da família, e a sua constante presença, (...) provavelmente teve uma influência humanizadora sobre a vida de trabalho, uma influência elevada a atitudes e ideais no culto da Virgem, no séc. XIII”, com uma valorização da maternidade e no cuidado para com as crianças.⁴³¹ O sentido de espaço em comum é também alargado à comunidade, encontrando-se aí o seu complemento funcional. A casa “...embora pudesse carecer de um forno privado, havia um forno público na padaria próxima ou na casa de pasto. Embora pudesse carecer de um banheiro privado, havia na vizinhança uma casa de banho municipal. Embora pudesse carecer de facilidades para isolar e tratar de um membro doente, havia numerosos hospitais públicos.”⁴³² No entanto, “nas cidades portuguesas medievais, dominava a habitação unifamiliar, em termos de ocupação, o que pode ser visto como sinal de indiscutível individualismo.”

418 “o mobiliário português distingue-se do fabricado noutros países da Europa, onde foi buscar modelos de inspiração, por uma certa ingenuidade interpretativa, pela solidez das suas formas atarracadas e pelo empolamento da decoração”, M. Helena M. Pinto, 1985-1987, p. 5

Algumas das características do mobiliário português: “excelência das madeiras”, “gosto pela madeira ao natural”, “as estruturas são simples, robustas, por vezes mesmo atarracadas”, “tendência para superabundância decorativa, mas um certo sentido de medida, (...) o sentido estético e ornamentação encontram equilíbrio”, “domínio das técnicas oficinais”, “criatividade”, “assimilação do encontro com outras culturas”, Freire, 1995, p. 19

419 Witold Rybcynski, 1997, p. 38 e Fernanda C. Freire, 1995, p. 10

420 A. H. Oliveira Marques, 1964, p. 77

421 “Por leito entendia-se, outrora, a estrutura de madeira hoje vulgarmente conhecida por cama. A alteração de nomenclatura ficou a dever-se à importância que nos séculos XIV, XV e XVI se dava ao conjunto formado por colchoaria e paramento de leito (lençóis, almofadas, colchas, cortinas, céus, além de outros atavios) os quais constituíam a cama, propriamente dita”, M. Helena M. Pinto, 1985-1987, p. 8

422 M. Ângela Beirante, 2008, p. 56

423 Witold Rybcynski, 1997, p. 37

424 M. Ângela Beirante, 2008, p. 56

425 Witold Rybcynski, 1997, p. 37

426 M. Ângela Beirante, 2008, p. 56

427 Witold Rybcynski, 1997, p. 38

428 Ibidem, 1997, p. 39

429 Lewis Munford, 1982, p. 307

430 M. Ângela Beirante, 2008, p. 56

431 Lewis Munford, 1982, p. 313

432 Ibidem, 1982, p. 313

Este tipo de estrutura foi sendo alterado por um afastamento da vida e dos interesses em comum, na separação do espaço doméstico com o espaço de produção (moagem, fabricação de vidro e produção de ferro), por fatores como a aprendizagem, que deixou de ocorrer nas estruturas familiares, aonde eram acolhidas aos sete anos e foi substituída pela formação acadêmica, nas escolas.⁴³³ Também pelo sentido de isolamento e recolhimento no sono, para comer, no ritual religioso e social e, por fim, no pensamento que modificou a forma da cidade medieval,⁴³⁴ e ainda, porque para um número cada vez maior de cidadãos – notários, construtores, advogados – o local de residência torna-se um espaço exclusivo, logo, de uma maior privacidade.⁴³⁵

Entende-se a funcionalidade de um modo diferente, «...especialmente no que respeitava à sua envolvente doméstica. Para nós, a função de algo tem a ver com a sua utilidade (por exemplo, a função de uma cadeira é sentar-se nela) e separamos este dos seus outros atributos, como a beleza, a antiguidade e o estilo; na vida medieval, não existiam essas distinções. Cada objeto tinha um significado e um lugar na vida que formavam parte da sua função tanto como sua finalidade imediata e ambas as coisas eram inseparáveis.»⁴³⁶

E - A mensagem islâmica, o Corão ou Alcorão

Na primeira metade do século VII, surge, na região da Arábia Central, um homem – *Maomé* - o último e o maior dos Profetas, segundo a concepção islâmica. Deixou como norma de vida, código civil e penal e modelo literário, o Livro Sagrado designado por Corão ou Alcorão "*al-Qur'ân*", cujo significado é "*recitação*". O Livro reúne o conjunto das revelações de Deus. Nele estão incluídos os ensinamentos, as normas, as fábulas, que fazem reflexões morais e dão "*o bom exemplo*" sob forma figurada, as referências ao património cultural dos povos da Arábia, em particular, da região de Meca, e a "*Sunna*", as tradições relativas à vida do Profeta. As revelações de Meca representam "*o anúncio da nova religião e inclui apelos, os dogmas fundamentais e as sanções aos incrédulos*"⁴³⁷, enquanto as revelações de Medina respeitam "*mais à organização da Comunidade dos Crentes "Umma"*"⁴³⁸, que acompanham *Maomé na Hégira*⁴³⁹ (Emigração) ou que foram aderindo à sua doutrina."⁴⁴⁰ O atual livro - Vulgata - resultou da recolha e aceitação da memorização que os companheiros do Profeta conseguiram através da sua repetição. Na religião islâmica, não há dogmas nem mistérios, para além da existência e da unidade de Deus. "*Os muçulmanos devem dirigir-se a Deus diretamente nas suas orações e assumir a plenitude das funções que em outros credos são reservadas aos sacerdotes. Em princípio, não existe poder de intercessão 'shafâ' entre os homens e Deus: o mérito da vida ou das virtudes dos "santos" islâmicos não pode ser invocado como força de mediação pelos restantes crentes.*"⁴⁴¹ Não é permitida a escravatura entre muçulmanos e todo o crente tem iguais direitos perante a lei. Todo e qualquer um pode tomar parte dos direitos e das obrigações e tornar-se muçulmano, basta pronunciar a proclamação de fé e reconhecer a missão divina de Maomé, em público. No entanto, não lhe é permitido abdicar sob pena de vida e filho de muçulmano será sempre, por lei, muçulmano. Os árabes designam por "*Muasslen*" o culto, enquanto que os cristãos utilizam o termo "*Islamismo*" que provém do vocábulo "*Islam*", cujo significado é a submissão completa à vontade de Deus. Este culto compõe-se de duas partes: a Fé e a Prática ou Observância. A Fé divide-se em seis capítulos: Fé em Deus; nos Anjos;

433 "Mas o que aparece no século XII são as escolas urbanas, que chamaríamos hoje de escolas primárias e secundárias." "A cidade sem dúvida, provocou a metamorfose das escolas monásticas e episcopais, nas quais se ministrava o latim, o ensino superior. A partir do século XII, vão surgir as primeiras universidades." "Esta rede intelectual é muito importante. Constitui uma antecipação da Europa Unida." "Creio que a alfabetização, lançada pelas cidades da Idade Média, foi uma das principais componentes do sucesso e hegemonia do Ocidente, a partir dos séculos XV e XVI", Le Goff, 2004, entrevista

434 Lewis Munford, 1982, p. 311

435 M. Ângela Beirante, 2008, p. 56

436 Ibidem, 2008, p. 45

437 A. Dias Farinha, 1989, p. 62

438 "A *Umma*, ou Comunidade de Crentes, formada durante a vida do profeta sem diferenças de raça ou de condição, tornou-se o ideal da sociedade muçulmana." F, Chueca Goitia, 1982, p. 70

439 Chamou-se Híjra ou Hégira à fuga que ocorreu, na noite de 20-VI-622 da nossa era, para Medina, na qual se passou a contar o calendário maometano. G.E.P.B., vol. XVI, p. 192-194

440 A. Dias Farinha, 1989, p. 62

441 Ibidem, 1989, p. 60

no Alcorão; nos Profetas e no seu ensino; na Ressurreição e Juízo Final e na Predestinação. Enquanto que a Prática compreende: a Ablução, a Oração, a Esmola, o Jejum e a Peregrinação.⁴⁴² Restringe-se à oração diária, individual, ao longo do dia e à oração em comum, na mesquita, às sextas-feiras, dirigida pelo seu califa (apenas o primeiro entre os muçulmanos, chefe e guia da oração) ou pelo seu delegado. A oração não é mais que a repetição em voz alta de determinados versículos do Corão. A formação religiosa é feita nas escolas, “*madrassas*”, desde a infância “*na obediência aos mandamentos e deveres religiosos codificados na Sharí’ra, ou Lei islâmica, aplicada pelos juizes “qâdis” e respeitada pelos chefes políticos.*”⁴⁴³ No Al-Andaluz aos convertidos, chamavam-se “*muladíes*” e “*mozárabes*”, aos cristãos que conservavam a sua lei e religião.

F – Mesquita

A mesquita é “*o centro da vida nas cidades*” e a cidade de Meca o ponto para onde se orienta a “*qibla*”, assinalada na sala de oração por um nicho reentrante na parede em forma de pequena abside “*mihrâb*”, na direção a sul em todas as mesquitas orientais e para sudoeste, com exceção de Córdova, nas ocidentais. No seu lado direito, um púlpito “*minbar*” elevado do qual o califa ou o diretor da reza, “*imán*”, pronuncia o sermão, a sua exortação, “*jutba*”, de sexta-feira. Na sala de orações, o chão é coberto por tapetes para garantir a purificação do local. Para além da sala, está o pátio, “*sahn*”, destinado às abluções e aonde se situa um ou mais minaretes, ‘*manara*’, localizado nos ângulos ou nos lados das paredes da mesquita, para o anúncio dos cinco momentos de oração no dia, “*adân*”, pelo “*mu’addin*”.⁴⁴⁴ Como nos diz C. Goitia, a função deste pátio não corresponde a um espaço de dialética e em nada se assemelha à praça como elemento de relação pública, é antes um espaço para uma atitude estático-religiosa, a meditação.⁴⁴⁵

G - Plano Diretor Municipal de Évora - (PDME)

O Plano Director Municipal de Évora, alterado por via da publicação do Aviso 2174/2013 de 12 de fevereiro, entrou em vigor no dia 18 de fevereiro de 2013.

É o instrumento, o modelo de evolução e de desenvolvimento do município que rege a ocupação, o uso e a transformação do solo, num período de dez anos, através do seu regulamento. As suas disposições vinculam as entidades públicas e privadas. Este instrumento é acompanhado pelas plantas de Condicionantes e de Ordenamento, e por estudos de caracterização demográfica, propagação sonora, inventários, servidões administrativas e restrições de utilidade pública, estrutura ecológica de usos agrícolas e florestais e enquadramento regional.

Apontamento Cronológico dos Instrumentos de Ordenamento em Évora

“*Entre 1942 e 1945, foi elaborado o primeiro Plano de Urbanização da Cidade por Etienne de Gröer, sendo aprovado pela edilidade, em 1945, e sancionado pelo governo em 1947, após parecer do Conselho Superior de Obras Públicas (ao abrigo do decreto lei nº 35 931, de 4 novembro de 1946).* Em 1960, foi iniciada a Revisão do Plano, por Nikita de Gröer, não tendo a mesma sido aprovada. Foram, no entanto, elaborados alguns Planos Parciais de Urbanização dos quais se destacaram a Zona de Urbanização n.º 2, a oeste da Cidade, o Novo Traçado da EN 114 desde as Portas de Alconchel e, dentro do Centro Histórico, a avenida que ligaria o Largo de S. Francisco à Praça Joaquim António de Aguiar.

A figura de “*Plano Diretor Municipal*” foi introduzida em 1977 (pela Lei nº 79/77 de 25 de outubro, “*Atribuições das Autarquias e competências do respetivo órgão*”), tendo sido regulamentada em 1982 (Decreto-Lei nº 208/82 de 25 de maio – “*Quadro regulamentar dos planos diretores municipais*”). Relativamente ao primeiro Plano Diretor Municipal, a sua elaboração foi iniciada em 1978 e concluída em 1980, vindo a adquirir plena eficácia em 1985 (Portaria nº5/85, de 2 de janeiro), cinco anos após a sua elaboração. A citada ratificação excluiu os planos gerais de urbanização, apresentados conjuntamente com o Plano Diretor Municipal

442 GEPB, vol. XIV, pp. 57-58

443 A. Dias Farinha, 1989, p. 60

444 Ibidem, 1989, pp. 70,71, p. 73, p. 77 e Torres Balbás, 1982, pp. 8,9

445 Chueca Goitia, 1982, p. 12

para o interior dos perímetros urbanos por este definido. Assim, não foram definidas regras conducentes a uma eficaz gestão urbanística, para as áreas urbanas dos aglomerados do concelho. O Plano Geral de Urbanização da cidade viria, posteriormente, a ser ratificado e publicado no Diário da República em 3 de dezembro e 1991. Atualmente, encontra-se em plena eficácia a 3ª Revisão (Resolução do Conselho de Ministros nº13/2000, de 28 de março) deste Instrumento de Gestão Territorial, ratificada em 2000. Ainda em 1991, a Assembleia Municipal aprovou uma alteração ao Plano Diretor Municipal, na sessão de 18 de outubro. Tal aprovação viria a merecer a ratificação e consequente publicação no Diário da República de 13 de abril de 1993.⁴⁴⁶

H – Sunna (tradições do profeta, 2ª fonte da lei islâmica)

A palavra árabe “Sunna” ou “Sunnah” significa tudo o que o Profeta Muhammad disse, fez ou aprovou como profeta e mensageiro de Deus (23 anos) ou, como é normalmente conhecida pelas Tradições do Profeta, “...que foi reunida durante o terceiro século da hégira em grandes coleções de “hadits” e que contem diretrizes espirituais e morais aplicáveis às diversas circunstâncias da vida individual e social.”⁴⁴⁷ “Sunna” é a segunda fonte da lei islâmica depois do Corão, o meio pelo qual o profeta ensinou. Estas informações compiladas e armazenadas em muitos livros, os mais importantes: Sahih Bukhari, Sahih Muslim, Sunan An-Nasai, Sunan Attirmidhi, Sunan Ibn Majah, e Sunan Abu Daud, perfazem um corpo da lei islâmica e de diretivas divinas, que têm de ser seguidas e praticadas pelos muçulmanos em todo o mundo. Os registos validados (a “hadith”) desse “caminho”, constituem um exemplo moral para os muçulmanos. As duas palavras “Hadith” e “Sunna” são praticamente equivalentes quando se referem às tradições do Profeta, mas na verdade existe uma diferença entre as duas. *Hadiths* são classificadas quanto ao seu estatuto, em relação aos seus textos e à sua cadeia de transmissores. Académicos de *Hadiths* estudaram a *Sunna* do profeta desde o seu contexto, bem como os seus transmissores, de forma a estabelecer o que é verdade e o que é falso e chegaram a um sistema para saber as diferentes categorias das *Hadith* e como avaliar o texto, de forma a estabelecer se ele é correto, bom, fraco ou falso. A *Sunna* deve ser distinguida da *Fiqh* e do *Alcorão*, que é uma revelação em si e não um registo.⁴⁴⁸

I – Umma (comunidade)

É um termo árabe que exprime a ideia de comunidade ou nação, independente da raça, etnia, língua, género e posição social dos seus membros. O termo refere-se à comunidade constituída por todos os que se encontram unidos pela crença em Alá, no profeta Maomé, nos profetas que o antecederam, nos anjos, na chegada do dia do juízo final e na predestinação divina. Todo o muçulmano deve velar pelo bem-estar dos integrantes da Umma, sendo estes muçulmanos ou não. Em Medina, após a hégira (622), o profeta Muhammad criou uma Umma que integrava muçulmanos, judeus e pagãos, mantendo estes grupos o seu próprio carácter e cujas regras estavam registadas na denominada “constituição de Medina”. Depois da morte do profeta Maomé, os seus membros, que anteriormente se encontravam divididos e protegidos pelas comunidades tribais, passaram a encontrar-se unidos por uma única Umma ou comunidade única, o que possibilitou uma rápida expansão desta nação. Nos séculos XIX e XX, época durante a qual o mundo islâmico foi colonizado pelas nações europeias, o termo entrou no discurso político dos movimentos nacionalistas islâmicos, que apelavam à união da Umma face à presença europeia. Hoje em dia, nos chamados movimentos fundamentalistas islâmicos, o termo é igualmente recorrente, embora as intenções dos grupos radicais apresentem muitas diferenças dos grupos moderados.⁴⁴⁹

⁴⁴⁶ Carta Educativa do Concelho de Évora, 2006, pp. 44,45

⁴⁴⁷ A. Hoteit, 1993, p. 20

⁴⁴⁸ <http://pt.wikipedia.org/wiki>

⁴⁴⁹ <http://pt.wikipedia.org>

Anexo II – Ações de âmbito municipal

A “*Hordenaçom dos mouros e judeus que acharem a deshoras fora da mouraria ou da judaria*” é um exemplo da ação municipalista em Évora.

“... em 7 de novembro da era de 1420 (1382)... sendo hy Alvaro Mendes e Martim Vicente escollar juizes do cível, e Lopo Roiz Façanha juiz do crime, e Fernam Gonçalves d’Arca e Rodriguo Anes Fuseiro e Lopo Fernandes Lobo e Vasco Roiz Façanha e Mem Gonçalves regedores, e Martins Afonso da Vide procurador do concelho, e Rodrigo Affonso de Brito alcaide do castello, e sendo presente Jassepe Vivas judeu arrabydos judeus. que os homens do alcaide os (judeus) prediam tanto que era sol posto se os achava fora da judaria e por ello recibiam grande dano por que os forçavam do costume que ante aviam... que lhes dessem regra como podessem passar ... consirando como os judeus e mouros som servidores delrey e do concelhoque nom podem escusar segundo os mesteres de que usam. mandaramque os judeus e mouros nom sejam presos por os acharem andar fora da judaria e mouraria ataa que tanja o sino da horaçom.. esto fazem per que os ditos judeus e mouros usam de mesteres por que vivem muito longe da judaria e mouraria ... e se acontecer que algum judeu ou mouro fisico ou buticario ou doutro mester que cumpra a algum homem boom e for chamado por elle e o achar o alcaide a hir pêra a sua judaria ou mouraria que tal como este nom seja preso ... e em esto ficarom porque os dictos judeus e mouros som de boa fama e ás vezes nom podem seer escusados segundo dicto he.”⁴⁵⁰

Escolhemos também alguns extratos das Posturas antigas da Câmara d’Évora, referentes ao espaço público salientando os diferentes âmbitos, de ação municipalista.

Limpeza da cerca velha e nova ⁴⁵¹

... que nom tenham sobre a alarcova da cerca velha testiga a que ora chamam privada e quem a tiver que tape (que a çarre) ataa três dias ... e que nom façam esterco em alarcova. Mem Martins porteiro jurado do concelho apregoou na praça da porta d’Alconchel.... Vasco Martins escripvam da câmara...

... que na barbacannm da cerca nova nem nas arcacovas dellas nom lancem esterquo...

Limpeza urbana

... que nom façam esterqueyra no corpo da villa e nom se entenda nas esterqueyras que estiverem em ferrageaes ou em ortas que som no corpo da villa porque som proveytosas em ellas...

⁴⁵⁰ Doc. Hist. da Cidade de Évora, Parte I, p. 153 (p. 163), nº128.

⁴⁵¹ Doc. Hist. da Cidade de Évora, Parte I, p. 130(p.140) nº 10, 11,13; p. 131(p.141), nº23; p. 132 (p.142) p. 132 (p.142) nº27,31; p. 133 (p.143) nº43

... que nom lancem esterquo na villa ... e esto se entendao que lançar em gamella ou em jueyra ou bacio ou em outra cousa semelhavell pequena (é frequente a ortographia= pequena, singelho, etc.) e nom em carrega ... salvo se lançarem em as esterqueiras dos ferregeaes ou hortas (do corpo da villa)...

... que nas praças ou ruas publicas nom lancem testeiradas de lixo ou dagua...

... que os mesteiraaes e os outros da cidade faziam grandes lixos ante suas portas e que porem a cidade e ruas pareciam mal ... que os moradores as suas portas mandem varrer cada oyto dias ... e que lancem os lixos ao pé do muro.

Agua vae

... que nom lancem agua nem lixo de janella que seja em cima da casa em rua publica sem primeyramente dizendo três vezes augua vay, e qualquer que a laçar e o nem disse três vezes que pague 60 soldos ao rendeiro e seja por ello theuda a pessoa da casa de os pagar ou fazer pagar se a contravontade lançarem , e correja a emjuria...

“Confiscação de bens de mouro forro pot ter dormido com uma moça cristã”

Dom Affonso,etc.. A quantos esta carta virem fazemos saber que a nós disseram que hum Jufez Cigarronmouro forro morador na mouraria da nossa cidade devora , dormira com huma moça christan por nome chamada Guiomar, morador na dita cidade por a qual razon se assy he como nos disseram, por bem da nossa hordenançam sobre tal caso feita aalem da pena corporal que o dito mouro merece perda pêra nos todos os seus bens moveis e de raiz e os podemos de direito dar a quemnossa mercee for.

E ora querendo nós fazer graça e mercee a Dom Aurique Anriques fidalgo da nossa casa e a Diogo Lopes, cavalleiro do infante Dom Feernandi meu irmão que Deus aja, se assi he como nos disseram temos por bem e lhes fazemos mercee dos ditos bens. E porem mandamos a todollos nossos corregedores juizes justiças officiaes e a quaesquer outras pessoas a que o conhecimento desto pertencer que perante elles citado o dito mouro e partes a que esto pertencer saberes dello o certo. Dada em Santarém, XII de Maio.elrey o mandou per Lopo d’Almeida. Pero de Payva a fez anno de 1473⁴⁵²

452 L^o33 de D. Affonso 5^ofol.122. Torre do Tombo Apud Doc. Hist. Da Cidade Évora, Parte II, p. 125 (p. 337)

Anexo III - Base Documental

As descrições dos documentos foram agrupadas cronologicamente por Zonas:

Zona 1 - Mouraria; **Zona 2** - Mouraria (Porta); **Zona 3** - Mouraria/Rua Direita, **Zona 4** - Rua do Inferno; **Zona 5** - Rua Cega; **Zona 6** - Rua das Fontes; **Zona 7** - Talho do(s) Mouro(s); **Zona 8** - Rua dos(as) Pedreiros(as); **Zona 9** - Outras Localizações.

Zona 1 - Mouraria				
Doc	Descrições	Data	Fundo	Fonte
70	"casas e quintal no <u>terrº da mouraria</u> (...) oriente e norte com rua q vay da mouraria ao arco das casas de garcia de molo (sic) melo? poente com terreiro da mouraria sul com rua do talho do mouro.	0000-00-00	ADE	TDTCE, nº 134, fl. cLxvij
84	"... Omar (Ilmomar) de bacas desbarbado ... <u>casas na mouraria</u> ."	0000-00-00	ANTT	Ch. D. Afonso V, Livro 30, fl. 24v.
9	Carta de foro, para todo o sempre, de um chão na Mouraria Nova. Mestre "Azmede ferreiro mouro forro morador Em a dicta Çjdade", e a todos seus herdeiros e sucessores. Propriedade: um chão que a dicta igreja tem na " <u>mouraria nova</u> ", que parte com "Adela Alcajde dos mouros da dicta Çjdade", com o próprio foreiro, "e per Rua". Foro: 15 soldos de dinheiros portugueses, por dia de Natal. Condições: não vender o chão a dona, cavaleiro, escudeiro, mouro, nem judeu, nem a nenhuma pessoa mais poderosa.	1363-07-08	BPE	Perg. Avul., I. Sant., Pasta ñ num., Cad. 4, fl.29
11	Carta de emprazamento em 2 vidas (o mouro e 2ª pessoa, por ele nomeada) a Azmede Tortoxe, sapateiro, mouro forro morador em Évora. Uma casa, na <u>mouraria nova</u> , na "Rua de Joham Sirgo". Limites: A dita rua, detrás com azinhaga "E com Aluayadinho grande E com A ama de lourenço Perez ffuseyro". Renda: 4 libras de dinheiros portugueses, pagos no dia de S. João.	1366-02-07	BPE	M.S.Domingos, maço 1, doc.16
54	Emprazamento, em três vidas, de umas casas, da igreja de Santiago de Évora, localizadas na <u>mouraria da cidade</u> , a Lourenço Eanes Casavo, João Rodrigues e Fernando Rodrigues, por três libras pagas pelo Natal.	1379-01-04	BPE	Perg. Avul.,pasta. 21, doc..63
13	Verso do doc."casas na <u>mouraria desta cidade de Euora</u> que o Conuento de São Domingos de Euora aforou a hum Mouro forro chamado fecem /filho de Gozeme por dez libras de dinheiros portugueses por dia / de São João Batista de cada hum annno era de 1438 annos". O doc. encontra-se em muito mau estado; pode-se apenas tirar a seguinte referência: "focem filho de Gozeyme mouro fforro oleiro", morador na mouraria de Évora.	1400-07-04	BPE	M.S.Domingos, maço 2, doc.27
41	Sentença derimida por Luis Gonçalves, vigario geral do bispo de Évora, relativa a um processo entre os clérigos da Igreja de Santiago de Évora e Jufez Cigarro, mouro forro, estando em questão a posse de uma casa, localizado na <u>mouraria da cidade</u> .	1403-11-05	BPE	Perg. Avul., pasta 13, doc.2
50	Emprazamento em três vidas, de umas casas, da igreja de Santiago de Évora, localizadas na <u>mouraria da cidade</u> , a Mafamede Albedebe sapateiro, mouro forro, por quinhentos e vinte cinco libras e duas galinhas, pagas pela Páscoa e pelo Natal.	1409-11-18	BPE	Perg. Avul., pasta 17, doc. 31
38	Emprazamento de uma casa da igreja de Santiago de Évora, localizada na <u>mouraria da cidade</u> , na rua que vai do talho das mouras para a rua de Avis, a Jufez Cigarro mouro forro, e a Azem, sua mulher, por quatro libras antigas e duas galinhas, pagas pela Páscoa.	1411-09-22	BPE	Perg. Avul, Pasta 16, doc. 3
51	Emprazamento em três vidas, de umas casas, da igreja de Santiago de Évora, localizadas na <u>mouraria da cidade</u> , a Adela de Ceuta, mouro forro, morador na cidade, por doze libras antigas, pagas pela Páscoa.	1429-06-25	BPE	Perg. Avul., Pasta 17, doc.91
18	Referência à " <u>Rua ppublica que vay da Rua d'auys pera a Rua da Mouraria</u> ".	1449-08-29	ADE	1º Livro Perg., fl.55v.

52	Emprazamento, em quatro vidas, de umas casas, da Igreja de Santiago de Évora, localizadas <u>na mouraria da cidade</u> , a Axa, moura forra viúva, por trinta soldos antigos, pagos pelo São Martinho.	1464-02-22	BPE	Perg. Avul., Pasta 17, doc.116
24	Carta de emprazamento em 3 vidas da Igreja de Santiago a Galebo Cardeal, que presente estava, mouro forro da mouraria desta mesma e s.m. Fatema, como 1 ^{as} pessoas. De uma casa na <u>Rua que vai do talho do mouro para a porta da mouraria. que está contra a porta nova da mão direita contra a mouraria</u> . Dimensões: de longo – 3 varas e quarta, de ancho – 3 e meia. Renda – por dia de S. Martinho, 7 libras da moeda antiga, à razão de 700 por uma e 2 galinhas. Limites: tenda de Mafamede Cadim e com casa de Adela Caeiro.	1464-05-23	BPE	Perg. Avul., Pasta ñ num. [Vários 77], doc.72.
8	Carta de doação a Afonso Valente, cavaleiro da Casa do rei e comendador de Santa Maria de Beja, dos bens de alguns mouros de Évora, que não bedeceram ao mandado do rei, para o ir servir. " Dom afonso Rey de castella cetera fazemos saber que a nos disseram que mafamede franco E sobcapa E mafamede pataua /2 E azmede de vacas E adella caeiro bixigoso mouro (sic) forros moradores na <u>mouraria da nossa cidade d'euora</u> foram /3 apurados per pregom pera virem com outros mouros a nos seruir sob pena de perderem todos seus beens E que elles em menos /4 preço de nosso mandado nom curarom de o comprír E encorreram em a dicta pena polla quall Rezam se asy he /5 como nos disserom elles perdem todos seus beens pera nos E os podemos dar a quem nossa merçee for E ora /6 querendo nos fazer graça E merçee a afonso valente caualeiro de nossa casa E comendador de santa maria de /7 beja se asy he que os dictos mouros no quiseram comprír nosso mandado E por ello perdem os dictos beens E Nos /8 perteencem de djreito Teemos por bem E lhe fazemos merçee da meatade dos beens dos dictos mouros E a outra /9 meatade queremos que sse arrecade pera nos E porem mandamos a todollos (...) /10 (...) que seendo citados os sobre dictos E partes cetera ..."	1475-09-28	BPE	Perg. Avul., Pasta ñ num., Cad.ñ num., fl. 17v.
39	Pedido de autorização de venda realizado entre os clérigos da igreja de Santiago de Évora e Azmede, mouro forro, e Sotaima Pintinha, moradores na cidade que traziam aforada uma casa, da referida igreja, localizada <u>na mouraria da cidade</u> , por trinta reais brancos, pagos pela Páscoa. Os foreiros pedem autorização à igreja para venderem o domínio útil da casa a Diogo Alvares, lavrador, e a Susana Afonso, moradores no termo de Évora, por três mil reais brancos.	1497-02-07	BPE	I. Sant. Perg. Avul., Pasta. 13, doc. 20
30	<u>Carta de venda de duas casas térreas isentas, na mouraria. "per poder e vertude d'h-ua / 10 carta que os mouros destes Reynos d'el Rey /11 noso Senhor tem em que lhe da lycença e lugar que /12 posa vender todos seus beens e fazendas que /13 em quaesquer partes de seus Reynos e senhorios /14 teuerem"</u> . Vendedores: Mafamede de Ceuta e s.m. Zara, mouros forros moradores em Évora. Compradores: Fernão Matela, fidalgo da casa do rei. Propriedade: Duas casas térreas, isentas, <u>na rua da Mesquita, "que sam da porta adentro"</u> , que limitam com casas que foram de Ali Velho, e que ora são do vendedor, e com casas de Jufez Mudarro. Quantia: Dois mil reais brancos "em <u>salluo de sisa pera elles vendedores</u> ". Álvaro Martins, escudeiro de Fernão Matela, pagou "em cruzados d'ouro".	1497-04-24	ANTT	O. Avis, maço 10, doc. 841
Zona 2 - Mouraria - (Porta)				
61	"casa na rua Que vay da <u>porta da mourarja</u> pera sam mamede"	0000-00-00	AME	HCDS S.Esp. S.Bart. e S.Gião, nº 63, fl. 66 - 66 v.
67	"Casa na mourarja junto com a <u>porta da rua das fôtes</u> que partem com ale caeyro de huã parte da oiutra cõ ho (...) mouro cõ outro e o quintal parte com o dito ale caeyro com (...) mouro"	0000-00-00	AME	Livro do Acenheiro, nº 1769, fl. 111 v.
79	"... casas na mouraria junto com a <u>porta da rua das Fontes</u> "	0000-00-00		GP, DHCE, Parte I , p. 122, ref.385, (p.132 ed.)
75	"... na <u>travessa que vem da rua d'Aviz para a mouraria e porta della</u> que partem com casas estáos de Diogo de Pyna ... J.L. Galetes."	0000-00-00		GP, DHCE, Parte I , p. 119, ref.219, (p.129 ed.)

12	Mouraria - a par da porta da mouraria. Carta de empraçamento em 3 vidas, da Igreja de Santiago a Azmede, filho de Adella de Ceuta, sapateiro, mouro forro morador na dita cidade, e 2 pessoas que ele nomear. De umas casas dentro na Mouraria, a <u>par da porta da mouraria</u> . Renda: 3 libras por dia de Natal. No verso, com letra posterior: "cazas em esta cidade dentro em a Mouraria a par da Porta da Mouraria que esta contra a Porta noua que partião com rua de thodos Mouros e com rua publica da Mouraria. Tres libras de foro em vidas por natal de cada huum anno".	1379-01-04	BPE	Perg. Avul., Pasta ñ num. [Vários 77], doc. 63
44	Empraçamento, em três vidas, de uma casa da igreja de Santiago de Évora, localizada <u>junto à porta da mouraria da cidade</u> , a Azemede filho de Adela de Ceuta, mouro forro, morador em Évora, por seis libras antigas, pagas pelo Natal.	1397-08-09	BPE	I. Sant., Perg.Avul., Pasta. 19, doc. 4
53	Empraçamento, em duas vidas, de uma casa, da igreja de Santiago de Évora, localizada na cidade, <u>na rua que vai do talho dos mouros para a porta da mouraria</u> , que está contra a Porta Nova, a Galebo Cardeal, mouro forro, e a sua mulher, por sete libras antigas e duas galinhas, pagas pelo S. Martinho.	1464-05-23	BPE	I. Sant., Perg. Avul., Pasta. 21, doc.72
46	Pedido de autorização de venda realizada entre os clérigos da igreja de Santiago de Évora e Azmel, oleiro, mouro forro da mouraria da cidade, e sua mulher, Moreima freira, que traziam empraçada, em três vidas, uma tenda de duas portas da igreja, localizada <u>à porta da mouraria da cidade</u> , por cento e quarenta reais e duas galinhas, pagas pelo Natal. Os foreiros pedem autorização à igreja para venderem o imóvel a Leonor Rodrigues, viúva de Diogo Fernandes, moradora na cidade, por setecentos reais brancos. Os clérigos autorizaram a transacção, estabelecendo-se novo empraçamento, em três vidas, pelo mesmo foro e data de pagamento.	1494-05-30	ACSE	CEC 3 - VI, fls. 69 - 70v.
25	Fátima, mouro forra, viúva de "galjme cardeall", moradora na mouraria de Évora, trazia empraçada à Igreja de Santiago, em 3 pessoas "hua soo cassa que serue de tenda", de que ela e seu marido eram a 1ª pessoa. A casa situava-se " <u>fora da porta / da dita mouraria que sse chama do prego</u> [fl. 61 v.] a quall parte com cassas de azmede carpiteiro E com / tenda de brafome cadim E com cassas de ale oleiro / E per Rua pubrica que vay teer ao talho do mouro"Pagava 140 rs. e 2 galinhas por dia de S. Martinho. Sendo já muito velha, não podia pagar o foro, nem reparar a dita tenda como era obrigada na carta de empraçamento, pelo que a encampava à Igreja, o que lhe foi aceite, sendo logo empraçada a Azmede, oleiro e a s.m. "merja", moradores na Mouraria, ambos como 1ª pessoa. Renda: 140 rs. brancos e 2 galinhas [fl. 62], pagos no dia de Natal.	1496-04-16	ASCE	CEC 3 - VI, fls. 61 - 62v.
26A	Azmede, oleiro, e s.m. Moreyma Freyra, apareceram na Igreja de S. Tiago e disseram ao prior e raçoeiros que traziam empraçadas em 3 pessoas uma tenda, a par da Mouraria, que limita com casas de Azmede, carpinteiro, de que pagavam 140 rs. e 2 galinhas por dia de Natal. Querem vender a tenda com o seu encargo [fl. 70] a Leonor Rodrigues, viúva de João Fernandes, moradora na cidade, por 700 rs. brancos, o que lhes é concedido.	1494-05-30	ASCE	CEC 3 - VI, fls. 69v.-70
26B	Pedido de autorização de venda realizado entre os clérigos da igreja de Santiago de Évora e Azmede, mouro forro, oleiro, e sua mulher que traziam empraçadas, em três vidas, uma tenda de duas portas, da referida igreja, localizada <u>junto à porta da mouraria da cidade</u> , por cento e quarente reais e duas galinhas, pagas pelo Natal. Os foreiros pedem autorização à igreja para venderem o domínio útil da tenda a Leonor Rodrigues, viúva de Diogo Fernandes, moradora na cidade.	1497-05-30	BPE	I. Sant., Perg. Avul., pasta. 13, doc. 116
27	Carta de venda, com autorização do senhorio, de uma casa com 2 portas, com seu encargo. Leonor Rodrigues, como 1ª pessoa, viúva de Diogo Fernandes, moradora em Évora, vende a João Correia, sapateiro, também morador na cidade. Pelo preço de mil rs. brancos, em salvo da sisa para a vendedora. Renda: 140 rs. brancos e 2 galinhas. Propriedade: Casa de 2 portas, situada <u>à Porta da mouraria</u> , que parte deuma parte com casas que foram de Azmede, carpinteiro e da outra com casas que foram de Brafome cadim e com outras.	1499-04-18	ACSE	CEC 3 - VI, fls. 92v.

58	Escambo realizado entre Luís Machado, cavaleiro da casa do Bispo de Évora, D. Afonso, morador em Évora e sua mulher, Isabel Fernandes, de um lado e Leonor Pires, viúva de Martim Afonso, moradora à Porta Nova da cidade, da outra parte. Os primeiros dão à segunda umas casas na rua do Tinhoso, compostas por casa dianteira e celeiro, com duas câmaras em cima, foreiras à igreja de Santiago de Évora por cento e dezoito reais por dia de São Martinho. Recebem em troca uma casa só isenta que ficava de <u>fora da porta da mouraria</u> . Pedem autorização para realizar a troca, a qual recebem, ficando Leonor Pires com a obrigação do foro.	1506-07-08	BPE	I. Sant., Perg. Avul., Pasta 11, doc. 13
Zona 3 – Mouraria – Rua Direita				
60	"Duas casas na <u>Mouraria na rua direita junto da porta da Rua das fontes</u> "	0000-00-00		António Rei 2009, p.136 (HCDS. S.Esp. S.Bart. e S.Giãõ, nº 63, fl. 59)
68	"casas de frente do dito fernaõ de Baladarez que saõ fronteiras com a Rua que vem da <u>porta da mourarya pera s. mde</u> ".	0000-00-00	AME	Livro do Acenheiro, nº 1769, fl. 115 -115v.
2	<u>Rua onde vendem a louça que vai da porta nova para a praça</u> . Carta de aforamento para todo o sempre a Jufez "abem calez". De duas casas tendas, que limitam com casas de Gil Lourenço, sapateiro, com Vasco Fernandes "corneiro". Dimensões: 10 x 8 côvados (cada uma delas). Renda: 5 libras da moeda antiga ao rei.	1436-12-29		Chancelarias Portuguesa. D. Duarte, vol. 1, tomo 2, doc. 1255, p. 447
3	<u>Rua direita que vai da porta nova para a praça onde vendem louça</u> . Carta de confirmação de aforamento para todo o sempre. A Ale Focem, oleiro uma casa, de 10 x 6 côvados, que limita com casa de Vasco Fernandes e com casa pardieiro de "jofiz abem calez". Renda: 40 soldos da moeda antiga ao rei.	1436-12-30		Chancelarias Portuguesa. D. Duarte, vol. 1, tomo 2, doc. 1089, p. 327
4	<u>Rua onde vendem a louça que vai da porta nova para a praça</u> . Carta de confirmação para todo o sempre. A Filipe, mouro forro, de uma casa, de 12 x 6 côvados, que limita com casa de Gonçalo Anes, alfaiate e com casa de Mafamede do Dedo, mouro. Renda: 3 libras da moeda antiga ao rei.	1436-12-30	ANTT	Chancelarias Portuguesa. D. Duarte, vol. 1, tomo 2, doc. 1086, p. 326
5	<u>Rua direita onde vendem a louça</u> . Carta de confirmação para todo o sempre. A Vasco Fernandes de casa, de 10 x 10 côvados, que limita com casa de Mafamede Patava. Renda: 40 soldos da moeda antiga ao rei.	1436-12-30		Chancelarias Portuguesa. D. Duarte, vol. 1, tomo 2, doc. 1087, p. 327
6	<u>Rua onde vendem a louça que vai da praça para a porta nova</u> . Carta de confirmação de aforamento para todo o sempre a Mafamede do Dedo de uma casa, de 10 x 6 côvados, que limita com casa de Filipe, mouro e com casa de Mafamede Patava. Pagos 40 soldos da moeda antiga ao rei e 5 libras que "som ora tomadas pera el rrey".	1436-12-31		Chancelarias Portuguesa. D. Duarte, vol. 1, tomo 2, doc. 1087, p. 327
55	Emprazamento, em três vidas, de umas casas e celeiro, da igreja de Santiago de Évora, localizadas na mouraria da cidade, <u>na rua Direita</u> , a Alle, ferreiro, mouro forro, morador em Évora, por sete libras antigas, pagas pela Páscoa.	1445-04-08	BPE	I. Sant., Perg. Avul., Pasta 13, doc. 80
78	"... casas de frente do fomo de Fernam de Valadares que confrontam com a <u>rua que vem da porta da mouraria pera san Mamede...</u> " p.122	1455-00-00		GP., DHCE, Parte I, p. 122, ref.383, (p.132 ed.)
7	<u>Rua onde vendem a louça</u> . Carta de confirmação de aforamento, a Rodrigo Anes, oleiro, de "dous pares de cassas (...) scilicet huumas aa porta /9 noua homde vendem a louça", que limita, de um lado, com "cassas da temda d'alle foçem", sendo as outras confrontações com cristãos.	1473-05-23	ANTT	Ch. D. Afonso V, Livro 33, fl. 123v.
48	Emprazamento em três vidas, de umas casas, da igreja de Santiago de Évora, localizadas na cidade, <u>na rua Direita da mouraria</u> a Azmede de Ceuta, mouro forro, morador em Évora, por duzentos e vinte reais brancos, pagos pela Páscoa.	1476-04-28	BPE	I. Sant., Perg. Avul., P. 23, p. 26
29A	(junto à porta de cima que parte de um lado com a dita porta da Mouraria) Azmede de Ceuta, mouro forro, morador na dita cidade e sua mulher, Moreima Patava disse, perante o tabelião, testemunhas e raçoeiros da Igreja de S. Tiago, que eles traziam	1497-04-13	ACSE	CEC 3 - VI, fls. 81 - 82v.

29B	<p>de prazo em 3 pessoas umas casas foreiras, que estão na <u>Mouraria, na Rua Direita</u>, junto com a porta de cima, que <u>parte de um lado, com a dita porta da Mouraria</u> e da outra com casas de Azmede Cigarro e com outras confrontação, com que de direito devem partir, sendo, ele e a mulher, as primeiras pessoas do emprazamento, de que pagavam d foro e pensão 200 rs. e 2 galinhas, por dia de Páscoa. Querendo-as vender com o respectivo encargo e nas ditas 3 pessoas ao licenciado JohaneAnes, capelão do rei e prior da Igreja de S. Tiago, por 1.200 rs. brancos "em salvo da sysa e terradego pera elles [fl. 81 v.], recebem a autorização para a venda por parte dos raçoeiros que tomam como foreiro no emprazamento a Joane Ane e a Joane, seu filho, por 1^{as}. pessoas, por 100 rs. em vida do prior e depois da sua morte 200.</p> <p>O prior da Igreja, Joane Anes e seu filho vendem a casa [fl. 103 v.] que tinham emprazada em 1^a pessoa na Mouraria, a Diogo Lopes, sapateiro castelhano e a sua mulher, por 4.500 rs. brancos. Descrição das casas: "casas de morada scilicet casa dianteyra e celeyro e outra casa que serue de cozinha que estam em esta cidade na <u>mouraria na Rua derreita no meo della a mão esquerda</u> que partem de huma parte com casas de pero ffrizam e da outra parte partem com tenda que ffoy de pero lourenço naujnho que ora he de diogo llopez e de joham Rodriguiz seu jrmão e per Rua ppubrica e com outros.</p>	1499-04-22	ACSE	CEC 3 - VI, fls. 103 - 105
Zona 4 – Rua do Inferno				
40	<p>Sentença derimida por Luis Gonçalves, vigário geral do bispo de Évora, relativa a um processo entre os clérigos da Igreja de Santiago de Évora e Catoto, sapateiro, mouro forro, estando em questão a posse de um quintal, localizado na <u>mouraria da cidade na travessa do inferno</u>.</p>	1403-11-05	BPE	I. Sant., Perg. Avul., Pasta13, doc. 1
21	<p>Carta de encapamento e de emprazamento a Vasco Gil, escudeiro, juiz das sisas, com pareceu perante os raçoeiros da Igreja e disse que o rei lhe tinha feito mercê de uma casa, que foi de Aixa, mulher que foi de Adella Castelão, mouro forro, segundo era conteúdo na carta de mercê que dele tinha. A casa <u>é dentro da mouraria, na rua do Inferno</u>, e parte com quintal de Aixa Caeira e com casa de Cigarro e pelo monturo dos mouros. E porquanto essa casa era foreira ao prior e raçoeiros da dita Igreja, pagava de foro 20 soldos da moeda antiga, a 700 por uma, na Páscoa, não podia achar quem por ela desse nenhum preço de compra, pelo que dela fazia encampação Á Igreja, com condição que esta a desse de foro a Jufez Pintainho, mouro forro, morador na dita cidade, que presente estava. A Igreja aceitou a encampação, tendo mandado logo medir a casa, que era de 12 côvados em longo, por 6 de ancho, tendo-a emprazado ao dito Jufez Pintainho pelo dito foro, desse dia para todo o sempre.</p>	1453-06-18	BPE	Perg. Avul., Pasta ã num., [Vários 98], doc. 42
22	<p>O Most. tinha umas casas na Mouraria da cidade, "que eram casa deanteira e celeiro" na <u>rua que se chama do Inferno</u>, que soia trazer emprazado Ale Focem, por cuja morte expiraram as pessoas, as quais limitavam com casas de Omar Caeiro, o moço e com a mulher que foi de Diogo Álvares, e entestavam no monturo da dita mouraria. As casas são emprazadas, em 3 vidas, a Jufez Parrado, mouro forro da Mouraria, como 1^a pessoa. Renda de 120 rs. brancos por dia de S. Joãp Baptista.</p>	1453-07-03	BPE	M.S.Domingos, maço 1, doc. 2
23	<p>Jufez Pintainho, mouro da mouraria da cidade de Évora, disse que trazia aforada em perpétuo, uma casa só, sem celeiro, da dicta igreja, que é na <u>mouraria da cidade</u>, de que pagava em cada ano 20 soldos da moeda antiga por dia de Páscoa. Queria-a vender a Mafomede Çadim, que presente estava por preço de 1.400 rs. brancos e, antes de lhe firmar a venda, queria saber se o prior e os raçoeiras da igreja a queriam comprar tanto por tanto. Eles responderam afirmativamente, e disseram que Jufez fosse logo receber os dictos dinheiros. O prior e os raçoeiros logo aforaram para sempre a dicta casa, que é na <u>mouraria, rua do Inferno</u>, e parte com quintal "d'axa caeira e com casa de cigaro e per o munturo dos mouros" e com outros, a Xumez, mulher viúva, que presente estava, para a a poder vender, dar, trocar, escambar ela e todos seus herdeiros, com tal condição que fizessem na casa um departamento tal que seja casa e celeiro, e as adubassem e aproveitassem, de guisa que fossem melhorada, sob pena de</p>	1462-09-09	BPE	I. Sant., Perg. Avulsos, Pasta ã num., doc. 35

	pagarem os danificamentos que aí fossem achados, e pagassem de foro e pensão 30 soldos antigos, à razão de 70 por uma ou como por eles el-rei mandar pagar no tempo dos pagos, por dia de Páscoa. Se a quisessem vender, deveriam primeiro fazê-lo saber à Igreja, se a queriam tanto por tanto, e, não a querendo, lhes pagariam o terrádego do preço da venda, não sendo os compradores dos defesos em direito. Mandaram medir a casa: de longo 5 varas, de ancho 3. Carta de Xumez – pagou 40 rs.			
20	Carta de venda e de empraçamento. [fl. 79 v.] Perante o tabelião, prior e beneficiados da Igreja de S. Tiago, Azmede Caeyro, mouro forro, morador na dita cidade e s.m. Fotayma Pintainha, disseram que eles traziam aforado em perpétuo uma sua casa que tem uma chaminé "foreira" na <u>rua do Inferno</u> , que limitam com casas da mulher de Bucar Caeyro, com casas do próprio Azmede e s.m., e com o curral dos mouros e com outros, com que de direito deve de partir, da qual pagam 30 rs. de foro e pensão por dia de Páscoa. Ora queriam-na vender com o seu encargo de foro, a Diogo Álvares, lavrador, morador em termo da dita cidade, que presente estava, e a s.m. Susana Afonso, por 300 rs. brancos em salvo da sisa para eles vendedores. A igreja não a quis comprar pela quantia estipulada e outorgou o seu consentimento para a venda [fl. 80], tomando por foreiros ao dito Diogo Álvares, s.m. e herdeiros, com condição de melhorarem a propriedade, com a mesma renda e direito de preferência de venda à Igreja.	1497-02-07	ACSE	CEC 3-VI, fls. 79 - 80 v.
31	Carta de empraçamento em vida de 3 pessoas de umas casas na <u>mouraria, na rua do Inferno</u> a Nuno Afonso, morador no Torrão, e s.m. Filipa Rodrigues, como 1 ^{as} . pessoas. Partem com casas que foram de Ale Corredor, e de outro lado, com casas que foram de Azmede Manjam e por detrás com o curral dos mouros. Renda. 200 rs. e uma galinha ou 30 rs. por esta, pagos no dia de S. João Baptista. No dito dia apareceu no Most., perante os padres, Mafamede Patava, mouro forro, morador na dita cidade, e Moreyma Parrada, sua mulher, e disseram que era verdade que eles traziam de foro essas casas, "e porquantoelles nom tinham carta nem titollo delas e por respeyto da sua partyda omde os El Rey nosso Senhor manda e por lhe nom poderem pagar o foro dellas as renunciavauam de sy e as encampauam aas mãos dos dictos padres".	1497-05-26	BPE	M.S.Domingos, maço 1, doc. 17
32	Carta de venda e de empraçamento. [fl. 192 - 193] "Aforamento em tres pessoas de humas casas que / estão na rua do inferno a alvaro fernandez E a caterina afonso / sua mulher ambos em primeira pessoa :/ Nuno Afonso, criado do falecido João Falcão, morador no Torrão, disse ao cabido que trazia empraçadas em 3 pessoas, "humas casas de morada / convem a saber casa diamteira E cileiro foreyras ao dito moesteiro", por 200 rs. e uma galinha, ou 33 por ela, pago por dia de S. João Baptista. As casas eram na <u>rua do Inferno, "que soia ser mouraria"</u> , limitando de um lado com casas de Álvaro Fernandes, sapateiro, "Isemtas / que ouue per titolo de compra de alcabrituz", mouro forro, de outro com Beatriz Vaz, viúva de Gil Eanes Espinel, por detrás com curral da comuna dos mouros e pela dita Rua do Inferno, "E com outras com que de deryto deuem de / partir". Ele e s.m. (já falecida) eram ambos a 1 ^a pessoa do prazo, querendo ele vender as referidas casas em 2 ^a pessoa, com cargo de seu foro, ao dito Álvaro Fernandes, sapateiro, "morador nas ditas casas / que ouueram (sic) do dito abrituz", e a s. m. Catarina Afonso, por mil e 100 rs. brancos. O convento não as quis pelo dito preço, tendo-lhe dado o consentimento para as poder vender, recebendo logo os ditos foreiros, em 3 pessoas(constituindo o casal a primeira), nomeando o derradeiro deles a 2 ^a [fl. 192 v.] e esta a 3 ^a . Condições: Melhorar a propriedade. Renda: 200 rs. em dinheiro e uma galinha boa, ou 30 rs. por ela (dos dinheiros então correntes de 6 celtis o real), pagos no dia de S. João Baptista.[fl. 193] "Confrontações *** Estas casas estão na Rua do Inferno himdo da Rua d'auys pela / dita Rua do Imferno abaixo ha mão direita casi defromte de hum for /no que he de mor fernandez E partem com casas da molher que foy de / Joam diaz anadell que foy dos besteiros E d'outra parte com casas / de pero	1497-12-13	BPE	M.S.Domingos, Livro 2, fls. 192 - 193
32	lopez filho do bispo d'allcunha E per detras entestão com qujn /tall de gaspar fernandez feytor de dom pero de eça E tem a seruentia pera a dita			

	<i>Rua do Inferno. Medição *** Tem a primeira casa diameira de comprido quatro varas E mea E de / larguo tres varas E tres dedos E a outra casa de demtro tem de / comprido quatro varas E mea menos hum pallmo E de larguo tres / varas E huma terça follguada E as quaes casas trazem ora afo/radas os filhos de [espaço em branco] E paguão cada huma no (?) / per são Joam duzemos E cymquenta rs. os quaes são em pesoas". Nota: 1628 - as casas tinham já caído, tendo ficado apenas um pardieiro, vendido a Luis Francisco para quintal de umas casas que tinha pegadas com o dito pardieiro, tendo-o comprado, nesse ano, por 6.000 rs. *** Elementos contemporâneos da realização do livro, exteriores, portanto ao contrato. O livro foi iniciado em 7 de Junho de 1542 e terminado em 15 de Abril de 1543. Carta de venda e de emprazamento (e apenas essa) - surge também no maço 1, doc. 28, mas o mouro é designado por "Abretiz" e "Abitruz" .</i>			
Zona 5 – Rua Cega				
59	Casas na Mouraria, <u>junto do Poço da rua Cega e da Albergaria dos Mouros</u> "que o espirital de Yerusalem houve dalbergarya do salvadoor"	0000-00-00		António Rei, 2009, p.136 (AME, Perg. H.Jerusalém, nº62, fl. 35, 46 - 47, 55 v. - 56)
64	"huma morada de casas (...) no <u>beqº da rua da mouraria</u> pegadas com a rua de avys saindo da dicta Rua davis e entrando pella dicta rua da mourarya a maaõ esquerda"	0000-00-00		António Rei, 2009, p.136 (AME, Casas , nº 554, fl. 148)
62	"Estas sam duas Casas terreas e(...) estan no <u>beqº da mouraria que está defronte da rua do Inferno</u> "	0000-00-01		António Rei, 2009, p.136 (AME, Casas, nº 554, fl. 36v.)
10	Testamento de Margarida Gonçalves deixa, entre outros bens de raiz, à Igreja de Santiago, "huum forno que he na mouraria com huum paredeeiro que he em <u>huuma traussia da dicta mouraria</u> " (era de 1404).	1366-00-00	BPE	Perg. Avul., Pasta ñ num., Cad. ñ num., fl. 17 v.
65	"mafamede filho de Almondom (...) casas na mourarya <u>acima do poço na rua cega</u> (...) com casas de Natº mouro forro e com <u>albergaria da communa dos mouros</u> . - ("Nota com letra posterior "Cafas na mouraria no beqo acima do poço de R.cego vay navolta".	1395-00-00		António Rei, 2009, p.136 (Livro do Acenheiro, nº 1769, fl. 17)
16	Aforamento perpétuo do Hospital de Jerusalém a Azmede Sandim, de uma casa e celeiro na <u>rua Cega da mouraria</u> , que parte com casas do Mouro Castelão, com casas da mulher de Mafamede Patava, com azinhaga e rua, por 40 soldos de moeda antiga, pagos por dia de S. Martinho.	1445-00-00	AME	Hosp. Jesus., Livro 62, fl. 106
17	Aforamento perpétuo do Hospital de Jerusalém a Moreima, de uma casa e celeiro na <u>rua Cega da mouraria</u> , que parte com casa de Moreima, Albergaria dos mouros, azinhaga, com azinhaga e rua, por 40 soldos de moeda antiga, pagos por dia de S. Martinho.	1445-00-00	AME	Hosp. Jerusalém
42	Emprazamento, em quatro vidas, de umas casas da igreja de Santiago de Évora, localizada <u>dentro da mouraria da cidade na rua Cega</u> , a Axa Madroa, moura forra, viúva, por trinta soldos antigos, pagos pelo São Martinho.	1464-02-22	BPE	I. Sant., Perg.Avul., Pasta 13, doc. 160
33	Estando juntos os honrados Licenciado Joane Anes, prior da dita Igreja, João Vaz, Álvaro Martins, João Veiga, todos beneficiados dela, perante eles apareceu Adella Filipe mouro forro, morador em esta mesma e, em seu nome, e de seus irmãos, de quem é tutor, disse que ele trazia de foro em perpétuo da dita Igreja], umas casas de morada na <u>mouraria da cidade, na Rua cega</u> , que limitam, de um lado, com Aziza Mudarra, de outro com casas de Adela Duram, por detrás com casas de Luís Zeimoto, e com outras, com que, de direito deve partir, das quais paga 54v rs. de foro e pensão, por dia de Natal. Queria vendê-las com seu encargo de foro a Diogo Fernandes Bechilro, sapateiro, que presente estava, por 1.500 rs. brancos, em salvo da sisa e terrádigo para eles vendedores. A igreja não as quis, tanto por tanto, outorgando-lhe a venda e recebido por foreiro a Diogo Fernandes e s.m., com condição que eles e todos os seus herdeiros fizessem e reparassem as caasa [fl. 72 v.], pagando os referidos 54rs. brancos por dia de Natal, e dando direito de preferência na venda à Igreja de S.Tiago.	1497-07-10	ASCE	CEC 3 - VI, fls. 71 v. - 72 v.
Zona 6 – Rua das Fontes				

81	"... João Giz. Batel ... casas na <u>rua das Fontes</u> que foram da albergaria de Sam Salvador..."	0000-00-00		GP., DHCE, Parte I, p.115, ref. 50 (p. 125 ed.)
82	"...casas na <u>rua da Fontes</u> .. Casas de cinco portaes ... e com Orraca Esteves ... os quais cinco portaesos dous deles sam foreiros ao hospital."	0000-00-00		GP., DHCE, Parte I, p.116 (p. 126 ed.)
15	<u>Rua das Fontes</u> que parte com a mouraria. Carta de emprazamento de uma casa do Most. na Rua das Fontes, que parte com a Mouraria de um lado.	1425-07-03	BPE	M.S.Domingos, maço 1, doc. 16
57	Fernão de Valadares, escudeiro do rei, morador em Évora, disse que era verdade que os frades do Convento de São Domingos de Évora lhe tinham emprazado umas casas de morada na <u>rua das Fontes</u> que antes estavam emprazadas a Leonor Gonçalves Ferreira que tinha ido para os reinos de Castela.	1485-06-06	BPE	M.S.Domingos, Perg. Avul., Pasta 26, doc. 2
28	[fl. 197 v.] "Aforamento em tres pesoas de humas casas / que estam na <u>rua das Fontes</u> a femam de vala/dares E tra las agora britiz de valadares que he /terceira pessoa". O Most. e Convento tinham, na Rua das Fontes, umas casas de morada, casa dianteira e celeiro, que foram de Mor Gonçalves "foreyra", que partem com lagar de Lopo Chainho, com casas de "buzelha", com quintal de Romiguo "mouro foRo", "E per Rua pubrica das fontes E com outros com que de dereito / devem de partir. A casa dianteira tem de longo quatro varas e terça, e de ancho tres E hum pallmo. Foi emprazada novamente em 3 pessoas a Fernão de Valadares, escudeiro do rei, morador em Évora, e a Beatriz Eanes, s.m., ambas como 1ª pessoa. Condições: reparar a casa. Renda: 80 rs. (a 7 ceitis o real) e um frangão "bom", por dia de S. João Baptista [fl. 198] 1485, Junho, 22 - Most. de S. Domingos de Évora - Carta de obrigação de Fernão de Valadares - as casas foram de Leonor Gonçalves, foreira, que morava nos Reinos de Castela. Ele compromete-se a tirar o prazo em paz e em salvo ao Most., caso seja contestado pela referida Leonor Gonçalves ou por seus herdeiros. [fl. 198 v.]" Confrontações *** Estas são duas casas dianteira E çeleiro estão na Rua das fontes / ha emtrada della Saimdo da Rua da mouraria ha mão ezquerda himdo / pella dita Rua das fontes aRiba defronte das casas de Joham de / valladares E has tragem ora aforadas os herdeiros do dito João de / valladares partem de huma parte com adegua do dito João de valla / dares E da outra Parte com casas de Catarina Pereira que he mulher de hum / criado do nunço E per detras emtestão com quintal de vyollan /te de madureira E tem ha seruentia pera a dita Rua das fontes. medição *** Tem a primeira casa dianteira de comprido quatro varas E hum pallmo E / de larguo tem tres varas E huma terça escosa E o çeleiro tem de com / prido quatro varas E quatro dedões ao traves E de larguo tem tres varas E terça E dous dedos ao traves // As quaes casas traz / aforadas Joam de valladares em pessoas E elle he a segunda pessoa E Pa / gua cada hum ano oytenta rs. E hum frãoguão //" *** Elementos contemporâneos da realização do livro, exteriores, portanto ao contrato. O livro foi iniciado em 7 de Junho de 1542 e terminado em 15 de Abril de 1543.	1485-06-22	BPE	M.S.Domingos, Livro 2, fls 197 v. - 198v.
34	Confrontações de uma casa com seu forno - junto da encruzilhada da <u>rua da Mouraria e da rua das Fontes</u> . As casas são duas: casa dinateira e outra dentro, que tem um forno "de joyas", e tem serventiaa para a rua que vai para S. Mamede. 1ª casa - comprido 7 varas e meia; largo- 5 varas e uma mão "travesa larga" Casa do forno - de comprido 5 varas e 1/4; de largo - 3 varas e meia escassos".	1542-00-00	BPE	M.S.Domingos, Livro 2, fls. 206 - 206 v.
Zona 7 – Talho do(s) Mouro(s)				
66	"casas <u>ao talho do mouro</u> (...) casa dianteira e sotam e camara em cima delle e estrebarja e hum hum pequeno quintal (...) partem com estáos de diogo depina (..) e per rua publica que vay da rua d'Avis pera a Mouraria (...) e outros" (Nota com letra posterior "Casas na travefsa q vay da R. d'Avis pª Mouraria".	0000-00-00	AME	Livro do Acenheiro, nº 1769, fls. 76 - 76 v.
77	"... casas ao talho do mouro ... casa dianteira e sotam e camara em cima delle e estrabaria e hum pequeno de quintal ... partem com estáos de Diogo de Pina ... e per rua publica que vay da rua d'Avis pera a Mouraria ..."	0000-00-00		GP., DHCE, Parte I , p. 120, ref.279, (p.130 ed.)

35	doc. 64 – Emprazamento a Bento Martins, taipador, morador em Évora, de um chão que foi lagar e adega da Igreja de S. Tiago, <u>que está ao fundo do Talho dos Mouros</u> , detrás das casas do mesmo, com chão do mesmo, com forno que foi de Roderigo Eanes, e com azinhaga que vem entestar na adega de Vicente Dominguis escolar.	1333-08-08	BPE	Perg. Avul., Pasta n.º num., [100 perg.]. doc. 64
36	Documento em muito mau estado; colada, em cima do fl. 1, uma folha azul que diz: "Parte de um livro de contas do Almojarifado e das da Capella de um tal Rodrigo Ayres - De 1434 (1396) a 1450 (1412). "Item a <u>tenda em que talham a carne aos Mouros</u> tem na Afforada Joham Afonso exabregas carnjeiro por / Cjmqonta libras enquanto esta moeda noua correr".	1390-00-00	ADE	Perg. Soltos, doc.16
47	Emprazamento que fazem os raçoeiros da igreja de Santiago de Évora a Bartolomeu Martins, taipador, morador em Évora, de um chão que fora lagar e adega <u>ao talho dos mouros</u> , por trinta soldos da moeda antiga e um par de galinhas, pelo Natal.	1395-08-08	BPE	I. Sant., Perg. Avul., Pasta 22, doc. 64
14	<u>Porta que vai do Talho dos mouros para a Rua de Avis</u> . A Igreja de Santiago empraza a Jufez Cigarro, mouro forro que presente estava, e a sua mulher Aazom, moradores na cidade de Évora, em suas vidas e de uma terceira pessoa, que o derradeiro deles nomear, uma casa que a Igreja tem na Mouraria da cidade, que são místicas (sic) com outra casa do dito mouro, e que ele trazia antes isto emprazadas por 20 soldos antigos. Limites: Ficam <u>na rua que vai do Talho dos mouros para a rua de Avis</u> , partem com casas de Mce Rodríguez de Santiago e com casas que foram de Lourenço Peres Fazorro e que ora são do dito mouro. A casa deve ser melhorada e reparada. Renda: 4 libras antigas por dia de Páscoa. A Igreja pede ao Bispo da cidade a confirmação do emprazamento "por que elles entendjam que o dito emprazamento era factio em proll da dita egreia. - O talho do mouro fica dentro da muralha -	1411-09-22	BPE	Perg. Avul., Pasta n.º num., .., [Vários 98], doc. 3
80	"cava da cerca velha ... a Nuno Martins da Silveira ... <u>da porta nova ataa porta do talho do mouro</u>	1418-00-00		GP., DHCE., Parte III, p. 27 (p. 218 ed.)
37	Carta de doação a Aires Gomes da Silva, morador em Évora, enquanto for a mercê do rei, o foro que pagam algumas propriedades, entre as quais: - a casa que traz Mafamede Fareiram, de que paga 40 soldos da moeda antiga e <u>talho dos mouros</u> de que se pagava 5 libras da dita moeda; - a casa de Ale ferreiro, que paga 30 soldos da dita moeda; - outra casa do dito Ale ferreiro, de que paga 30 soldos da dita moeda; (p. 148) - e da casa que traz a filha de Azema moura de que paga 3 libras da dita moeda;	1433-02-12		Chancelarias Portuguesa. D. Duarte, vol. 1, tomo 1, doc.. 296
56	Emprazamento que fazem os raçoeiros da igreja de Santiago de Évora a Rodrigo [...] e a [...] Afonso sua mulher, de umas casas na <u>rua que vai da igreja de Santiago para o talho dos mouros</u> , por sessenta reais e quatro galinhas, pagos pelo Natal.	1442-12-05	BPE	I. Sant., Perg. Avul., P. 23, p. 002
Zona 8 – Rua dos(as) Pedreiros(as)				
49	Aforamento de um quintal com seu alpendre, da igreja de Santiago de Évora, localizado na <u>mouraria da cidade, na rua dos Pedreiros</u> , a Catoto mouro forro, sapateiro, morador na cidade, por quarenta soldos de dinheiros Portugueses de moeda antiga, pagos em Santa Maria de Agosto.	1388-05-06	BPE	I. Sant., Perg. Avul., Pasta 23, doc. 30
43	Pedido de autorização de venda realizado entre os clérigos da igreja de Santiago de Évora e Aixa, moura forra, viúva de Catoto, mouro forro, morador na cidade, que trazia aforado metade de um chão, da referida igreja, localizado na <u>mouraria da cidade, na rua dos Pedreiros</u> , por vinte soldos antigos, pagos em dia de Santa Maria de Agosto. A foreira pede autorização à igreja para vender o domínio útil do chão a Azemede Caeiro, moro forro, morador em Évora, por mil e duzentas libras. Os clérigos autorizam a transacção.	1411-11-14	BPE	I. Sant., Perg. Avul., Pasta 18, doc.19

19	(ante as casas de morada de Vasco Vicente, vigário e prior da Igreja de Santiago). Instrumento de requerimento e carta de venda e outorgamento. Estando aí Aixa, moura forra, mulher que foi de Catoto, mouro forro morador na dita cidade, por ela foi dito que ao vigário e raçoeiros que ela havia um chão <u>na mouraria da dita cidade, dentro da dita mouraria, na rua das Pedreiras</u> , que partia com casas de Azmede Caeiro, com rua cega e casa do Raposo, e com rua pública; por todo esse chão pagava 40 soldos da moeda antiga por dia de Stª Mª de Agosto, numa metade desse chão, fora feita casa que ora era de Catoto o Velho, que foi sogro da	1449-11-14	BPE	Perg. Avul., Vários 22, doc. 19
	sobre dicta, de que pagava 20 soldos antigos de foro à dita Igreja, no dia referido, e do dicto chão outros 20 soldos. Disse a dicta moura que desejava vender o chão que ainda estava em chão, com o respectivo encargo das 20 libras, ao dicto Azmede Caeiro, mouro forro, morador na dicta cidade, que presente estava, por 2.300 libras da moeda corrente. Como era costume primeiro fazê-lo saber ao senhorio, perguntou-lhes se o queriam tanto por tanto, e se o não quisessem, se o poderia vender ao referido mouro. O prior e raçoeiros não estavam interessados na compra, mas concordaram com a venda ao dito Azmede Caeiro, e a todos seus herdeiros, desde que pagasse no mesmo dia, 30 soldos da moeda antiga ("que som mais 10 soldos do que antes era"), e com condição de fazer nele casa ou camara, de maneira que daí em diante seja sempre casa feita e reparada, e não a possa vender a nenhuma pessoa, sem primeiro o fazer saber à Igreja se a quer, tanto por tanto, e, não a querendo, a venda a uma pessoa que faça à Igreja seu direito			
Zona 9 – Outras Localizações				
69	"hum chão q foi travessa que está detras das casas que tem Dom Alvaro dacosta na <u>rua da mesquita</u> (...) oriente casas dos hird's de jorge mendez norte cõ a serventia da dita travessa q vaae a rua de sant efpirtus poente casas de D. Alvaro sul com a mesma travessa que vai pª o poço do beijudo".	0000-00-00	ADE	TDTCE, nº 134, fl. cxxxvij
73	"... F. o chançudo .. Casas no <u>outeiro de Villa Nova</u> ... que partem .. E cpm travessa que vai para a rua da Mesquita e com rua que vai dos paços do duque para o dito outeiro..."	0000-00-00		GP., DHCE, Parte I , p. 118, ref.207, (p.128 ed.)
74	"... <u>pardieiros no outeiro de Vila Nova</u> ... e com travessa que vay para a rua da Mesquita..."	0000-00-00		GP., DHCE, Parte I , p. 119, ref.209, (p.129 ed.)
76	"...ferrageal caminho de S. Bento ...e per agoa corrente do vale que se chama de Belfolgoz ... e outro junto com a <u>porta da mesquita alem do mormoural dos mouros</u> , asi como vão para o poço novo dantre as vinhas ..e per azinhaga do bispo que vay teer ao caminho da Fontecoberta onde faz um aguilhão.."	0000-00-00		G.P., DHCE, Parte I , p. 120, ref.276, (p.130 ed.)
83	" Em 12 d'agosto de 1433...Juffiz Cigarro mouro forro ..Jacó çadiar e Jamilla sua mulher"	0000-00-00		GP., DHCE, Parte II, p.6, ref. (p. 218)
72	".. casas nas <u>olarías da porta nova</u> asi como partem com casa que foy dAzeina saboeira e com tenda de Patanna..."	1426-00-00		G.P., DHCE, Parte I , p. 117, ref.158, (p.127 ed.)
1	<u>Cerca da Porta Nova</u> . Carta de confirmação de aforamento para todo o sempre a Mafamede Patana, de uma casa, de 10 x 6 côvados, que limita com casa de Mafamede do Dedo e com casa de Vasco Fernandes, torneiro. Renda: 40 soldos da moeda antiga ao rei.	1436-12-28		<i>Chancelarias Portuguesa. D. Duarte</i> , vol. 1, tomo 2, doc. 1099, p. 331
45	Nas casas de morada de João Velho, curador da igreja de Santo Antão de Évora, estando presente Henrique de Pina, clérigo de missa, bacharel da Sé, faz doação a Joana Vaz Leitoa, moradora na cidade, pelos muitos serviços que dela recebeu, como dos seus filhos, de umas casas, localizadas em Évora, na <u>alcáçova dos mouros</u> .	1527-03-08	BPE	M.S.Domingos, Perg. Avul., Pasta. 26, doc. 039

NOTA: Agradeço à minha orientadora a delimitação e transcrição das fontes manuscritas, que me permitiram desenvolver este trabalho.

Anexo IV – Processos da Gestão Urbanística consultados no Arquivo da Câmara Municipal de Évora

nº Proc.	Localização do Imóvel	Data	Matriz	Tipologia	Observações
	Rua da Mouraria				
	Pares				
11.980	Rua da Mouraria nº 10, 12 e 14 e Largo 13 Outubro nº7 e 8			hab.	cumprir PUE, art7º, 15º e 59 a 76º
1969	Rua da Mouraria nº16, 18	1949	844	peixaria R/c + hab.	Z.P. da Torre Sineira do Conv. S.Salvador
	Rua da Mouraria nº20 e Corredoura	1939			retele
	Rua da Mouraria nº22, 22A e 22B		855	3inquilinos	(anterior a 5 Ago 1951). Z.P. arco D. Isabel
581	Rua da Mouraria nº24 e 26/ 24 28b e Beco do Meirinho 2 a 10	1929/53	925	hab + quintal	pedido de abertura janela, era adega
1115	Rua da Mouraria nº30, 30A		853		
821	Rua da Mouraria nº32	1942	1375	padaria+3 inq.+quint	
	Rua da Mouraria nº36A, 36B, 38, 40 e 42		525	hab. + quintal	
	Impares				
1142	Rua da Mouraria nº5 e 7				
485	Rua da Mouraria nº9 A	1938			
14231	Rua da Mouraria nº13 e 15 e R. Corredoura nº 9		518		
6458	Rua da Mouraria nº17 r/c		1151	hab. + quintal	alínea d, nº2,art4 RJUE
6761	Rua da Mouraria nº19	1982	520	hab.	poço
495	Rua da Mouraria nº21, 23, 25, 27		521		2 armazéns + hab.
2947	Rua da Mouraria nº 23		518		Z.P.
12.947	Rua da Mouraria nº29e 31		522		
2902	Rua da Mouraria nº31	1952			
5174	Rua da Mouraria nº33 e 35	1977	1186	hab.	Legalização de obras
2297	Ruada Mouraria nº 37, 39		953	multifamiliar + quintal	2 frações + quintal
	Rua de Avis				
	Pares				
2183	Rua de Avis nº 30, 32, 34 e R.Mouraria nº 2, 4, 6, 8 e 8 A	1952	528 e 920		prédios velhíssimos c/≠ planos de pavimento
1676	Rua de Avis nº68	1946	480	hab.	Abrir montra no lugar de janela
1806	Rua de Avis nº80 e Rua Inverno nº 4, 4A e 4B	1946	483		
	Rua do Inverno				
	Pares				
1712	Rua do Inverno nº16, 18, 20	1933 /1946			
	Impares				
674	Rua do Inverno nº3	1940			
703	Rua do Inverno nº7 e 7b	1940	546	hab. + quintal	obra de retele na varanda
9912	Rua do Inverno nº 9 e 11	1987	547		demolição total
3009	Rua do Inverno nº25, 1º frente	1960	550	hab. + quintal	Propriedade Horizontal
3872	Rua do Inverno nº 29 e 31	1967			
	Rua das Fontes				
	Rua das Fontes nº3				casa de banho
	Rua da Corredoura				
	Pares				
1198	Rua da corredoura	1940			sobriedade, elegancia, fachada setecentista
2372	Rua da Corredoura nº8, 10,12,14	1950	860 e 767	hab.	Cabeleireiro / Z.P. Aqueduto da Prata
12563	Rua da Corredoura nº18	1992	768		
752	Rua da Corredoura , 24	1945	990 e 769		reconstruído em 1960
1198	Rua da Corredoura nº28,30,32 e Rua do Inverno nº12	1993			prédio em que abateu o telhado
	Impares				
6817	Rua da Corredoura nº3	1982			prédio sem estabilidade
683	Rua da Corredoura nº13	1940			
1824	Rua da Corredoura nº 7, 9		1239	hab.+ quintal	
3394	Rua do Inverno nº17, 19	1962			
3550	Rua da Corredoura nº23 e Rua Avis nº70, 72	1959	481		